

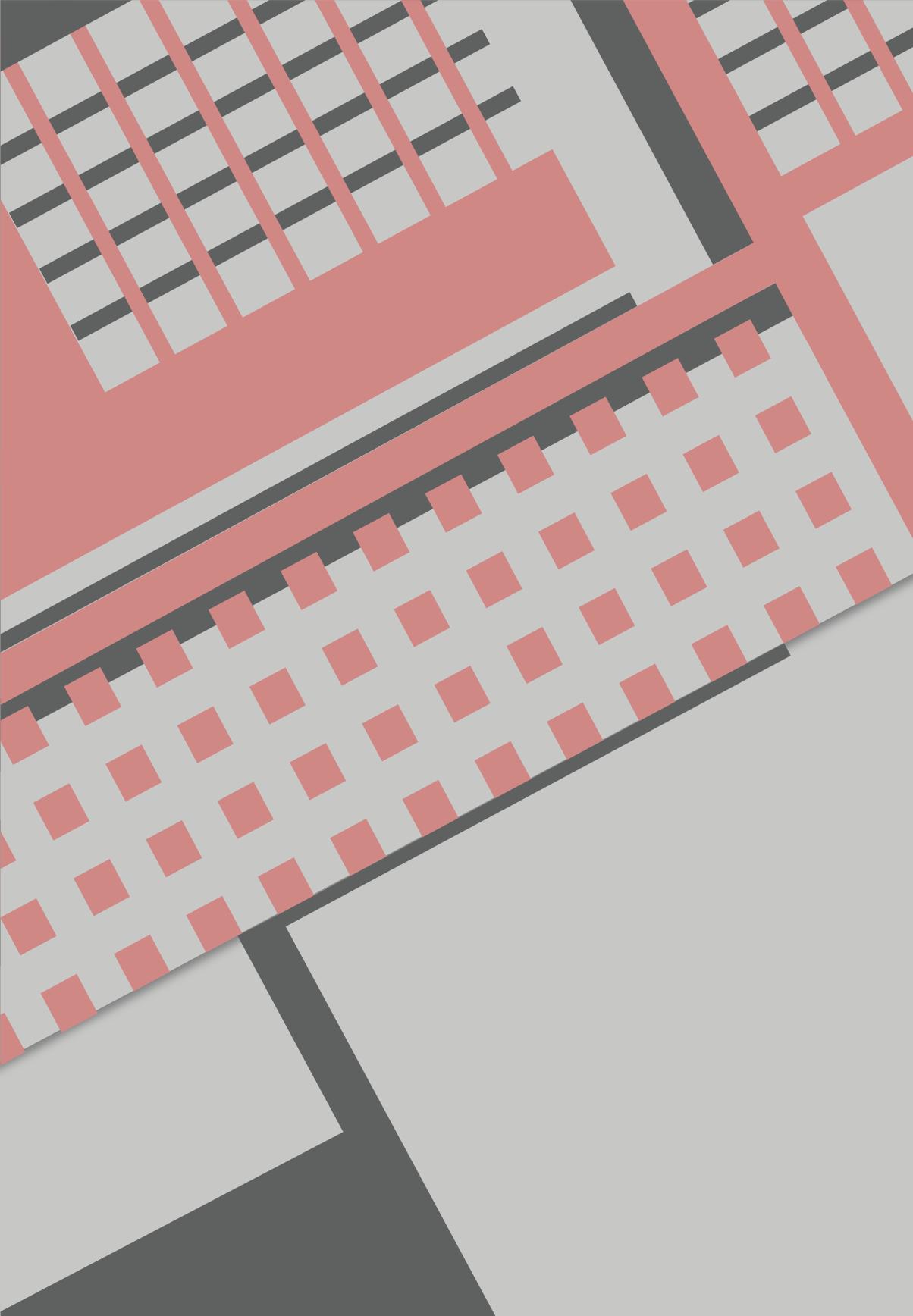
RENATA MARCELLE LARA
HERTZ WENDEL DE CAMARGO
(ORGS.)

Conexões

MÍDIA, CULTURA E SOCIEDADE



SYNTAGMA



Capa > Célio Olizar Pereira Júnior
Diagramação > Célio Olizar Pereira Júnior
Coordenação Editorial > Celso Moreira Mattos
Revisão > Mda. Ana Carolina de Godoy (PPGL-Unicentro)
Produção Eletrônica > Syntagma Editores Ltda.

Avaliação > Textos avaliados às cegas e aos pares

Conselho Científico Editorial:

Dr. Antonio Lemes Guerra Junior (UNOPAR)
Dr. Aryovaldo de Castro Azevedo Junior (UFPR)
Dra. Beatriz Helena Dal Molin (UNIOESTE)
Dr. José Ângelo Ferreira (UTFPR-Londrina)
Dr. José de Arimatheia Custódio (UEL)
Dra. Pollyana Mustaro (Mackenzie)
Dra. Vanina Belén Canavire (UNJU-Argentina)
Dra. Elza Kioko Nakayama Murata (UFG)
Dr. Ricardo Desidério da Silva (UNESPAR-Apucarana)
Dra. Ana Claudia Bortolozzi (UNESP-Bauru)
Dra. Denise Machado Cardoso (UFPA)
Dr. Marcio Macedo (UFPA)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C747 Conexões: mídia, cultura e sociedade. / Organizado por Renata Marcelle Lara e Hertz Wendel de Camargo. – Londrina : Syntagma Editores, 2017. 364 p.

ISBN: 978-85-62592-33-1

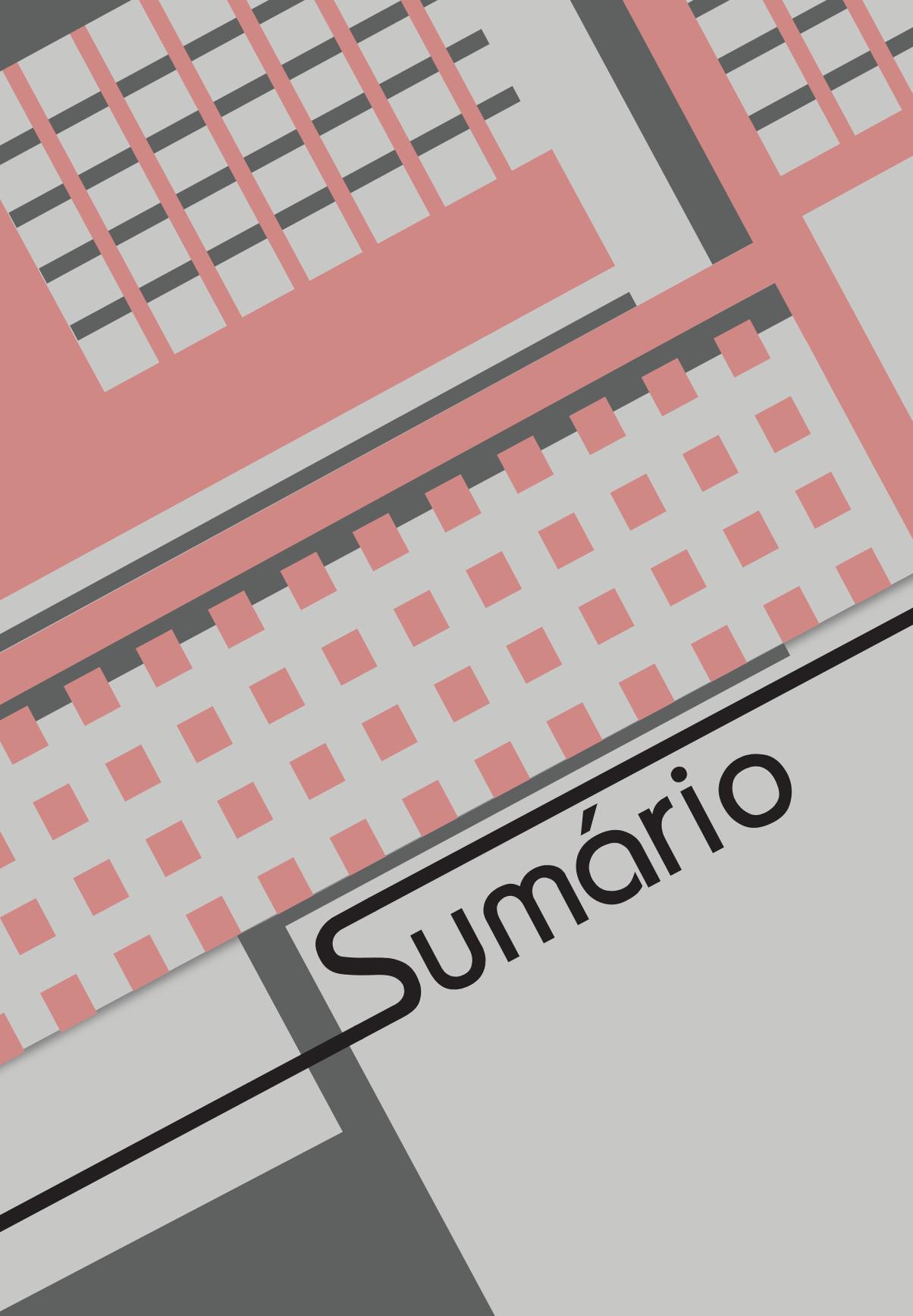
1. Mídia. 2. Cultura. 3. Sociedade. I. Título. II. Lara, Renata Marcelle. III. Camargo, Hertz Wendel de.

CDD: 070
CDU - 316.1



SYNTAGMA

Copyright © 2017, Syntagma Editores Ltda., Londrina (PR), 31 de julho de 2017.
www.syntagmaeditores.com.br

The background features a complex geometric pattern. It consists of several overlapping rectangular areas. One area is filled with a grid of small red squares. Another area is filled with a grid of thin black lines. A large, solid red rectangular shape is positioned in the upper left. The overall composition is dynamic due to the various angles and colors of the shapes.

Sumário

PREFÁCIO 9

AUTORES 347

1

GRUPOS DE PODER: O FORTALECIMENTO DOS SUÁBIOS DO DANÚBIO A PARTIR DA TRADIÇÃO E DA IDENTIDADE E DO DISCURSO MIDIÁTICO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA NO PARANÁ

Gilson A. Boschiero

13

ESCOLA SEM HOMOFOBIA: AS NARRATIVAS SEXISTAS E HETERONORMATIVAS EM MATERIAL SOBRE TRAVESTITUDE

Ricardo Desidério da Silva

27

2

3

"GUERRA DOS SEXOS": O FUNCIONAMENTO DO DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE EM DISCURSOS MIDIÁTICOS

Andréa Zíngara Miranda

53

CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO HAITIANO

Renata Aparecida Ianesko

83

4

5

NATTERER, COLECIONISMO, CIÊNCIA E PODER

Fernanda Silva Dias de Aquino

101

6

ACERVOS MUSEOLÓGICOS DO INTERIOR
PAN-AMAZÔNICO E INSUSTENTABILIDADES
POLÍTICAS E CULTURAIS

Ligia T. Lopes Simonian

127

O SUJEITO IDOSO COMO OBJETO DE SABER NO
DISCURSO CIENTÍFICO

Daniela Polla, Pedro Navarro

155

8

"MUITO VELHAS": BREVE CRÍTICA PELOS ESTUDOS
CULTURAIS DO "ENVELHECER" FEMININO DA MÍDIA

Ivania Skura

179

A IDENTIDADE DOCENTE NA PERSPECTIVA DO
ALUNO: OS DISCURSOS CONSTRUÍDOS NO
COTIDIANO DA SALA DE AULA

Silvio César L. da Silva, Paula Almeida de Castro

195

10

RELAÇÕES ENTRE TECNOLOGIA E TRABALHO:
SITE, ESPAÇO DIGITAL DE CONSTRUÇÃO DA
GRANDE EMPRESA

Maria Isabel Braga Souza, Telma D. da Silva

211

11

**ESCULTURA FUNERÁRIA EM PERSPECTIVA:
CHAVES DE LEITURA A PARTIR DE DIDI-HUBERMAN**

Maristela Carneiro

233

**A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM HISTÓRIA POR
MEIO DE PODCASTS: POSSIBILIDADES DE
EDUCAÇÃO HISTÓRICA PELA INTERNET**

Marcelo de S. Silva, Cesar Agenor F. da Silva

257

12

13

**"GUERRA MEMEAL" NO TWITTER: IMAGENS
"SUJEITO-RELIGIOSO" EM DISPUTA DISCURSIVA
ENTRE BRASIL E ARGENTINA**

Lucimara Cristina de Castro, Renata Marcelle Lara

287

**LÍNGUA PORTUGUESA E ENSINO: CONCEPÇÕES
DE GRAMÁTICA EM LIVROS DIDÁTICOS**

Letícia Jovelina Storto, Cláudia Maris Tullio

315

14

15

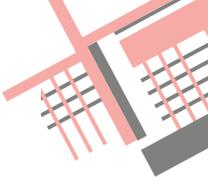
**ARTE, CULTURA, POLÍTICA: A CIRCULAÇÃO E O
CONSUMO DA MEMÓRIA DA DITATURA MILITAR
NO AMPLO PRESENTE BRASILEIRO**

Daniela Silva da Silva

331



Prefácio



MOSAICO, CALEIDOSCÓPIO, BRICOLAGEM: UM LIVRO PARA INTERPRETAR A MÍDIA, A CULTURA E A SOCIEDADE

A palavra *texto* tem origem no latim, *textum*, e apresenta, entre muitos outros conceitos, os sentidos de enredamento, entrelaçamento. No livro *Escola de Semiótica - A Experiência de Tartu-Moscou para o estado da cultura* (2003), de autoria da semioticista cultural Irene Machado, podemos encontrar outra definição para o termo *texto*: o conjunto de signos e códigos que forma um sistema, uma linguagem. Nessa concepção, um cartaz, uma obra literária, um filme, um fenômeno cultural, a mídia, o sistema social e toda a cultura são textos ao passo que são formados de signos, códigos, compõem linguagens e sistemas. Para a autora, a cultura é um tecido (outra ideia para entender os textos e suas textualidades), tal qual uma trama de fios que se entrelaçam, se cruzam, se enredam e a sustentabilidade, a coesão, a força e a firmeza que unem esses fios criam o que chamamos de cultura.

Assim, nos deparamos com o desafio de organizar um livro cujo título remete a esse universo caleidoscópico que entrelança o cultural ao social e, em grande parte das vezes, é representado pelos meios de comunicação. Conseguimos reunir pesquisas distintas, dialogar com pesquisadores (doutores, doutorandos e mestres) de várias universidades do país e apresentar uma gama de olhares sobre determinados fenômenos culturais e sociais, atravessados ou não pela mídia – incluso seus discursos, linguagens, imagens, preconceitos. Entre as universidades representadas neste livro figuram: UFPA, UFTM, UFG, UFMS, UNESP, UEM, UEL, PUCRS, UEPB, UTP, UNIVÁS, UNESPAR, UNICENTRO. No fim, o que era aparentemente um mosaico, se mostrou coeso, se sustenta por si só, e mostra o quão vastos são os temas, objetos e metodologias, tanto quanto os fenômenos culturais do passado, do presente e dos devires.

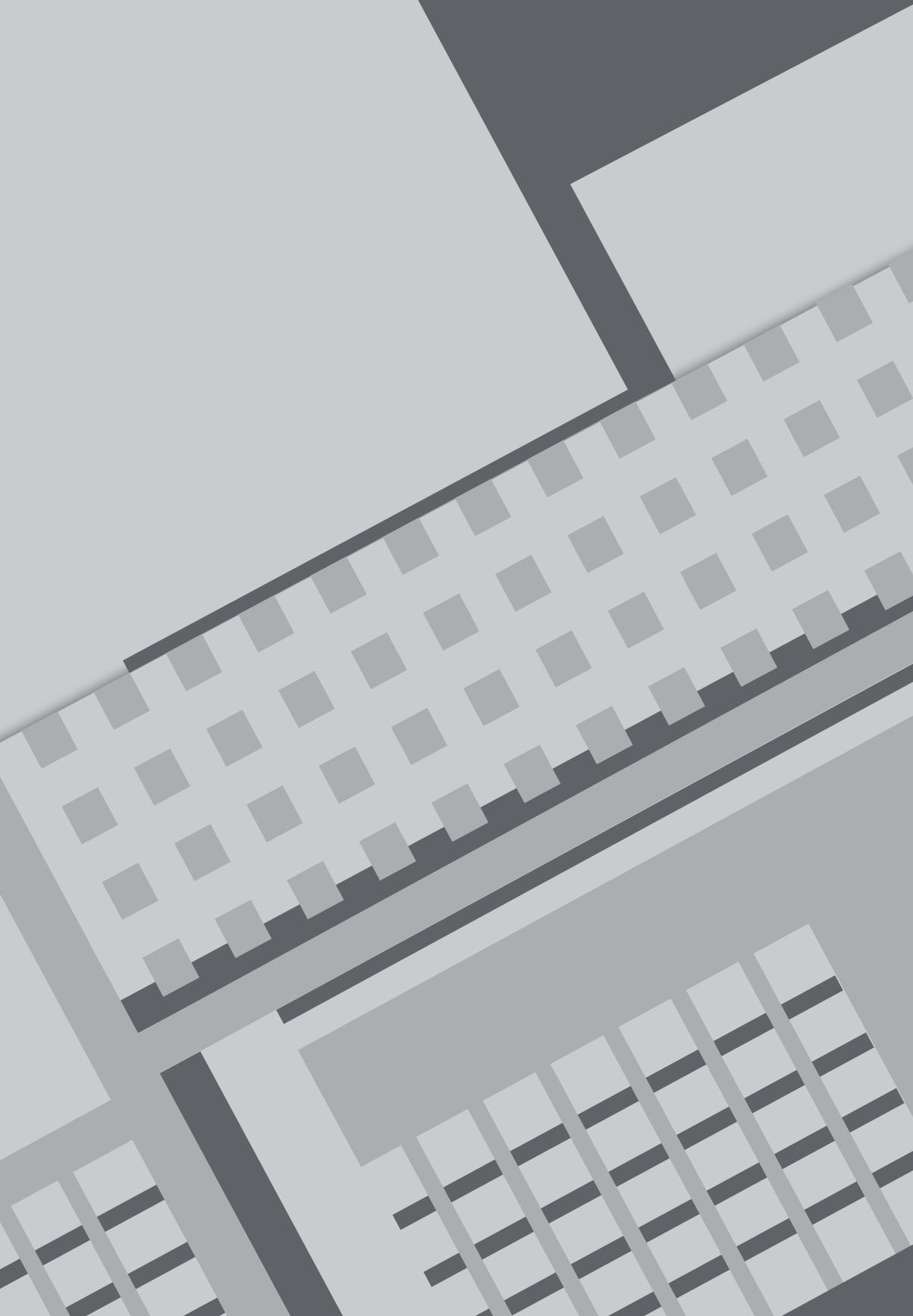
Desta maneira, o livro *Conexões: mídia, cultura e sociedade* apresenta 15 capítulos que representam esse universo da pesqui-

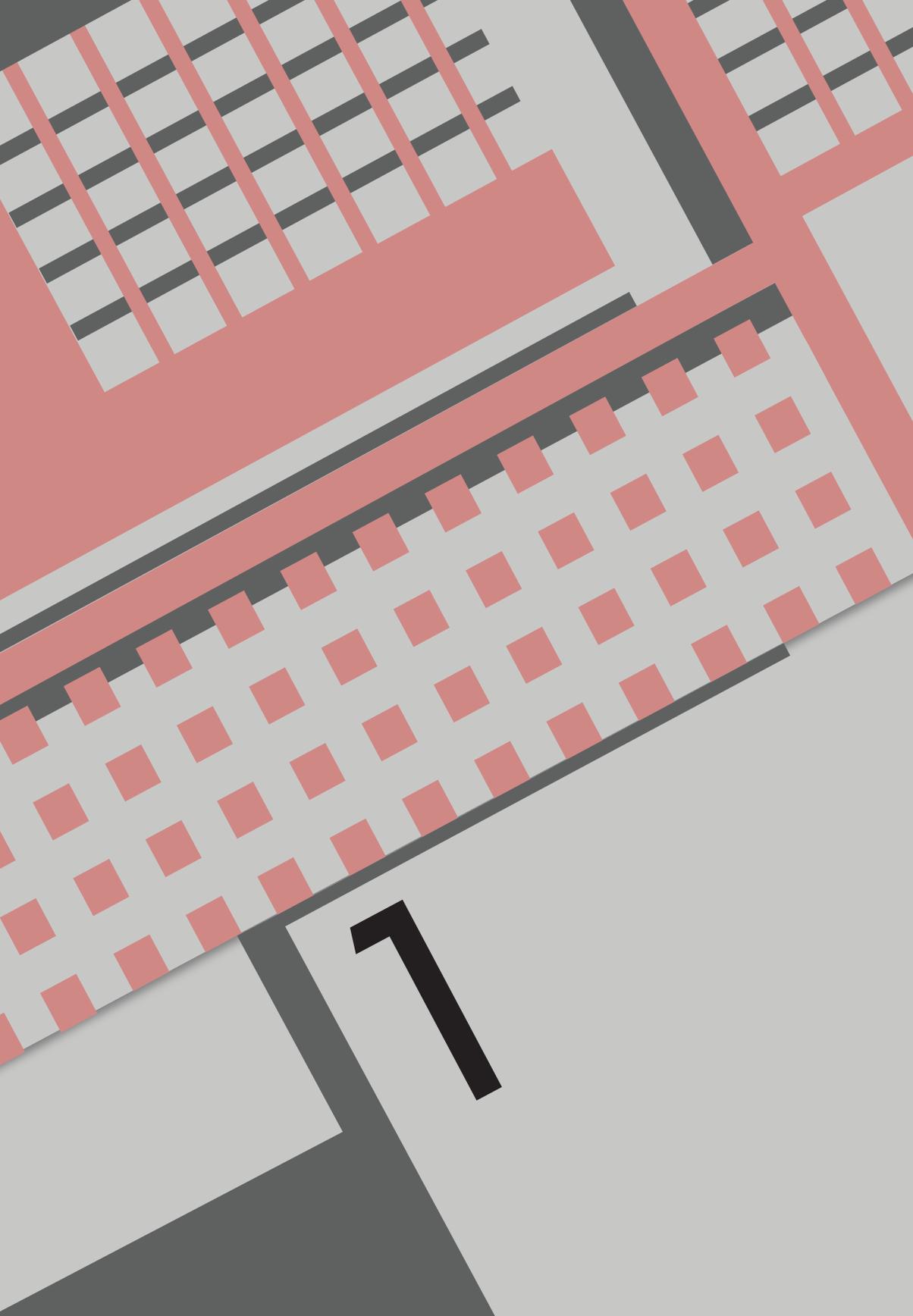
sa, tais quais uma bricolagem, onde cada peça tem seu papel, sua importância para compreender o que nos conecta uns aos outros, à realidade, ao imaginário, à nossa condição humana. Neste livro você encontra temas diversos que partem dos suábios de Guaruapuava à construção identitária dos haitianos. Das narrativas sexistas homofóbicas aos dispositivos da sexualidade na mídia. Da relação entre colecionismo, ciência e poder aos estudos dos acervos museológicos do interior pan-amazônico. Artigos que partem da objetivação do sujeito idoso à crítica do envelhecimento feminino na mídia; ou da identidade do professor em sala de aula na perspectiva do aluno, passando pelas concepções de gramática nos livros didáticos chegando às relações entre tecnologia e trabalho. De chaves de leitura de Didi-Huberman à divulgação científica da pesquisa em história por meio de *podcasts*. E, por fim, dos estudos dos memes e a imagem do sujeito religioso à circulação e consumo da memória da ditadura militar.

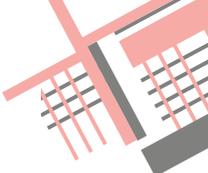
Apenas nos resta sugerir que transite pelos textos, pesquisas, e aproveite ao máximo os conhecimentos nesta publicação. Boa leitura!

Renata Marcelle Lara & Hertz Wendel de Camargo

Os organizadores







GRUPOS DE PODER: O FORTALECIMENTO DOS SUÁBIOS DO DANÚBIO A PARTIR DA TRADIÇÃO E DA IDENTIDADE E DO DISCURSO MIDIÁTICO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA NO PARANÁ¹

GILSON A. BOSCHIERO²

A dinâmica de chegada e adaptação nas últimas seis décadas, dos imigrantes suábios do Danúbio a Guarapuava/PR não foi simples devido às complexidades histórica e cultural. Os suábios do Danúbio são oriundos das guerras austro-húngaras e turcas ocorridas entre 1683 e 1718. Em 1720, os suábios partiram da cidade de Ulm, na Suábia (região do estado Baden Württemberg, sul da atual Alemanha), e depois de quase dois meses de viagem pelo rio Danúbio chegaram às planícies férteis (partes da atual Hungria, Romênia e Croácia) (AGRÁRIA, 2014).

As terras consideradas produtivas foram repovoadas com colonizações de germânicos (suábios), austríacos e húngaros e “após gerações de muito trabalho, a região do médio Rio Danúbio tornou-se o celeiro do Império Austro-Húngaro e pátria dos suábios do Danúbio” (AGRÁRIA, 2014). Após a I Guerra Mundial, o território foi dividido entre a Romênia, a Iugoslávia e a Hungria, e em 1943, a ascensão do movimento comunista Partisan, que se opunha ao atual regime, começa na Iugoslávia um processo de limpeza étnica da população alemã. Como afirma Friedrich (2005), jovens suábios integraram o exército alemão compulsoriamente e acenderam a rivalidade entre os povos nativos.

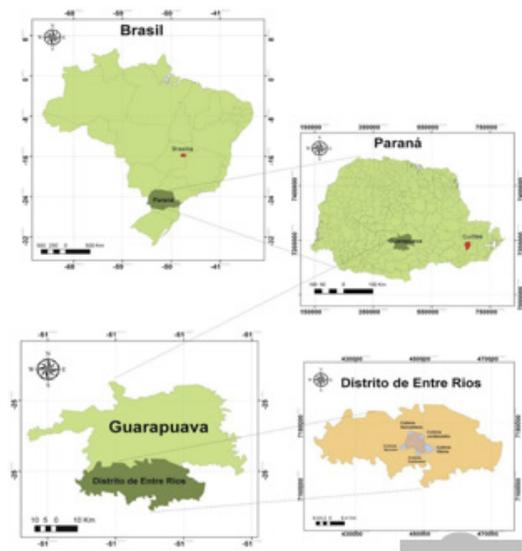
Descendentes de alemães e suábios foram expulsos das terras, abandonando casas, fazendas e equipamentos. Uma multidão de desalojados, entre eles os suábios (ELFES, 1971), refugiaram-se na Áustria, onde permaneceram por sete anos em condições pre-

1 Este texto é parte integrante de dissertação de mestrado em Geografia, defendida em 2014, pelo PPGG/Unicentro, em Guarapuava/PR.

2 Jornalista e Mestre em Geografia pela Unicentro – Universidade do Centro-Oeste do Paraná. Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste em Guarapuava/PR. E-mail: gilsonboschiero@yahoo.com.br.

cárias. Como eram agricultores, 500 famílias se inscreveram para o projeto que criaria uma cooperativa agrícola no Brasil. A partir de 1951, os suábios do Danúbio se estabeleceram em Guarapuava, data da instalação da Colônia de Entre Rios, conforme o Mapa 1.

**MAPA 1- LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ,
DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA E
DO DISTRITO DE ENTRE RIOS FORMADO PELAS 5 COLÔNIAS.**



FONTE: O autor, adaptação de Atlas Geográfico (IBGE 2004).

De acordo com Stein (2011), as terras escolhidas pelos imigrantes pertenciam a propriedades particulares que tinham como principal utilização a criação de animais, além de culturas de subsistência, e foram desapropriadas pelo governo do Paraná (STEIN, 2011, p. 61). A partir dessa reocupação, as áreas passaram a ser apropriadas e cultivadas com lavouras de trigo que ganharam mecanização. A ocupação transformou aquele espaço geográfico criando um novo território no município, formado por cinco colônias interligadas e com infraestrutura para atender aos imigrantes. Faz-se importante este estudo para percebermos as influências que a chegada desses imigrantes provocaram no modo de vida, nos costumes e nas tradições do município.

O TERRITÓRIO

Alguns conceitos teóricos sobre território, grupos de poder e desenvolvimento, ajudam explicar as características de ocupação dos suábios do Danúbio no distrito de Entre Rios. Para o geógrafo alemão Friedrich Ratzel, o território tem vinculação com o *boden* (solo) e o patriotismo, que encontrava sua identidade no Estado-Nação. Em uma perspectiva de luta pelo território/espaço vital, Ratzel afirma que os povos mais fracos seriam dominados, assimilados ou extintos pelos povos que estivessem em um patamar superior de civilização e de cultura. Do mesmo modo, Souza (2000) acredita que o território é um espaço definido e marcado pelas relações de poder e, portanto, é também um instrumento de exercício de poder, com dominantes e dominados.

Raffestin (1993) traz para o conceito de território o caráter político, diferenciando-o de espaço. Desta forma, de acordo com o autor, não é possível falar de território sem levarmos em consideração as ações de poder que nele incidem, de um governante ou de um grupo estabelecido, a manutenção da língua, o exercício de uma crença religiosa, a defesa de uma posição política e a exploração dos recursos naturais.

Percebe-se que a Cooperativa Agrária ao ser instalada no distrito de Entre Rios apropriou-se economicamente e culturalmente desse território, mudou as formas de produção e posse da terra, com culturas de cereais em campos onde anteriormente existiam mato e gado. Um modo diferente de viver e agir que criou novas territorialidades. A organização dos suábios alterou a economia local no que diz respeito principalmente ao setor do agronegócio e à arrecadação de impostos pelo município. Mesmo distante de suas terras, os suábios esforçaram-se para manter as tradições, a língua e a religião.

OS SUÁBIOS DO DANÚBIO: PERCEPÇÕES ENTRE O DISCURSO E A REALIDADE

Esse movimento migratório para o município de Guarapuava marcou a predominância da representação da identidade alemã,

além de trazer costumes e cultura diferentes, desenvolvimento local, mas também segregação. É na representação cultural e na identidade do grupo estudado, que encontramos os significados das práticas que estabelecem os laços sociais. As identificações neste contexto social se dão no território apropriado e transformado e revelam como os suábios do Danúbio se relacionam em sociedade. A centralidade da cultura é definida por Stuart Hall (1997) em função das significações dadas pelos sujeitos ou grupos às práticas realizadas em sociedade. Os seres humanos são interpretativos e criam códigos que dão sentido às ações.

A partir dessas constatações fizemos uma análise a respeito das conexões presentes em um território, como o poder, seja ele econômico, político ou cultural, a segregação e a cooperação deste grupo, a partir de alguns recortes feitos na mídia local. Utilizamos reportagens veiculadas pelo Jornal Diário de Guarapuava e, pela inexistência de outro periódico jornalístico diário impresso, pelo site Rede Sul de Notícias, que traz informações locais e regionais. De acordo com Saussure (1991), o significado de um discurso estaria fundamentado na afirmação que tem como regra aquilo que está oculto.

Em reportagem publicada no dia 5 de maio de 2011, pelo site Rede Sul de Notícias, com o título: “Agrária comemora 60 anos de conquistas nesta quinta-feira”, percebemos a sustentação desse discurso que reforça a ideia de que os imigrantes suábios souberam reverter as dificuldades encontradas no cultivo da terra, com a modernização da agricultura conforme trecho a seguir:

Esta quinta-feira (5) marca os 60 anos de criação da Cooperativa Agrária, localizada no distrito de Entre Rios, em Guarapuava. Relembrar a história da cooperativa é traçar um percurso escrito com trabalho, suor e sucesso. Criado para atender a 500 famílias de imigrantes suábios do Danúbio (vindos do sudeste da Europa), sob uma nova perspectiva de vida, o projeto se revelou como uma transformação: o distrito de Entre Rios ganhou cinco comunidades com forte presença suábia e a agricultura da região se destacou por tecnificação e altas produtividades, como destaca a assessoria de comunicação da entidade (REDE SUL DE NOTÍCIAS, 2011, não paginado).

O conservadorismo característico das famílias tradicionais é abordado pelo ex-prefeito de Guarapuava Luiz Fernando Ribas Carli, que nega existir resistência por parte dos moradores de Guarapuava com relação aos imigrantes. “Não, não havia. O guarapuavano demonstra resistência, mas ele bate palma para o cara que chega de fora, sabe?” (CARLI, 2013)

Elke Leh Basso³ (2013), filha de Mathias Leh, critica essa postura conservadora dos guarapuavanos, que “não conseguiam abrir as fronteiras para novas culturas ou novos investimentos”. Para a entrevistada o distrito avançou mais do que a cidade e afirma que “Entre Rios conseguiu crescer sem Guarapuava porque foram atrás”.

Nesta frase podemos perceber que Basso diferencia os moradores nascidos no município de Guarapuava dos descendentes suábios que foram, segundo ela, mais empreendedores e lutaram em causa própria. Ainda mais enfática é Karin Katharina Leh⁴ (2013) ao afirmar que esse conservadorismo é cultural. “Lá dentro de Guarapuava isso é cultural. Nós aqui temos muitas coisas culturais na nossa comunidade, mas Guarapuava tem essa cultura fechada, acho que muito mais impregnada que os próprios alemães aqui”.

Outro fator cultural que expressa poder é a língua mantida pelos pioneiros e descendentes. Sobre a língua, Leh (2013) afirmou: “Nós falamos entre nós o alemão, mas com os nossos funcionários, nossa redondeza, vamos dizer, a gente assumiu. Nós somos brasileiras, só continuamos sendo diferentes por causa dessa tradição.” E essa diferença estaria presente ainda pela cultura, o que, aliás, é verdadeiro, mas não pode ser segregador.

Apesar dessa constatação que valoriza a cultura do diferente e que a coloca como singular ao grupo, Silvestri Filho (2013) faz uma análise positiva e de contribuição cultural dos suábios do Dánúbio em Guarapuava.

3 Entrevista com Elke Leh Basso, concedida a Gilson Boschiero, no Memorial Mathias e Elizabeth Leh, no distrito de Entre Rios, às 10h do dia 28/05/2013. Basso é filha de Mathias Leh que foi presidente da Cooperativa Agrária por 28 anos.

4 Entrevista com Karin Katharina Leh, concedida a Gilson Boschiero, no Memorial Mathias e Elizabeth Leh, no distrito de Entre Rios, às 10h do dia 28/05/2013. Leh é filha de Mathias Leh que foi presidente da Cooperativa Agrária por 28 anos.

Eu posso dizer que hoje em Guarapuava eu tenho uma festa tradicional no período de maio, que é a festa da Árvore de Maio. É deles, faz parte do calendário cultural do município. Então eles enriquecem a nossa cultura, preservando a própria cultura deles (SILVESTRI FILHO, 2013, não paginado).

O que aflora neste momento é o fato de existir uma pauta de supervalorização desses imigrantes por parte de algumas representações políticas, o que também reforça a identidade, a cultura e, por consequência, confere-lhes poder. O que os faz diferentes, de acordo com os entrevistados suábios, é o jeito de ser. Os descendentes afirmam não promover nenhum tipo de segregação, mas indicam que esta divisão existe por parte dos não descendentes nascidos no município. O que se pode concluir, a partir daí, é que existe, em um mesmo território, diferentes territorialidades e formas de vivências e de experiências que tornam as pessoas diferentes.

O FORTALECIMENTO DOS SUÁBIOS A PARTIR DA TRADIÇÃO E DA IDENTIDADE

A cultura trazida pelos suábios do Danúbio desde a chegada até os dias atuais é uma marca que esses imigrantes se esforçam para manter, como a língua, os costumes, a religião e o jeito de se organizar enquanto um grupo social. A tradição cultural também pode assumir um diferencial e se caracterizar como uma forma de poder.

A edição eletrônica do Jornal Diário de Guarapuava (10/10/2012) trouxe uma reportagem sobre a Festa da Cevada, com o título: “Celebração ecumênica abre Festa da Cevada 2012”. O texto informava que a festa, com cinco dias de programação, incluía noite cultural, uma peixada, um baile suábio e um almoço típico. Um trecho do texto informa: “A partir de quinta-feira, apresentações que retratam tradição e cultura suábias permeiam a Festa da Cevada, com envolvimento de 135 pessoas da Fundação Cultural Suábio-Brasileira (FCSB)”. Já o site Rede Sul de Notícias do dia 12/10/2012 tratou do tema com o título: “Peixada movimentada a programação da Festa da Cevada neste sábado”. A reportagem apresenta a festa com vários adjetivos: tradicional, famosa e grande, e traz no texto uma dimensão do que é o evento.

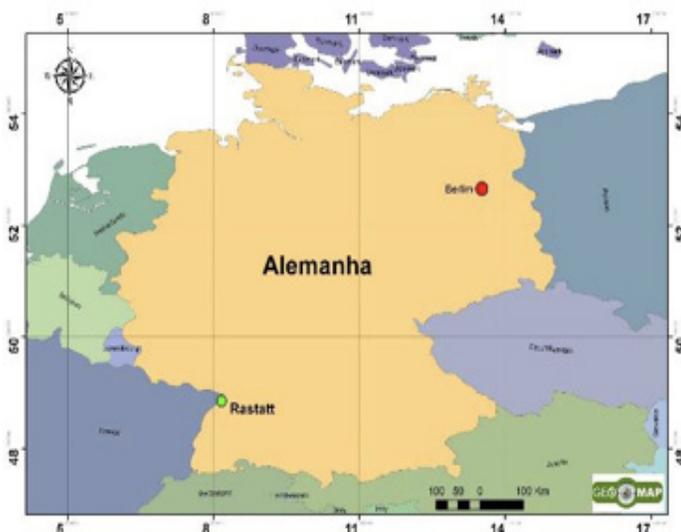
A tradicional Festa da Cevada que acontece anualmente em Entre Rios, continua nesta sexta feira (12) com a famosa Peixada e Baile Suábio. O evento está programado para acontecer às 20h no Salão de Festas do Setor Industrial na Colônia Vitória. Milhares de pessoas devem participar do baile, que acontece também nesse sábado (13). Segundo os organizadores do baile, tudo já está preparado para o grande baile desta noite. Estimativas garantem que devem ser servidos cerca de 5.000 peixes e mais de 4.000 litros de chope, nos dois dias de baile. No domingo, também no salão de festas do setor industrial, será servido almoço com gulasch e strogonoff, oferecido pela Comunidade Luterana da Colônia Cachoeira. Antes e depois, grupos da Fundação Cultural animam o público, no encerramento das festividades (REDE SUL DE NOTÍCIAS, 2012, não paginado).

Pelo exposto podemos perceber que existe uma preocupação em reafirmar que a programação da festa reforça a identidade suábica, ao informar que a “tradição e a cultura suábicas” estarão presentes todos os dias na Festa da Cevada, que é uma comemoração anual pela safra obtida com o cereal. A cobertura pela imprensa também ajuda na manutenção desse símbolo cultural ao noticiar as festividades mensurando a quantidade de pessoas esperadas para o baile e a quantidade de peixes e de chopp que devem ser servidos. No próprio site da Cooperativa Agrária encontramos a seguinte informação:

A Agrária é uma organização que possui e valoriza a preservação de sua identidade: a cultura dos suábios do Danúbio (imigrantes de origem alemã). Desde nosso surgimento, temos incentivado nossos cooperados (pioneiros suábios e descendentes) a manter vivos suas tradições e seu idioma (COOPERATIVA AGRÁRIA, 2013).

O exemplo mais recente de preocupação com a manutenção dessa cultura é a cooperação com a Alemanha em um acordo de bilateral entre Guarapuava e Rastatt, cidade alemã que há 25 anos se tornou coirmã. Rastatt está localizada no Sul da Alemanha, no estado de Baden-Württemberg (Mapa 2) e tem aproximadamente 48 mil habitantes.

MAPA 2 – RASTATT NA ALEMANHA E A CAPITAL BERLIM.



FONTE: o autor, adaptação GeoMap.

O prefeito de Rastatt, Hans Jürgen Pütsch⁵ participou das comemorações da Festa da Cevada no distrito de Entre Rios em outubro de 2013. Pütsch (2013) disse que muitos imigrantes que vieram para Guarapuava não se adaptaram ao clima e às condições de trabalho durante a fase de colonização e retornaram para a Alemanha “e a maioria deles se fixou na cidade de Rastatt” (PÜTSCH, 2013)⁶.

Ao longo desses anos todos, já houve diversos intercâmbios, principalmente no aspecto cultural, onde diversos grupos de Entre Rios já foram para lá e já vieram inúmeros grupos de Rastatt para cá também. E isso também aproximou as cidades (PÜTSCH, 2013).

Perguntado sobre a cooperação econômica entre os dois municípios e a vinda de empresas para Guarapuava, Pütsch (2013) disse que o foco da assinatura feita há 25 anos é a troca cultural,

⁵ Entrevista com Hans Jürgen Pütsch, prefeito há 6 anos de Rastatt (1º mandato) concedida a Gilson Boschiero, no distrito de Entre Rios às 12h00 do dia 13/10/2013, durante encerramento da Festa da Cevada.

⁶ O historiador Marcos Nestor Stein afirma, no entanto, que ex-moradores do distrito de Entre Rios nunca retornaram para a Alemanha.

não havendo nenhum intercâmbio econômico, empresarial ou científico, já que isso foge ao seu controle e depende de decisões empresariais e não de um prefeito.

Em reportagem postada no portal de imprensa da Cooperativa Agrária, no entanto, o discurso é outro. No dia 10/10/2013 o portal publicou uma reportagem com o título: “Delegação de Rastatt visita coirmã e participa da Festa da Cevada 2013” e informa que uma delegação chefiada pelo prefeito de Rastatt, Hans Jürgen Pütsch, terá um dia de muitas visitas pelo município. O texto informa ainda que o acordo firmado em 1988 tem por objetivo “estreitar o relacionamento entre ambas as cidades, assim como entre Rastatt e o distrito de Entre Rios, no sentido de fomentar o intercâmbio cultural, econômico e científico”.

Outra reportagem sobre o tema foi publicada pelo Diário de Guarapuava no dia 11/10/2013 com o título: “Intercâmbio busca compreensão entre os povos, diz prefeito de Rastatt” e com subtítulo: “Para Hans Pütsch, as recentes visitas entre Guarapuava e a cidade alemã de Rastatt significam um novo momento, em que o intercâmbio deixa de ser apenas cultural, e se torna também econômico”. Foi exatamente esse enfoque que o prefeito alemão negou durante a nossa entrevista.

Outra reportagem foi a publicada pelo site Rede Sul de Notícias e Diário de Guarapuava no dia 09/10/2013 com o título: “Prefeito alemão está em Guarapuava para ratificar intercâmbio comercial”. No dia 10/10/2013 o mesmo site publicou nova reportagem, desta vez com o título: “Cesar Filho destaca interesse de empresa europeia em Guarapuava”.

Novamente o destaque é dado para o setor econômico como demonstra este trecho da reportagem: “O prefeito da cidade alemã de Rastatt, Hans Jürgen Pütsch vem a Guarapuava para reforçar a intenção de manter intercâmbio comercial, tecnológico e cultural com o município”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o caminho percorrido com base na literatura específica (referências bibliográficas), na análise de reportagens e no conteúdo das entrevistas coletadas, chegamos a algumas considerações. Observamos, nas reportagens acima citadas, que existe clara intenção de reforçar um discurso que esse intercâmbio entre as duas cidades tem fins econômicos e comerciais, o que foi negado pelo prefeito alemão. Percebemos que existe um esforço constante pela manutenção da história e da identidade cultural acerca dos suábios do Danúbio em Guarapuava, conferindo-lhes um *status* social diferenciado.

A história, no entanto, também percorre outros caminhos que não só os oficiais divulgados pela Cooperativa Agrária e por representantes políticos e está presente entre as famílias dos descendentes.

Os imigrantes suábios trouxeram benefícios, técnicas mais avançadas no cultivo da terra, com a organização do trabalho e com a cultura, mas estiveram primeiramente voltados ao bem-estar do grupo que aqui se estabeleceu, não privilegiando um indivíduo ou o grupo já existente no município. Desde a instalação percebeu-se que os suábios estiveram preocupados com a construção da identidade cultural do grupo, instrumento fundamental que mais tarde vai ajudar no fortalecimento da identidade desses imigrantes enquanto grupo étnico.

As abordagens feitas sobre território, territorialidade e poder deram subsídios essenciais para entendermos melhor a trajetória desse grupo de imigrante. As diferenças de cultura, modo de vida, idioma e as tradições trazidas com eles da Europa também foram características importantes na redefinição do território ou no surgimento de uma nova territorialidade.

A conclusão que se chega, mesmo que pontual é a de que o assentamento desses imigrantes ao longo de seis décadas acabou dando origem a outro território, a colônia dos alemães, resultado de um processo de segregação espacial e cultural que valorizou, em primeiro lugar, a tradição e cultura germânica.

REFERÊNCIAS

BASSO, Elke L. **Entrevista concedida a Gilson Boschiero**. Entre Rios/ Guarapuava, Memorial Mathias e Elizabeth Leh, 25 mai. 2013.

CARLI, Fernando Ribas. **Entrevista concedida a Gilson Boschiero**. Guarapuava, Empresa Carliplac, 03 jun. 2013.

COOPERATIVA AGRÁRIA. **Relatório Anual**. 2012.

COOPERATIVA AGRÁRIA. **Informativo Agrária**. Disponível em: <http://www.agraria.com.br/ex_tranet/arquivos/portal_informativo/2012_12.pdf>. Acesso em: 28 out. 2013.

COOPERATIVA AGRÁRIA. **Perfil 2014**. Enviado por e-mail pela Assessoria de Imprensa da cooperativa para este pesquisador no dia 16 jan. 2014.

DIÁRIO DE GUARAPUAVA. **Celebração ecumênica abre Festa da Cevada 2012**. Guarapuava, 10 out. 2012. Disponível em: <<http://www.diariodeguarapuava.com.br/noticias/guarapuava/11,5419,10,10,celebracao-ecumenica-abre-festa-da-cevada-2012.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

ELFES, Albert. **Suábios no Paraná**. Curitiba: [s.n.], 1971.

FRIEDRICH, Marli. **Gênese e evolução do distrito de Entre Rios e a Cooperativa Agrária**. 2005. Monografia apresentada no Curso de Pós-Graduação em Geografia da Unicentro, Guarapuava, 2005.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n° 2, p. 15-46, jul./dez, 1997.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

LEH, Karin K. **Entrevista concedida a Gilson Boschiero**. Entre Rios/ Guarapuava, Memorial Mathias e Elizabeth Leh, 25 mai. 2013.

PÜTSCH, Hans Jürgen. Prefeito há 6 anos de Rastatt (1º mandato) **Entrevista concedida a Gilson Boschiero, durante encerramento da Festa da Cevada**. Distrito de Entre Rios às 12h00 do dia 13/10/2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

REDE SUL DE NOTÍCIAS. **Agrária comemora 60 anos de conquistas nesta quinta-feira**. Guarapuava, 05 mai. 2011. Disponível em: <<http://www.redesuldenoticias.com.br/noticia.aspx?id=35030>>. Acesso em 20 jun. 2013.

REDE SUL DE NOTÍCIAS. **Peixada movimentada a programação da Festa da Cevada neste sábado**. Guarapuava, 12 out. 2012. Disponível em: <<http://www.redesuldenoticias.com.br/noticia.aspx?id=46082>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

REDE SUL DE NOTÍCIAS. **Projeto de Cesar Filho presta homenagem aos imigrantes suábios**. Guarapuava, 11 out. 2011. Disponível em: <<http://www.redesuldenoticias.com.br/noticia.aspx?id=38362>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

REDE SUL DE NOTÍCIAS. Disponível em: <<http://www.redesuldenoticias.com.br/noticia.aspx?id=58827>>. Acesso em: 30 out. 2013.

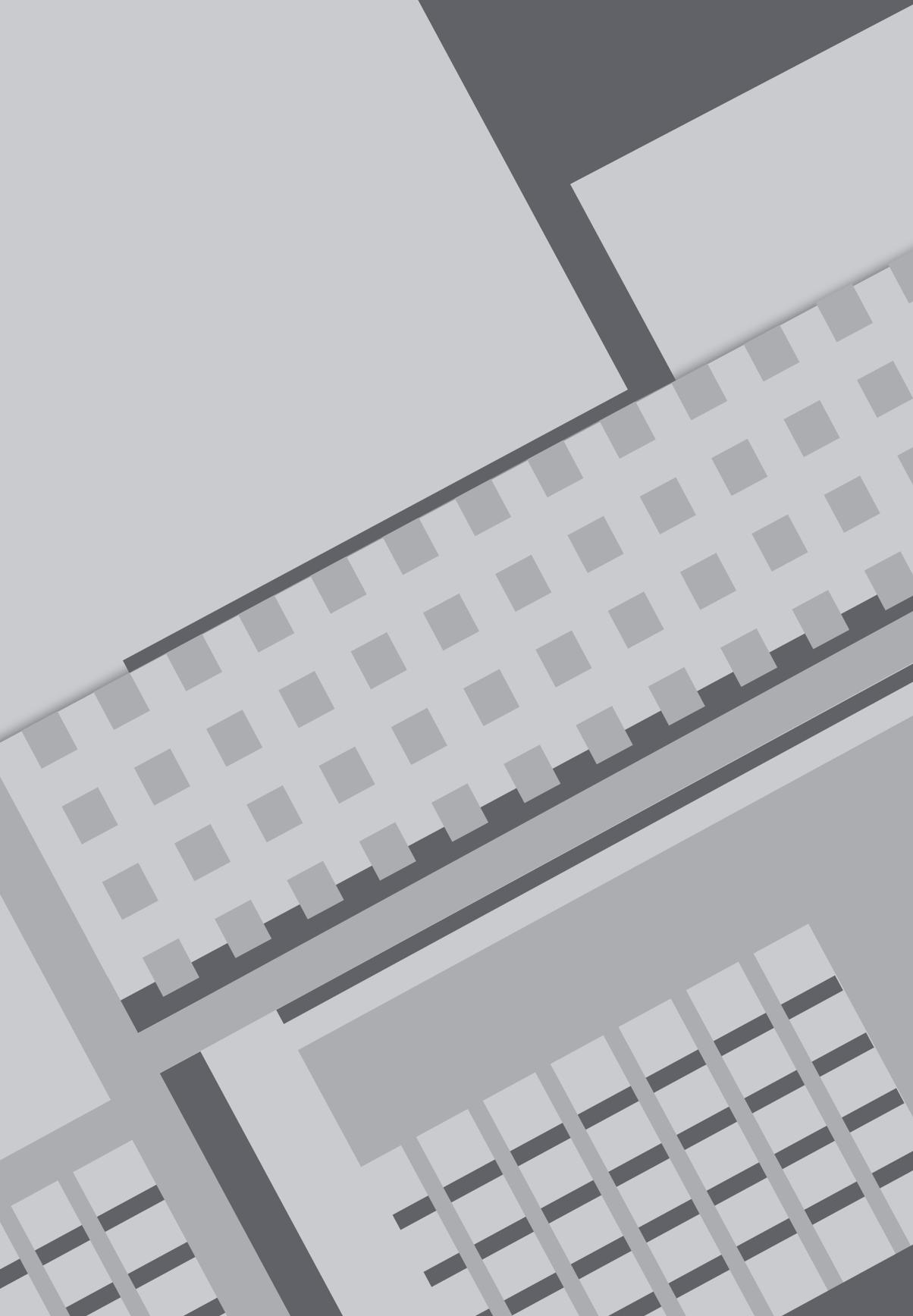
SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. São Paulo, Cultrix, 1991.

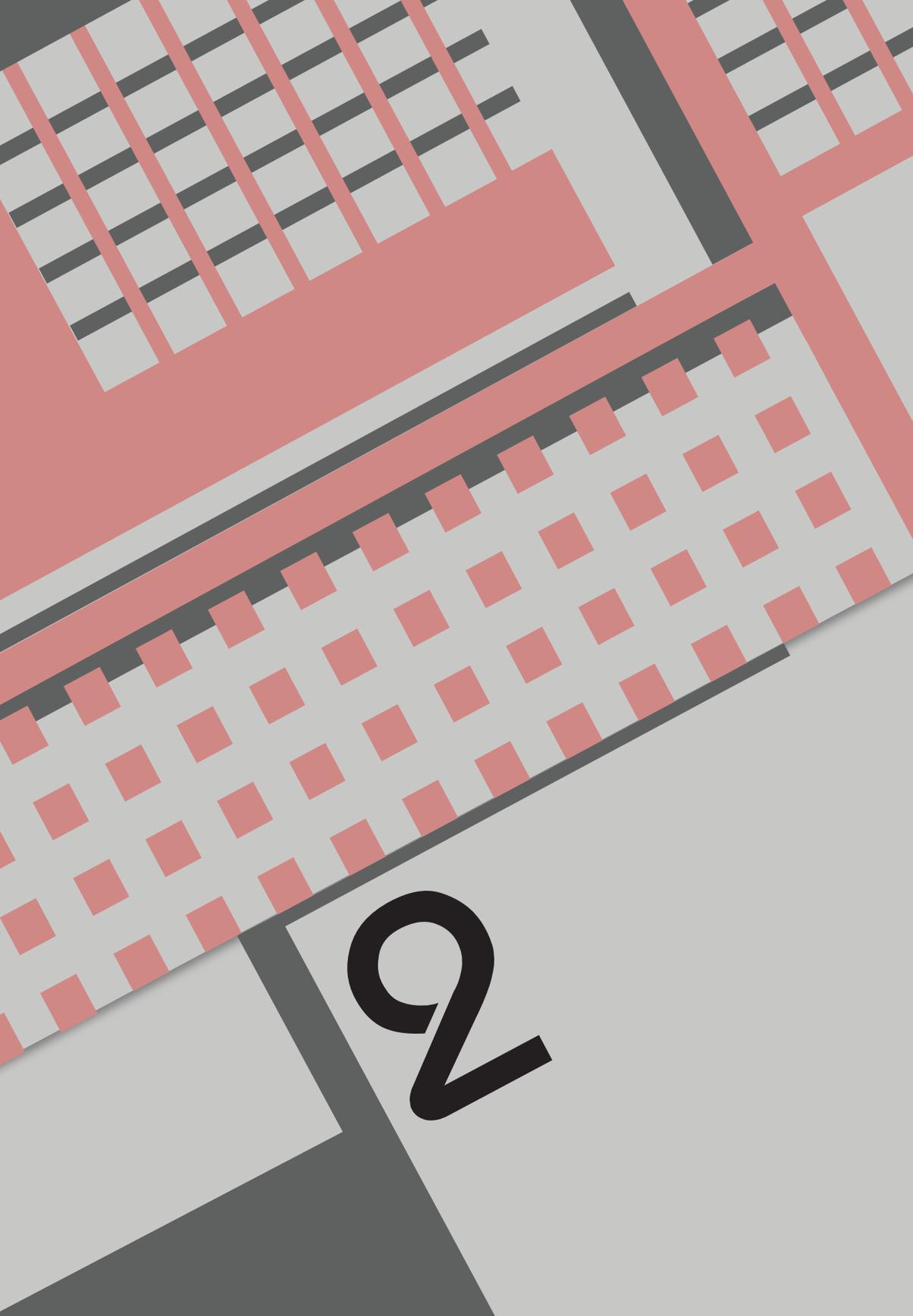
SILVESTRI FILHO, Cesar. **Entrevista concedida a Gilson Boschiero**. Guarapuava, Prefeitura de Guarapuava, 04 jun. 2013.

SOUZA, Marcelo J. L. de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná. E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. A. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

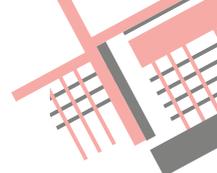
STEIN, Marcos N. **O Oitavo Dia**: Produção de Sentidos Identitários na Colônia Entre Rios - PR (Segunda metade do século XX). Guarapuava/Paraná: Unicentro, 2011.

STEIN, Marcos Nestor. **Imigração, dissensos e adaptações**: análise da formação de uma colônia de refugiados da Segunda Guerra Mundial no Paraná. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/297.pdf>>. Acesso em: 12 de out. 2013.





2



ESCOLA SEM HOMOFOBIA: AS NARRATIVAS SEXISTAS E HETERONORMATIVAS EM MATERIAL SOBRE TRAVESTIUIDADE¹

RICARDO DESIDÉRIO DA SILVA²

Desde o nascimento, recebemos marcas pré-estabelecidas de ser homem e ser mulher e ao ingressar na escola, meninos e meninas já respondem a essa lógica, respondendo as regras sociais, construindo um conceito desse significado e de seu papel na sociedade. Segundo Junqueira (2009, p.375) existem várias “normas, injunções disciplinadoras e disposições de controle voltadas a estabelecer e a determinar padrões e imposições normalizantes no que concerne a corpo, gênero, sexualidade”. Assim, as problematizações sobre a diversidade sexual dentro da escola são cada vez mais necessárias na medida em que elas constituem os estudantes e a todos na escola que respondem a uma lógica de poder que impõe padrões rígidos sobre a nossa sexualidade.

Nunes e Silva (2006) nos lembram de que todos nós, pesquisadores e estudiosos no campo da Educação Sexual, preocupamos em reduzir o sexismo e os estereótipos sexuais, ainda existentes em nossa sociedade. Sexismo, ou preconceito de gênero denominado pelos autores, consiste “em identificar características que evoquem determinismos diferenciais e conceituações significativas pejorativas entre as identidades de gênero” (NUNES; SILVA, 2006, p. 68-69) e quando adentramos no campo da diversidade sexual, um aspecto muito importante diz respeito à identidade sexual e à identidade de gênero que pode ser definida como:

1 Este trabalho é parte da tese de doutorado “Educação Audiovisual da Sexualidade: olhares a partir do Kit Anti-Homofobia” junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, Campus Araraquara-SP (SILVA, 2015).

2 Pedagogo. Doutor em Educação Escolar, na linha de pesquisa em Sexualidade, Cultura e Educação Sexual pela UNESP/Araraquara-SP. Professor no Curso de Pedagogia da UNESPAR – Universidade Estadual do Paraná, Campus de Apucarana-PR e Professor do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual, UNESP, Araraquara-SP. E-mail: contatodesiderio@hotmail.com.

A primeira diz respeito ao processo de identificar-se psicologicamente como homem ou mulher, o que poderia ser designado, de forma simples, de sexo psicológico, e que se dá, comumente, antes de se completar o segundo ano de vida. A identidade de gênero, isto é, o sexo social, refere-se ao processo pessoal de estruturação e direcionamento de comportamentos e de condutas sociais (forma de falar, de se vestir, de andar etc.) para um esquema masculino ou para um esquema feminino, ambos construídos social e culturalmente (FIGUEIRÓ, 2007, p. 4).

Assim, as identidades (sexual e de gênero) e a orientação sexual, aqui entendida como a orientação do desejo, que pode voltar-se para pessoas de mesmo sexo (homossexualidade), de sexo oposto (heterossexualidade) ou ambos (bissexualidade ou ambissexualidade), constituem o que Figueiró (2007) denomina de “identidade pessoal” e esta identidade, portanto, configura-se como uma ampla diversidade sexual (pessoas heterossexuais, homossexuais, bissexuais e transgêneras -travestis e transexuais).

A heterossexualidade historicamente foi marcada como sendo a única expressão desejável e aceita; ainda é considerada dominante como símbolo de poder e imposta pela sociedade como expressão legítima e “normal” da sexualidade, colocando tudo o mais no lugar de “desvio”.

Nas relações de gênero, Louro (2009), afirma que, em nossa cultura, a heteronormatividade se dá de forma muito mais intensa e/ou mais visível em relação ao gênero masculino. E essas situações levam a expressão da homofobia.

A homofobia, nesse sentido, transcende tantos aspectos de ordem psicológica, quanto a hostilidade e a violência contra pessoas homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo, etc. Ela, inclusive, diz respeito a valores, mecanismos de exclusão, disposições e estruturas hierarquizantes, relações de poder, sistemas de crenças e de representação, padrões relacionais e identitários, todos voltados a naturalizar, impor, sancionar e legitimar uma única sequência sexo-gênero-sexualidade centrada na heterossexualidade e rigorosamente regulada pelas normas de gênero (JUNQUEIRA, 2009, p. 375).

Costa (2002, p. 21) acredita que existam pessoas que sentem “diversos tipos de atração erótica ou de se relacionar fisicamente

de diversas maneiras com outros do mesmo sexo biológico”, porém, prefere “a noção de homoerotismo a de ‘homossexualismo’”, justificando-a por três razões:

Primeiro, porque exclui toda e qualquer alusão a doença, desvio, anormalidade, perversão, etc., que acabaram por fazer parte do sentido da palavra “homossexual”. Segundo, porque nega a ideia de que existe algo como “uma substância homossexual” orgânica ou psíquica comum a todos os homens com tendências homoeróticas. Terceiro, enfim, porque o termo não possui a forma substantiva que indica identidade, como no caso do “homossexualismo” de onde derivou o substantivo “homossexual” (COSTA, 2002, p. 21-22).

Pessoas consideradas homossexuais, segundo Couto (1999), pertencem a um sexo, seja masculino ou feminino e elegem como objeto erótico pessoas de mesmo sexo, mas não têm o desejo de “mudar” de sexo, nem o discrimina³. No caso dos transgêneros a caracterização ocorre pelo desejo de pertencimento a um sexo que não constitui ao de seu nascimento ou aquilo que os padrões o determinam como tal. Atualmente, tanto as travestis, quanto as/os transexuais são denominadas de transgêneros, que, segundo Mott (2003, p. 15), “incluem todas as pessoas que assumem socialmente o *papel de gênero* oposto ao sexo biológico de seu nascimento”. As travestis são pessoas que adotam modos de se comportar, ou de comunicar, semelhantes ao do outro sexo. A travesti, quando homem, se realiza vestindo-se e apresentando-se como mulher e, eventualmente, fazendo alteração no corpo, como aplicações de silicone, mas não costuma alterar seus órgãos genitais (EGYPTO, 2005).

A transexual, ainda segundo Egypto (2005, p. 71), “é uma pessoa que acredita que seu corpo não corresponde a sua identidade psíquica. A pessoa se sente mulher num corpo de homem ou homem num corpo de mulher”, chegando até a realizar operações de transgenitalização ou adequação genital, autorizadas no Brasil desde 1997 (MOTT, 2003).

Peres (2009, p. 236), de modo bem simplificado, define:

3 Tomamos essa definição apresentada pelo autor apenas para fins didáticos, pois compreendemos a homossexualidade uma realidade ontológica.

As travestis como pessoas que se identificam com a imagem e o estilo feminino, apropriando-se de indumentárias e adereços de sua estética, realizando com frequência a transformação de seus corpos, quer por meio de ingestão de hormônios, quer através da aplicação de silicone industrial e das cirurgias de correção estética e de próteses. As transexuais são pessoas com demandas de cirurgias de mudança de sexo e de identidade civil, demandas que não encontramos nas reivindicações emancipatórias das travestis. Já as transgêneros são pessoas que se caracterizam esteticamente por orientação do gênero oposto, não se mantendo o tempo todo nesta caracterização, como o fazem as travestis e as transexuais. Como exemplos destas últimas podemos elencar as/os transformistas, as *drags queens*, os *drag kings* etc.

Estas definições, nos possibilitam aproximar mais deste campo da diversidade sexual que ainda hoje, precisa ser melhor explorado no âmbito escolar, principalmente nas ações e políticas públicas para inserção de uma Educação Sexual nas escolas. Nunes e Silva (2006) nos alertam para uma Educação Sexual repressora, já que a mesma tem o sexismo como principal forma de ação, principalmente em se tratando das atitudes que ocorrem entre estudantes e educadores no ambiente escolar. Com isso, muitas das abordagens da sexualidade ainda presentes em nossa sociedade se dão por esse sexismo atrelado ao senso comum, o que reforça ainda mais o descompromisso com a temática da diversidade sexual.

O sexismo e as manifestações de violência, ainda tão evidentes nas escolas, principalmente em relação ao preconceito e discriminação quanto a lesbofobia, a homofobia e a transfobia, são expressas muitas vezes por meio da violência simbólica, e que nem por isso deixa de ser tão desumana segundo Ferrari (2003). Assim, todas estas ações discriminatórias presente nas instituições de ensino, nos leva a pensar em ações que possam permitir estes diálogos tão necessários.

Diante do exposto, consideramos importante analisar materiais que, em tese, seriam destinados a problematização dessa temática no contexto escolar, como o vídeo descrito a seguir.

MÉTODO

Este estudo caracteriza-se por uma pesquisa qualitativa descritiva, tipo documental que teve por objetivo descrever e analisar o vídeo “Encontrando Bianca”, parte integrante do kit anti-homofobia, sendo o mesmo pertencente ao “DVD Torpedo” (nome dado ao conjunto dos três vídeos). Este material, mesmo sendo vetado sua distribuição, pode ser encontrado no site *YouTube*⁴.

O presente artigo apresenta a análise deste vídeo, tanto em seu conteúdo (transcrito) quanto de suas imagens, a partir da técnica da Análise de Conteúdo, segundo a modalidade denominada Temática, conforme o que dispõe Bardin (2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO DESCRIÇÃO DO MATERIAL⁵

O DVD *Encontrando Bianca* faz parte do kit de material do Projeto Escola sem Homofobia, que tem por objetivo a promoção do reconhecimento da diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero e do enfrentamento à homofobia, à lesbofobia e à transfobia nas escolas.

Três vídeos/histórias (Torpedo, Encontrando Bianca e Probabilidade) compõem o DVD Torpedo, porém para este artigo tomaremos como base apenas o vídeo *Encontrando Bianca* conforme quadro abaixo:

**QUADRO 1 - INFORMAÇÕES SOBRE O VÍDEO
ENCONTRANDO BIANCA**

Vídeo	ENCONTRANDO BIANCA
Tema central	Travestilidade/transsexualidade

4 “Encontrando Bianca”. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fVGSrP-W30M&feature=related>>.

5 Estas informações fazem parte do “Guia de discussão e proposta de dinâmicas para trabalhar com o DVD”. Torpedo/Escola Sem Homofobia. s/n.

Sinopse	Narrativa ficcional em primeira pessoa e no tempo presente, num tom confessional em que, como num diário íntimo, José Ricardo (Bianca) revela como descobriu sua identidade de gênero e a busca de respeito à sua condição de travesti. Acompanhamos, assim, a trajetória de Bianca no ambiente escolar, em que se mostram: sua tendência a se aproximar do universo das colegas e a se identificar com elas; a reação das/dos colegas na primeira vez em que foi para a escola com as unhas pintadas; a dificuldade em conseguir ser chamada pelo nome feminino que adotou; os problemas por não conseguir utilizar sem constrangimentos tanto o banheiro feminino quanto o masculino; as ameaças e agressões, de um lado, e os poucos apoios do outro.
Personagem principal	José Ricardo (Bianca)
Contexto	Escola / Quadra de esporte, Sala de aula e pátio da escola.
Duração	3'41''

FONTE: Adaptado de Guia de discussão e proposta de dinâmicas para trabalhar com o DVD (s/n)

Para que possamos compreender melhor o desenvolvimento da história apresentada no vídeo, inicialmente será apresentada a transcrição de sua narrativa⁶.

O vídeo *Encontrando Bianca* – análise

[música ao fundo]

[início da narração em primeira pessoa]

[na quadra esportiva da escola]

Quando nasci, meu pai e minha mãe me deram o nome de José Ricardo. É o nome de um grande jogador de futebol. Artilheiro em um campeonato que eu não me lembro qual. O sonho do meu pai era que eu fosse jogador. Eu chutava bem, sabia driblar, mas era complicado... [risos e gargalhadas ao fundo], que quando eu errava

⁶ Transcrição realizada pelo autor.

*um lance sempre sobrava uma piadinha a mais pra mim. [risos]
[barulho ao fundo] Não tinha jeito!*

Eu continuo gostando de futebol, mas hoje prefiro ficar na torcida, adoro assistir uma partida bem jogada. [pequena pausa] Eu me lembro do primeiro dia que fui à escola de unhas pintadas de vermelho, zoaram tanto comigo que não fui à escola no dia seguinte. Inventei para minha mãe que eu estava com gripe. Mas não tinha como! Aquelas roupas de meninos, aquele cabelo, não tinham nada haver comigo. Me sinto bem assim, como sou hoje. Sendo chamada pelo nome de minha atriz preferida (risos), Bianca!

[o sinal toca]

Quem me vê hoje, pode achar que tudo foi fácil, mas não foi não. Sofri muito preconceito, e demorou muito para as pessoas comecem a me aceitar. Meu pai e minha mãe ficaram sem falar comigo quase um ano, demorou um pouco, mas acabaram entendendo que eu me sentia mulher e que continuava sendo a filha deles.

[o sinal toca]

[na frente das portas dos banheiros masculino e feminino]

Sendo a Bianca, eu deveria usar o banheiro feminino, mas geralmente não me deixam. Por que não? Se eu me sinto mulher! Aliás, esse lance de banheiro já deveria estar superado!

[o sinal toca]

[na sala de aula]

Às vezes não me chamam de Bianca, apesar de saber que eu quero ser tratada assim. Me tratam pelo nome que está no diário de classe. Será que é tão complicado simplesmente anotar o outro nome ao lado do que está na chamada? Mas alguns professores e professoras já entenderam quem eu sou: Bianca!

Eu sou diferente da maioria, mas pensando bem, todo mundo é diferente de todo mundo. Cada um tem seu jeito, seus gostos, cada um tem uma maneira diferente de viver a vida.

Eu gosto de estudar e sou boa aluna. Fiquei só uma vez de recuperação, mas tem dias em que vir para escola é um castigo. Tem horas que eu fico com medo de ser agredida. Uma vez quase me bateram, diziam que gente como eu não deveria estar aqui. Às vezes eu acho que não vou conseguir acabar a escola. Eu quero me formar

e poder trabalhar. Eu quero ser professora, mas como vou conseguir ensinar os outros se eu não estudar?

[o sinal toca]

[do lado de fora da sala de aula]

Tem muita gente que me apoia aqui na escola! Inclusive professores e professoras! E são essas pessoas que me ajudam ter a força de continuar estudando, de continuar vivendo a minha vida do jeito que eu quero. Respeitando e lutando para ser respeitada sendo quem eu sou. Bianca! É [suspiro], Bianca!

[Bianca aparece sorrindo]

O vídeo *Encontrando Bianca* com duração de 3'41", traz uma sequência de 124 planos e nele, percebemos pontos relevantes a serem observados em sua narrativa. Com base nas unidades temáticas foi possível compreender, interpretar e analisar suas tramas. Assim, destacam-se duas categorias temáticas e suas intencionalidades presentes no vídeo *Encontrando Bianca*:

TEMA 01 - SEXISMO E HETERONORMATIVIDADE NA ESCOLA E NA FAMÍLIA

No vídeo *Encontrando Bianca* é possível observar as relações de gênero na educação física escolar, em que não há presença de meninas, só de meninos na atividade física. Estes tipos de abordagens ainda são frequentes nas aulas de educação física, conforme nos apresentam Abreu (1995), Altmann (1998), Souza e Altmann (1999) e Dornelles (2007 e 2011). Altmann (1998) afirma que há uma grande evidência de que o esporte é uma atividade predominantemente masculina e o que poderia proporcionar aos alunos a superação das relações desiguais de gênero, acaba não acontecendo nestas aulas por meio de seus educadores. Para a autora, separar meninos e meninas nas aulas é "tornar as fronteiras das divisões de gênero mais rígidas do que de fato são e negar a meninas e meninos a possibilidade de cruzá-las; é furtar-lhes de antemão a possibilidade de escolha entre estarem juntos e separados" (1998, p.103)

Nos planos iniciais do vídeo *Encontrando Bianca* os meninos

aparecem jogando futebol, mostrando a força e garra, principalmente em um jogo que é social e culturalmente, ainda confirmado, uma modalidade masculina. Isto acaba corroborando exatamente com o que nos afirma Gonçalves:

[...] Nas atitudes sexistas comuns em escolas, por exemplo, estão aquelas que ricularizam expressões de emoção nos garotos ou de rebeldia nas garotas. Ambos estão fora dos padrões estabelecidos nos quais prevalece a tese de que rebeldia e agressividade são atributos masculinos, e afetividade e emotividade, femininos (GONÇALVES, 1999, p. 203).

Por se tratar de um vídeo educativo, estes fragmentos do material não deveriam reforçar esta segmentação de meninos e meninas nas aulas de educação física. Para Dornelles (2011) esta forma de ser menino e de ser menina “produz hierarquias e desigualdades” (p.27). Uma observação também evidente na prática esportiva dos meninos no vídeo *Encontrando Bianca* é que os mesmos não fazem uso de uniformes, adequados para tais práticas, podendo reforçar e colaborar com o descompromisso dos alunos nas aulas de educação física no uso de tais vestimentas.

No vídeo *Encontrando Bianca* pode haver uma afirmação quanto aos estereótipos e/ou reforçando a heteronormatividade, além é claro da violência (*bullying*⁷) a começar quando Bianca narra a sua relação inicial com seus pais:

Quem me vê hoje, pode achar que tudo foi fácil, mas não foi não. Sofri muito preconceito, e demorou muito para as pessoas começarem a me aceitar. Meu pai e minha mãe ficaram sem falar comigo quase um ano, demorou um pouco, mas acabaram entendendo que eu me sentia mulher e que continuava sendo a filha deles⁸.

⁷ *Bullying* é um termo da língua inglesa (*bully* = “valentão”), que se refere para todas as formas de agressão, verbal ou física, repetitivas e intencionais. Os casos de *bullying* têm o objetivo de intimidar ou agredir a outra pessoa, sem ter a possibilidade de defesa. O *bullying* é um problema de caráter mundial, que atinge crianças de todas as idades e posição social. Além da agressão é considerado *bullying* apelidos que humilham as crianças. Disponível em < <http://amadurecenciaa.wordpress.com/page/2/>>, acesso em 21 de julho de 2014.

⁸ Transcrição do autor.

Peres (2005) em sua Tese “Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania” apresenta, a partir de observações etnográficas e entrevistas junto às travestis brasileiras militantes, que nas cartografias das histórias de vida das travestis, “as negativas de aceitação por parte dos familiares e amigos, que reprimem a expressão genuína de seus desejos, impondo modelos de como se comportarem socialmente” (p. 192) é um período de confusão para sua própria identidade. Ainda para esse autor, “seguindo as exclusões familiares, as opressões seguem presentes nas relações que as mesmas estabelecem com a comunidade, **a escola**, com os serviços de saúde e outros seguimentos sociais” (p. 192, grifo nosso). Este fato fica evidente nos planos dos vídeos *Encontrando Bianca* em que um garoto faz gestos e provocações contra Bianca.

Outra observação é que diante da situação, em nenhum momento há a interlocução da professora, que está em sala, nem dos colegas que estão sentados nas outras carteiras ao seu lado. Para Peres (2005),

Na relação que estabelecem com a escola, as cartografias sugerem a presença de discriminações que são experimentadas nas relações com os colegas, funcionários e professores, os quais, ao invés de problematizar a estigmatização, reificam, na prática, os indivíduos com ações de exclusão. Nos relatos realizados por nossas colaboradoras, muitas cenas aparecem como norteadoras dessas ações, culminando em expulsões, ou, em abandono da escola, por não suportarem as intensidades das discriminações e preconceitos que as impedem de exercitar o direito fundamental de suas singularidades (PERES, 2005, p. 193)

Esta ação de violência sofrida por Bianca no vídeo, se analisada é evidenciada pelo mesmo garoto, que na aula de educação física marca o gol. Ou seja, novamente reforça o estereótipo de masculinidade. “Essa forma de significar a masculinidade se insere na própria história das relações de gênero, na trilha da qual a figura masculina foi sendo engendrada através dos atributos da força, da virilidade e também poder” (FELICÍSSIMO, 2014, p. 185).

Esta mesma masculinidade é evidente na narração inicial de

Bianca, ao afirmar que quando nasceu os seus pais deram o nome de José Ricardo a ela. Este nome foi inspirado em um grande jogador de futebol, artilheiro de um campeonato na época de seu nascimento. E afirma “*o sonho do meu pai, era que eu fosse jogador de futebol*”. Conforme Felicíssimo (2014), só neste ato, “evidencia-se a expectativa do pai em relação ao filho: [...] O sujeito se torna, então, mobilizado pelo dever-fazer (prescrição), ou seja, dever-jogar futebol, esporte tipicamente masculino, enquadrando-se na perspectiva heteronormativa” (p. 184).

Entretanto, Bianca afirma em sua narração que gostava de jogar futebol, mas deixa clara a violência simbólica sofrida pelos demais colegas: “*Eu chutava bem, sabia driblar, mas era complicado...[risos e gargalhadas ao fundo], que **quando eu errava um lance sempre sobrava uma piadinha a mais pra mim***” (grifo nosso). Por conta dessas atitudes e estando certos de que nessas aulas havia a presença de um professor, mas que o mesmo provavelmente fazia de conta que nada estava acontecendo, o vídeo retrate exatamente a posição de Bianca de ainda continuar gostando de futebol, mas hoje preferindo ficar na torcida, mesmo sabendo que não haveria problema algum que as meninas pudessem jogar futebol com os meninos.

Na mesma perspectiva heteronormativa imposta à partida de futebol, Finco (2003), afirma que as brincadeiras que culturalmente se manifestam às questões de gênero, são determinadas como sendo de meninos e de meninas. No vídeo, podemos observar o mesmo enquadramento no comportamento apresentado por Bianca e suas amigas na arquibancada. As mesmas aparecem o tempo todo com as pernas cruzadas, o que nos possibilita pensarmos nesta mesma relação heteronormativa quanto aos papéis e comportamentos pré-determinados que meninos e meninas são educados. Um exemplo disso é que meninas devem sempre sentar com as pernas fechadas.

Entretanto, é possível observar que essa transfobia – aversão às travestis, transexuais e transgêneros, ganha espaço no ambiente escolar vivido por Bianca, evidente também na sua narração: “*Tem horas que eu fico com medo de ser agredida. Uma vez quase me bateram, diziam que gente como eu não deveria estar aqui*”.

Isto nos possibilita pensarmos como tem se dado essa prática em nossas escolas.

No vídeo *Encontrando Bianca* a única figura adulta que é apresentada somente a figura de uma professora é apresentada. Mesmo que Bianca afirme que tem muita gente que a apoia na escola, inclusive alguns professores, a mesma acabou não fazendo nada quando Bianca passa por um processo de transfobia pelo colega de classe. Há então, um silenciamento da escola sobre a discriminação, exclusão e até sob o controle da homossexualidade (CAVALEIRO, 2009).

O processo de invisibilização de homossexuais, bissexuais e transgêneros no espaço escolar precisa ser desestabilizado. [...], as temáticas relativas às homossexualidades, bissexualidades e transgeneridades são invisíveis no currículo, no livro didático e até mesmo nas discussões sobre direitos humanos na escola (JUNQUEIRA, 2009, p. 31)

Com isso, os vídeos deixam clara a função da escola. E é exatamente o que Junqueira (2009) nos afirma quando diz que “a escola configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT” (p.15). Para o autor, toda essa violência se faz “com a participação ou a omissão da família, da comunidade escolar, da sociedade e do Estado” (idem), tornando-se assim, conforme nos apresenta Peres (2009), “[...] escola-política, escola-igreja, escola-tribunal, orientadas por tecnologias sofisticadas de poder centradas na disciplina dos corpos e na regulação dos prazeres” (p.249).

Como afirma Louro (1997, p. 67-68), “ao não falar a respeito deles e delas, talvez se pretenda ‘eliminá-los’, ou, pelo menos, se pretenda evitar que os alunos e as alunas ‘normais’ os/as conheçam e possam desejá-los/as. Aqui, o silenciamento – ausência da fala – aparece como uma espécie de garantia da norma”. Talvez este silenciamento (representado pela professora no vídeo *Encontrando Bianca*) seja uma espécie de garantia da norma aplicado ao material.

Em outro ponto observável no vídeo *Encontrando Bianca*, questionamos se o material estaria nos proporcionando uma educação ou deseducação sexual? Este fato se dá, pois é evidente quando a partida de futebol termina e o sinal toca, os meninos vão saindo da quadra, inclusive as duas amigas e o amigo que estavam na arquibancada com Bianca. Em seguida observamos que um último garoto saiu da quadra e para por um instante observando Bianca. Bianca o observa e ele, andando, para novamente e abre um sorriso para Bianca, que corresponde.

O vídeo *Encontrando Bianca*, consegue num primeiro momento fazer algo muito positivo nessa expressão, – o resgate do erótico, que é “encarar a sexualidade como algo bonito e bom na vida das pessoas, lutando por eliminar a visão que tem predominado: a de algo ‘sujo’, ‘feio’ e ‘vergonhoso’, assim como a visão de que é um assunto do qual não se deve falar” (FIGUEIRÓ, 2010, p.131). E é exatamente o resgate erótico, que possibilitaria a todos perceber/sentir/compreender a passagem de uma sexualidade “vulgar” (todos os olhares de desprezo dos outros alunos) para uma sexualidade compreendida e vivida de forma positiva por meio de sua beleza, sem preconceitos e tabus (a travesti Bianca).

Assim, ao possibilitarmos uma educação estética aos trabalhos de Educação Sexual teríamos de um lado este resgate do erótico e por outro lado, o que Figueiró (2010) denomina de “resgate de gênero”. Neste sentido, a autora ao nos propor este resgate de gênero, também pertencente ao conceito de educação estética inicialmente proposta por Vasconcelos (1971) nos faz lembrar que isto implicaria dizer que:

[...] homens e mulheres possam, em conjunto, de acordo com as necessidades de cada momento histórico, reavaliar a forma de viver e as possibilidades de ação de cada um, seus deveres e seus direitos, e viabilizar as mudanças na forma de viver e de atuar na sociedade, com a preocupação sempre central de conquistar o bem-estar, o crescimento pessoal e felicidade de ambos, num ambiente no qual nenhum sexo vale mais que o outro e onde todos – homens e mulheres – sejam merecedores de direitos iguais (FIGUEIRÓ, 2010, p. 130).

No vídeo *Encontrando Bianca* ainda destacam-se dois pontos importantes, que retratam a violência, fortemente arraigada no ambiente escolar. O primeiro diz respeito ao uso do banheiro, em que Bianca relata que “*Sendo Bianca, eu deveria usar o banheiro feminino, mas geralmente não me deixam. Por que não? Se eu me sinto mulher! Aliás, esse lance de banheiro já deveria estar superado!*” (grifo nosso).

No Estado do Paraná, no dia 08 de novembro de 2010 é assinada na Secretaria de Estado da Educação/Superintendência da Educação pelo chefe do Departamento da Diversidade, a ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA N. 001/2010 – DEDI/SEED (PARANÁ, 2010b) que, em respeito à cidadania e aos direitos humanos, bem como à garantia ao acesso e permanência na escola, principalmente em se tratando de alunas travestis, como é o caso de Bianca. Nesta orientação, (PARANÁ, 2010b) há uma observação quanto ao uso do banheiro, a fim de orientar toda comunidade escolar em respeito às travestis e/ou transexuais:

[...] **Quanto ao uso do banheiro**, orienta-se que os/as transexuais e travestis utilizem o banheiro das/os alunas/os de acordo com a identidade de gênero que apresentam. Ressalta-se que a arquitetura da escola não precisará sofrer qualquer alteração, ou seja, não é preciso construir um terceiro banheiro, bem como, também não se orienta que as/os alunas/os travestis e/ou transexuais utilizem o banheiro das/dos professoras/es ou de deficientes⁹. [...] Importante ressaltar que a arquitetura do banheiro feminino historicamente encontra-se organizada para garantir a privacidade de que o utiliza, assim como o banheiro masculino apresenta espaços privativos para atender as necessidades para a sua utilização. Caso haja dúvidas acerca deste encaminhamento entende-se que as mesmas devam ser refletidas e problematizadas a fim de superar o preconceito e as práticas discriminatórias para com as pessoas travestis e transexuais nas escolas. Orienta-se em realizar reflexões utilizando exemplos da existência de vários locais públicos em que homens e mulheres utilizam os mesmos banheiros, pois não existem as divisões por sexo. Assim também, na esfera privada, vale observar que a maioria das famílias brasileiras utiliza o mesmo banheiro sem distinção por sexo, enfatizando o respeito entre todas e todos. (PARANÁ, 2010b, s/p).

⁹ Entendemos como mais apropriado o termo “pessoa com deficiência” no lugar de “deficiente”, apresentado na orientação.

Assim como Bianca nos faz lembrar que “[...], esse lance de banheiro já deveria estar superado”, que o exemplo de orientação realizada pelo Estado do Paraná, seja não só refletido, mas efetivado na prática de todas as escolas.

Outro ponto apresentado no vídeo *Encontrando Bianca* é a respeito do nome social. Por mais que Bianca afirme que alguns professores já entenderam que ela deve ser chamada por Bianca, relata que *“Às vezes não me chamam de Bianca, apesar de saber que eu quero ser tratada assim. Me tratam pelo nome que está no diário de classe. Será que é tão complicado simplesmente anotar o outro nome ao lado do que está na chamada?”*.

Peres (2005) afirma que as travestis vivenciam “dificuldades em serem aceitas como pessoas que solicitam serem chamadas pelo feminino, dadas as suas caracterizações estéticas, em situações de atendimento à saúde, na educação e na segurança pública” (p.194).

No dia 20 de maio de 2010, no Estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Educação/Superintendência da Educação e Superintendência de Desenvolvimento Educacional/Diretoria de Administração Escolar assinavam a Instrução Conjunta N. 02/2010 – SEED/SUED/DAE (PARANÁ, 2010a) que considerando o Parecer n. 04/09 do Ministério Público/Paraná e o Parecer CP/CEE n. 01/09, que recomendam às instituições do Sistema Estadual de Ensino do Paraná, por meio de seus colegiados, a promoção de amplo debate sobre a inclusão do nome social do aluno e/ou da aluna travesti ou transexual nos documentos escolares internos, instituindo a partir dessa data:

- 1- Que o nome civil, constituído por prenome e sobrenome é um dos principais direitos de personalidade ou direitos personalíssimos, e estes, segundo o Código Civil, são intransmissíveis e irrenunciáveis. O nome social é o nome pelo qual travestis e transexuais, femininos ou masculinos se reconhecem e preferem ser chamados.
- 2- Os estabelecimentos do Sistema Estadual de Ensino do Paraná deverão incluir, a partir do ano letivo de 2010, o nome social do aluno e/ou da aluna travesti ou transexual, maior de 18 anos, que requeira, por escrito, esta inserção, nos documentos escolares internos das escolas, tais como: espelho do Livro Registro de Classe, Edital de Nota e Boletim Escolar.

No espelho do livro Registro de Classe, Edital de Nota e Boletim, será emitido, automaticamente, do Sistema SERE WEB, apenas o nome social pelo qual o aluno e/ou a aluna travesti ou transexual se identificam. 3-A declaração de solicitação de inserção do nome social do aluno e/ou da aluna travesti ou transexual nos documentos escolares internos deverá ficar arquivada na Pasta Individual do aluno e/ou da aluna. (PARANÁ, 2010a, s/p).

Na orientação pedagógica (PARANÁ, 2010b), destinada aos estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual de Educação Básica, com base na mesma Instrução Conjunta (PARANÁ, 2010a), a mesma reforça alguns itens bastante relevantes:

[...] 2.O nome social é o reconhecimento de pertencimento da identidade de gênero das/dos travestis e transexuais. Sendo assim, fica instituído o uso do mesmo a fim de garantir o acesso e a permanência dessa população em todos os estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual do Paraná e, principalmente, para possibilitar a garantia do direito constitucional à educação pública e de qualidade à todas/os as/os cidadãs/os. 3.Ao solicitar o direito de inclusão do nome social nos documentos escolares, por meio de declaração escrita, esses sujeitos terão que ser respeitados em relação a sua autoidentificação. Portanto a escola deve garantir o sigilo em relação aos documentos em que constem o nome cível da/o aluna/o bem como quanto à declaração em que o uso do nome social for solicitado. Esses documentos ficam arquivados na Pasta Individual da/o aluna/o e restritos a Secretaria da Escola não devendo ser publicados sem autorização expressa da/o referida/o aluna/o. 4.A/o aluno travesti ou transexual deverá receber tratamento respeitoso, ético de acordo com sua identidade de gênero (feminina ou masculina), por todas as pessoas envolvidas no ambiente escolar, desde seu o primeiro contato em todos os espaços e relações que constituem as rotinas administrativas e as práticas pedagógicas, seja na secretaria, na biblioteca, no pátio, no transporte, na quadra da escola ou em sala de aula. A comunidade escolar, professores/as, pedagogas/os, diretores/as, alunas/os, funcionárias/os devem garantir o tratamento respeitoso em todos os espaços e ocasiões ao longo do processo de escolarização desses sujeitos. 5.Cada estabelecimento de ensino público estadual deve promover, por meio da equipe pedagógica, espaços ou ações pedagógicas que deem visibilidade aos sujeitos transexuais e/ou travestis como sujeitos de

direitos e de maneira afirmativa a fim de desconstruir e superar preconceitos relacionados às pessoas com orientações sexuais e/ou identidades de gênero, que não a convencional – heterossexual, vítimas de desrespeito e/ou de violências cotidianas. Essas ações pedagógicas voltadas para a discussão destes temas devem ser inseridas nos Projetos Políticos Pedagógicos dos estabelecimentos de ensino (PARANÁ, 2010b, s/p).

É importante lembrar que o sexismo evidente nas escolas pode acarretar em uma consequência bastante preocupante: a evasão escolar. No vídeo *Encontrando Bianca* é possível constatar uma possibilidade neste fato, quando Bianca afirma que “às vezes eu acho que não vou conseguir acabar a escola”. Infelizmente, conforme nos aponta Peres (2005, 2009) a presença de discriminações tem culminado em expulsões e/ou abandono da escola.

TEMA 02 - OLHARES PARA SUBJETIVIDADE

Já nos primeiros planos do vídeo *Encontrando Bianca* é apresentada uma cédula de identidade, centralizada especificamente na fotografia, que inicialmente nos mostra José Ricardo e que lentamente nos apresenta traços mais femininos e que em seguida fica escura a tela, nos dá a entender a passagem de José Ricardo para Bianca, é que inicia sua narração no vídeo. Para Felicíssimo (2014) é “o seu afastamento (disjunção) da identidade masculina e a sua conjunção com a identidade feminina” (p. 185). A autora também nos chama atenção para o título do vídeo “Encontrando Bianca”. Para ela, “o verbo no gerúndio *Encontrando*, descreve uma ação processual, que se refere à transformação do sujeito José Ricardo em Bianca [...]” (FELICÍSSIMO, 2014, p. 200). E esta ação processual é o que Peres (2009), afirma ser uma feminilidade em construção:

A construção do corpo da travesti espelha-se na imagem feminina. Essa imagem, porém, em nenhum momento é tomada como acabada e absoluta, sempre variando, se processando, uma feminilidade em construção permanente que vai se transformando por meio das formas corporais, cada vez mais remodeladas pela ingestão de hormônios e aplicação de silicone, mas também pela depilação, maquiagens e adoção de maneirismos (PERES, 2009, p. 254)

E essa construção do corpo é retratada quando Bianca relata do seu primeiro dia de aula em que ainda José Ricardo foi à escola com as unhas pintadas de vermelho e que seus amigos zoaram muito com ela. E ela ainda afirma *“mas não tinha como! Aquelas roupas de meninos, aquele cabelo, não tinha nada a ver comigo. Me sinto bem assim, como sou hoje. Sendo chamada pelo nome de minha atriz preferida (risos), Bianca!”*.

Entretanto, fica evidente não apenas sua satisfação por se sentir bem em ser chamada pelo nome de sua atriz favorita, mas ao processo de identificação feminina, como nos apresenta Felicíssimo (2014),

[...] nesse ponto da narrativa, verificamos que o sujeito se encontra em conjunção com o objeto-valor por ele desejado e valorizado: a identidade feminina; ele se torna Bianca. Cabe destacar que, assim como o pai estabeleceu uma identidade e um papel social para o filho, dando-lhe o nome de um reconhecido jogador de futebol, o sujeito Bianca confere a si mesma também o nome de uma personalidade. Assim, a referência à identidade torna-se também imbuída de um valor passional: a admiração, a afeição, o que nos dá vistas à face subjetiva da identidade de gênero. Nesse sentido, podemos perceber que a construção identitária deixa de ser determinada pela obrigatoriedade (dever-fazer), para se inscrever-se na ordem do desejo (querer-fazer) (FELICÍSSIMO, 2014, p.187).

Na análise sobre o vídeo realizada por Pamplona (2012, p.39), *“torna-se pertinente considerar que o vídeo produz menos uma travesti, e mais uma mulher angelical, meiga em sua vestimenta, de roupas discretas, presilha no cabelo, cachecol no pescoço, parecendo mesclar uma feminilidade discreta”*. Embora algumas travestis *“[...] Ao verem a figura da travesti, na rua ou na televisão, é como se uma onda de encantamento se apoderasse delas, levando-as a desejar urgentemente se transformar para serem iguais ao modelo dado”* (PERES, 2009, p.254), no caso de Bianca, em um primeiro momento, o vídeo também estaria reforçando para o *“princípio da presunção da heterossexualidade”* já mencionado e apresentado por Junqueira (2009, p. 31) e que neste caso, seria a maneira como Bianca *“tem seu corpo convidado a não se*

mostrar, a não se exibir, sob pena de protestos, violências e punições” (PAMPLONA, 2012, p.37), ou talvez seja por se tratar de um ambiente escolar em que quaisquer alunos, independentes de sua orientação sexual não podem fazer dele um local de extravagância e sim, um local de respeito às diversidades.

Logo que iniciamos os primeiros contatos com o universo existencial das travestis, as primeiras impressões mostravam uma realidade aparente de alegria, beleza e glamour. Na medida em que fomos nos aproximando de suas vidas, através da construção de vínculos de confiança, amizade e respeito, entramos no universo de suas intimidades e **percebemos que a vida dessas pessoas não se pautava apenas pelo glamour**; por trás das primeiras impressões, foi sendo mostrado um universo complexo que trazia modos de estigmatização carregados de preconceitos e intolerâncias, vividos nas mais diversas relações que as travestis estabeleciam com as pessoas, com o mundo e consigo mesmas (PERES, 2005, p. 191, grifo nosso).

Entretanto, por que devemos nos preocupar tanto com a aparência das travestis, transexuais e transgêneros? Este fato por si só não estaria reforçando um preconceito? Peres (2009), essa subjetivação de assujeitamento as acarretam uma vulnerabilidade diante da vida, ficando “à mercê de qualquer forma de desrespeito, de abandono e descaso dos outros, das famílias, das escolas, dos currículos, enfim, das políticas públicas que possam promover a inclusão e o direito a ter direitos, logo, de exercer a cidadania” (p.238-239).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O vídeo é uma importante ferramenta pedagógica, entretanto, não podemos pensa-lo apenas como um material singular e pouco instigante, considerado muitas vezes apenas como entretenimento em seu uso pelos professores, como nos afirmou Almeida (2004). E é sim um material que deve estar atrelado às pesquisas e análises mais atentas sob os olhares de diversas temáticas.

O vídeo *Encontrando Bianca*, que integra o DVD *TORPEDO* é apresentado em um primeiro momento como um material de

qualidade ruim quanto a sua estética comercial, em seguida traz animações de fotos que favorecem para uma despreocupação quanto à qualidade do mesmo por parte da equipe organizadora. Isto de certa forma reduziu bastante os custos em sua produção, porém com um montante de cerca de R\$ 1,8 milhão gastos na produção do material (CHAGAS, 2013), pode ser bastante contraditório reduzir custos quanto a estética visual do material. É importante deixar claro que este é sim um ponto que se deve levar em conta, pois a péssima qualidade visual do material pode desmotivar o seu uso e desinteressar alunos e professores. Entretanto, mesmo que esta questão estético-visual não tenha sido levada em consideração pelos responsáveis na elaboração do material, ele está disponível e pode chegar a ser utilizado pelo professor em sala de aula.

A análise crítica do vídeo desvelou duas categorias temáticas: *Sexismo e heteronormatividade na escola e na família* e *Olhares para subjetividade*.

Nas discussões sobre sexismo e heteronormatividade na escola e na família, inseridas nas análises deste trabalho (TEMA 01), os vídeos reafirmam estereótipos e constroem as bases para o estabelecimento do que é considerado como aceitável, “normal”, e do que é diferente, a ser excluído. Uma das primeiras constatações observadas nos vídeos foi verificar a segmentação de meninas e meninos nas atividades físicas da escola, especificamente como é mostrado no vídeo *Encontrando Bianca*. Quanto aos estereótipos, o material traz evidentemente muitos elementos que nos remete a uma preocupação quanto à violência sofrida (*bullying*) pela personagem.

Observa-se que há uma ausência tanto na interlocução entre a transfobia sofrida pela personagem e a figura de um adulto na intervenção de tais ações. Confirmando assim um silenciamento, descompromisso e exclusão da escola, o que evidenciaria tamanha violência sofrida por tantas pessoas, principalmente no âmbito escolar.

O material do vídeo *Encontrando Bianca*, consegue num primeiro momento fazer algo muito positivo quanto à dimensão estética da sexualidade, em que é possível perceber/sentir/compreender a passagem de uma sexualidade “vulgar” (todos os olhares de desprezo dos outros alunos) para uma sexualidade compreen-

dida e vivida de forma positiva por meio de sua beleza, sem preconceitos e tabus (a travesti Bianca). Entretanto, essa percepção deixa de existir se tivermos um olhar malicioso dos personagens, não percebendo mais a sexualidade como algo positivo, mas sim por não se passar de uma estética negativa, ligada à pornografia.

No vídeo ainda podemos destacar dois pontos importantes, que retratam a violência, fortemente arraigada no ambiente escolar. O primeiro diz respeito ao uso do banheiro e o segundo, referente ao nome social. Destacamos aqui às ações tomadas no Estado do Paraná, pela Secretaria de Estado da Educação/Superintendência da (PARANÁ, 2010a, 2010b), que orientam toda comunidade escolar quanto ao uso dos banheiros e em relação à adoção do nome social na escolas, por entendermos serem elas favoráveis ao nosso debate.

A dificuldade em se assumir na diversidade surge, portanto nas discussões da segunda categoria, cujo olhar se dá para subjetividade das personagens (TEMA 02). Durante a trajetória da análise pertinente a essa temática, observa-se que as personagens que vivem num ambiente escolar predominantemente heterossexual temem pela descoberta da sua identidade de gênero. Fruto de um impedimento (uma norma) da própria escola.

Pode-se concluir que no material analisado, o preconceito é evidente na escola e esses conflitos não avançam para uma discussão traduzindo assim, o ambiente escolar em um estabelecimento de padrões e comportamentos fixos e imutáveis, ainda que utilizado para discutir a diversidade. Entretanto, acreditamos que seja importante a partir dos olhares do professor e dos alunos que podem e devem questionar sob todos os aspectos apresentados, principalmente os relacionados a temática da sexualidade, o aprendizado para uma resignificação do material. Afinal, como todo material midiático, quando somos capazes de identificar suas mensagens ideológicas, sua utilização pedagógica encontrará sentido quando realizada a partir da reflexão sobre o real, atribuindo novos significados para as experiências apresentadas, possibilitando novas discussões para o desenvolvimento de diretrizes e princípios filosóficos, éticos e políticos emancipatórios.

REFERÊNCIAS

ABREU, Neise Gaudêncio. Análise das percepções de docentes e discentes sobre turmas mistas e separadas por sexo nas aulas de educação física escolar. In: ROMERO, Eliane (Org.), **Corpo, mulher e sociedade**, SP: Papirus, 1995, p. 157-176.

ALMEIDA, Milton José. **Imagens e sons: a nova cultura oral**. 3 ed., São Paulo: Cortez, 2004.

ALTMANN, Helena. **Rompendo fronteiras de gênero: Marias [e] homens na educação física**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro Lisboa. Lisboa: Edições 70, 2007.

CAVALEIRO, Maria Cristina. **Feminilidades homossexuais no ambiente escolar: ocultamentos e discriminações vividas por garotas**. 2009, 217f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2009.

CHAGAS, Angela. Dois anos após veto, MEC diz que ainda ‘analisa’ kit anti-homofobia. **Terra**. 17 maio 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/dois-anos-apos-veto-mec-diz-que-ainda-analisa-kit-anti-homofobia,62a3a67b302be310VgnVCM10000098cc eb0aRCRD.html>>. Acesso: 08 maio 2014.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

COUTO, Edvaldo Souza **Transexualidade: o corpo em mutação**. Salvador: GGB, 1999.

DORNELLES, Priscila Gomes. **Distintos destinos? A separação entre meninos e meninas na Educação Física escolar na perspectiva de gênero**. 2007, 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação, Porto Alegre, 2007.

_____. Marcas de gênero na Educação Física escolar: a separação de meninos e meninas em foco. **Revista Motrivivência**, n. 37, p. 12-29. Dez, 2011.

EGYPTO, Antonio Carlos. **Sexo, prazeres e riscos**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ENCONTRANDO BIANCA. 3º de 3 Filmes Oficiais do Kit Gay do MEC: “Encontrando Bianca”. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=fVGSrP-W3OM&feature=related>> Acesso em 07 de agosto de 2011.

FELICÍSSIMO, Manuella. **(Re)Apresentações da homofobia e da homossexualidade**: um estudo discursivo a partir de vídeos do kit “Projeto Escola Sem Homofobia”. 2014. 301f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

FERRARI, Anderson. Esses alunos desumanos: a construção das identidades homossexuais na escola. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 1, n.28, p.87-111, jan./jul., 2003.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (Org.). **Homossexualidade e Educação Sexual**: construindo o respeito à diversidade. Londrina, PR: Eduel, 2007.

_____. **Educação Sexual**: retomando uma proposta, um desafio. 3 ed. rev. e atual. Londrina, PR: Eduel, 2010.

FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Pro-Posições**. Campinas, SP: Unicamp, v. 14, n.3 (42) set/dez, 2003, p. 89-101.

GONÇALVES, Eliane. Preconceitos, fobias e outras sombras que pairam sobre a educação sexual. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). **O prazer e o pensar**: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde. São Paulo: Editora Gente: Cores - Centro de Orientação e Educação Sexual, 1999. p. 197-204.

JUNQUEIRA, Rogério. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p.13-52.

_____. Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo. In: JUNQUEIRA, R. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009, p.366-444.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma abordagem pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p.85-94.

MOTT, Luiz. **Homossexualidade: mitos e verdades**. Salvador: GGB, 2003.

NUNES, Cesar; SILVA, Edna. **A Educação Sexual da criança**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

PAMPLONA, Renata Silva. **O kit anti-homofobia e os discursos sobre diversidade sexual**. 2012, 147f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

PARANÁ. **Instrução conjunta n. 02/2010 – SEED/SUED/DAE**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Superintendência de Desenvolvimento Educacional. Diretoria de Administração Escolar. Curitiba, 2010a. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucaoconjunta022010.pdf>> Acesso em: 10 out. 2014.

_____. **Orientação pedagógica nº 001/2010 – DEDI/SEED**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Diversidade. Curitiba, 2010b. Disponível em: <www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/orientacoes/orientacaopedagogica0012010.pdf> Acesso em: 10 out. 2014.

PERES, Wiliam Siqueira. **Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania**. 2005. 201f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2005.

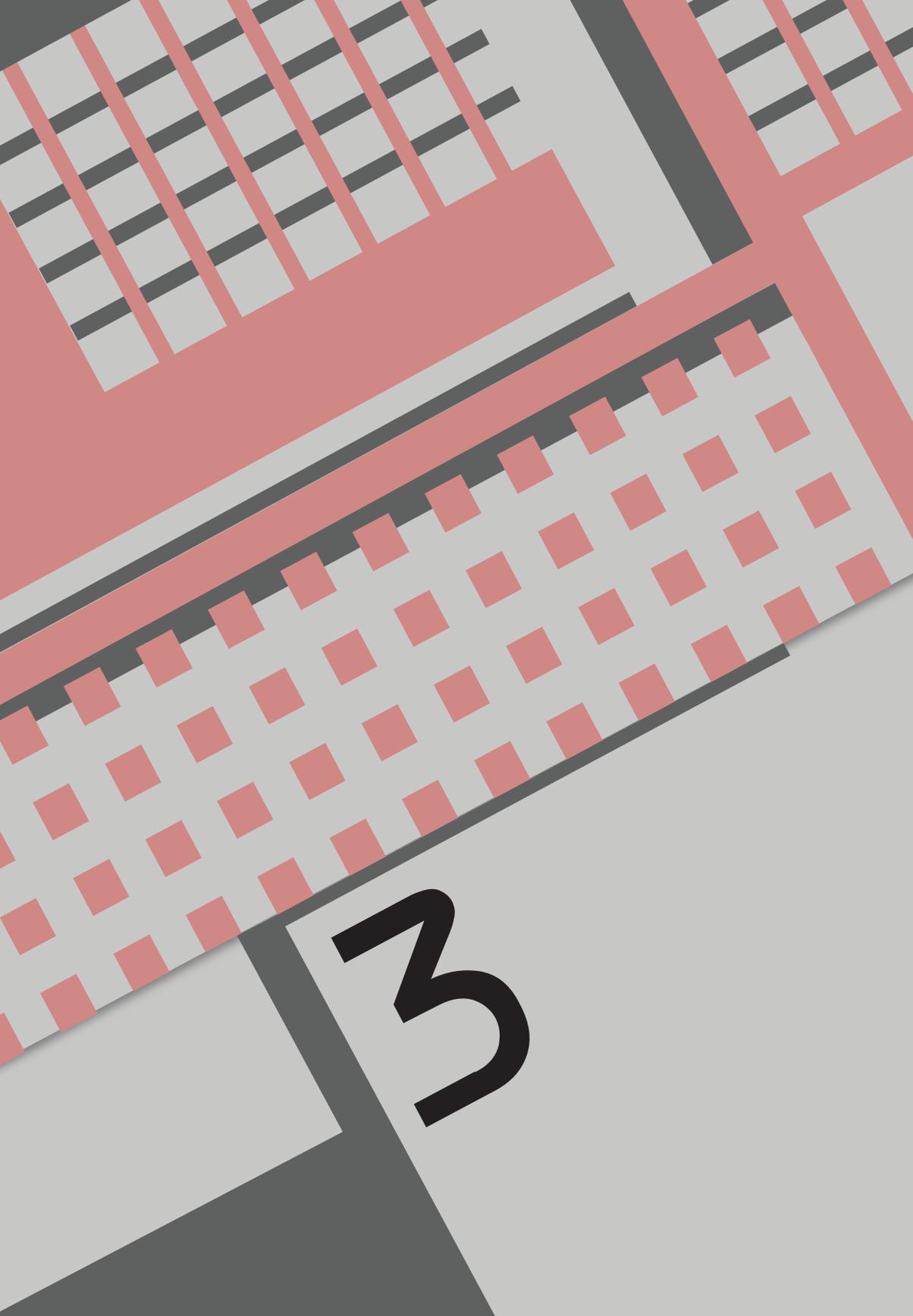
_____. Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 235-264.

SILVA, Ricardo Desidério. **Educação Audiovisual da Sexualidade: olhares a partir do Kit Anti-Homofobia**. 2015, 144 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2015.

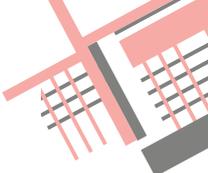
SOUSA, Eustáquia Salvadora de; ALTMANN, Helena. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Cadernos**

Cedes: corpo e educação, n. 48, p. 52-68, ago, 1999.

VASCONCELOS, Naumi. **Os dogmatismos sexuais.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.



3



"GUERRA DOS SEXOS": O FUNCIONAMENTO DO DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE EM DISCURSOS MIDIÁTICOS

ANDRÉA ZÍNGARA MIRANDA¹

No ensejo de problematizar a tríade sexualidade-subjetividade-verdade em discursos midiáticos, este artigo discute os efeitos de verdade concernentes à sexualidade do homem e da mulher para, com isso, compreender o modo de funcionamento do dispositivo da sexualidade quando da instituição de saberes que possibilitam o estabelecimento e a naturalização de certos significados na cultura brasileira sobre o que é ser mulher e o que é ser homem. Frente a esse objetivo mais abrangente, desdobram-se três objetivos específicos: i) entender como o dispositivo da sexualidade institui saberes com relação ao sexo e à sexualidade dos sujeitos tendo a mídia como agenciadora desses saberes; ii) compreender os acontecimentos históricos que atravessam a prática discursiva midiática e instauram uma hierarquia entre os sexos; e iii) analisar, a partir dos saberes e hierarquia instituídos, as práticas discursivas sociais que ora docilizam e ora virilizam a mulher e o homem.

Dada a característica multilinear e, por conseguinte, complexa, com a qual Michel Foucault (1984b, 1988, 2006) operou o conceito de dispositivo, ele deve ser entendido nesta discussão como um conjunto heterogêneo de discursos, de instituições, de leis etc., tendo o dito e o não dito como seus elementos constituintes. Vale dizer, também, que ao tratar da construção social da subjetividade do homem e da mulher, não se reforça, entretanto, os já consagrados binarismos homem *vs* mulher, masculino *vs* feminino ou macho *vs* fêmea. Ao contrário, considera-se a diversidade concernente às variadas formas de construção das masculinidades e das feminilidades pelas quais perpassam todo indivíduo ao se constituir como sujeito de sua sexualidade.

¹ Doutora em Letras (PLE-UEM), professora colaboradora do curso de Letras da UEM, professora da Rede Estadual de Ensino (SEED-PR), membro do Grupo de Estudos Foucaultianos da UEM (GEF-UEM). E-mail: andrea.zingara@hotmail.com

A multiplicidade de saberes sobre a sexualidade do homem e da mulher presentes em discursos midiáticos na contemporaneidade, entretanto, sejam eles sustentados por especialistas como médicos, sexólogos, psiquiatras, por especialistas em estudos de gênero², por narrativas de ficção, currículos educacionais, ou, simplesmente, por pessoas comuns, confere importância à problematização dessa temática. Para além dessa constatação, essa multiplicidade de discursos, aliada ao enunciado “A mulher venceu a guerra dos sexos”, estampado na capa da revista semanal *Época*, em outubro de 2012, chamou a atenção para o fato de a referida “guerra” ser naturalizada e não considerada, ou pelo menos problematizada, como um construto sócio-histórico em que os partícipes são submetidos a um “jogo” no qual ambos estão, nessa relação binária, em constantes processos de perdas.

Para isso, ancora-se em Foucault (1982, 1984a, 1984b, 1985, 1988, 2005, 2009), cujos contributos possibilitam uma análise arqueogenealógica, isto é, uma análise que prioriza o imbricamento entre a descrição dos enunciados e a análise das estratégias de poder neles circunscritas, portanto, arqueológica e genealógica respectivamente. A metodologia pauta-se na busca pela regularidade, em meio à dispersão, que evidencie discursos que ora virilizam ora docilizam esses sujeitos, travando, entre eles, uma “guerra”. A série enunciativa analisada compõe-se de enunciados extraídos de edições impressas das revistas *Época*, *Veja* e *Caras*, do período entre 2012 e 2015, do romance pornoerótico³ *Cinquenta tons de cinza* (2012), da obra *A ilusão dos cinquenta tons* (2012) e o enunciado *Homens queimam cuecas e pedem igualdade*, extraído

2 Partindo do pressuposto de que o conceito de gênero é discutido exaustivamente desde a década de 1970 por especialistas, como atesta um grande número de trabalhos sobre a temática, não se tratará, aqui, dessa categoria em suas especificidades. No entanto, coaduna-se com seu objetivo principal, isto é, primar por uma sociedade sem hierarquia de gênero, uma vez que não se nasce mulher e não se nasce homem, pois não se é um dado biológico, natural. Assim, constroem-se social, cultural, econômico e politicamente, o homem e a mulher. Segundo o Ministério da Educação (MEC), há mais de 1.000 grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que tem o “gênero” como objeto de estudo. (Nota Técnica n. 24/2015 – CGDH/DPEDHUC/SECADI/ MEC).

3 Quando da publicação de *50 tons de cinza* no Brasil, em agosto de 2012, os meios de comunicação, de modo geral, o apresentaram como romance erótico. Entretanto, após leitura da obra e pautado em Maingueneau (2010), optou-se por lhe atribuir o estatuto de pornoerótico.

da atração de mesmo nome, exibida pelo programa de entretenimento *Amor e Sexo* da Rede Globo de Televisão, em 2014.

Para análise da referida série enunciativa, bem como do cumprimento dos três objetivos específicos citados anteriormente, divide-se este artigo em três momentos. No primeiro momento, cujo título *Mídia e sua arte de governar*, indica, traçam-se algumas características próprias à mídia e apresentam-se elementos que lhe são inerentes e que dão visibilidade àquilo que aqui será chamado de “governamentabilidade”. No segundo momento, entabula-se, pautado em estudiosos da sociologia, da filosofia, de estudos feministas e da história, uma descrição historiográfica do como, ao longo da história, se produziu saberes sobre a relação entre os sexos. Consagra-se, enfim, o terceiro momento, para o gesto de descrição e de interpretação dos enunciados que compõem a série enunciativa, daí seu título: *Sexualidade, poder e verdade*.

MÍDIA E SUA ARTE DE GOVERNAR

No Brasil, a mídia, aqui entendida como “superfície de emergência” (FOUCAULT, 2009) para os discursos que ora enaltecem a mulher e inferiorizam a subjetividade masculina ora supervalorizam o homem em detrimento das conquistas da mulher, é tomada como objeto de análise por diversos estudiosos que tem como aporte os princípios teóricos e metodológicos da Análise de Discursos (AD). A principal razão para esse enfoque na mídia se dá pelo fato de que ela faz circular saberes ao produzir corpos, cujas subjetividades são moldadas pelo saber midiático. Não se deve desconsiderar, todavia, que o saber midiático é construído, por sua vez, a partir de outros enunciados que vêm de campos diversos. Disso entende-se que, para a temática em tela, os saberes advêm da medicina, da psiquiatria, da psicologia, da sexologia, de estudiosos do gênero e etc. Ao analisá-la, os estudiosos buscam desconstruir os efeitos de evidência dos temas constituintes da sociedade brasileira, como a língua, a cultura e as subjetividades, por exemplo.

Parte-se da observação de que os discursos midiáticos, por serem sustentados por dispositivos de poder e de saber, acabam por estabelecerem a distinção entre papéis que seriam femininos ou masculinos. Essa distinção separa as subjetividades ao ditar modos de ser homem ou mulher na sociedade brasileira. Ora, não se produz verdade(s) sem a constituição de subjetividades. Com isso em vista, pensa-se a mídia como elemento de destaque no acolhimento, na disseminação e, por que não, na perpetuação de efeitos de verdade no tocante às subjetividades. Sugere-se, desse modo, entender a mídia como um dos instrumentos de governamentalidade, o que significa dizer que não se busca legitimar ou descharacterizar seus discursos pela oposição falsidade vs autenticidade, uma vez que é o modo como as subjetividades são construídas e os recursos de que lançam mão para fazê-lo que interessa.

Entender a mídia como instrumento de governamentalidade implica, *mutatis mutandis*, ultrapassar a concepção de mídia como veículo de informação ou como instituição que possuiria dispositivos para a construção de uma realidade. Entendê-la assim abre a possibilidade de compreender seu processo de produção de efeitos de identidade. Entretanto, a perspectiva discursiva sobre a qual debruça a escolha metodológica desta análise leva a buscar, nas teses foucaultianas, as bases sobre as quais se construiu a noção de governamentalidade para, não sem riscos, aplicá-la no momento da descrição e da interpretação dos enunciados, posto que Foucault não tratou da natureza da mídia e seu impacto nas sociedades modernas.

Quando se reporta a *Vigiar e punir* ou a muitas outras obras empreendidas pelo filósofo, vislumbra-se o desenvolvimento de uma descrição com relação à organização do poder nas sociedades modernas e, principalmente, de uma mudança na relação entre poder e visibilidade. De sociedades de espetáculo, como o mundo antigo e o *ancien régime*, por exemplo, em que o exercício de poder estava diretamente ligado à manifestação pública de força e de superioridade do soberano (pensa-se aí nos suplícios nas praças, por exemplo), a novas formas de disciplina e de controle

que se infiltram, cada vez mais, nas diferentes esferas da vida, não há como não observar os mais sutis mecanismos de poder baseados no treinamento, na disciplina, no registro (pensa-se aí na escola, na prisão, no hospital e, por que não, na mídia). Embora nas primeiras abordagens sobre o poder presentes nessa obra e em alguns cursos ministrados no *Collège de France*, Foucault tenha tratado basicamente da constatação da insuficiência de um modelo de análise essencialista do poder que era caracterizado como repressão, como um poder disciplinar ou que era confundido com a ordem instaurada pela lei, é possível, ainda assim, vislumbrar o novo tipo de sociedade de controle.

O processo de formação da governamentalidade se inicia a partir da análise empreendida pelo autor das diferentes configurações de poder por ele estudadas. Tal processo pode ser verificado a partir dos cursos ministrados por ele no *Collège de France*, como *Segurança, Território e População* (1977-1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979). É em torno desse tema que Foucault, partindo de duas abordagens, trata dos mecanismos de poder que efetivam o “governo da vida” e das práticas que regem o “governo de si”.

Quando se traz as reflexões de Foucault acerca do poder relacionadas à mídia ressalta-se que suas obras mencionadas são referências para filósofos, sociólogos ou para especialistas de variadas áreas quando tratam das teorias da comunicação. Dentre muitos autores, destaca-se Machado (1991), cuja discussão do poder disciplinar ao tratar das câmeras de vigilância em aeroportos, comparando-as ao dispositivo Panóptico, de Bentham, contribui para a discussão aqui realizada. As câmeras, segundo Machado (1991), formam um instrumento que impõe autocontrole aos sujeitos que, ao se perceberem vigiados, se comportariam conforme à norma. Seguindo esse raciocínio, para se instaurar a norma, portanto, o olhar vigilante torna-se instrumento indispensável. Consoante a essa ideia, Foucault (1983, p. 181) já dizia que “[...] cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou comportamento, o esquema Panóptico poderá ser utilizado”.

Quanto à “guerra dos sexos”, materializada em enunciados

postos em circulação pela mídia, compreende-se que ela só pode existir graças aos dispositivos normativos dos quais ela lança mão como comparar o homem à mulher, física e intelectualmente, diferenciá-lo sexualmente a partir de um determinismo biológico, ao estabelecer hierarquia de papéis a um e a outro e, sobretudo, ao homogeneizar discursos que ditam o que é ser homem e o que é ser mulher, excluindo as diferenças, em nome da norma. Entretanto, não se pode perder de vista que esse tipo de visibilidade mediada é de natureza muito diferente do tipo de espetáculo descrito por Foucault. Todavia, há de se notar que é também graças à mídia que aqueles que exercem o poder são agora submetidos a certo tipo de visibilidade, mais, talvez, do que aqueles sobre os quais o poder é exercido. Isso corrobora a ideia segundo a qual o poder está em toda parte e só se exerce no interior de uma relação de forças.

Com o enunciado “a mulher venceu a guerra dos sexos” (*Época*, 2012), tem-se a possibilidade de estudar as condições de validade e de possibilidade do saber midiático em relação ao sexo e à sexualidade dos sujeitos contemporâneos, o que possibilita compreender que as subjetividades nem sempre foram discursivizadas do mesmo modo quando se busca na história, como se verá no segundo momento desta discussão, os acontecimentos que permitem que um enunciado como esse possa vir a existir em lugar de qualquer outro. Basta atentar-se para o fato de que o sexo, algo tão reprimido e objeto de discurso apenas daqueles que tinham o “direito” de dele falar, como o médico, o psicólogo ou a Igreja, por exemplo, agora aparece estampado em materialidades tão próximas de cidadãos comuns, como é o caso das revistas *Época*, *Veja*, *Caras*, além do discurso científico da psicóloga evangélica Shannon Ethridge ser vulgarizado a ponto de tornar-se um manual de instruções para a cura daqueles que buscam prazer em fantasias sexuais, exemplificado por enunciados constantes em seu livro *A ilusão dos 50 tons* (2012).

O romance pornoerótico *50 tons de cinza* (2012) tornou-se, à época de seu lançamento no Brasil, uma espécie de leitura indispensável entre as chamadas mulheres independentes ou mo-

dernas. Inúmeras publicações dentre os meios de comunicação fizeram alusão às representações das relações sexuais entre a personagem Anastasia e Christian Grey. Suas relações são descritas de modo detalhado no decorrer de toda a narrativa e chamam a atenção por fugirem ao famoso e já naturalizado “papai-mamãe”, expressão que se refere, para o senso comum, à posição física dos corpos quando do ato sexual convencionada pela moral cristã quanto ao comportamento dos esposos, e também ao fato de o ato sexual ter como lugar privilegiado o casamento. Essa expressão admite, ainda que implicitamente, um casamento que só pode ser possível entre um homem e uma mulher. Nessa ditadura heteronormativa, aquela construída sobre bases heterossexuais e falocêntricas, oriunda de uma concepção equivocada de sexo, não se admitem outras formas de relacionamentos afetivos. Outras formas são descartadas justamente porque nessa ditadura naturalizam-se as categorias de masculino e de feminino, ancoradas em um determinismo biológico (BUTLER, 2012).

Retomando as divisões binárias muito recorrentes na cultura brasileira com relação ao sexo e à sexualidade, o par ativo *vs* passivo pode ser o representante desse modo de se relacionar sexualmente. Vale lembrar, a esse respeito, das reflexões de Foucault (1984a) em *História da sexualidade*: o uso dos prazeres ao buscar entender como e a partir de quê as relações sexuais entre marido e mulher passam a ser um problema, isto é, passam a ser objeto de preocupação no pensamento grego. Para o autor:

A definição daquilo que era permitido, proibido e imposto aos esposos pela instituição do casamento, em matéria de prática sexual, era bastante simples e bastante claramente dissimétrica para que um suplemento de regulação moral não parecesse necessário. Por um lado, as mulheres, enquanto esposas, são de fato circunscritas por seu *status* jurídico e social; toda a sua atividade sexual deve se situar no interior da relação conjugal e seu marido deve ser o parceiro exclusivo. (FOUCAULT, 1984a, p.185)

Não há como afirmar, mas a polêmica gerada em torno desse romance pornoerótico pode ser um indício de que o pensamen-

to grego, tal como descrito, ainda sobrevive na cultura brasileira. A narrativa de *50 tons* e o enunciado da revista *Época* produzem efeitos de verdade variados para o homem ou para a mulher. No entanto, à época, outros enunciados circulavam afirmando a supremacia feminina com relação ao seu sexo, à sua força, física ou intelectual, o que possibilitou que dizeres como esses pudessem existir. Entre opiniões divergentes quanto ao sucesso do romance, ou da suposta vitória feminina, o que importa para a presente discussão é indagar, ao modo de Certeau (1994), se os sujeitos criam para si subjetividades a partir do que a mídia lhes oferece.

A CONSTRUÇÃO DO MUNDO DE DOIS SEXOS

Se por um lado, o homem pode ser considerado vilão e dominador do sexo frágil, por outro lado, houve tempos em que a mulher foi considerada causa de todos os males. Somente no deserto os homens estariam a salvo das tentações e, especialmente, das mulheres, sugeria Santo Agostinho (CATTONE, 1994). Essa imagem ameaçadora, concebida pelo cristianismo primitivo, sobrevive durante toda a Idade Média, passando pelo Renascimento, indo até o século XVII. O cristianismo, maior responsável pela construção da mulher maléfica, instituiu uma relação entre a feminilidade, o sexo e o mal. Nessa perspectiva, a mulher era traçoira, pois lançava os homens uns contra os outros, semeando luxúria e ciúmes. A partir da crença de seu surgimento da “costela de Adão”, “[...] a mulher passa a corporificar a corrupção material associada à carne” (NUNES, 2000, p. 22).

No âmbito da razão, há quem diga que a ciência e a filosofia, por exemplo, não lhe são compatíveis. Entretanto, Nunes (2000) retoma dados de estudos como o do filósofo de la Barre que, ancorado em preceitos cartesianos, para os quais a razão independe do corpo, postulava a possibilidade de igualdade, ao menos intelectual, entre os dois sexos. Para ele, a vocação das mulheres à maternidade é uma superioridade moral, pois do contrário, não se lhe atribuiria uma responsabilidade tão grande como a maternidade

a um ser tão desqualificado. Seria preciso a chegada do novo século, todavia, para que a imagem diabólica da mulher começasse a mudar. Transformam-na em um ser sensato e indulgente. O novo perfil feminino, surpresa nenhuma, traz em seu bojo mudanças na forma de pensar o perfil masculino. Diferenças entre homens e mulheres passam, assim, a ser vinculadas à diferença sexual, diferentemente do que se fazia em períodos anteriores ao século XVIII.

O segundo sexo, de que falava Beauvoir (1986), parece ser fruto de um período bem anterior à sua existência, período em que a mulher é percebida como um *homem incompleto*, pensamento que dominou o Ocidente da Antiguidade tardia à Renascença. A teoria dos humores de Aristóteles e de Galeno e a descrição judaico-cristã formam dois sistemas que alicerçam tal pensamento. Toda mudança, porém, pressupõe não só transformações positivas de cunho social e/ou político como também pressupõe, muitas vezes, problemas. A par da diferença, aparece a problemática da complementaridade. Concomitante às transformações que tiveram como maior motivador a necessidade política de construção de novas realidades sociais para homens e mulheres, a questão feminina torna-se objeto a ser estudado, controlado, investigado. No furor dessas transformações, descobre-se que Rousseau, ele próprio, foi um dos maiores responsáveis por instituir a lei da complementaridade ao pressupor divisões de papéis diferentes e complementares para os dois sexos. Desde então, a esfera doméstica ficaria a cargo das mulheres, enquanto que a esfera pública se configuraria como espaço de atuação dos homens.

A propósito da mulher como objeto a ser estudado, investigado ou controlado, reporta-se, mais uma vez, a Foucault (1988) quando explica que é possível distinguir, a partir do século XVIII, quatro conjuntos estratégicos que desenvolveram dispositivos específicos de saber e de poder sobre o sexo. Primeiro a partir da histerização do corpo da mulher, depois da pedagogização do sexo da criança, seguido da socialização das condutas de procriação para, enfim, das análises clínicas das anomalias com intuito de normalizá-las e de patologizá-las quando da psiquiatrização do

prazer perverso. No campo do prazer, é ainda no século XVIII, a partir de pesquisas no campo da biologia com relação às diferenças fundamentais entre os sexos, que o prazer feminino entraria em pauta, conforme explica Nunes (2000). Para o pensamento ocidental, a necessidade do prazer feminino para a reprodução era inquestionável, até que, ao final desse século, a ciência médica deixa de dar relevância ao orgasmo feminino para a reprodução em prol da ideia, segundo a qual, o homem estaria mais ligado ao sexo e a mulher à maternidade e ao afeto.

Encetar as conclusões que cobrem esse período torna-se tarefa complexa, no entanto é possível depreender dele que, para Rousseau, a razão nunca será compatível a homens e mulheres, como requerem os cartesianos. Voltando à relação de complementaridade, cabe à mulher, segundo esse pensador, criar condições favoráveis ao homem para que construa seu saber. O século das Luzes desenha, assim, um perfil de feminilidade cujas características principais de sua essência são doçura, amor, fragilidade, passividade e subserviência.

Embora estudos sobre as diferenças sexuais tenham ganhado força no século XIX, a ideia de uma diferença de essência permanece sobre bases indissolúveis. A problemática agora se configura por um caminho ambíguo: uma dupla imagem feminina. A mulher frágil, dócil e essencialmente passiva preconizada pelo filósofo Rousseau ou a “mulher nervosa” descrita por Foucault (1988) caminham a passos firmes ao lado daquela descrita pelos ideais cristãos, cuja organização física e moral, dotada de um excesso sexual que deve ser controlado, são suas características principais. Nesse século, anatomistas a classificavam como o ser mais ínfimo na cadeia da evolução, ao lado das crianças e dos povos primitivos. A ideia de que a mulher foi feita para ter filhos e criá-los é reforçada, assim como se reforçou a lei da complementaridade entre homens e mulheres. A figura, por excelência, da feminilidade desse século é a bailarina: etérea, desencarnada, assexuada.

Teriam notícias do homem a esta altura? Sim! As atividades da esfera pública estavam ao seu cargo, visto que nessa esfera tudo

se origina da abstração e do conceito. Sob argumentos complementaristas, remove-se as mulheres da vida pública e da competição com o homem. A mulher-mãe é colocada em um pedestal, é santificada, nunca antes tão valorizada! O filósofo Michelet, explica Nunes (2000), convoca os homens ao matrimônio para que isso os transformem em um novo padrão de masculinidade. Só a mulher seria capaz de temperar a rudeza do homem e de adoçar seu caráter. Considerada pela medicina a pedra angular do equilíbrio familiar, a mulher é supervalorizada como aquela que iria educar os filhos e transformar os homens. Teria aí, talvez se possa antecipar, a primeira vitória das mulheres com relação ao homem, haja vista que a redenção deles estaria em suas mãos. Talvez aí possam estar localizadas, também, as primeiras tentativas de docilização do homem. O estatuto de cidadã negado às mulheres por Rousseau lhes foi restituído, graças ao momento histórico próprio ao século XIX. Conforme Perrot (2012), a perspectiva de vida das mulheres se alterou, principalmente quando de sua participação na vida pública, mudança que já vinha ocorrendo desde o século anterior.

Quanto ao homem, Foucault (1984a) ao tratar dos usos dos prazeres, faz, a partir de três textos, uma descrição pormenorizada de três políticas da temperança quanto à moderação sexual exigida do homem pelo casamento. Embora distintos um do outro, os textos parecem marcar uma exigência que se aproxima daquilo que se poderia chamar o princípio de “duplo monopólio sexual”. Assim, a atividade sexual encontraria lugar somente na relação conjugal, relação na qual o marido, assim como sua esposa, aparecem como obrigados a obterem prazer somente entre si. O casamento, nessa perspectiva, é definido como lugar exclusivo da relação sexual moralmente aceita. Quanto às “Leis” platônicas, há uma regulamentação coercitiva que prescreve a idade ideal para o casamento no caso dos homens, entre 25 e 30 anos, para que se faça filho nas melhores condições, assim como prescreve a relação exclusiva entre os cônjuges e com ninguém mais.

Nesse dispositivo grego, feito por homens e para homens, nada é dito sobre a conduta da mulher sob o pressuposto de que suas

regras são conhecidas e de que é sobre o homem e sua maneira de agir que está em jogo. Nessa relação dual, e mesmo paradoxal, o dispositivo da sexualidade se superpõe ao da aliança sem, com isso, reduzir sua importância. Enquanto no primeiro destacam-se, dentre seus principais objetivos, o vínculo matrimonial entre parceiros e a fixação e desenvolvimento de parentescos e, por conseguinte, de transmissão de nome e de bens, no segundo o que conta são as sensações do corpo, a natureza e qualidade dos prazeres. Ambos, todavia, dispositivo da aliança e dispositivo da sexualidade, articulam-se com a economia graças ao seu papel desempenhado para transmissão de riquezas em um e à articulação com o corpo que produz e consome, no outro. Enquanto no primeiro o olhar está voltado para o reproduzir, no segundo esse olhar volta-se para o proliferar, marcar os corpos e o controle das populações.

Um paradoxo, entretanto, paira sobre o século XIX. Se a mulher está para a natureza e o homem está para a arte e a ciência, por que o homem seria rude e desprovido de afeto? Se o século XIX condenou a mulher à vida privada devendo, por uma ordem natural, criar filhos e cuidar de seu marido, pergunta-se, novamente, por que o homem se tornou tão rude se sua criação foi inteiramente realizada pela redentora, passiva, frágil e doce mulher? De onde viria essa rudeza? Pode-se indagar, ainda, a respeito do casamento, pois se somente ele poderia garantir à mulher a proteção de que tanto precisa, por que seria necessário docilizar o sexo forte que está ali justamente para lhe garantir proteção? Se a natureza, esse princípio normativo, advoga que cada sexo tem sua especificidade e seu lugar no mundo, como preconizava o “grande” filósofo Rousseau, e se, a dependência do sexo frágil em relação ao seu oposto é condição natural, por que esse mesmo filósofo fez prescrições severas no tocante à educação das meninas? Disciplinar seu corpo, seus sentimentos e seus desejos para que seu caráter dócil, passivo e subserviente estivesse a salvo? Os homens não teriam escapado à “rigidez” rousseauniana. Quando de sua extensa descrição a propósito da escolha de uma profissão para *Emílio*, sob a justificativa de que o trabalho é um dever indispensável ao homem.

De qualquer modo seria um ledor engano e uma ingenuidade imputar-lhe a construção do mundo de dois sexos no qual as leis da complementaridade, da essência e, por consequência, do determinismo biológico criariam a fatal incompatibilidade entre o homem e a mulher, seja física, moral ou intelectual. Retomando Foucault (2009), para quem os discursos não se formam no fundo confuso das ideias, mas, ao contrário, sua emergência é possibilitada por outros enunciados que tratam do mesmo objeto, ainda que dispersos, compreende-se que é justamente nessa dispersão, no tempo e no espaço, que se buscam a “ruptura acontecimental”; os estilhaços da(s) história(s), enfim, para fazer aparecer certa regularidade a partir da qual se configura um acontecimento discursivo.

A construção social da relação entre os sexos e a hierarquia entre eles abre precedentes para uma discussão que não se esgota em um artigo. Entretanto, a busca pelos começos relativos, pelas instaurações e pelas transformações, históricos, auxiliam para a compreensão de que a exclusão feminina da vida pública, conquanto tenha sido imputada ao homem, é mais fruto de pensamentos biologicistas e de correntes sexistas cujos ideais perpassam, ainda hoje, as práticas sociais, como se observou. Em meio à disputa entre rupturas acontecimentais e seu oposto, a continuidade ideal, aqui se refere à história linear combatida por Foucault, apreendem-se acontecimentos singulares, demasiado dispersos no tempo e no espaço para que se dissolva em um fio linear da(s) e na(s) história(s). Destarte, tais rupturas e acontecimentos se inscrevem no corpo social ao engendrar uma série de efeitos de instituições, marcando inteiramente a subjetividade do homem e da mulher contemporâneos. Seguindo a tríade sexualidade-subjetividade-verdade, problematizar-se-ão os efeitos de verdades sobre a “guerra dos sexos”.

SEXUALIDADE, PODER E VERDADE

Os dois momentos precedentes apresentaram o modo como o dispositivo da sexualidade institui saberes com relação ao sexo e à sexualidade dos sujeitos homem e mulher, tendo a mídia como

agenciadora desses saberes, e como se deu a construção da hierarquia entre os dois sexos. Neste terceiro momento, ensejando responder ao como os discursos midiáticos, que objetivam e subjetivam o homem e a mulher, ora docilizam ora virilizam esses sujeitos, busca-se compreender o funcionamento do dispositivo da sexualidade em discursos midiáticos do período entre 2012 e 2015.

Entendeu-se, até aqui, que os saberes sobre o homem e a mulher são construtos sócio-históricos. Se os saberes são construtos sócio-históricos, significa que não há uma verdade a ser buscada em uma etapa constitutiva do saber. Para que se cumpram com os três objetivos específicos elencados na parte introdutória deste texto, o recorte discursivo primará pelos enunciados que discursivizem a mulher e o homem, apontando para saberes sobre seu sexo e sua sexualidade; aqueles que apontem para o modo como a hierarquia entre os sexos foi construída; e os enunciados cujo teor verta para a ideia segundo a qual a mulher teria vencido a guerra dos sexos e ao homem caberia reinventar sua subjetividade, ambos objetivados e subjetivados pela docilização e pela virilização compulsórias.

Relembrando, o enunciado “a mulher venceu a guerra dos sexos”, veiculado pela revista *Época*, de outubro de 2012, fez pular vários efeitos de verdade acerca da mulher e do homem em território brasileiro desde então. Além dessa publicação, se teve, à mesma época, o lançamento do romance pornoerótico *50 tons de cinza* (JAMES, 2012). Este, por sua vez, causou *frisson* em muitas mulheres que já não se consideravam as mesmas após sua leitura, segundo depoimentos publicados pela revista *Veja* de setembro de 2012. Quanto aos homens, eles não escapariam ao burburinho provocado pelo fenômeno editorial a ponto de *Veja* (2012) partir à escuta de empresárias, de modelos, de donas de casa e até de ministras de estado para saber o segredo do *best-seller* que teria hipnotizado as mulheres e incomodado os homens. A série enunciativa conta, ainda, com a obra *A ilusão dos 50 tons* (ETHRIDGE, 2012), com o enunciado *Homens queimam cuecas e pedem igualdade*, transcrito do episódio audiovisual exibido pelo Programa *Amor e Sexo*, da Rede Globo de Televisão, em outubro de 2014.

Para problematizar a tríade subjetividade-sexualidade-verdade relacionada ao que se convencionou chamar “guerra dos sexos”, se demarca, também, os conceitos do aporte teórico a serem resgatados para a análise da série enunciativa. Parte-se, principalmente, do conceito de dispositivo da sexualidade e de governamentalidade que, articulados às noções de enunciado, saber, poder, possibilitam descrever a positividade dos discursos em pauta. A entrada discursiva na série enunciativa se dará, portanto, pelo imbricamento entre a análise arqueológica, isto é, descrição da série, e a genealógica, análise das estratégias de poder nela circunscritas. Passa-se ao primeiro enunciado.

Enunciado 1

Viro-me, e ele está me olhando com atenção, como sabia que estaria, a expressão completamente inescrutável. Entro mais um pouco no quarto, e ele me acompanha. O objeto de plumas me intriga. Toco nele timidamente. É de camurça, como um pequeno gato de nove caudas, só que mais felpudo, e tem contas de plástico bem pequenas na ponta.

– Chama-se açoite – diz Christian com a voz baixa e macia.

Açoite... hum. Acho que estou em estado de choque. Meu inconsciente desapareceu, ficou mudo ou simplesmente caiu fulminado. Estou paralisada. Posso observar e absorver, mas não consigo articular meus sentimentos, porque estou em estado de choque. Qual é a reação apropriada à descoberta de que um amante em potencial é um completo tarado sadista ou masoquista? Medo... sim... esse parece ser o sentimento preponderante. Reconheço agora. Mas, por incrível que pareça, não tenho medo dele. Não acho que ele vá me machucar, bem, não sem meu consentimento. Muitas perguntas confundem minha cabeça. Por quê? Como? Quando? Com que frequência? Quem? Vou até a cama e passo as mãos nas colunas ricamente entalhadas. São muito resistentes, e o trabalho é impressionante.

– Diga alguma coisa – ordena Christian, a voz enganosamente macia.

– Você faz isso com as pessoas ou elas fazem isso com você?

Ele sorri, achando graça ou aliviado.

– As pessoas? – Ele pisca duas vezes ao considerar a resposta. – Faço isso com mulheres que querem que eu faça.

Não entendo.

- Se você tem voluntárias dispostas, por que estou aqui?
- Por que eu quero muito, muito fazer isso com você.
- Ah. - Engulo em seco. Por quê?
- Vou até o fundo da sala, bato de leve no banco estofado da altura da minha cintura e corro os dedos pelo couro. Ele gosta de machucar mulheres. A ideia me deprime.
- Você é sádico?
- Sou dominador. - Seu olhar é abrasador, intenso.
- O que isso quer dizer? - pergunto.
- Quer dizer que quero que você se entregue espontaneamente a mim, em tudo. Franzo a testa para ele, tentando assimilar a ideia.
- Por que eu faria isso?
- Para me satisfazer - ele murmura, inclina a cabeça para o lado e vejo a sombra de um sorriso.
- Satisfazer! Ele quer que eu o satisfaça! Acho que estou boquiaberta. Satisfazer Christian Grey. E me dou conta, naquele momento, de que, sim, é exatamente isso que eu quero fazer. Quero que ele fique absolutamente satisfeito comigo. É uma revelação.
- Em termos muito simples, quero que você queira me agradecer - diz ele baixinho. Sua voz é hipnótica.
- Como?
- Eu tenho regras, e quero que você as obedeça. Elas são para o seu bem e para o meu prazer. Se seguir essas regras como eu de-sejo, eu a recompenso. Se não seguir, eu a castigo, e você aprende
- murmura. Ele olha para o armário de bengalas ao dizer isso.
- Então você se excita exercendo sua vontade sobre mim.
- Tudo gira em torno de conquistar sua confiança e seu respeito, para você deixar que eu exerça minha vontade sobre você. Quanto mais se submeter, maior minha alegria. É uma equação muito simples.
- Tudo bem, e o que eu ganho com isso?
- Eu - diz simplesmente. (JAMES, 2012, p. 92-93).

A narrativa, um tanto longa, descreve o momento em que Anastasia vai pela primeira vez à casa de Christian. Este pretende apresentar-lhe seu quarto de “jogos”. Antes da concretização desse momento, porém, Christian a faz assinar um termo de confidencialidade cujo conteúdo é um acordo a partir do qual Anastasia não teria o direito de revelar nada a ninguém sobre o relacionamento entre ambos. O que há de *arte* nesse modo de existência das personagens? Para responder a essa questão, procede-se, em

um primeiro momento, à descrição do enunciado para, na sequência, proceder à sua interpretação. Para a descrição não apenas desse, mas de todos os enunciados, reporta-se aos elementos da função enunciativa, conforme Foucault (2009).

Quanto à descrição dos elementos da função enunciativa, entende-se que o acontecimento discursivo “guerra dos sexos” institui saberes de dada época, logo é a representação dessa “guerra”, via discurso, interpretada historicamente, que compõe o referente. Com relação à(s) posição(ões) sujeito, quando designada(s) por atributos gerais, aqui enunciado, se está, ao mesmo tempo, informando que não importa, em uma perspectiva arqueogenealógica, identificar sujeitos considerados como elemento gramatical ou aquele indivíduo empírico que tenha proferido tal enunciado. No entanto, o enunciado 1 é oriundo de uma materialidade que pode ser datada e localizada, já antecipando sua existência material. Isso significa que a série enunciativa, no interior da qual se encontra o enunciado 1, não se formou do fundo confuso das ideias ou a partir de um sujeito fundante, mas sua emergência foi possibilitada graças a enunciadores que falaram, em dado momento, sobre a sexualidade dos sujeitos homem ou mulher face ao suporte midiático como agenciador dos dizeres. São enunciados efetivamente ditos e escritos, daí sua relação de exterioridade.

Todavia, não há como falar de lugar determinado e posição de sujeito sem vinculá-los a um espaço institucional dentro do qual as enunciações emergem e sem o qual a função enunciativa não poderia se exercer. É preciso, desse modo, a existência de um domínio associado. A esse respeito, considerar a existência de um domínio associado significa admitir que o enunciado para sê-lo, de fato, deve relacionar a frase ou a proposição a um campo adjacente. Com uma interpretação mais livre, pode-se adiantar que o enunciado 1 cita tantos outros enunciados ditos e escritos em tantos outros momentos da história e que, embora dispersos no tempo e no espaço, coexistem no mesmo campo associado. Não há, por assim dizer, nada de “novo” nos dizeres das personagens. A feminilidade relacionada à passividade ou ao masoquismo já teria sido discutida

sobremaneira por Freud e, desde o século XVIII, existe uma associação entre mulher, sacrifício e passividade, como explica Nunes (2000). Mas essa ideia ganhou força com a psiquiatria e a sexologia do século XIX, como estratégia de regulação do corpo feminino.

Lembrando que um enunciado pode ser repetido inúmeras vezes, mas que, no entanto, ele deve estar inserido em um regime complexo de instituições materiais, isto é, ter uma existência material, mesmo o enunciado sendo o mesmo, sua identidade varia de acordo com um regime complexo de instituições materiais. Daí seu efeito de raridade e de acúmulo. Esse enunciado, que não traz nada de novo para a atualidade, pois o fato de a personagem Anastasia ter ficado chocada com as declarações de seu parceiro não é novidade, pois os ideais iluministas criticavam a mulher trabalhadora, a intelectual ou aquela que exercesse qualquer atividade fora do lar sob o argumento de que isso infringiria a lei da natureza. Como consequência dessas estratégias, se vê, então, no século XIX, um ideal de mulher cuja unidade constitui-se de sexualidade, casamento, amor e reprodução. Esse ideal persiste na sociedade brasileira atual e está materializado nesse romance. Esse enunciado reforça saberes que circularam em outros momentos na história. A esse respeito, vale apresentar, sinteticamente, a descrição do perfil das personagens Anastasia e Christian Grey.

Como a linguagem produz a construção da sexualidade que sustenta os regimes de poder presentificados no enunciado 1? Nessa heterossexualidade presumida, que tipos de práticas culturais produzem descontinuidades? Pauta-se em Nunes (2000) para dizer que no âmbito político, no século XIX, o Código Civil de Napoleão instituía o casamento organizado como um instrumento de dominação masculina. Já no campo da ciência, reforçava-se a ideia de submissão como algo inato à mulher. O homem deve ser o “senhor” ao qual a mulher deve obediência e obtém, desse modo, prazer. Esta passagem sob análise retoma e reforça esse discurso do século XIX:

Satisfazer! Ele quer que eu o satisfaça! Acho que estou boquia-

berta. Satisfazer Christian Grey. E me dou conta, naquele momento, de que, sim, é exatamente isso que eu quero fazer. Quero que ele fique absolutamente satisfeito comigo. É uma revelação. (JAMES, 2012, p. 93).

O romance, com certa nuance libertadora e moderna, intentaria romper com a regularidade instituída por sociedades patriarcais, isto é, a ditadura heteronormativa estabilizada na sociedade, e subverter a ordem que, há muito, estaria estabelecida. Todavia, a narrativa pornoerótica de James (2012) acaba por reforçar o culto às estratégias sociais que fazem figurar o corpo da mulher como superfície para o exercício do poder e do homem como o sexo da humanidade. Na tensa relação dual entre os dispositivos da aliança e da sexualidade há uma prevalência, pelo modo como a narrativa foi construída, da continuidade do dispositivo da aliança na sociedade representada pela relação entre as personagens de *50 Tons de Cinza*, Christian e Anastasia. O enunciado analisado atesta esse raciocínio.

Voltando às relações de poder, discursos contrários àqueles veiculados pelo romance pornoerótico *50 tons de cinza* também circularam em território brasileiro. Sob pretexto de que fantasias sexuais não devem governar pessoas, sobretudo a mulher cristã, a psicóloga evangélica Ethridge (2012) explica que é preciso entender o que fantasias sexuais escondem e deixar que Deus cuide do assunto. O próximo enunciado materializa as considerações dessa autora.

Enunciado 2

[...] Por que os seres humanos (mesmo os cristãos!) fantasiam sobre coisas como:

- Consumir pornografia ou se envolver em casos extraconjugais.
- *Bondage*, dominação, sadismo e masoquismo (como exaltado na trilogia dos *cinquenta tons*).
- Prostituição, sedução ou estupro.
- Encontros com pessoas do mesmo sexo, trios e orgias. [...] Como sociedade, como igreja, como casais e pessoas solteiras, como homens e mulheres, como pais de meninos e meninas que se esforçam para dar sentido à própria sexualidade, precisamos conversar

sobre isso. [...] mas a melhor maneira de ajudar alguém é ajudar a si mesmo em primeiro lugar. (ETHRIDGE, 2012).

Pode-se dizer que os vocábulos “fantasias” e “sexuais” que, juntos formam a expressão “fantasias sexuais”, funcionam como o referente se considerar que quando se fala de fantasias sexuais não há algo dado ou natural no mundo ao qual se pudesse etiquetar com essa denominação. Mais uma vez problematizam-se efeitos de verdade acerca de determinado objeto, isto é, acerca daquilo de que se fala. Fantasias, consideradas como ficção ou algo que tem apenas existência ideal e nunca real, são construções sociais. Dito de outra maneira, isso significa que o que é considerado uma “fantasia” para um, pode não o ser para o outro. Com relação a atos sexuais entre pessoas, há uma gama de ações que somente as pessoas envolvidas podem afirmar se aquilo é ou não lícito no campo sexual.

Quem pode ocupar a posição de sujeito desse discurso? Compreende-se que o/a enunciator/a ancora-se em um lugar privilegiado, não só como psicóloga, mas também evangélica, para legitimar seu saber sobre o sexo e a sexualidade das pessoas. Ao se utilizar da conjunção *mesmo* para dar ênfase ao adjetivo *cristãos* e, com isso, veicular a ideia de que sua afirmação é surpreendente, o enunciator/a marca seu lugar a partir do qual está autorizado/a a dizer o que diz. Essa ênfase produz um efeito segundo o qual pessoas podem ter fantasias sexuais desde que não sejam cristãs. Assim, afirmar que mesmo os cristãos têm fantasias sexuais produz um efeito de surpresa, uma vez que se considera que as fantasias existem, mas não são vistas de modo positivo por cristãos.

O modo de funcionamento discursivo desse enunciado faz plural, a partir desse suporte midiático, verdades já estabilizadas na sociedade que são replicadas. Não se diz nada, entretanto, sem que outros dizeres sejam (re) atualizados, pois do contrário, “mesmo cristãos” não produziria o efeito de surpresa. É preciso que relações se estabeleçam, lembrando aí das reflexões elencadas anteriormente quando se explicou que, para o cristianismo primitivo, todos

os humanos, embora a mulher fosse considerada a mais culpada, participam desde o início, do estado de pecado no mundo.

A expressão “mesmo cristãos” proporciona um efeito de memória ao produzir ecos de outros discursos cristãos com relação ao uso da sexualidade de sujeitos. Recorrer ao uso dos parênteses sinaliza, dentre outros efeitos, que pessoas cristãs devem pensar e agir diferentemente de outras pessoas. Sobre o valor do próprio ato sexual, Foucault (1984) explica que o cristianismo teria associado o ato sexual ao mal, ao pecado, à queda do ser humano. Assim, separavam-se os cristãos dos demais humanos.

Entretanto, diferentemente do pensamento cristão primitivo, Ethridge (2012) alivia a culpa imputada aos humanos, pois para ela haveria um culpado muito mais capacitado para levar a humanidade à queda: Satanás. Para sustentar sua consideração a propósito das falácias de Satanás, a autora reporta-se a Gênesis com intuito de instruir os pervertidos e, assim, levá-los à cura.

Enunciado 3

- 1a. Envergonhar-se de nosso corpo e de nossa sexualidade (Gênesis 3: 7 -10).
- 2a. Poligamia (Gênesis 4: 19)
- 3a. Homossexualidade (Gênesis 19: 5)
- 4a. Fornicação (Gênesis 38: 16-18)
- 5a. Estupro (Gênesis 34: 2)
- 6a. Prostituição (Gênesis 38: 15)
- 7a. Incesto (Gênesis 19: 30-32)
- 8a. Sedução maligna (Gênesis 39: 7) (ETHRIDGE, 2012).

Os versículos constantes no primeiro livro da bíblia cristã a que a autora faz referência narram episódios em que personagens bíblicos como Adão e Eva, Lameque, Ló, Judá, Síquem e José, eternizam modos de existências ou atos condenáveis às leis divinas. A nudez, por exemplo, causou constrangimento em Adão e Eva no jardim do Eden a ponto de se esconderem temendo punição divina. Assim, a nudez é reprovada e até os dias atuais pode ser punida e criminalizada em determinadas circunstâncias. As condutas das

personagens de *50 tons de cinza* criam, segundo Ethridge (2012), a ilusão de que consumir pornografia ou agir como os protagonistas do romance trariam sentido à própria sexualidade. Dar sentido à própria sexualidade por esse viés, como os preconizados pelo romance pornoerótico, entretanto, contrariaria as leis divinas e, portanto, deveria ser rejeitado.

Esses enunciados analisados compõem os saberes sobre o sexo e a sexualidade do homem e da mulher. Tanto o romance *50 tons de cinza* (JAMES, 2012) quanto a obra *A ilusão dos 50 tons* (ETHRIDGE, 2012) formam um conjunto heterogêneo de discursos construídos socialmente. A esse conjunto pode se dar o nome de dispositivo da sexualidade. A análise aponta para o fato de que os efeitos de verdade em torno da sexualidade tanto do homem quanto da mulher constituem apenas um recorte em meio à dispersão. Graças aos efeitos de raridade e de acúmulo de um enunciado, outros dizeres puderam ser retomados, reforçados ou rejeitados, para multiplicarem os discursos sobre os sujeitos. Em meio ao desejo de ruptura com o modo patriarcal de fabricar subjetividades e o desejo de curar as tendências perversas quanto ao uso da sexualidade, as obras discutidas acabam por reforçar a heterossexualidade compulsória, a partir da qual a sociedade brasileira é construída.

Viu-se anteriormente que as diferenças entre o homem e a mulher começam a ser vinculadas à diferença sexual no século XVIII. A partir disso, compreendeu-se que construção do mundo de dois sexos tem como base as leis da complementaridade, da essência e, por consequência, do determinismo biológico. A partir dessas “leis”, criou-se a fatal incompatibilidade física, moral ou intelectual entre o homem e a mulher.

As revistas *Época*, de 25 de março de 2013, *Veja*, de 3 de abril de 2013, e *Caras*, de 25 de abril de 2014, chamam a atenção pela multiplicidade de saberes sobre a sexualidade do homem e da mulher. Os discursos materializados nessas revistas colaboram, ainda que haja discussão crítica em alguns momentos por parte dos referidos enunciadores, para a hierarquia a partir da qual se cons-

truiu o mundo de dois sexos. No caso de *Época* (2013), há uma seção intitulada “Especial Mulher”, cujas rubricas *Comportamento, Relacionamento, Carreira, Família* tratam de um suposto equilíbrio entre homens e mulheres, discutem a respeito do homem ideal, problematizam as consequências para a vida de um casal quando a mulher ganha mais que o parceiro e, por fim, tratam do fato de as mulheres ainda estarem tão sobrecarregadas em relação ao homem, mesmo diante de tantas conquistas.

Quanto à *Veja* (2013), a Carta ao leitor intitulada *Preparem os aventais* e a seção Especial intitulada *Nada será como antes* discutem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) *PEC das Domésticas*. Com essa nova lei, a reorganização familiar entra em pauta e, por conseguinte, a temática da hierarquia entre os sexos entra em questão nas discussões.

Já na revista *Caras* (2014) a psicóloga Leniza Castello Branco discute a questão de papéis definidos como masculino ou feminino. Para Branco (2014), ambos os sexos podem exercer papéis construídos socialmente para homens ou para mulheres. Um enunciado, dentre vários encontrados nessas materialidades, exemplifica e corrobora a construção da hierarquia entre os sexos.

Enunciado 4

A tentativa de conquistar o novo coração feminino pode ser frustrante – para eles e para elas. As mulheres, sob o efeito de certo deslumbramento com a autonomia e o poder conquistados, impuseram uma longa lista de pré-requisitos ao parceiro ideal. Mostram-se atraídas por homens que conservam algo de dominador, característica sugerida pelo sucesso na carreira e pela ambição. Ao mesmo tempo querem um companheiro sensível, capaz de deixar transparecer suas emoções. Para os homens, restou o desafio de calibrar esses dois aspectos. Para as mulheres, o jeito é readequar as expectativas a homens reais, não ideais. (ÉPOCA, 2013, p. 52-53).

Não desconsiderando as conquistas femininas reforçadas por esse enunciado, problematiza-se, novamente, a contradição entre os dispositivos da aliança e da sexualidade preconizado pelo refe-

rido discurso. Primeiramente, ele corrobora a ideia de supremacia feminina, principalmente nas esferas pública e sexual. Depois, veicula uma imagem de mulher deslumbrada com sua nova condição e que, a partir disso, impõe novas condições ao homem. Neste caso, não se trata de travar uma busca pela verdade em termos de falso *vs* verdadeiro, mas de problematizar esses efeitos de verdade em relação à mulher e ao homem. Seguindo o raciocínio desse enunciado, o homem estaria fadado ao fracasso ou à responsabilidade de calibrar os novos aspectos da relação homem *vs* mulher.

Perseguindo a ideia de que ambos estão imersos em um processo de docilização e de virilização compulsórias em momentos distintos da história, pensa-se tratar de uma estruturação do dispositivo da sexualidade que ajusta os efeitos de verdade aos acontecimentos múltiplos e independentes. A revista *Veja*, de 26 de setembro de 2012, dedicou quatorze páginas dessa edição à relação sadomasoquista tratada no romance pornoerótico *50 tons de cinza* (2012). Nesse mesmo ano, *Época*, de 8 de outubro de 2012, veiculou em sua capa o enunciado *A mulher venceu a guerra dos sexos*. Enquanto isso, Rosin (*apud* CORONATO; YURI; LINS, 2012) publicava, no mesmo ano, o livro *The end of man* (*O fim dos homens*). Já em 2014, o programa de entretenimento da Rede Globo de televisão, *Amor e Sexo*, exibiu, no dia 23 de outubro, um episódio cujo enunciado *Homens queimam cuecas e pedem igualdade* fazia alusão à queima de sutiã pelas mulheres feministas. O que chama a atenção nesses enunciados é uma suposta exaltação à supremacia feminina em oposição ao fracasso masculino. Diante disso, interrogam-se as condições de possibilidade que respondem pela emergência dessa necessidade que se tem de falar sobre a sexualidade de sujeitos homem e mulher, de fazer dela também um instrumento de batalha, no caso aqui analisado, a “guerra dos sexos”, em discursos midiáticos.

Enunciado 5

‘Para desgosto das feministas radicais, e surpresa geral, o sucesso do livro mostrou que, a despeito de toda a independência fi-

nanceira e sexual conquistada nas últimas cinco décadas, as mulheres ainda idealizam a figura masculina’, diz o filósofo Luiz Felipe Pondé. ‘Grey representa a potência, o homem provedor. Ele é o sonho de todas as mulheres ditas emancipadas’. Essa necessidade de um forte para chamar de seu, que a psicobiologia acredita ter origem nos tempos das cavernas, quando as caças do macho garantiam a sobrevivência da mulher e da prole, parece mesmo estar arraigada à psique feminina. (VEJA, 2012, p. 111).

O discurso de cunho psicologista pautado no determinismo biológico dociliza a mulher dependente do provedor e a viriliza ao ressaltar sua independência financeira e sexual, ao mesmo tempo em que viriliza o homem ao eternizá-lo como o sexo da humanidade, mas também docilizá-lo para estar perto dessa mulher que agora não é mais sua dependente. São discursos concorrentes, haja vista não considerarem a diferença como algo positivo. Em contrapartida, chama-se a atenção para o enunciado:

Enunciado 6

Para os homens, uma sociedade equilibrada será mais rica e feliz. Combater o machismo é bom para ambos os sexos. (ÉPOCA, 2012, p. 72).

Para Albuquerque Júnior (2011), a heteronormatividade pretende que homens gostem de mulheres e que as desejem sexualmente, mas ao mesmo tempo trava uma guerra entre ambos, resultando sempre na insatisfação de um ou de outro. Isso acaba por dividi-los e separá-los. Entende-se por esse enunciado que as conquistas femininas não precisam ser vistas como ameaça, mas como algo positivo, uma vez que se fala em equilíbrio de poder econômico. Tal equilíbrio pode ser salutar para ambos, mas principalmente para eles, os homens que têm as mulheres como aliadas no campo profissional, daí a sociedade ser mais rica e feliz. A materialidade desse enunciado, aliada à imagem fotográfica dos presidentes Dilma Rousseff e Barack Obama, pode atestar tal equilíbrio. Dilma estava em seu segundo ano de mandato no ano

de 2012 e, mesmo em meio a críticas de seus opositores, vivia-se um momento de expansão econômica em território brasileiro. O Brasil estava no alvo de investidores internacionais.

Ao se afirmar, no entanto, que *combater o machismo é bom para ambos os sexos*, parte-se da premissa de que há um consenso quanto à existência de uma sociedade machista. Ser machista já está posto, pois só se combate algo com o qual se opõe e se é contrário. Vale dizer que o machismo não é praticado apenas por homens, assim como o feminismo não é praticado apenas por mulheres. Homens e mulheres podem ser igualmente machistas ou feministas. Na contramão, pode-se dizer, também, que combater o machismo seja “bom para ambos os sexos” pelo fato de que há homens que se sentem muito confortáveis com a supremacia feminina. Estaria o homem, já fato comprovado em determinados setores da vida pública ou da privada, gostando dessa situação, uma vez que o “fardo” já não lhe pesa tanto. Aqui, mais uma vez, reporta-se a Albuquerque Júnior (2011), pois chama a atenção para a necessidade e urgência de redefinir o masculino. No seu entender, o homem precisa libertar-se do fardo da forma hegemônica com que, ainda hoje, se define a masculinidade. O homem precisa, ainda, perceber as perdas e danos que ela acarreta.

A subjetividade do homem vem sendo delineada pelos discursos midiáticos. Mesmo quando o assunto é a mulher, é dele que se fala. Como a escrita de um não se faz sem a do outro, quando a mídia materializa discursos dos avanços femininos, o corpo masculino é a primeira superfície para a inscrição dos acontecimentos. No caso do equilíbrio social e econômico como sendo “bom para ambos os sexos”, se veicula um discurso que sugere a docilização do homem. O macho do século XVIII não cabe mais frente à supremacia feminina. Se não se vence o “inimigo”, é melhor que se junte a ele, já preconiza o velho ditado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certo incômodo provocado pela leitura de discursos midiáti-

cos acerca da busca de igualdade entre o homem e a mulher, sobretudo entre os anos de 2012 e 2015 em que, via linguagem, legitimaram uma “guerra” entre os sexos, motivou a discussão tratada neste texto. A análise da série enunciativa levou à compreensão do *modus operandi* do dispositivo da sexualidade em discursos midiáticos. Isso culminou na compreensão de que a dificuldade em lidar com as diferenças entre os sexos é fruto da falta de compreensão das singularidades inerentes a cada um ou da falta de respeito delas. Desse modo, compreender que a cada época, etapa ou período, os discursos constroem verdades acerca dos sujeitos e que, por isso mesmo, não há uma única verdade a ser validada sobre um e outro, traz conforto para aquele ou para aquela que não está em busca de um vencedor ou de um perdedor, mas está em busca de equidade, isto é, em busca de igualdade de direitos independente de seu sexo e de sua sexualidade. Compreender o sexo para além de uma substância materializada em um órgão genital e a sexualidade como uma experiência individual e que, por sua vez, abre um leque de possibilidades às formas de ser vivida por um homem ou por uma mulher foi de suma importância para se afirmar, sem receio, que não há a mínima possibilidade, enfim, de haver uma “guerra” entre os sexos. O que existem são efeitos de verdade concernentes à sexualidade e à subjetividade do homem e da mulher.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Máquina de fazer machos: gênero, e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. In: SIMILI, Ivana Guilherme. **Corpo, gênero e sexualidade**. Maringá: Eduem, 2011. p. 37-47.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BRANCO, Leniza Castello. Papéis masculino e feminino podem ser exercidos por ambos os sexos. In: **Revista CARAS**, São Paulo, Abril, n. 1068, abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica n. 24 de 17 de agosto de 2015**. Brasília: CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC, 2015. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/noticias/nota-tecnica-no-24-2015-mec>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARAS. São Paulo, Abril, n. 1068, abr. 2014.

CATTONÉ, Jean-Philippe. **A sexualidade, ontem e hoje**. São Paulo: Cortez, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORONATO, Marcos; YURI, Flávia; LINS, Marina Navarro. A guerra dos sexos acabou? In: **Revista Época**, São Paulo, Globo, 751, out. p. 68-74. 2012.

ÉPOCA. São Paulo: Globo, n. 751, out. 2012.

ÉPOCA. São Paulo: Globo, n. 774, mar. 2013.

ETHRIDGE, Shannon. **A ilusão dos 50 tons**. São Paulo: Thomas Nelson, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

_____. **Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento**. Ditos e escritos II. Org. Manuel Barros da Motta. Tradução Elisa Monteiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984a.

_____. **História da sexualidade III: o cuidado de si.** Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Revisão José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Microfísica do poder.** Tradução Roberto Machado. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. **Microfísica do poder.** Tradução Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984b.

_____. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução Lígia M. Pondé Vassallo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

HOMENS “QUEIMAM” CUECA E PEDEM IGUALDADE. **Amor & Sexo.** Rio de Janeiro: Rede Globo (globo.com). Disponível em: <http://gshow.globo.com/programas/amor-e-sexo/O-Programa/noticia/2014/10/homens-queimam-cuecas-e-reivindicam-direitos-no-amor-sexo.html> . Acesso em: 24 out. 2014.

JAMES, Erika Leonard. **Cinquenta tons de cinza.** Tradução Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

MACHADO, Arlindo. A cultura da vigilância. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Rede imaginária:** televisão e democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 91-108.

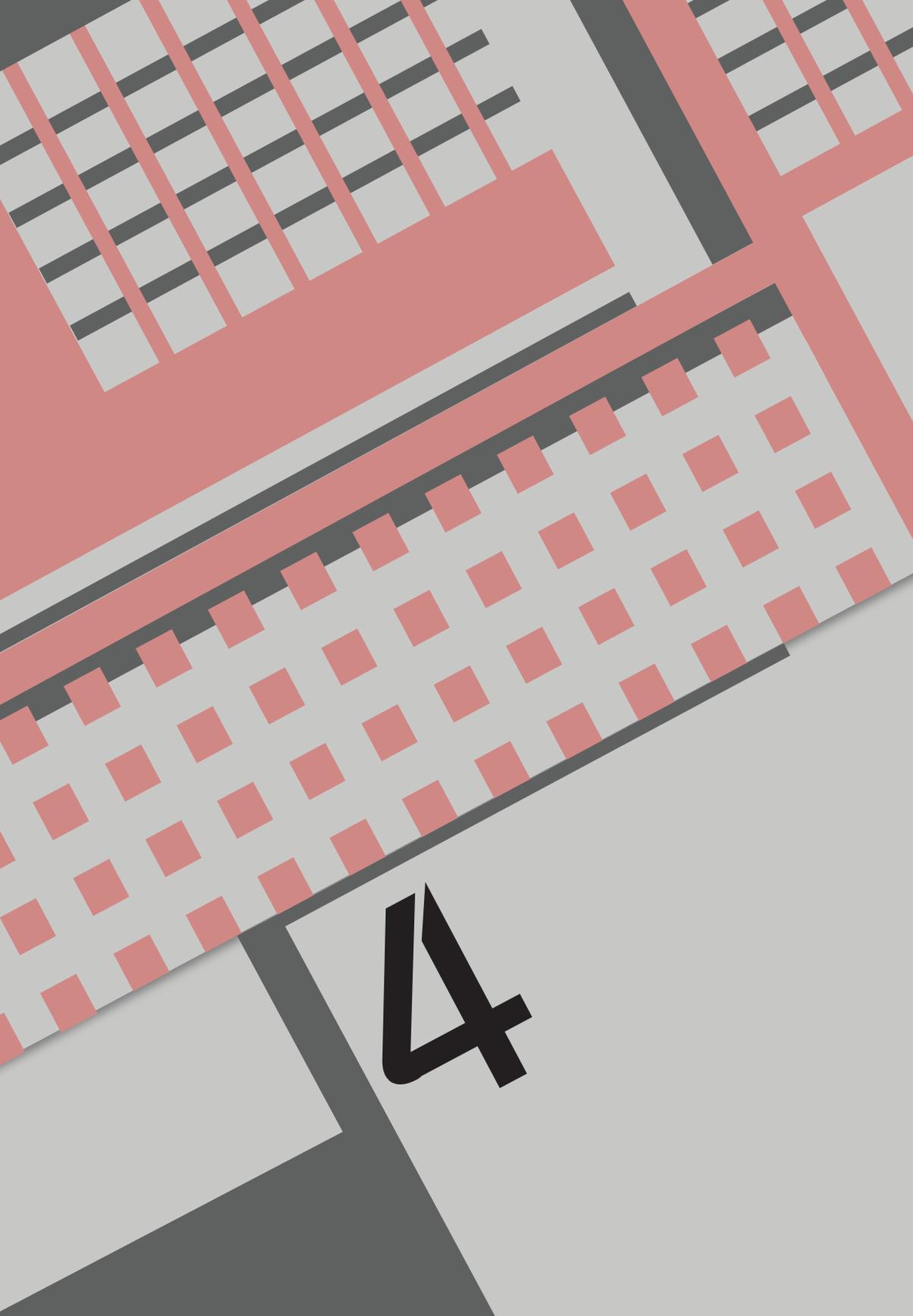
MAINGUENEAU, Dominique. **O discurso pornográfico.** Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2010.

NUNES, Sílvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha:** um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

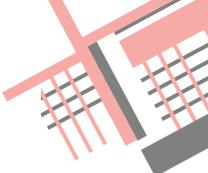
PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** Tradução Angela M. S. Córrea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012

VEJA. São Paulo: Abril, ed. 2288, n. 39, set. 2012.

VEJA. São Paulo: Abril, ed. 2315, n. 14, abr. 2013.



4



CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA: REPRESENTAÇÃO DO SUJEITO HAITIANO

RENATA APARECIDA IANESKO¹

A cada ano estudos sobre a questão migratória haitiana vem ganhando espaço por ser um fenômeno constante. Acreditamos que a escolha por migrar não parte apenas dos sujeitos de um país, mas por um conjunto de razões, entre elas, razões econômicas, políticas e geográficas do país. Depois do terremoto em janeiro de 2010 a migração do Haiti ganhou outros destinos, entre eles, o Brasil, pois o contexto econômico do Haiti ficou ainda mais complicado. O país foi fortemente atingido pelo terremoto e as construções da capital haitiana, Porto Príncipe, ficaram danificadas, incluindo escolas, hospitais e postos policiais, o que representa grande parte das construções e a estimativa era de que as mortes causadas pelo terremoto correspondiam à aproximadamente 230 mil. O Haiti está localizado entre a América do Norte e a América do Sul, por assim dizer, em uma das regiões mais bonitas do planeta, no Mar do Caribe, com uma população de cerca de nove milhões de pessoas e possui a condição de país mais pobre das Américas e Caribe.

Com relação à história, no ano de 1492 Cristóvão Colombo chegou na ilha, a qual os nativos chamavam de *Quisqueia*, no entanto, os espanhóis batizaram de Ilha de Hispaniola, porque, por permissão papal, a Espanha teria a posse da ilha. Por questões políticas, a ilha foi dividida com a França, assim, a parte hoje denominada República Dominicana ficara pertencendo a Espanha. Segundo Valler Filho (2007, p. 142) “em 1697 os franceses receberam direitos sobre a área que ocupavam, reconhecidos no tratado de Ryswick. A região era conhecida Saint-Domingue e ra-

¹ Doutoranda em Letras (UFMS), professora do Departamento de Língua Estrangeiras da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), bolsista pela Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e a Pesquisa do Estado de Rondônia (FAPERO). E-mail: re.ianesko@gmail.com

pidamente assumiu a liderança na produção açucareira no Caribe, com base no trabalho escravo”. A França era colônia do que viria a ser chamado hoje de Haiti. O país, depois de uma violenta revolta dos escravos, aboliu a escravidão, sendo o primeiro país das Américas a fazer este feito. Em 1801 Toussaint Louverte, um líder popular e ex-escravo autodidata, tornou-se governador geral do Haiti. Em 1804, Jacques Dessalines continuou com o movimento de resistência e declara o Haiti um país independente. Segundo Blackburn, (2002 p. 279) “o Haiti não foi o primeiro Estado americano independente, mas foi o primeiro a afirmar a liberdade civil de todos os habitantes”.

No entanto, em apoio a França escravistas americanos e europeus fazem um bloqueio naval comercial no Haiti que durou 60 anos. Em 1915 o Haiti enfrentou a invasão dos Estados Unidos, país que dominou o Haiti até o ano 1934. Essa invasão provocou impactos econômicos terríveis, pois a independência do Haiti, de alguma forma, trouxe uma ameaça para as grandes potências escravistas da época. Segundo Louidor (2013, p. 19), “sob o pretexto de desestabilizar o Haiti, os Estados Unidos ocuparam o país caribenho para estender seu imperialismo e o capital estadunidense através da implantação de suas corporações”. Ainda segundo o mesmo autor a ocupação dos Estados Unidos no Haiti foi responsável também pela apropriação dos recursos financeiros do Banco Nacional da República do Haiti, deixando o país em uma situação difícil (LOUIDOR, 2013). No entanto, mesmo com o fim da ocupação americana em 1934, as forças armadas do Haiti apoiam a ditadura que começou no ano de 1957, a qual perdurou até o ano de 1986 e que prejudicou ainda mais a economia do país. Essas forças armadas tinham sido criadas pelos Estados Unidos, ou seja, mesmo depois da desocupação americana e do término do período de ditadura, o país continuou em crise econômica.

No século XX, especialmente a partir da segunda metade, tem-se assistido à migração em massa de haitianos para outros países em busca de melhores condições de vida, seja por liberdade política e social, seja pela busca de oportunidades de trabalho ou

estudos e, nesse sentido, o Brasil figura como um dos destinos da imigração haitiana na contemporaneidade.

Neste trabalho iremos utilizar entrevistas de haitianos que optaram pela cidade de Três Lagoas, no estado do Mato Grosso do Sul (doravante MT). Acreditamos que isso tenha ocorrido, principalmente, porque em 2010, o Haiti viveu um dos mais terríveis episódios de sua história, um terremoto que deixou mais de 1,5 milhões de desabrigados, o que fez com que os haitianos procurassem formas de melhorarem suas vidas e um dos destinos mais procurados foi o Brasil.

Sendo assim, podemos perceber que a história do Haiti sempre foi permeada por processos migratórios, fazendo parte da constituição do sujeito haitiano a necessidade de buscar fora de seu país, melhores condições de vida e as condições históricas dessa trajetória é que guiam nossas interpretações.

É nesse contexto que esta pesquisa tem como objetivo geral, a partir das entrevistas coletadas, observar como se dá essa construção identitária do sujeito haitiano imigrante no Brasil na região de Mato Grosso do Sul, na cidade de Três Lagoas.

Segundo Kleiman (2000, p. 15), a maior parte das pessoas que migram, apenas o fazem por questões de necessidade, principalmente financeiras, e se pudessem escolher, não abandonariam suas comunidades e casas.

Assim, esse trabalho tem como objetivo principal refletir sobre a representação de identidade dos haitianos considerando o contexto do Haiti. Os sujeitos investigados são haitianos moradores do município de Três Lagoas, inseridos em um processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa como língua estrangeira a partir da perspectiva discursiva e do processo de referenciação linguística.

Por intermédio de uma análise linguístico discursiva pretendemos observar como os dizeres de haitianos, aprendizes de português, significam em uma determinada situação discursiva e como se articulam para a produção de sentidos.

Utilizaremos a metodologia discutida por Foucault (2008), em que recorreremos à aplicação de entrevistas semi-estruturadas

aos alunos-adultos haitianos. São alunos regularmente matriculados em um curso formal de Português para haitianos que foi iniciado em 2014 na escola Elson Lot Rigo no município de Três Lagoas no estado do Mato Grosso do Sul. Partimos dos princípios teórico-metodológicos oriundos da Análise de Discurso (AD) da linha francesa que, entre outros objetivos, busca a compreensão da produção social de sentidos.

Com relação às entrevistas optamos por realizá-las em Língua Portuguesa por concordar que o sentido depende, entre outras questões, das condições de produções e como acreditamos que o discurso é definido por meio de enunciados construídos por formações ideológicas, talvez conseguiremos refletir sobre o discurso do sujeito haitiano de forma singular, interpelado pelas ideologias que o rodeiam.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

Partimos da perspectiva de que a análise do Discurso, doravante AD, é um lugar privilegiado de manifestação da ideologia de acordo com Brandão (2012, p. 11). Por isso, acreditamos que para refletir questões referentes à identidade dos haitianos pesquisados seja importante nos basearmos na metodologia teórica da AD, a qual tem como objeto de estudo o discurso. Assim, para Orlandi (1986, p. 107) o texto na AD é considerado “não em seu aspecto extensional, mas qualitativo, como unidade significativa da linguagem em uso, logo unidade de natureza pragmática”.

Segundo Coracini (2007, p.15), para entender ou, ao menos, rastrear o que Foucault pensa sobre identidade é preciso, primeiramente, entender o que ele pensa sobre arquivo e memória. De acordo com a autora, arquivo para Foucault não seria a soma de todos os documentos ou discursos armazenados na história de uma cultura, mas sim a razão pela qual se justifica o discurso, ou seja, é “a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT 1969 [2004, p. 147]). Com relação à memória, Coracini

(2007, p. 16) afirma que “não se pode lembrar se o que aconteceu não tiver sido esquecido, porque recordar é sempre interpretar. A memória é, portanto, sempre esquecimento, pois é sempre interpretação de algo que passou”.

Assim, corroboramos a Coracini (2007, p. 17) quando a autora afirma que para entender o sentido de identidade é preciso compreender o conceito de arquivo e memória de Foucault, primeiramente. A ligação entre os dois conceitos com a questão de identidade estaria relacionada à imagem que construímos de nós mesmos, essa imagem é baseada no olhar do outro sobre nós, ou seja, a imagem que temos de nós mesmos é construída pelos outros e aceita por nós como verdade, assim, para Foucault o sujeito é uma construção social, o qual está em constante transformação. Esse conceito sobre identidade é também exposto em Lacan (1966[1988]).

Coracini (2007) relaciona a questão de representação com a construção de identidade. Para ela, essa relação não depende da interação que o sujeito tem com o outro, pois “toda representação se constrói a partir das experiências pessoais, mas não apenas: elas se constroem a partir das experiências dos outros, daqueles que nos cercam e que nos levam a crer nisto ou naquilo, que nos dizem quem somos”. (CORACINI, 2007, p. 240)

Dessa maneira, essa metodologia de análise pressupõe um estudo que observe a materialidade discursiva, pois para Pêcheux (1988), a língua seria um lugar em que os efeitos de sentido são realizados. Consideramos, nessa perspectiva, que é possível haver a desconstrução nos discursos, ou seja, não há apenas um sentido para cada discurso e a sua interpretação dependerá dos âmbitos sociais ao qual eles foram pronunciados. Segundo Orlandi (1999, p. 15),

a análise do discurso como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra etimologicamente tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Para Foucault (2005), o discurso possui esse caráter de não fixidez quando fala sobre a problematização do linguístico com o histórico social, da descontinuidade, do descentramento, e do processo diaspórico dos sentidos. Segundo Yazbek (2015, p. 42) as análises de Foucault:

se dirigem não à validade das proposições, mas às condições de enunciação e de regras de formação dos discursos naquilo que concerne à constituição de seus objetos, à formação de seus conceitos e às posições que o sujeito é chamado a ocupar nessa “ordem discursiva”. Com efeito, cada formação discursiva é determinada por um conjunto de práticas discursivas [...] e esse conjunto de relações varia historicamente, dando forma a novos arranjos discursivos cuja tendência é a cristalização de determinados recortes temáticos ou teóricos.

Na AD, a linguagem seria um produto sócio-histórico e não um sistema abstrato, no qual os sentidos não são estáveis e transparentes ou fixos, e sim construídos socialmente em determinado período histórico, por isso a linguagem não é um produto acabado, mas sim um processo em construção.

Assim, nos basearemos na teoria de Foucault (2010, p. 122) quando afirma que o discurso é um conjunto de enunciados, os quais se apoiam em uma mesma área de conhecimento, podendo ser eles o “discurso clínico, discurso econômico, discurso da história natural, discurso psiquiátrico” e todos os demais discursos de um mesmo sistema de formação. As pesquisadas realizadas por Foucault têm sido utilizadas por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, como psiquiatria, medicina, geografia, direito e linguística, principalmente depois da sua morte.

Nos embasaremos também na perspectiva de Pêcheux (1988), quando fala sobre o processo de re-inserção do discursivo, dos efeitos de sentidos e ainda com o processo histórico no cenário da linguagem, o sujeito emerge como ponto principal, pelo viés da memória intradiscursiva.

Dessa maneira, o sujeito para a AD é o sujeito do discurso, social, pois não é apenas um reproduzidor de arranjos. No entanto,

esse sujeito, ilusoriamente, acredita ser o dono de suas palavras e também acredita que determina seu dizer, nos referindo aos esquecimentos de Pêcheux (1988) e para ele os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes pelas formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, [1975] 1988, p. 161)

Partiremos de dois pressupostos, o primeiro é com relação a constituição da identidade dos haitianos pesquisados, os quais são afetados pela alteridade e pela diferença e o contato com o brasileiro, o que provoca neles um estranhamento, responsável pela forma como eles representam a si próprios e ao outro.

O segundo pressuposto é a concepção de sujeito, o qual é multifacetado, clivado, heterogêneo, cuja constituição histórica o leva a ser atravessado por discursos outros e interpelado ideologicamente (PÊCHEUX, [1975] 1988). Ou seja, o discurso dos haitianos, assim como todos os outros, é constituído por enunciados de outros discursos, pois o sujeito não é uno, coeso, mas é atravessado por uma heterogeneidade de discursos que o constitui. Para Pêcheux ([1975] 1988, p. 160),

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc, não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

Assim, buscaremos fazer uma análise com base na conceituação de Pêcheux sobre ideologia, que é baseada no livro de Althusser “Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado pela interpelação ideológica do indivíduo que o torna um sujeito ideológico.

Com relação às representações de identidades, Hall (2000, p. 108) explica que:

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições

que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.

Assim, para os estudos culturais, o conceito de identidade pressupõe movimento, algo em construção, ou seja, o conceito passa a ser interpretado como identificação e vai ao encontro da perspectiva desconstrutivista de Derrida, na medida em que aponta a identidade como um conceito que acontece ‘sob rasura’. Com relação à perspectiva desconstrutivista temos o exemplo de Foucault (2010, p. 290) ao afirmar que “sou um experimentador no sentido em que escrevo para mudar a mim mesmo e não mais pensar na mesma coisa de antes.” Gilles Deleuze (1988, p. 33) afirma que “Foucault nunca encarou a escritura como um objetivo, como um fim. É exatamente isso que faz dele um grande escritor, que coloca no que escreve uma alegria cada vez maior, um riso cada vez mais evidente.”

Segundo Foucault (2001, p. 268):

A escrita se desenrola como um jogo que vai infalivelmente além de suas regras, e passa assim para fora. Na escrita, não se trata de manifestação ou da exaltação do gesto de escrever; não se trata da amarração de um sujeito em uma linguagem; trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer.

Consideramos, também, os estudos de Spivak (2010). A autora afirma que os sujeitos considerados colonizados, não possuem voz ativa quando se referem a si mesmo, mas se representam pelo olhar que os intelectuais constroem deles e de sua identidade.

Dessa forma, para refletirmos sobre o discurso dos entrevistados, o qual será gravado em Língua Portuguesa, partimos do pressuposto de que o sujeito pesquisado encontra-se em entre-lugares. Ou seja, pela sua formação discursiva (no sentido foucaultiano) observaremos a questão do pertencimento presente em seu discurso.

Para Bhabha (1998, p. 21) o conceito de entre-lugar se dá quando afirma que a relação com a tradição torna possível que os sujeitos tenham uma identidade que vai ao encontro de seus

discursos. Para ele “o reconhecimento que a tradição outorga é uma forma parcial de identificação. Ao reencenar o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição” (BHABHA, 1998, p. 21)

Bhabha (1998, p. 20) questiona como podemos entender a questão da identidade já que vivemos em uma sociedade contemporânea baseada no movimento, na não-fixidez. Assim, “ ‘esses entre-lugares’ fornecem terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade” (BHABHA, 1998, p. 19)

A concepção de identidade dinâmica e fragmentada é defendida por Hall (2000, p. 104) quando afirma que “essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas”, em outras palavras, as identidades estão em constante processo de transformação e mudança. Assim, o sujeito se encontra presente na contemporaneidade e, por isso, a representação de si deve ser pensada mais como um processo do que como um conceito. Dessa maneira, como pretende Bhabha, o sujeito do ‘entre-lugar’ faz com que o “além” seja um momento em que há a “intervenção no aqui no agora”, ou seja, o sujeito do “entre-lugar” seria um novo elemento cultural, que se encontra entre o tradicional e o contemporâneo.

É pela questão de pertencimento presente no discurso e da materialização da linguagem que a AD compõe o sentido dos dizeres e perpassa a questão da identidade refletindo o percurso cultural, histórico e social do sujeito. Foucault (2004), no entanto, não trata sobre o conceito de ideologia, todavia expõe sobre a questão de poder e sobre os conflitos entre as classes. A linguagem para a AD é um processo contínuo de construção e transformação e esse processo seria a mediação entre o homem e o meio social ao qual ele se insere e é através dos discursos que são produzidos os sentidos.

Com relação à cultura corroboramos a Santos (2006, p. 222) quando afirma que nós vivemos em um tempo de mudanças, em que a mobilidade se tornou praticamente uma constante, assim,

segundo o mesmo autor “os homens mudam de lugar, como turistas ou como imigrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as ideias. Tudo voa”.

Para Santos (2006, p. 223), quando o homem muda para uma outra cidade, quando deixa sua cultura para viver em outra, a qual lhe é estranha, essa cultura tende a ser uma sede de alienação para este sujeito e, para ele, inclusive a noção de residência também vem se modificando com o tempo. Assim, “o homem busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e pouco a pouco vai substituindo a sua ignorância do entorno por um conhecimento, ainda que fragmentário” (SANTOS, 2006, p. 223).

ANÁLISE DISCURSIVA

Esta pesquisa tem como objetivo fazer a análise de trechos de entrevistas de dois alunos haitianos integrantes da turma de Português como Língua Estrangeira destinados a haitianos em uma turma formal no município de Três Lagoas – MS e é baseado no pressuposto da Análise de Discurso de linha francesa.

Para contextualizar, o excerto a seguir é de um aluno que estudou o ensino médio no Haiti e fez curso de línguas modernas durante 4 anos nos Estados Unidos. Nesse excerto (1) o aluno haitiano responde a pergunta sobre o motivo pelo qual decidiu vir para o Brasil:

(1) S1: na verdade:: é... tem vários e:: fala de vários... a necessidade é umas... eu não vou fala de:: é... oportunidade na área de profissionalismo:: porque eu tenho como:: as profissões que eu tenho é para poder viver... entendeu:: eu não consigo as oportunidades com eles:: pelas profissões que eu tenho na minha área:: é para poder viver... e para mim eu pensava é o **sonho** que eu escolheu para chegar aqui no Brasil... era um País mais:: **desarranjado** né:: com é/na área que eu tenho experiência eu acho que estando aqui no Brasil eu poderia aproveitar essas oportunidades...

Assim, logo em seguida eu pergunto o que seria desarranjado e o aluno responde, excerto (2):

(2) S1: é tipo um país mais amplo né... mais grande é:: um país mais **desarranjado** tipo é:: é amplo né::... é:: grande... e eu acho que na área que eu faço na parte que eu trabalho né... e na parte que é profissionalismo... e eu acho que ele era aproveitados aquelas oportunidades que poderia ser aproveitadas aqui no Brasil e aqui eu acho que pra mim **não vai dar certo**...

Podemos notar que o efeito de sentido principal diz respeito a falta de oportunidade em trabalhar na área a qual o haitiano estudou, no caso, ele fez o curso de Línguas Modernas.

Segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2001, p. 213), a palavra “desarranjado” é um adjetivo com o sentido de “1. tirar da ordem ou arranjo costumado. 2. alterar ou prejudicar o bom arranjo, a boa ordem ou o bom funcionamento de”. Sendo assim, podemos perceber que o aluno, por não conseguir trabalhar em sua área no Brasil, considera que o Brasil, em sua interpretação, seja um país sem um bom funcionamento.

O aluno também afirma (excerto 2) que a sua profissão aqui no Brasil “não vai dar certo”, exprimindo certa frustração com relação às suas expectativas. Isso porque o aluno, no excerto 1, afirma que pensava ser um “sonho” ter escolhido o Brasil como destino, no entanto, percebeu que no Brasil suas habilidades profissionais não serão aproveitadas. Concordamos com Kleiman (2000), ao afirmar a maior parte das pessoas que migram, apenas o fazem por questões de necessidade, principalmente financeiras, e se pudessem escolher, não abandonariam suas comunidades e casas.

Quando perguntado se acredita que é possível viver bem no Haiti, o aluno responde:

(3) S2: Sim... tem que fazer faculdade... ter profissão pra trabalhar... pra ocupar toda sua família... lá no Haiti... pessoa que trabalha/ homem - - tem esposa quase não trabalha... **é hoMEM que quase fazer tudo**... paga aluguel... fazer comPRA/... ele trabalha para **cuidar da sua família**... (toda) família

Para Foucault (1995), todos nós estamos atravessados por pre-

ceitos, memórias, possíveis verdades e ideologias ancoradas em filosofias positivistas, e que o homem está enredado nas limitações que a inscrição social lhe impõe. Ou seja, para este aluno talvez seja importante seguir essa questão cultural vivida no seu país.

Acreditamos que pelo aluno haitiano estar imerso na cultura e língua brasileira, torna-se possível observar questões sobre sua própria cultura e identidade, pois segundo Grigoletto (2001, p. 138) o próprio processo de aprendizagem de uma língua estrangeira propicia o estranhamento, já que o contato com a nova língua e cultura causa o retorno do olhar sobre si mesmo e sobre a sua cultura. Esse movimento de retorno instaura o espaço da diferença, significando que a própria representação de si é afetada pela comparação com o outro (o estrangeiro ou a língua estrangeira).

Assim, o aluno ao responder o questionamento explicando como é no seu país, passa a refletir e se mostra preocupado em seguir o enredo vivido no Haiti objetivando retornar ao lugar de origem para poder realizar a inscrição social que lhe é imposta que no caso é ser o responsável por “trabalhar para cuidar de sua família”.

Segundo Bourdieu (2009, p. 18):

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos.

Assim, acreditamos que, por possuir uma visão androcêntrica, o aluno responde à pergunta (excerto 3) de forma natural, ancorada nas filosofias positivistas, e ao afirmar que “é homem que quase fazer tudo” ele mostra sua concordância e também justifica o motivo pelo qual precisa estudar e obter um bom trabalho.

Na pergunta sobre como o aluno acredita que o brasileiro considera sobre o haitiano, o entrevistado responde:

(4) S1: Vou fazer um exemplo simples:: três ou quatro uns cara

andando cara andando a pé você sabe como matogrossense chama assim?... peão:... é:: pelo menos uma expressão é para mim é...eu considero isso:: tipo:: escravo... no caso escravo:: entendeu:: por que quando você vê quatro cinco ou seis é é::: cara morando os cara passa e fala vê quatro ou cinco morando no alojamento fala:: aqui mora muito peão:: quer diz que pra mim é algo que:: pra mim faz mal:::... intende:: por que.. eu poderia ser trabalhador:: colega:: entendeu então:: quando alguém me fala: ah você... por que tem expressões que:: você escuta normal/normal:: não é ruim... só que o final do sentimento a gente doe:: entendeu::

Assim, percebemos que o aluno nos conduz a entender que há momentos em que sofre preconceito como observamos na frase “pra mim é algo que:: pra mim faz mal:::... intende:: por que.. eu poderia ser trabalhador:: colega:: entendeu então:: quando alguém me fala: ah você... por que tem expressões que:: você escuta normal/normal:: não é ruim... só que o final do sentimento a gente doe”.

Para Sawaia (2001, p. 9) “a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É um processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela”. Dessa maneira, percebemos que ao afirmar que certas expressões quando dita traz o sentimento de dor, mostra a importância que uma palavra de preconceito pode causar no sujeito haitiano.

Os estudos de Enriquez (2006) confirmam que humilhar seria quando alguém coloca outra pessoa no estado de impossibilidade de reagir a situação exposta, ou seja, quando o indivíduo não pode responder à violência que enfrenta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a observação dessas entrevistas percebemos que, claramente, o haitiano se sente humilhado em seu dia a dia e isso se acontece sem a possibilidade de reagir a tais preconceitos. Dessa maneira, o sujeito haitiano sofre, de uma forma ou de outra, alguma humilhação e encontra nessa posição de exclusão.

Outra questão diz respeito a sua identidade, que nesse mo-

mento talvez indique seu sentimento de pertencimento, porque por estar em condição de diáspora por motivos principalmente financeiros, há uma busca constante em conseguir demonstrar que sua cultura e características sociais são muito parecidas com a cultura brasileira, o tornando similar ao brasileiro. O que indica, todavia, que o objetivo pelo qual veio para o Brasil seja de caráter provisório, visto que o objetivo principal talvez seja poder retornar para viver “bem” no Haiti, assim que conseguir estudar, poder ter um trabalho melhor e voltar para o seu país.

Como hipótese de trabalho, partimos do pressuposto de que os sujeitos haitianos estão em um contexto de marginalização e estereotipação. Assim, talvez seja possível identificar, pelos recortes selecionados dos entrevistados, que a representação de identidade dos haitianos traz uma tentativa de ressignificação identitária de uma forma geral na sociedade brasileira por parte dos sujeitos, os quais buscam constantemente uma aprovação social, facilitada quando há o domínio da língua vigente do país, no caso o Português. Por fim, podemos observar, por meio das análises, que no discurso dos entrevistados perpassa a sua representação de estrangeiro com muitas restrições sociais ocasionadas por questões econômicas, de raça, e principalmente, pelo idioma.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Presença, 1974.

BHABHA, Homi K. O Pós-colonial e o Pós-moderno. In: BHABHA, H. O **Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BLACKBURN, Cleonice. Os imigrantes antilhanos de Porto Velho. In: CAMPOS, A. P.; BRANDÃO, H. H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3ª. ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria helena Kühner. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRANDÃO, H. H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3ª. ed. rev.

Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CORACINI, Maria José. **A celebração do outro**: arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.

DELEUSE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ENRIQUEZ, E. O homem do século XXI: Sujeito autônomo ou indivíduo descartável. **Revista de Administração de Empresa Eletrônica**. RAE-eletrônica, v. 5, n. 1, Art. 10, jan./jun. 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1910-1989). Miniaurélio Século XXI Escolar. **O minidicionário da língua portuguesa**/Aurélio Buarque de Holanda Ferreira: coordenação de edição, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; lexicografia, Margarida dos Anjos [et al.] 4. Ed. ver. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FOUCAULT, M. Uma trajetória filosófica. **Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995.

_____. (1969). **Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. Resposta a uma questão. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Repensar a política**. Tradução de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Trabalho original publicado 1980).

_____. O que é um autor? In: Foucault. **Estética**: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, (Ditos & escritos III) p. 264-298.

GRIGOLETTO, M. Língua e identidade: representações da língua estrangeira no discurso dos futuros professores de língua inglesa. In: GRIGOLETTO, M. & CARMAGNANI, A. M. G. (org.) **English as a foreign language: identity, practices and textuality**. São Paulo: Humanitas, 2001.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomas Tadeu (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

KLEIMAN, Ângela. **A concepção escolar da leitura**. In: Oficina de leitura. Teoria e Prática. 7ª ed. Campinas: Pontes, 2000.

LACAN, Jacques (1966). O estádio do espelho como formador da função do eu, in: LACAN, Jacques. **Escritos**. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LOUIDOR, Wooldy Edson. Uma história paradoxal. In. **Haiti por si: a reconquista da independência roubada**. Adriana Santiago (Org.) Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013.

ORLANDI, E. P. A análise do discurso: algumas observações. D.E.L.T.A., vol., n. 1. São Paulo, fev. 1986.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. 4ª ed. São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

PÊCHEUX, M. (1975). **Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. Trad. De Eni Orlandi *et alii*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

_____; FUCHS, Catherine. [1975] A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.

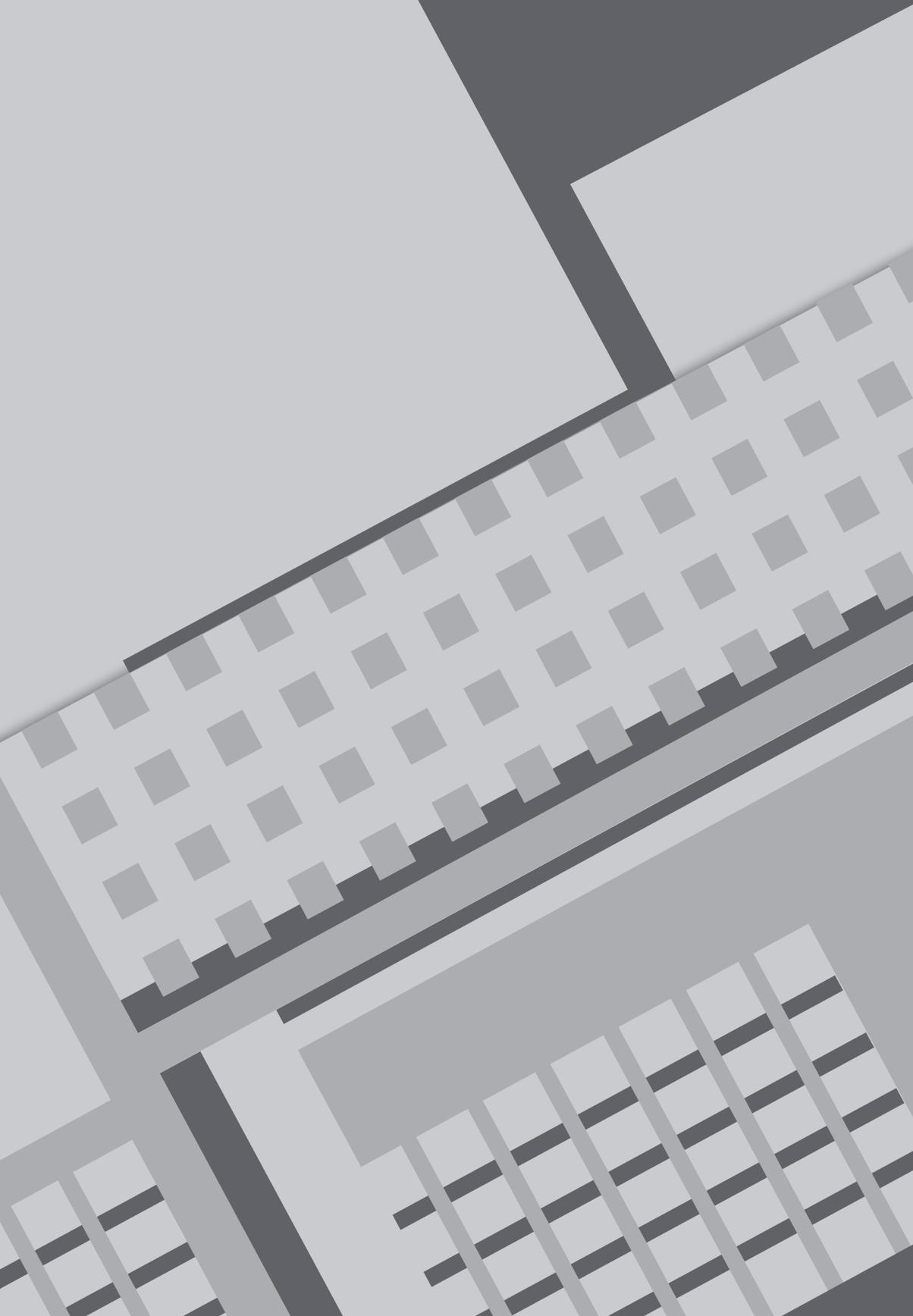
SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

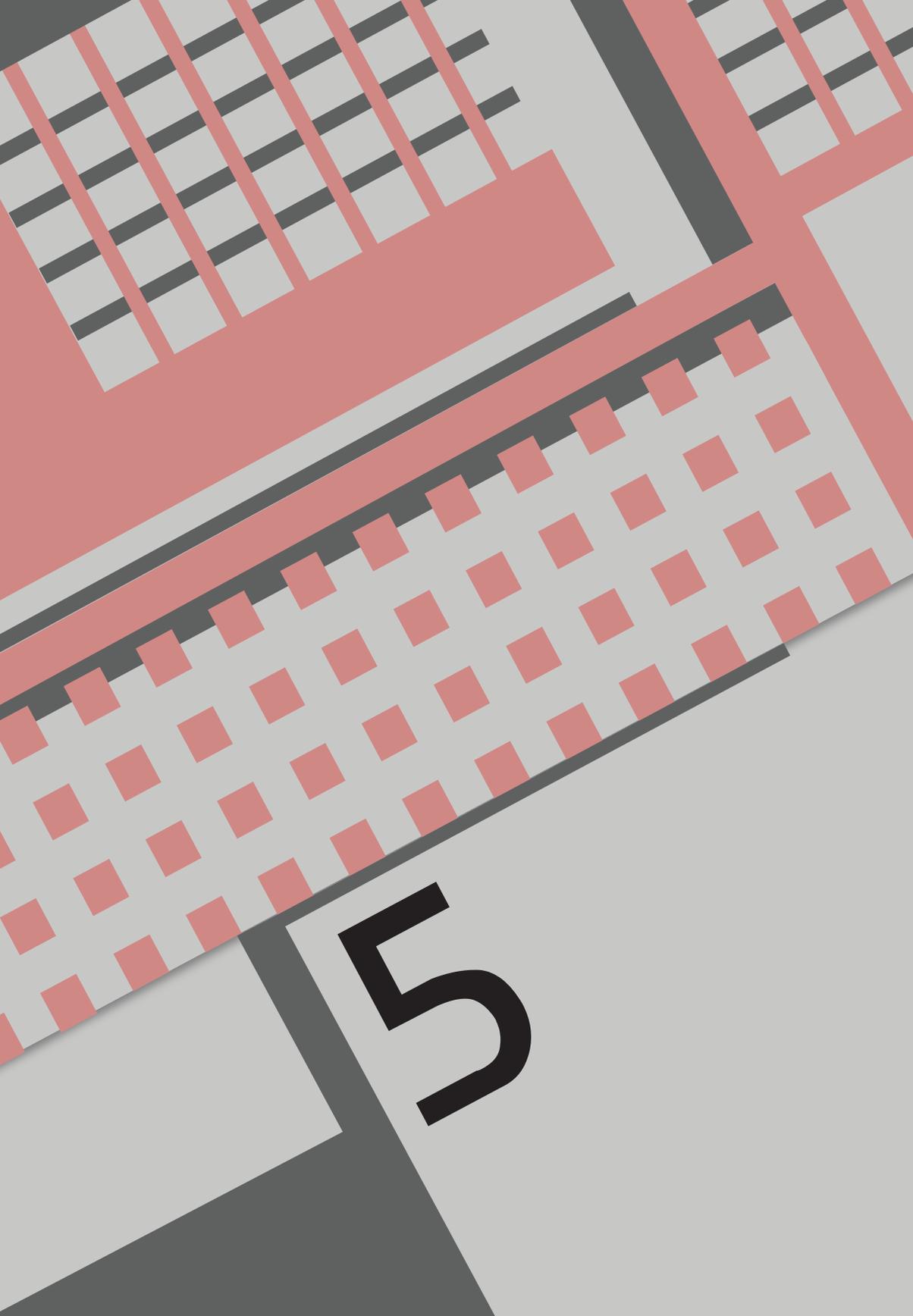
SAWAIA, Bader. Uma ideologia separatista? In: SAWAIA, Bader (org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SPIVAK, C. G. **Pode o subalterno falar?** Trad: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2010.

VALLER FILHO, Wladimir. **O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática**. Brasília: FUNAG, 2007.

YAZBEK, André Constantino. **10 lições sobre Foucault**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.





5

NATTERER, COLECIONISMO, CIÊNCIA E PODER

FERNANDA SILVA DIAS DE AQUINO¹

“O que *não* é uma viagem?” Iniciamos este trabalho retomando a pergunta de Tzvetan Todorov, um filósofo búlgaro que explicita razões de produção e leitura dos relatos de viagens. Não apenas isso, mas o questionamento transcende as expectativas de uma resposta objetiva, levando o leitor a uma profunda reflexão ao comparar a viagem com a vida – “o que é esta [a vida] além de uma passagem do nascimento à morte?” (TODOROV, 1999 [1991], p. 13).

Escrever sobre as viagens poderia significar escrever sobre a própria história. Meu olhar, meu encontro comigo mesmo, minha (re)afirmação. Se temos hoje a concepção de que os sujeitos são fragmentados, compostos de várias identidades – por vezes contraditórias ou não-resolvidas (HALL, 2005 [1992]), relatar uma viagem pode se traduzir em uma tentativa de encontrar a si próprio. Quando escrevo sobre o que vejo, quando imponho meu olhar sobre o Outro e sou responsável por dar voz a este, detenho certa autoridade sobre aquele a quem “permito falar”, de quem falo e por quem falo. O **poder**, neste jogo enunciativo, está nas linhas e entrelinhas de meu discurso, na maneira como tomo a palavra e dela sou detentor. Mas esse poder me é concedido, sempre, por um outro poder, acima de mim. Foucault (2012 [1970]) afirma esse caráter em sua aula inaugural no Collège de France, em 1970, ao apontar que seu próprio discurso é restringido pela instituição que lhe dá a palavra (FOUCAULT, 2012 [1970], p. 7). Desse modo, ter autoridade sobre o Outro significa também estar sob o olhar de um outro Outro (CAVALCANTI, 2006) e, assim, escrever sobre o Outro me permite assumir um posicionamento que vai ao encontro daquilo que (penso que) sou.

¹ Doutoranda em Interdisciplinar de Linguística Aplicada (PIPGLA-UFRJ), professora substituta de Língua Francesa da UFRJ. E-mail: fernandavasco@yahoo.com.br.

Além desse caráter de (re)afirmação, escrever sobre o Outro também demonstra que possuo um certo **saber** sobre este, ainda que permeado por conceitos pré-estabelecidos, e é esse saber que me permite seguir em frente. Em uma viagem, “descobrir” certos caracteres sobre outra cultura contribui para que eu **conheça** mais e, com isso, tenha maior autoridade discursiva. Hoje, decerto, essa autoridade não pode ser vista como algo simples, e disso já falou Foucault (2012 [1970], por exemplo); mas ainda vemos resquícios de pequenos poderes, mesmo em discursos do dia-a-dia, quando alguém, de volta de uma viagem ao exterior, por exemplo, relata com certa soberania os acontecimentos por ele vivenciados (quando não por outrem relatados). Percebe-se, nesses pequenos atos, uma ligação intrínseca entre conhecimento, saber e poder.

O século XIX foi marcado por grandes navegações. O Brasil, conhecido como “Novo Mundo”, aumentava sua visibilidade entre os países europeus, e muitas foram as viagens de exploração para nosso território. Uma dessas viagens chama a atenção por seu claro laço político como pano de fundo: o casamento entre Leopoldina, arquiduquesa da antiga dinastia dos Habsburgos, e D. Pedro, filho de D. João VI, rei de Portugal.

O ano de 1817 marcou a chegada de Leopoldina ao Brasil. Esse ano também marcou o início das expedições austríacas em terras brasileiras, coordenadas desde a Áustria por Karl von Schreibers. Essa expedição tinha grande importância para os austríacos, em função da obtenção de informações sobre o Brasil e do aumento das coleções do Gabinete de História Natural na Áustria. Por essa razão, Francisco I não poupou esforços para implementar a grande expedição científica austríaca (doravante ECA), que contou com um amplo apoio financeiro e um grupo de cientistas renomados.

Um dos participantes da expedição foi o naturalista Johann Natterer. A princípio, poderia ser tomado como um participante como os outros, que buscou seguir as ordens das autoridades austríacas e realizar sua tarefa da melhor forma possível. Mas este viajante permaneceu no Brasil mesmo quando a ECA foi dada por encerrada; ele usou de artifícios diversos para conseguir ir

em frente com seus objetivos e passar por vários locais de nosso território. Não foi um percurso tranquilo. Natterer passou dezoito anos enfrentando desde adversidades naturais até dificuldades políticas, financeiras, que envolviam o apoio de outras pessoas. No final de sua atividade, o naturalista havia colecionado não menos que cinquenta mil objetos do Brasil, incluindo não apenas animais, mas minerais, sementes, crânios, madeiras, moedas, e até mesmo glossários das línguas de diferentes tribos pelas quais passou. Isso o tornou um dos maiores colecionadores científicos que passaram por nosso território.

A ECA foi uma viagem grandiosa, com bastante investimento, que tinha por finalidade enviar para o Brasil naturalistas e explorar, coletar e enviar para Viena os objetos considerados importantes para o acervo do Gabinete de História Natural de Viena e para a própria história natural. Tal projeto não pode ser investigado como motivado por um simples amor pela ciência, como muitas vezes lemos em relatos dos naturalistas da época. Na realidade, a ECA possui um projeto que nos instiga a investigar o que há por trás de tanto investimento. Na época, o Brasil surgia como o Novo Mundo, com suas novas possibilidades de crescimento para os países europeus.

De maneira geral, neste texto, buscamos refletir, através da relação entre os documentos do naturalista citado (cartas, rascunhos de cartas, diários) e a ECA, os imaginários e as representações sociais que perpassam séculos e permanecem na atualidade tanto no pensamento europeu quanto no brasileiro, além de auxiliar na necessidade de construção de nossa história em uma perspectiva que ultrapassa a “neutralidade” do discurso e aborda a linguagem como algo além de mero recipiente ou reflexo de fatos, algo que contribui continuamente para a formação da sociedade.

DISCURSO, VERDADE, PODER E SABER

Vivemos em um mundo onde nossas ações estão interligadas. Isso significa dizer que a vida social é nada menos que uma “rede

interconectada de práticas sociais de diversos tipos (econômicas, políticas, culturais, entre outros)” (WODAK; MEYER, 2001, p. 122) e que essas práticas refletem e são refletidas em questões cotidianas, desde o mais simples relacionamento estabelecido entre pessoas intimamente ligadas até as mais complexas relações entre as pessoas da sociedade. Essa reflexão aplica-se às relações sociais em geral, o que ultrapassa as questões de tempo. Em outras palavras, essas relações sempre existiram, apesar de serem estudadas na atualidade, e por isso vale a pena retomar tal reflexão para pensar também as práticas sociais da época da expedição.

Fairclough (2001 [1992]) define a prática social de duas maneiras: como uma forma de ação social, determinada pela posição do sujeito dentro da rede, e como um domínio de ação social e interação – neste caso, há uma reprodução de estruturas e, ao mesmo tempo, uma possível transformação das mesmas.

Nessa rede de práticas, não há como ignorar a linguagem, uma vez que ela possui papel crucial nas relações sociais:

Assim, se queremos estudar o dizer, temos sempre de nos remeter a uma ou outra esfera da atividade humana, pois não falamos no vazio, não produzimos enunciados fora das múltiplas e variadas esferas do agir humano. Nossos enunciados (orais ou escritos) têm, ao contrário, conteúdo temático, organização composicional e estilo próprios correlacionados às condições específicas e às finalidades de cada esfera de atividade (FARACO, 2009, p. 126).

Desse modo, é imprescindível discutir e considerar o papel do discurso não apenas na formação de uma sociedade, mas também em sua manutenção, levando em conta, nesse caso, os aspectos ideológicos que nele estão envolvidos.

Para Fairclough, o discurso é um modo de ação e também modo de representação. Ou seja, o discurso não apenas representa e reproduz estruturas/ideologias sociais, mas é, ao mesmo tempo, uma forma através da qual as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros. Isso implica dizer que há uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social.

Importante também notar o papel do sujeito como ativo na prática social, e não um mero espectador. O sujeito participa ativamente das práticas discursivas e, sendo parte social, também molda e é moldado pelos discursos.

Falar de sujeito é falar de identidade. E é fundamental discutir o assunto em uma perspectiva que considera o uso da linguagem envolvendo a ação humana com relação ao outro (alteridade) e em um dado contexto (situacionalidade). Como afirma Moita Lopes (2006),

[...] é impossível pensar o discurso sem focalizar os sujeitos envolvidos em um contexto de produção: todo discurso provém de alguém que tem suas marcas identitárias específicas que o localizam na vida social e que o posicionam no discurso de um modo singular assim como seus interlocutores. (MOITA LOPES, 2006, p. 19).

Houve um deslocamento na concepção de sujeito ao longo do tempo. O sujeito que se acreditava como possuidor de uma identidade unificada e estável passou a ser visto como híbrido, fragmentado e composto de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Segundo Hall (2005 [1992], p. 13), hoje discutimos acerca de um sujeito pós-moderno, cuja identidade, definida historicamente, é “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. Isso significa dizer que o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos e diante de diferentes sujeitos.

Um exemplo disso reside na comparação entre o que Natterer relata em suas cartas oficiais e formais e nas cartas pessoais e informais. Nestas, endereçadas principalmente a seu irmão, encontramos uma narração mais aberta, detalhada e “verdadeira”, com críticas às autoridades austríacas e brasileiras, descrições sobre doenças, relatos sobre problemas. Já nas cartas oficiais – uma vez que o viajante desejava permanecer no Brasil por mais tempo e, para isso, precisava de recursos financeiros, além de outros auxílios – tais questões muitas vezes nem eram abordadas (SCHMUTZER, 2007). Isso demonstra como Natterer se aproveitou de estratégias

discursivas para conseguir o que desejava e como foi necessário, para isso, mudar os papéis sociais em jogo.

Outro aspecto importante do pensamento de Fairclough é a questão do discurso como prática política e ideológica. O discurso como prática ideológica “constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder” (FAIRCLOUGH, 2001 [1992], p. 94). Quem fala e de que posição? Quem detém o poder? Que discursos permitem compreender a prática colecionista como prática de prestígio no início do século XIX, que motivaram Natterer a permanecer nesta prática por dezoito anos – e voltar apenas por força maior²? Ao mesmo tempo, não podemos deixar de lado o discurso como prática política, no qual as relações de poder e as “entidades coletivas” são estabelecidas, mantidas e transformadas.

Para Foucault (2012 [1970]), saber e poder estão diretamente ligados, ou seja, não existe conhecimento que não constitua novas relações de poder; ao mesmo tempo, toda relação de poder constitui um novo saber. Assim, é a partir de relações de poder que os relatos dos viajantes são constituídos e seus relatos produzem novas relações de poder na medida em que constituem novos saberes. Nesse sentido, entendemos que

[t]odo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios de saber. A investigação do saber não deve remeter a um sujeito de conhecimento que seria sua origem, mas a relações de poder que a constituem (FOUCAULT, 2015, p. 28).

É imprescindível compreender essa relação entre saber e poder, pois são justamente ambos que se fazem mais presentes ao nível da análise dos documentos de Natterer – e dos outros aspectos que envolvem a expedição. Ter saber é ter poder: “O saber funciona na sociedade dotado de poder. É como saber que tem poder” (FOUCAULT, 2015, p. 28). E podemos perceber nos relatos dos

² Natterer volta para a Europa por causa da revolta da Cabanagem ocorrida no Pará entre os anos de 1835 e 1840.

viajantes esse desejo pelo saber, que envolvia não apenas conhecer, mas coletar, analisar, colecionar o que encontravam no Brasil. Os naturalistas eram até mesmo autorizados a nomear espécies de animais, plantas etc. De onde advinha esse poder?

Muitas vezes pensamos o poder como algo repressivo, como uma força que ilustra certa autoridade de maneira que aquele que não faz parte dessa força deve ou ser a ela subjugado ou contra ela se rebelar. Essa é, certamente, uma manifestação do poder, mas não a única. Na verdade, o poder que se mantém na sociedade não é aquele que diz não com determinada autoridade, mas aquele que, silenciosamente, produz saber, produz discurso. Afinal, “se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido?” (FOUCAULT, 2015, p. 44), ou seja, “[s]e ele [o poder] é forte, é porque produz efeitos positivos no nível do desejo – como se começa a conhecer – e também no nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz” (idem, p. 239).

O poder é algo que não está com alguém ou uma instituição, mas se exerce, só existe quando circula; não está localizado ou apropriado, ele é exercido em rede; o poder passa pelos indivíduos, e não é a eles aplicado. Para Foucault,

[o] poder não existe. [...] a ideia de que existe, em um determinado lugar, ou emanado de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em um análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado (FOUCAULT, 2015, p. 369).

Para entendermos melhor esse caráter relacional do poder, podemos visualizar a relação poder-saber na própria relação da instituição com o naturalista Johann Natterer: há um vetor de poder daquela sobre este na medida em que o mesmo vai a campo seguindo, por exemplo, determinados pressupostos da instituição, representando-a. Ao mesmo tempo, por outro lado, o naturalista é

aquele que produz o saber – o que o coloca no outro polo do poder; ele carrega consigo toda a estrutura de poder europeia, mas também exerce algum tipo de poder na medida em que coleta, vai a campo, se associa de alguma forma com o pesquisado etc.

A CIÊNCIA DOS NATURALISTAS

O que conhecemos hoje como Biologia e suas várias divisões não era comum no final do século XVIII. Na realidade, ainda que o termo viesse a aparecer, pela primeira vez, em 1802, criado por Gottfried Reinhold Treviranus (1779-1837) e Jean Baptiste Lamarck (1744-1829)³, o que havia até a passagem para o século XIX era a História Natural⁴, grande área que abarcava a botânica, a zoologia, a geologia, e era responsável pelos estudos científicos (ROSA, 2012). Os responsáveis pelo desenvolvimento da ciência eram os naturalistas, e muitos deles foram protagonistas das expedições científicas daquela época.

Os discursos desses viajantes naturalistas (relatos, cartas, relatórios etc.) e até mesmo os jornais que falavam sobre as expedições são objetos de grande valor ao se buscar compreender as várias premissas científicas da época, que se baseavam, sobretudo, na observação e na experiência. Perceber como foi construído o discurso científico é necessário para entender melhor o universo que rodeava os naturalistas da ECA, mais precisamente Johann Natterer.

Segundo Marilena Chaui (2000), historicamente a ciência conheceu três grandes concepções ao longo do tempo: a racionalista (dos gregos até o final do século XVII), a empirista (da medicina grega e de Aristóteles até o final do século XIX) e a construtivista (iniciada no século XX). Para o presente trabalho, nos interessa verificar o segundo ideal de cientificidade, o empirista.

A concepção empirista, como o próprio termo já diz, é baseada, sobretudo, na experiência. Interpretam-se os fatos através de

3 Gottfried Reinhold Treviranus foi um naturalista alemão, defensor da teoria da transmutação das espécies. Lamarck foi um naturalista francês que propôs uma teoria sintética da evolução, publicada em 1809, na obra *Filosofia Zoológica*.

4 Segundo Kury, na passagem do século XVIII para o século XIX, há a inauguração das Ciências Naturais, divididas em diversas especialidades.

observações e experimentos e, dessa forma, conceitos são verificados, confirmados e, acima de tudo, produzidos (CHAUI, 2000). Nesse sentido, o ideal de cientificidade é baseado na ideia de que a ciência representa a realidade tal como ela é, e, por isso, a ciência seria verdadeira e linear, uma correspondência exata entre uma ideia e a realidade.

O desenvolvimento da História Natural desembocou nesse aspecto de que fala Chaui. Nos séculos XVII e XVIII houve uma nova curiosidade pelos seres vivos, que se desenvolveu a partir da observação e da comparação. Ao longo do tempo, porém, surgiu também a possibilidade de classificar os seres vivos como uma solução para o ordenamento da natureza. Além disso, o foco de análise passou do recolhimento de documentos e sinais como retratos de uma realidade para a compreensão dos espaços que surgiam para abrigar as novas descobertas: herbários, coleções, jardins. O que havia, na realidade, era um olhar não mais apenas para o que se podia ver, mas a nomeação do visível, ou seja, a exposição pura e simples dos objetos naturais abria espaço também à descrição, o que significava um discurso agregado às formas expostas.

A História Natural, assim, se constituiu dentro e por meio da linguagem. Nesse sentido, ela seria responsável pela interpretação da realidade, pela nomeação daquilo que se podia observar e, por essa razão, se deve a ela todo o caráter de neutralidade e veracidade. A História Natural permitiria representar a natureza por meio das palavras, ou seja, nomear o visível: “daí sua aparente simplicidade e essa marcha que de longe parece ingênua, tão simples e imposta pela evidência das coisas como ela é” (FOUCAULT, 1966, p. 178).

O conhecimento científico terá por base tais aspectos. Se a História Natural articula o visível numa descrição para a sociedade, então se pode percebê-la como uma grande responsável pela configuração do real. Isso pode ser traduzido pela forma como os objetos coletados eram expostos para a sociedade nos museus e jardins botânicos. Esse panorama da História Natural nos permite desenvolver o estudo sobre como o saber científico foi primordial para que se formassem os discursos acerca das viagens de expedição.

Além disso, a História Natural não pode ser percebida fora da linguagem. O que vemos até o momento é que aquela “está no mesmo nível que o jogo espontâneo que analisa as representações na recordação, lhes fixa os elementos comuns, estabelece sinais a partir deles e impõe, finalmente, nomes” (FOUCAULT, 1966, p. 214). Nesse sentido, ao classificar, a ciência estabelece um jogo de representação em que a nomeação evoca também uma memória e um discurso; um jogo de representação que possibilita que a própria ciência reconstitua uma linguagem.

Nesse aspecto, foi importante que houvesse a criação de uma estrutura. Ela permite que o visível seja transcrito na linguagem, e que o discurso se aproprie da visibilidade da planta ou do animal (FOUCAULT, 1966). Em termos práticos, dois grandes cientistas contribuíram para essa estruturação da natureza: Lineu e Buffon⁵. Ambos buscavam, ainda que de formas bastante distintas, não apenas a ordenação e classificação dos seres vivos, mas propunham também que a própria descrição, bem como a divisão de parágrafos e módulos seguissem uma ordem estrutural.

No ano de 1735 houve a publicação do *Sistema Naturae*, de Lineu, um sistema de classificação geral com o objetivo de categorizar os vegetais do planeta, conhecidos ou não pelos europeus. Essa publicação corrobora a visão da ciência como espelho da realidade, uma vez que a realidade dos fatos poderia ser classificada e reproduzida para a sociedade e para o próprio meio científico. Esse modelo de classificação, bem como o proposto mais tarde por Buffon, demonstrava o que Marilena Chaui chama de “ideal do conhecimento desinteressado”, que

[...] afirma que o valor de uma ciência encontra-se na qualidade, no rigor e na exatidão, na coerência e na verdade de uma teoria, independentemente de sua aplicação prática. [...] Em outras palavras, é por ser verdadeira que a ciência pode ser aplicada

5 Carolus Linnaeus (1707-1778), botânico, zoólogo e médico sueco, criou o método classificatório binário empregado na nomenclatura das plantas e dos animais. Sua taxonomia foi a base para a classificação botânica atual. Georges-Louis Leclerc (1707-1788), o conde de Buffon, foi um naturalista matemático e escritor. Buffon desenvolve críticas ao trabalho de Lineu, afirmando que a natureza não caberia numa classificação tão rígida, e propõe uma teoria da reprodução como fundamento para a História Natural.

na prática, mas o uso da ciência é consequência e não causa do conhecimento científico (CHAUI, 2000, p. 356).

O sistema de Lineu foi responsável por uma popularização da pesquisa científica. Além dessa popularização, a partir do sistema classificatório temos o que podemos chamar de um esforço pela ordem, uma ideia de que a ciência estaria responsável também pela ordenação das coisas no mundo. A partir da segunda metade do século XVIII, as expedições científicas passaram a coletar, nomear, identificar diversas espécies. Essa sistematização da natureza contribuiu para uma maior afirmação da autoridade europeia, porque passou a conceber o mundo por meio de representações verbais, representações estas que iriam “ordenar” o caos que o cientista encontrasse no mundo.

O ato de nomear dá origem à realidade da ordem. Nesse sentido, esse ato é completamente transformador, porque muda também o olhar que tanto o cientista terá com relação ao mundo (natureza) quanto o mundo (sociedade) terá com relação ao cientista. Nas palavras de Pratt (1999),

[a] história natural exigia a intervenção humana (principalmente intelectual) para que se compusesse a ordem. Os sistemas classificatórios do século XVIII suscitaram a tarefa de localizar todas as espécies do planeta, extraindo-as do seu nicho arbitrário, particular (o caos) e colocando-as em seu posto apropriado no interior do sistema (a ordem – livro, coleção ou jardim), junto a seu recém-criado nome secular europeu. O próprio Lineu, ao longo de toda a sua vida, teve a seu crédito a introdução de 8.000 novos itens às listagens (PRATT, 1999, p. 66).

O olhar do europeu sobre o outro é o olhar daquele que traz a ordem para o “caos”; já nesse sentido podemos perceber o olhar de superioridade que o naturalista possui sobre o explorado, o índio, o negro, o que não pertencia ao ideal europeu de vida e hábitos. Em muitos relatos percebemos como o europeu se posiciona diante daquele que ele acha que não está conforme seus padrões. O ato de nomear passa de simples classificação para estabeleci-

mento de ordem, não apenas da natureza, mas ordem do mundo. O europeu encontra-se, dessa forma, com a missão de colocar no lugar – inserir em seu mundo – aquele que está fora dele. Um exemplo disso é a forma como Rango, um viajante prussiano, comenta sobre o Rio de Janeiro, capital do Brasil em 1819. Há sempre um olhar europeu de como as coisas deveriam ser conduzidas, para que se tornassem melhores:

Tudo o que a natureza faz por este país é magnificante, por isso parece tanto mais pobre o que o homem criou. Estou vindo do Passeio Público, o único em todo o Rio. Que Deus tenha misericórdia! Nem um caminho seco em todo o jardim... Realmente uma lástima, um lugar tão bonito e bem arborizado, que se poderia tornar realmente belo com pequeno custo. Mas assim é tudo aqui. Nada se faz com cuidado, tudo se deixa largado à lei da natureza. (LEITHOLD; RANGO, 1966, p. 144).

Podemos perceber também que o discurso científico envolve muitos outros aspectos que vão além da pura e simples divulgação de conhecimentos. O próprio ato de nomear em si já exemplifica o caráter de uma superioridade do europeu sobre o outro. Esse ato pressupõe que o europeu está em melhores condições de categorizar as “coisas da vida” do que qualquer outro habitante. Os relatos dos naturalistas viajantes demonstram essa expansão do poderio europeu sobre o restante do mundo principalmente porque, além de ser o olhar deles próprios sobre o outro, possui certa autoridade ao classificar as espécies segundo suas determinações.

A ciência tornou-se, então, “um mecanismo para a representação do mundo, de sua diversidade e de sua diferença sobre princípios universais” (FETZ, 2011, p. 44). Ela passou a se articular com outras práticas sociais, como a arte e a literatura, e os relatos dos viajantes constituíam também grandes práticas de legitimação da mesma. Ao mesmo tempo em que serviam como comunicação no meio científico, faziam parte do universo literário da sociedade em geral, que se interessava cada vez mais pelo “desconhecido”, desvendado sob forma de livros de viagens e, ao mesmo tempo, sob exposições, cada vez mais comuns.

Além das narrativas de viagens, os relatos dos jornais também serviam de mediadores entre a comunidade científica e o público em geral, como afirma Pratt (1999):

A autoridade da ciência estava envolvida mais diretamente nos textos descritivos especializados, como os incontáveis tratados botânicos organizados em torno das várias nomenclaturas e taxonomias. Os relatos jornalísticos e as narrativas de viagem, contudo, eram mediadores essenciais entre a rede científica e o público europeu mais amplo, pois eram agentes centrais na legitimação da autoridade científica e de seu projeto global, ao lado de outras formas europeias de ver o mundo e habitá-lo. (PRATT, 1999, p. 63).

Dessa maneira, os documentos de Johann Natterer acerca da ECA nos dão pistas não apenas de sua atividade de naturalista, mas também de tantos outros elementos diretamente ligados a uma concepção europeia de ver o mundo e dele se apoderar, em vários sentidos.

A partir de uma análise do discurso dos naturalistas da ECA, em suas diversas manifestações, podemos de início verificar que os mesmos eram norteados pelos princípios da história natural de Lineu e de Buffon. Além disso, todos eles receberam instruções do diretor da expedição, Karl von Schreibers, de como deveriam proceder em suas viagens. Nessas instruções, além do material que deveriam levar na expedição, os naturalistas deveriam seguir as recomendações de levar diários e “registrar com precisão e fornecer informações relacionadas à localização, nomenclatura local e outras observações dos objetos recolhidos”, além de “explorar em especial produtos comerciais e animais e plantas que pudessem ser criados na Europa” (KANN, 2007, p. 21). Também foram determinadas as regiões pelas quais eles deveriam passar e quais eram os responsáveis pela mediação entre eles e a Áustria.

Importante verificar como já existia uma maneira de “classificar” os nativos, segundo seu grau de contato com a população: existiam os mansos e os selvagens; os mansos eram os que já haviam estabelecido contato com os europeus, e que, de alguma maneira,

estabeleciam relações com eles. Já os selvagens eram perigosos e nelas não se podia confiar. O próprio Natterer, em uma de suas notas sobre os índios Bororos e do Cabaçal, usa essa nomenclatura:

Nenhum dos Bororos da Campanha, com os quais eu falei, e que agora são **mansos**, soube dar um nome a essa nação. Eles não entendem uns aos outros e parecem ter formado antes uma nação e depois ter se separado por causa de hostilidades. O pouco com o qual cobrem seus corpos é quase igual em ambas as nações, apesar de as armas serem diferentes, como mostra o que foi enviado [a Viena].

[...] Esses **selvagens** [índios do Cabaçal] plantam milho, mandioca, banana, possuem panelas, onde cozinham, grandes cestos, nos quais carregam consigo seus poucos pertences, e que são feitos apenas pelas mulheres (Notas sobre os Bororo, 1825-1829).

Esses são alguns exemplos de como os discursos dos naturalistas, homens da ciência da época, justificavam ações em prol de uma ciência “pura e desinteressada”. Em duas partes das instruções, inclusive, pedia-se para que os naturalistas levassem, se possível, crânios de nativos para serem estudados e exibidos na Áustria (RIEDL-DORN, 1999, p. 26). Até mesmo um casal de índios chegou a ser exibido para a população austríaca⁶. Essa postura perante os índios é “um exemplo elucidativo da maneira contemporânea de lidar com culturas estrangeiras e de posicionar o ‘estrangeiro’ ou ‘outro’ em oposição ao próprio” (SCHWARZ, 2008, p.36).

Os naturalistas possuíam um discurso em nome da ciência que, como dissemos aqui, tinha pretensão de neutralidade e de busca pela verdade, além de servir como mediadora entre a realidade e o homem. Mas, sob a ótica discursiva e com base nos aportes teóricos que trazemos para nossa discussão, podemos afirmar que, por não existir conhecimento desinteressado, as viagens de expedição eram também movimentos de exploração e de busca por poder. Para Fetz (2011),

6 Os dois nativos em questão eram, João e Francesca, da tribo dos Botocudos, que chegaram com o quarto transporte a Viena em outubro de 1821, acompanhados pelo botânico Pohl, também membro da ECA. Eles eram parte de um grupo de 50 prisioneiros que o comandante do 7o Distrito Militar de Minas Gerais, Julião Fernandes Leão, presenteou ao rei português Dom João VI, e foram mandados adiante pela nora Leopoldina a seu pai, o imperador Francisco I.

[n]a visão dos impérios, a prática científica, a necessidade de conhecer o interior dos continentes, a estrutura biológica e social, poderiam associar-se à vontade de expansão dos impérios, cumprindo o trabalho logístico de conhecer e dominar. A ciência, portanto, é instrumentalizada e, ao mesmo tempo em que contribuía para a expansão de um conhecimento objetivo, neutro, imparcial e sistemático sobre a realidade da natureza e da cultura, fomentou a expansão e o domínio territorial dos grandes impérios europeus. De maneira geral, conhecimento era sinônimo de poder, pois o seu fomento poderia facilitar o domínio e a exploração de novas colônias e de novas matérias-primas úteis à expansão do poder das grandes nações (FETZ, 2011, p. 46).

Dessa maneira, investigar os documentos de Johann Natterer nos permite compreender, também, como o poder era exercido através do discurso da ciência, que efeitos de poder circulavam entre os enunciados científicos, e como e por que esses discursos impulsionavam os naturalistas. Além disso, não podemos deixar de entender como a questão da “verdade” permeava o discurso científico, que se traduzia muitas vezes pela busca da representação do real, uma espécie de espelho entre o que o naturalista via e o que ele descrevia para o mundo. A ciência e o próprio naturalista são movidos por uma vontade de verdade, que se traduzia não apenas no desejo de descobrir a verdade do mundo, mas também no desejo de revelar essa verdade.

PRÁTICAS COLECIONISTAS E OS DISCURSOS DE NATTERER

O termo *sammeln*, usado por Natterer em suas cartas, possui o sentido de “coleccionar, juntar”. Em alguns casos, a tradução “coletar” também é aceita. Assim, fazendo uma pesquisa etimológica das palavras coleccionar e coletar, verificamos que ambas vêm do latim *colligere* (ato de juntar, de recolher; tirar, apanhar; escolher) (MACHADO, 1967; CUNHA, 1982; LEWIS, 1991). Considerando esse aspecto linguístico, levaremos em conta essa primeira no-

ção do ato de colecionar: retirar e juntar os objetos encontrados no Novo Mundo era um dos objetivos da ECA. Porém, não podemos entender o processo colecionista apenas seguindo essa perspectiva, uma vez que a mesma não dá conta das transformações que o próprio processo sofreu durante o tempo. Em outras palavras, o ato de colecionar, hoje, não é percebido da mesma maneira que as práticas de colecionamento dos naturalistas no século XIX.

Para uma primeira reflexão, acionamos dois autores, Baudrillard (1990) e Pomian (1987). Esses autores pensam a atribuição de valor ao objeto coletado, que é a razão principal para que ele componha uma coleção. Ao se considerar um objeto, levam-se em conta suas duas funções: ser utilizado e ser possuído. Sendo cada função inversa da outra, quando se usa um objeto, ele toma um “estatuto social”, é algo estritamente prático; já o objeto privado de sua função ou de seu uso torna-se objeto de coleção (BAUDRILLARD, 1990).

Pomian (1987) também estabelece uma dupla função do objeto, chamando de “coisas” aqueles que possuem valor de uso e de “semióforos” os que se tornam objeto de coleção. Esse objeto, retirado de seu uso e considerado signifiante e parte de uma coleção, passa por um processo de ressignificação, ou seja, atribui-se a ele um valor que está além de seu uso; ele está carregado de significado. Isso permite que haja um valor de troca entre os objetos (POMIAN, 1987; BAUDRILLARD, 1990), e seu significado é o que funda esse valor.

O valor atribuído ao objeto de coleção está diretamente ligado ao domínio cultural e social de determinado povo, ao que é signifiante para uma sociedade. É interessante perceber, no entanto, que essa atribuição de valor provém dos lugares sociais (POMIAN, 1987). Na ECA, por exemplo, não são todos os objetos no Brasil que possuirão valor, mas aqueles que fazem parte dos discursos dos naturalistas que, por sua vez, estão submetidos também aos discursos das autoridades austríacas. Assim, os objetos que serão privilegiados bem como os comportamentos que tais objetos vão impor aos colecionadores estão relacionados à atribuição de signifição dentro de um dado contexto.

As práticas colecionistas sofreram modificações ao longo do tempo. A forma de perceber os objetos, a importância dada a eles, a atribuição de seu valor, será transformada à medida que a própria sociedade se transforma e modifica seu olhar sobre o mundo. Certamente, essas transformações não ocorrem de maneira abrupta, mas são processos lentos e muitas vezes ligados à compreensão do mundo natural.

Na Antiguidade, as coleções estavam ligadas aos espólios de guerra, e existiam principalmente nas sociedades grega, romana, egípcia e mesopotâmicas. Colecionar esculturas e pinturas, por exemplo, era uma prática valorizada pelos gregos, além dos santuários dos templos dedicados às musas. As práticas de colecionar e expor também estavam presentes entre os romanos, que buscavam demonstrar riqueza e curiosidades, mas principalmente, “deixar bem claro seu poder de dominação” (SOUZA, 2009, p. 2).

Na Idade Média, a retomada da cultura grega e latina como modelo moral na cultura europeia proporcionava o colecionamento de antiguidades (KURY, 1997). Nessa época, também se tornava comum o acúmulo e a conservação de relíquias dos santos, objetos sagrados, mirabilia, dádivas e obras de arte (POMIAN, 1987). O clero e os detentores do poder monopolizavam os objetos de coleção, que eram mantidos em igrejas e tesouros dos príncipes. A partir da segunda metade do século XIV, vários outros vestígios da Antiguidade passaram a ser também colecionados, como os manuscritos, curiosidades exóticas e até mesmo instrumentos científicos (idem).

No século XVI, as coleções se voltavam para peças exóticas do mundo, apresentando uma realidade que causasse estranhamento ou singularidade: “é em grande parte a estranheza das coisas do mundo que fundamenta a ideia de coleção” (KURY; CAMENIETZKI 1997, p. 69). Nesse sentido, surgem os *Wunderkammer*, ou Gabinetes de Curiosidades, fortes até os fins do século XVIII. Esses Gabinetes foram criados para abrigar e expor os objetos coletados pelo mundo, tidos como testemunhos tanto do mundo natural quanto da criação.

À medida que o interesse pelos objetos da natureza crescia e era modificado, as práticas colecionistas se transformavam, acompanhando a especialização das ciências naturais. Por essa razão, os modos de ver a natureza e de colecionar suas peças mudaram ao longo dos séculos. No final do século XVIII, os Gabinetes de Curiosidade começavam a ser substituídos por museus, em uma busca pela ordenação do mundo.

Neste mesmo século, como já visto, a ciência voltou-se para uma classificação e ordenação da natureza, e isso refletiu nas práticas de colecionamento. Passou-se a caminhar em direção a uma especialização das coleções e uma ordenação dos museus. Os objetos de coleção não eram mais meras peças de curiosidades, mas exemplares da natureza. Na passagem para o século XIX, a ordem das coleções provém da ordem que a Ciência atribuía à Natureza (KURY; CAMENIETSKY, 1997).

O colecionismo moderno, portanto, estava intrinsecamente ligado à mudança de atitude com relação à natureza. Buscava-se, portanto, resumir o mundo, ordená-lo. Isso era realizado nas práticas colecionistas e nos modos de organização dos objetos coletados, que eram expostos e estudados e admirados em museus e jardins botânicos. Esses objetos serviam, ao mesmo tempo, “como elementos constitutivos de uma identidade histórico-cultural” (SOUZA, 2009, p. 1).

As viagens científicas justificavam-se também, e sobretudo, pela “possibilidade de descobrir em terras longínquas as plantas e animais que completassem a cadeia dos seres ou o mapa da criação” (KURY; CAMENIETSKY, 1997, p. 60). Com isso, além das classificações de Lineu e Buffon, buscava-se também uma ordenação por meio das coleções; na realidade, essas próprias classificações eram uma forma de ordenar as coleções.

Da mesma forma, os critérios para a exibição das coleções variavam conforme os modos de ordenação e os interesses científicos da época. Lamarck (1744-1829), por exemplo, afirmava que o valor da coleção era medido pela ordem de disposição de suas peças, e Buffon propunha uma classificação de acordo com o nível

de proximidade do objeto com o homem (europeu) (KURY; CAMENIETSKY, 1997).

Não podemos pensar essas práticas sem relacioná-las à questão de poder. Entendemos que a atividade de colecionar não é uma atividade que reivindica um caráter científico neutro, em que se busca o acúmulo de objetos desinteressadamente, ou por simples amor à natureza, mas está relacionada a outras questões, como hierarquia, pertença social, prestígio, ideologia.

Os lugares sociais são responsáveis pela determinação do que é ou não importante para ser considerado peça de coleção. Vimos que essa determinação modificou-se ao longo do tempo e lentamente, caminhando lado a lado com as transformações científicas. O valor que se atribui a um objeto faz com que o mesmo se torne desejo e instrumento de poder; quem o encontra, quem o possui, é que tem prestígio e poder (KURY; CAMENIETSKY, 1997).

Natterer participou desse processo em que se relacionavam coleção e poder; ele permaneceu dezoito anos no Brasil e, durante esse tempo, não deixou de coletar o máximo de objetos possível para enviar a Viena. O naturalista estava inserido em um contexto em que o interesse da Europa pela natureza era crescente, e contribuir para esse interesse era contribuir para a ciência.

Não é por menos que, em determinado momento da expedição, o mesmo faz questão de expressar seu desejo (e seus resultados) em contribuir com o enriquecimento do Museu de Viena. Em várias cartas demonstra como aumentou sua coleção, como vemos, por exemplo em: “Durante minha estadia no (rio) Paraná aumentei a coleção em 23 tipos de aves, dentre elas várias muito belas” (Goiás, 27 de agosto de 1823, carta para Mareschal), e “Desde o dia 15 de julho a coleção aumentou ainda em 9 tipos [...]” (idem).

Ter em mãos tais coleções permitia um lugar de poder ideológico, uma vez que as viagens de expedição científica tornaram-se constantes pelo mundo. Os resultados das expedições, as peças trazidas dos diversos locais significavam não apenas mercadorias vantajosas economicamente, mas, principalmente, tornavam-se símbolos, representantes do invisível, do país exótico, com sua di-

ferente sociedade e cultura (POMIAN, 1987, p. 76). Nesse sentido, os naturalistas também eram mediadores entre o novo e a sociedade de seu país.

O aumento que Natterer inicia não se dá apenas para o Museu, mas para os diversos ramos da ciência, como a entozoologia, a zoologia etc. Natterer também é bastante claro ao demonstrar suas contribuições, tanto para Mareschal (agente diplomático da Áustria): “Durante minha estadia aqui e na Vila Maria junto ao (rio) Paraguai, trabalhei tanto quanto possível, embora sempre sofrendo de minha doença, para aumentar as coleções dos mais distintos ramos da zoologia.” (Cáceres, 16 de junho de 1826, carta para Mareschal), quanto para Schreibers (diretor da ECA): “A coleção de meus vermes de vísceras, a qual aumenta diariamente, é composta agora de 174 frascos cheios e embalados, e eu espero que o senhor von Schreibers esteja satisfeito com meu trabalho para a Etnozoologia e aprove que eu utilize tanto tempo para este ramo das ciências naturais.” (Final de 1824, carta para Schreibers).

Essa busca por contribuir, na verdade, demonstra um jogo de poder considerável com relação à ECA: de um lado, as autoridades austríacas, hierarquicamente superiores aos naturalistas, que expediam ordens e instruções de viagem, além de determinarem os objetos que possuíam valor para as coleções; de outro, Natterer e os outros naturalistas, que buscavam atender às normas das autoridades, mas ao mesmo tempo, agradar e, nesse percurso, pertencer a determinado meio científico. Assim,

as coleções que, para os membros do meio intelectual e artístico, são instrumentos de trabalho e símbolos de pertença social são para os detentores do poder símbolos de sua superioridade e também instrumentos que lhes permitem exercer uma dominação sobre este meio (POMIAN, 1987, p. 79, tradução livre).

A coleção, para os naturalistas, era compensadora, uma vez que possibilitava seu crescimento e os valorizava, além de ser um meio de afirmação social ou de sobrevivência. A exposição dos objetos por eles coletados significava o testemunho direto de sua

existência; os relatos dos naturalistas se comprovavam por meio da coleta e exibição dessas peças. Essa perspectiva coloca o naturalista também em uma posição de poder, uma vez que ele é quem pode retirar os objetos dos mais diferentes lugares e colocá-los sob o olhar da sociedade. Nesse sentido, compreendemos algumas das razões por que Natterer permanece no Brasil por tempo maior que o disposto pelas autoridades austríacas.

Colecionar, do ponto de vista científico, determina, em certo grau, um desejo de poder. O conhecimento científico buscado por Francisco I se pautava em obter as mais diversas amostras para que se pudesse aumentar o acervo do império. Ainda que possa existir um caráter de prazer pessoal nesse ato, como percebemos nos relatos que indicam as instruções para a expedição (SCHMUTZER, 2007; RAMIREZ, 1968), não podemos deixar de pensar que

[...] essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção. Penso na maneira como a literatura ocidental teve de buscar apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma, no discurso verdadeiro. [...] (FOUCAULT, 2012 [1970], p. 17).

O que pode ser observado é como a relação entre colecionismo, ciência e poder é expressada por meio dos discursos de Johann Natterer. Percebemos que essa relação está sempre presente e envolve aspectos como reconhecimento, caráter de verdade e prestígio. Assim, conseguimos compreender algumas das motivações que levaram Natterer a continuar com sua atividade de colecionar por tantos anos e mesmo com grandes dificuldades.

A atividade de colecionar resultou em uma grande contribuição para estudos não somente do Brasil, mas de diversas áreas de conhecimento. Natterer, assim como os outros naturalistas, não se limitou a coletar apenas objetos de ciências naturais, buscando, também, objetos etnológicos e até mesmo glossários das línguas indígenas das tribos por que passou.

No final de sua viagem, o naturalista enviou para Viena um total de:

nada menos de 430 amostras de minerais, 1729 ampolas com helmintos, 1024 ‘moluscos’, 32825 ‘insetos’, 1671 peixes, 1678 répteis e anfíbios, 12293 aves, 1146 mamíferos, 125 ovos de diferentes tipos, 192 crânios, 42 preparações anatômicas, 242 amostras de sementes, 147 amostras de madeiras, 216 moedas e 1492 objetos etnográficos, bem como 60 glossários da língua das várias tribos visitadas durante duas viagens. (...) Nada se compara, no entanto, às atividades desenvolvidas por Natterer no campo da ornitologia, pois o naturalista austríaco logrou reunir nada menos de 12293 exemplares pertencentes a mais de 1000 espécies distintas, das quais algumas jamais voltaram a ser coletadas, permanecendo como autênticas raridades até os dias de hoje. (RIEDL-DORN, 1999, p. 70).

Seu trabalho de colecionador foi realizado com tanto esmero que chegou a von Schreibers um exemplar do verme *ascaris lumbricoides*, vomitado pelo próprio naturalista. Assim, Natterer surpreende não só por sua persistência, mas pelo afinco com que desenvolveu suas tarefas.

Natterer retornou à Viena apenas em razão da Revolta da Cabanagem que ocorreu no Pará, durante a qual uma parte de seus pertences e diários foram perdidos. Dessa forma, em 15 de setembro de 1835, ele embarcou em um navio inglês, para chegar em Viena no dia 13 de agosto do ano seguinte.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. **Le Système des Objets**. Paris: Gallimard, 1990.

CAVALCANTI, Marilda C. Um olhar metateórico e metametodológico em pesquisa em Linguística Aplicada: implicações éticas e políticas. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. 2ed. São Paulo: Parábola, 2006.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da Língua**

- Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].
- FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem & diálogo:** as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- FETZ, Marcelo. **Expedições científicas no século XIX:** o universo da ciência e a diversidade cultural. Cadernos de Campo (UNESP), v. 14/15, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012 [1970].
- _____. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. Trad. de António Ramos Rosa. Lisboa: Portugália Editora, 1966.
- _____. **Microfísica do poder.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- _____. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014 [1969].
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005 [1992].
- KANN, Bettina. **Von den österreichischen Naturforschern in Brasilien und den Resultaten ihrer Betriebsamkeit“** - Die österreichische Brasilienexpedition (1817 – 1836) und ihre ethnographischen Ergebnisse. Morrisville: Lulu, 2007.
- KURY, Lorelai; CAMENIETZKI, Carlos Z. Ordem e natureza: coleções e cultura científica na Europa Moderna. In: **Anais do Museu Histórico Nacional**, 29, 1997, p. 57-85.
- LEITHOLD, T. Von; RANGO, L. Von. **O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819.** São Paulo: Brasiliense, 1966.
- LEWIS, Charlton T., SHORT, Charles. **A Latin Dictionary Founded on Andrews' Edition of Freund's Latin Dictionary.** Oxford: Clarendon Press and Oxford University Press, 1991.
- MACHADO, José Pedro. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa.** Lisboa: Editorial Confluência, 1967.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

POMIAN, Krzysztof. **Collectionneurs, amateurs et curieux**: Paris, Venise, XVIe-XVIIIe siècle. Paris : Gallimard, 1987.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Traduzido por Jézio Gutierre. Bauru: EDUSC, 1999.

RAMIREZ, Ezekiel Stanley. **As relações entre a Áustria e o Brasil - 1815-1889**. Coleção Brasileira, Volume 337. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

RIEDL-DORN, Christa. **Johann Natterer e a Missão Austríaca para o Brasil**. Tradução de Mario P. C. R. Lodders e Maria Faro. Série dirigida e organizada por Cristina Ferrão e José Paulo Monteiro Soares. Petrópolis: Editora Index, 1999.

ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da ciência**: o pensamento científico e a ciência no século XIX. Volume II. Tomo II. Brasília, FUNAG, 2012.

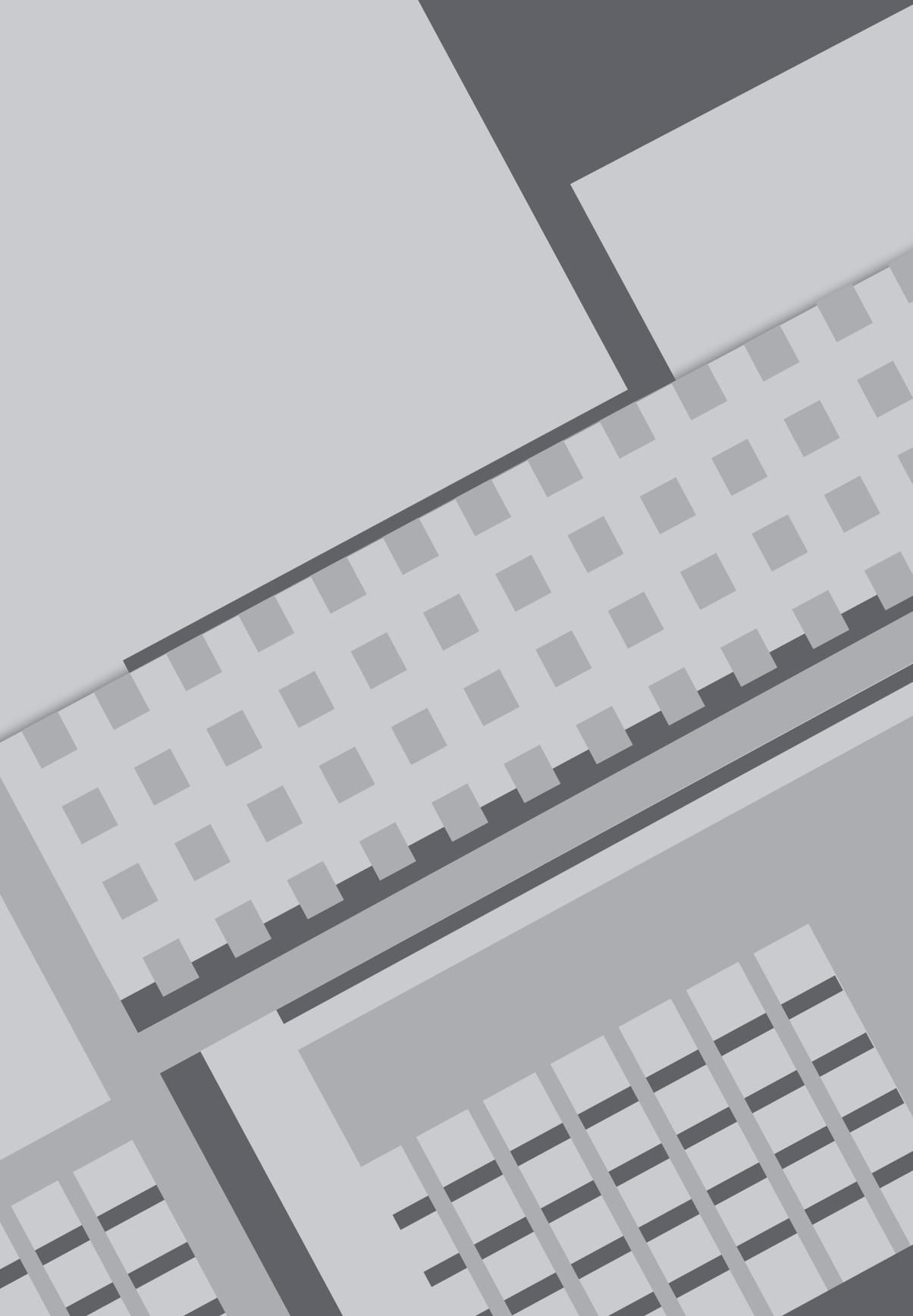
SCHMUTZER, K. **Der Liebe zur Naturgeschichte halber Johann Natterers Reisen in Brasilien 1817-1835**. 2007, 293p. Tese (Doutorado em História). Universidade de Viena, Viena, 2007.

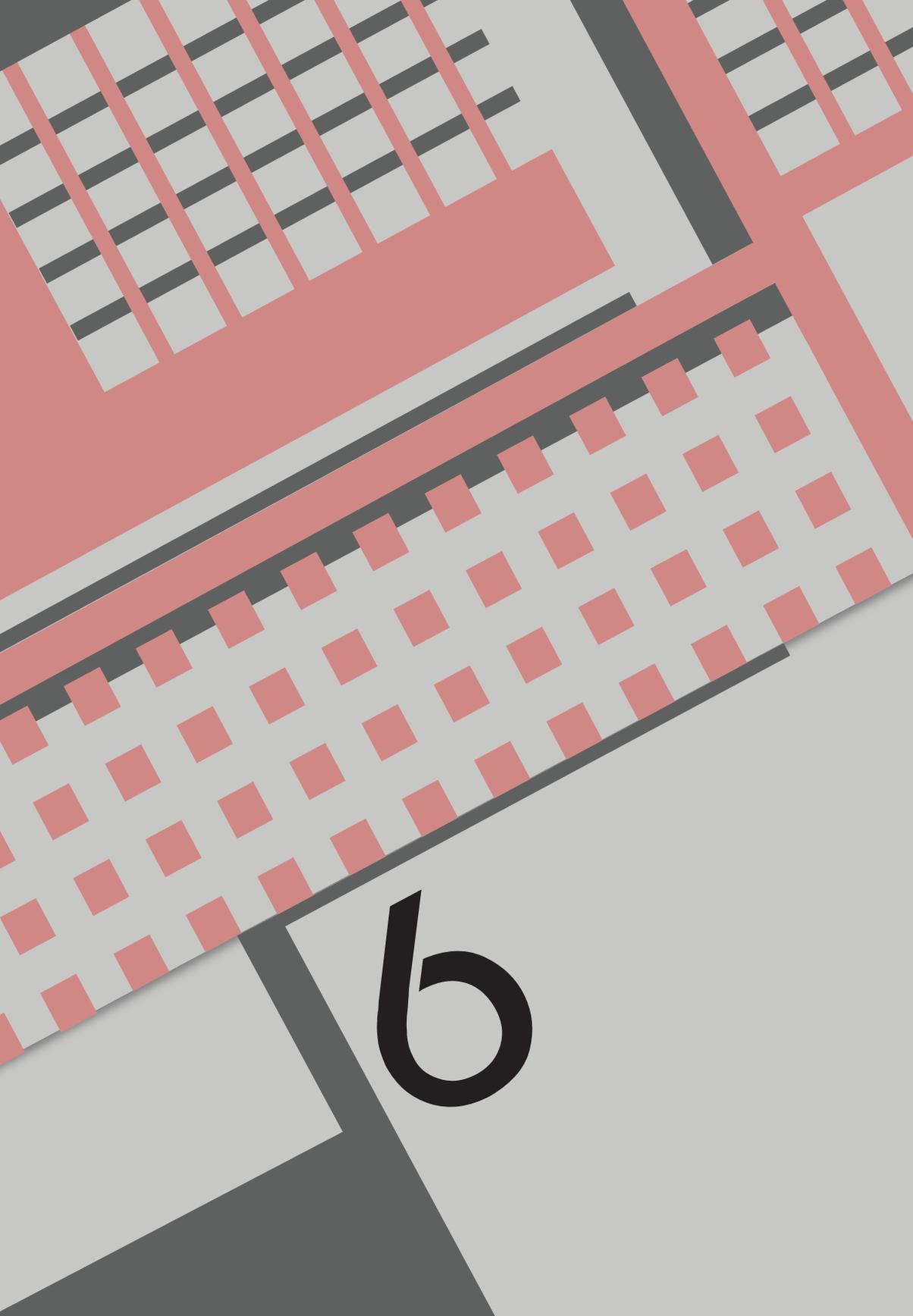
SCHWARZ, Sandra Maria. **Rio de Janeiro in der Fremdwahrnehmung Reisender**. Zu den Stadtimages Rio de Janeiro in der deutschsprachigen Reiseliteratur des 19. bis 21. Jahrhunderts. (Dissertação de Mestrado.) Universidade de Viena, Viena, 2008.

SOUZA, Helena Vieira Leitão de. Colecionismo na modernidade. In: **Simpósio Nacional de História**, Fortaleza, 25. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009, p. 1-9.

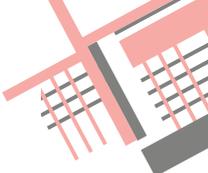
TODOROV, Tzvetan. **A viagem e seu relato**. Revista de Letras da UNESP. São Paulo, v. 39, n. 01, 1999.

WODAK, Ruth, MEYER, Michael. **Methods of Critical Discourse Analysis**. London: SAGE Publications, 2001.





6



ACERVOS MUSEOLÓGICOS DO INTERIOR PAN-AMAZÔNICO E INSUSTENTABILIDADES POLÍTICAS E CULTURAIS

LIGIA T. LOPES SIMONIAN¹

A discussão em torno da relação cultura e desenvolvimento tem posto questões novas para os especialistas, a sociedade, inclusive a global, e o Estado (APPADURAI, 2002, ASSAD, 1991). Dentre os aspectos mais instigantes estão os acervos culturais, notadamente, os museológicos (ANDRADE, 2005; CHAGAS, 2005a, b; CLIFFORD, 2008; GONÇALVES, 2005; SIMPSON, 2006). Nos termos Simonian (2007a) e Vidarte (2000), Bilbao (País Vasco/Espanha) é apenas um dos *loci* em que nas décadas recentes a abertura de um ou mais museus contribuiu para redinamizar a economia e a cultura, a ponto de os transformar completamente.

Também, processos similares vêm ocorrendo em outras partes do mundo, onde museus pautados na inovação surgiram mais recentemente (CONHEÇA, s./d.; NEW, s./d.; TAKE, 2017). Apesar disso, na Pan-Amazônia interiorana não se encontra experiências culturais e museológicas similares. Por sua vez, experiências existem, mas frágeis e ao mesmo tempo instigantes e demandantes da atenção dos gestores de políticas públicas e daquelas decorrentes da ação do setor empresarial e da sociedade. Mas isso não vem ocorrendo e a sociedade e, principalmente, as gerações mais jovens acabam sendo penalizadas e se veem sem perspectivas.

De fato, descrições e análises de acervos museológicos são feitas sobre museus de porte grande/médio que, por alguma razão, alcançaram fama. Desse modo, a atenção de pesquisadores raramente volta-se aos museus menores, notadamente aos interiora-

1 Ph. D. em Antropologia/Pós-Doc. (CUNY, USA) e Professora Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA); atua nos Programas de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido (PPGDSTU) e em Gestão Pública e Desenvolvimento (PPGGPD), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)/UFPA; coordena o Grupo de Pesquisa "Biodiversidade, gestão dos recursos naturais e sociedade no escudo das Guianas". E-mail: simonianl@gmail.com.

nos da Pan-Amazônia. Portanto, os trabalhos a respeito ainda são poucos (Simonian, 2007a²), a exemplo dos recentemente produzidos por Abreu (2005), Campos (2007), Faulhaber (2007), Freire (1999), e Museu Magüta (s./d.), Simonian e Cruz (2009), sobre os museus indígenas de Oiapoque e de Benjamin Constant, nos estados do Amapá e do Amazonas e o Museu a Céu Aberto Base da Aeronáutica da II GM do Amapá.

A seguir e partindo de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, discute-se as insustentabilidades de tais museus. Exemplos nessa direção são as realidades críticas dos museus encontrados em Letícia (Colômbia), em Cachoeira do Arari e em Santarém (Brasil), cujas localizações aparecem na Figura 1. Tais limites tem natureza ambiental, arquitetônica, gerencial, sociocultural, patrimonial e turística.

FIGURA 1- LOCALIZAÇÃO DAS CIDADES DE LETÍCIA, SANTARÉM E CACHOEIRA DO ARARI NA PAN-AMAZÔNIA



FONTE: Adaptação de Google e com base em Simonian (Google, 2016).
Identificação em cor vermelha.

Ainda nesta perspectiva e nestas cidades interioranas, prio-

² Ainda, nessa obra encontram-se notas sobre e fotos de parte do acervo do Museu da Guerrilha do Araguaia (MGA), localizado em São Geraldo do Araguaia, sudeste do Pará.

rizou-se na pesquisa realizada o Museo del Bufeó ou do Boto³ – MdelB (Letícia, Colômbia),⁴ o Museu Dica Frazão – MDF (Santarém, Pará),⁵ e o Museu do Marajó – MdoM (Cachoeira do Arari, Pará)⁶. Coincidentemente, organizou-se privadamente os acervos desses três museus. E o fato de todos virem enfrentando sistematicamente crises financeiras e falta de recursos humanos e técnicos, também os aproximam.

O MDF, inaugurado em 1983 e reinaugurado em 1999, tem como acervo parte da produção artística de Raimunda Rodrigues Frazão, 91 anos, mais conhecida como Dica Frazão⁷. O MdelB surgiu em 2001, com base na produção artística de Antonio Cruz, artista e ex-professor, quem o idealizou e é seu dono⁸. Por sua vez, o MdoM nasceu do interesse do padre católico Giovanni Gallo, isso em 1972⁹. Como se depreende de Museu do Marajó (s. d.) e inclusive observado em campo, há pouco esse museu passou por uma ampliação, especialmente com um prédio climatizado para abrigar a reserva técnica.

Do ponto de vista metodológico, este *paper* se circunscreve no âmbito das pesquisas qualitativa e comparativa (BERNARD, 1995; BOAS, 1987; GÜNTHER, 2006). Inicialmente, fez-se um levantamento bibliográfico e documental. Ainda, realizou-se *surveys* nos museus selecionados para a produção deste *paper*. Durante o desenvolvimento da pesquisa e a partir de Malinowski (1978) e de Simonian (2007b), fez-se uma produção de imagens via fotografia e por fim uma figura em base à imagem Google, como evidenciado acima.

A seguir, discute-se os conceitos definidos como centrais, a saber: acervos, museus, cultura patrimonial e sustentabilidades. Logo, trata-se da especificidade dos acervos museológicos ama-

3 Na Pan-Amazônia, tem-se as espécies boto tucuxi (*Sotalia fluviatilis*) e boto vermelho (*Inia geoffrensis*).

4 O mesmo localiza-se na Carrera 9, n. 8-83, Barrio centro.

5 Este Museu localiza-se na travessa Floriano Peixoto, 281.

6 Sua localização é na avenida do Museu, n. 1983.

7 O mesmo é de propriedade de Dica Frazão, que nasceu em Capanema (Pará), em 1920, tendo se transferido ainda jovem, em 1943, para Santarém.

8 Os poucos dados biográficos sobre este artista e dono do MdelB foram produzidos a partir de uma entrevista; ver: Simonian e Ramos-Valenzuela, 2008.

9 Nasceu em 1927, em Turim, Itália; faleceu em 2003, no Brasil; era cidadão brasileiro naturalizado; escreveu obras sobre a ilha de Marajó e criou e construiu este museu.

zônicos. Na secção seguinte, aborda-se os acervos museológicos diversificados da Pan-Amazônia interiorana. Na discussão e notas finais, sugere-se que a superação das insustentabilidades encontradas nos acervos dos museus analisados se coloca como fundamental para se pensar a relação entre acervos museológicos e desenvolvimento como algo de fato vivido pela sociedade pan-amazônica interiorana e com proveito.

ACERVOS, MUSEUS, CULTURA PATRIMONIAL E SUSTENTABILIDADES

As categorias ora em discussão emergem como de importância maior na contemporaneidade, em especial porque o Estado e a sociedade estão a enfrentar crises socioambientais e econômicas persistentes nas últimas décadas (VILLARROYA, 2007). Essa realidade vem instigando o setor público e o empresarial juntamente à sociedade. Isso em relação à busca de caminhos inovadores quanto ao fortalecimento da relação existente entre acervos, museus, patrimônio cultural e sustentabilidade, e na expectativa de redução do desemprego, de superação da economia informal e de geração de renda.

Quanto ao acervo museológico, em geral pode-se defini-lo como o conjunto de bens culturais, históricos, ambientais etc. que integram o patrimônio de um museu ou dos museus, quer seja ele material ou imaterial (PELEGRINI, 2008). A sua qualidade e quantidade variam a depender das condições locais, de quem assume a liderança e do grupo de apoio no processo de criação, implantação e gerenciamento de uma instituição ou de um conjunto delas. Associado ao acervo, é de se considerar como essencial o espaço disponibilizado, as condições financeiras e materiais do mesmo, a presença de equipe técnica eficiente e capaz de inovar.

A pensar-se no conceito de museu, por certo encontra-se uma diversidade enorme quanto aos seus conteúdos. Mesmo porque a cultura se transforma constantemente e desse modo também essa modalidade de instituição. A respeito, Chagas (2005a, p. 19) assi-

nala que o museu “[...] é um lugar (ou casa) de memória como [...] se essa] tivesse valor em si mesma e fosse a expressão da verdade pura e do supremo bem”.

Ainda, o mesmo autor enfatiza que “[...] os museus entram no século XXI em franco movimento de expansão e continuam exercendo, em nome de sujeitos mais ou menos ocultos, o seu poder que tanto serve para libertar quanto para tiranizar o passado e a história, a arte e a ciência” (CHAGAS, 2005a, p. 19). Note-se, nesse ponto, que a perspectiva da libertação pode vir a dominar tal segmento da produção cultural.

Precisamente, metodologias novas estão surgindo no meio acadêmico quanto ao trato a ser dado ao acervo e ao museu. Recentemente, identificaram-se propostas que vêm refinando a concepção em torno de museus como centros de pesquisa colaborativa (BOWECHOP; ERIKSON, 2005). É de esperar-se que essa tendência logo possa surpreender, isso na medida em que outros entendimentos inovadores possam ser produzidos.

Os indígenas estadunidenses é que iniciaram um processo de questionamento quanto ao que se pode identificar como imperalismo museológico do ocidente, tendo sido bem sucedido em muitas de suas demandas (BOWECHOP; ERIKSON, 2005). No sul do Brasil, entre 1979 e 1980, a partir de um museu, contestou-se esta prática a partir da formação de arquivo que pudesse ser usado pelos indígenas como prova de seus direitos territoriais¹⁰. Assim, a interação entre os museus e o público – em geral ou a partir de segmentos distintos – se destaca e avança de modo promissor.

Nos tempos atuais, esta discussão assumiu fóruns globais, principalmente quanto às implicações da cultura – e leia-se, dos museus – no campo do desenvolvimento. Tais instituições podem contribuir, a exemplo do Museo Guggenheim Bilbao, “[...] para o processo de regeneração da estrutura econômica do País Vasco que buscava diversificar o substrato econômico da cidade [...]”

10 Especialmente, a partir do Museu Antropológico Diretor Pestana e organizado pela autora; este é o Arquivo Kaingang, Guaraní e Xetá, que num passado recente por muitas vezes foi consultado pelos indígenas, na tentativa de consolidarem seus argumentos na expectativa de reaverem terras demarcadas e que foram anteriormente usurpadas.

(VIDARTE, 2000, p. 6) homônima. De fato, em muitos outros lugares e museus, essa mesma estratégia tem sido utilizada.

A pensar-se a Pan-Amazônia, é de destacar-se a relação entre cultura, acervos, museus e inclusão socioeconômica (SACHS, 2003; TOLILA, 2007). Isso porque a região mantém os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos do país e também do norte da América do Sul¹¹. Nesses termos, investir nas experiências quanto à proteção da herança cultural (SIMONIAN, 2005; SMIERS, 2006), notadamente naquelas que se efetivam apesar das dificuldades que as cercam, é essencial para que se tornem sustentáveis.

E sustentabilidade tem que ser pensada quanto ao sociocultural, isto a partir de uma concepção polissêmica. Como muitos autores ressaltam, esse conceito aponta para permanência e continuidade de recursos ao longo do tempo, portanto, para um futuro herdado de gerações anteriores com condições ambientais e de realizações em todos os campos da cultura. Mas, pelo que a história recente da humanidade revela e se identificou na pesquisa realizada na Pan-Amazônia, por ora o que se tem são esperanças quanto à realidade que esse conceito remete e, simultaneamente, muitíssimas ameaças.

ACERVOS MUSEOLÓGICOS AMAZÔNICOS

A formação de acervos e a criação de museus na Pan-Amazônia são realidades antigas, pois remontam à segunda metade do século XIX. O que primeiro surgiu no cenário cultural dessa região foi o Museu Paraense, o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) atual, isto em 1871¹². Em seu início e conforme Oliveira e Welthem (1991), enfatizaram-se os acervos vinculados ao patrimônio material, a exemplo das espécies animais e florísticas, dos artefatos indígenas pré-coloniais e etnográficos, dentre outros aspectos da realidade material.

11 Os resultados para o IDH de 2015 trazem números impressionantes, estando o Brasil entre os 10 países mais pobres do mundo, o que reflete as condições de vida precaríssimas de parte significativa da população brasileira (BRASIL, 2017).

12 Uma sociedade existe desde 1866, a Philomática, cujos sócios discutem a importância da criação de um museu em Belém (PENNA, 1973; REENCONTROS, 2006).

Desde então, muitos museus surgiram na Pan-Amazônia, notadamente, em Belém e nas demais capitais de estados e/ou de províncias ou mesmo do Departamento Ultramarino Francês (DUF), a Guiana Francesa (SIMONIAN, 2016, 2008-2009, 2002; SIMONIAN, VALLENZUELA, 2009-2008). Dentre esses, alguns se dedicaram à história, às artes, ou ainda a acervos múltiplos. Guardadas as devidas proporções, os organizadores de tais museus se inspiraram no modelo europeu-estadunidense, portanto, de natureza conservadora. Ainda, nas capitais da região, as condições dessas instituições e os programas voltados para o público em geral são minimamente razoáveis, embora na atualidade alguns deixem a desejar.

Apesar de avanços em alguns destes museus, especialmente quanto à criação de programas educativos e/ou de iniciação científica (MUSEU GOELDI, s. d.). Essa tem sido a experiência do MPEG, o que tem aproximado principalmente a população infantil e jovem de seus espaços, acervos, possibilidades de lazer e *experts* (PENA, 1973; REENCONTROS, 2006). Porém, muito há de ser feito no sentido de disseminar essas e outras concepções e práticas alternativas.

No que respeita tais limites, o discurso que se ouve ao se fazerem visitas técnicas aos museus pan-amazônicos, quase sempre diz respeito à falta de recursos financeiros e humanos. Certamente, isso é muito pouco a compararem-se essas instituições com as da Europa e/ou dos Estados Unidos da América (EUA). Neste ponto, é de ressaltar-se que quando existem na Pan-Amazônia interiorana, é particularmente em suas cidades que o número de museus é menor.

Geralmente, as suas condições materiais e de recursos humanos nesses *loci* são predominantemente precárias (PENNA, 1973; REENCONTROS, 2006; SIMONIAN; CRUZ, 2009), mas mesmo assim esses museus são importantes e podem vir a ser a base para desenvolvimentos e inovações. Ainda, note-se, que não raro é desses *loci* que acervos diversos são provenientes, ou seja, as coleções dos museus do país e do exterior têm sua produção muitas vezes

feita no interior. Embora parte das coleções tenha sido produzida sob encomenda, há registros de saques e de furtos por parte dos colecionadores, de agenciadores e/ou de intermediários do crime organizado em torno da arte em todas as suas modalidades.

A comercialização indevida de acervos definidos por lei como patrimônio arqueológico, histórico, artístico e etnográfico tem sido bastante comum, o que se pode definir como uma culturopirataria. Instâncias podem ser mencionadas olhando-se um pouco para trás e como depreende-se de Steinen (1942): precisamente, o saque de peças etnográficas de uso dos índios xinguanos feito por um explorador europeu, em 1884, o primeiro a adentrar-se no território desses indígenas. Aliás, essa prática foi relatada pelo próprio autor e num sentido confessional eivado dos preconceitos da época.

Ainda, sabe-se que em meados do século XX, os Krahô do Tocantins tiveram uma peça lítica com valor cerimonial levada por um pesquisador para um museu do sudeste do país (SIMONIAN, 2008-2007, 2002). Há algum pouco, ocorreram os casos de um muiraquitã original furtado de um museu de Belém, Pará, e do que envolveu um acervo enorme de cerâmica pré-colonial do Marajó e uma instituição financeira de porte nacional, especificamente, um banco. Inclusive, a mídia do país e do exterior divulgou amplamente tais práticas ilegais.

Também, tem-se um outro aspecto importante a ser destacado: no mais das vezes, são pessoas do povo, moradores que integram grupos sociais diferenciados como os indígenas, que organizam tais centros culturais ligados à conservação e preservação da memória (SIMONIAN, 2002; SIMONIAN, RAMOS-VALENZUELA, 2009-2008). Não raro são eles próprios que produzem os acervos ou os buscam, recolhem e conservam, mesmo que precariamente. Todavia, no interior e até em áreas ribeirinhas distantes se encontram pessoas desejosas de criar museus a partir de acervos que dispõem e que tem algo a ver com a história e a cultura local¹³.

13 Dentre tais casos, tem-se Eduardo Lemos Porto, que se transformou em pesquisador, colecionador, organizador, gestor e defensor do MGA e de sua importância para o município onde se localiza (SIMONIAN; PINTO; CAMPOS; R, 1997); e o de Gedalva Dantas dos Anjos, 46 anos, do médio rio Aripuanã (Novo Aripuanã, Amazonas), que a autora encontrou em 1999, quando realizava pesquisa de campo; então, ela sonhava em criar um museu com o acervo que

Embora, no Brasil, o governo federal tenha patrocinado um programa de financiamento para a criação de museus em municípios pequenos, nesses faltam capital humano além de muitos outros recursos imprescindíveis, o que inviabiliza a produção/encaminhamento de projetos¹⁴. O mesmo se pode dizer quanto às políticas públicas para a cultura e museus da Letícia colombiana¹⁵. O que se têm encontrado em anos de pesquisa na região, são cidadãos com poucas condições de fazer valer seus direitos, inclusive à educação, à cultura e ao lazer, o que se remete diretamente à questão museológica e inclui a formação e a diversificação de acervos museológicos.

Simultaneamente, autoridades locais e regionais fazem pouquíssimo acerca da importância dos museus. A pensar-se no Brasil, muitas delas têm burlado leis e regulamentos quanto a fundos públicos destinados à melhoria no campo da educação (SIMONIAN, 2002),¹⁶ o que em tese termina revertendo também negativamente no âmbito cultural e na formação de acervos e de museus. Em consequência e com um IDH muito baixo, as possibilidades de avanços educacionais, culturais e tecnológicos e de superação de insustentabilidades múltiplas por parte desses pan-amazônidas são baixas, para não se dizer inexistentes.

ACERVOS MUSEOLÓGICOS DA PAN-AMAZÔNIA INTERIORANA

Por mais paradoxal que possa parecer, acervos museológicos

acumulou: conjunto de painéis e demais instrumentos de cozinha produzidos em alumínio, por um funileiro e ex-companheiro, altar com santos e outras peças que pertenceu à capela de Prainha uma localidade que floresceu durante os *booms quanto à produção da borracha* etc., telhas antigas, provenientes do Pará etc.; a respeito, ver SIMONIAN, 2011).

14 Em 2007, pelo resultado do Edital Mais Museus destinado a municípios com até 50 mil habitantes, dentre os 24 contemplados do país, apenas quatro foram da Amazônia brasileira, o que corresponde a mais de 50% do território nacional, o que acabou se constituindo em mais uma política pública antiamazonia (BRASIL, 2008). Em 2010, dos oito projetos aprovados, um é do norte do país, mais especificamente de Pernambuco, sendo os demais do centro-sul (Mais, 2010).

15 Segundo o mesmo Antonio Cruz, até o momento ele não recebeu nenhum apoio quanto a recursos públicos para este Museu (SIMONIAN, RAMOS-VALENZUELA, 2009-2008).

16 Muitas destas autoridades têm sido processadas e julgadas culpadas, sendo que nestes casos perdem seus cargos eletivos e estão sujeitos a outras penas (SIMONIAN, 2008-2007).

são encontrados em locais os mais diversos da interior da Pan-Amazônia, sendo as suas origens também distintas, tanto os de natureza material como imaterial, a saber, os étnicos, os culturais, até os que privilegiam questões mais pontuais ou tópicas. Assim, nessa região, algumas cidades interioranas dispõem de museus, ainda que pequenos. Dentre os conhecidos, optou-se por discutir as condições de três deles, precisamente, o MdeB de Letícia, o MDF de Santarém e o MdoM de Cachoeira do Arari.

MUSEO DEL BUFEO DE LETÍCIA: ACERVO DE BOTOS E DE SEREIAS

O MdelB surge na periferia de Letícia, Colômbia, como um cenário quase surrealista. Em meio a uma área bastante arborizada, tem-se o prédio desse Museu propriamente dito, outras edificações e um jardim com obras de arte (Fotografia 1). Durante o *survey* realizado em 2007 nessa instituição cultural, apesar de se viver na era da informação e da tecnologia, praticamente nada se conseguiu de informações impressas ou digitalizadas.

**FOTOGRAFIA 1- UMA REPRESENTAÇÃO DE UMA SEREIA
NO JARDIM DO MDELB**



FONTE: A autora (2007)

Na oportunidade, o dono se encontrava em viagem e a pessoa que tomava conta nada podia informar. E também, ali não havia um folder para ser distribuído, nem livros, cartões postais ou réplicas à venda (SIMONIAN, 2002). De volta ao centro de Letícia, se buscou informações na Internet, nas bibliotecas e em materiais de divulgação turística, mas não se obteve sucesso, situação que permanece até os dias atuais. Porém, conseguiu-se saber que o dono do MdelB é um artista plástico e que foi professor por 15 anos em Letícia (SIMONIAN, RAMOS-VALENZUELA, 2009-2008); ainda, segundo a mesma fonte, que todo o acervo museológico é de sua autoria e que ele tem se dedicado ao mesmo desde 2000 ou 2001, quando abriu suas portas ao público.

Antonio Cruz usa material reciclado como base para a sua produção artística, o que não é valorizado pela população local. Dentre o acervo encontrado, tem-se uma pintura na parte superior da fachada, com destaque para as imagens de sereia e de boto, de 'nossa senhora e do menino Jesus' e de bandeiras de países diversos (Fotografia 2). Em seu interior, o destaque ficou para séries de aquarelas, de outras pinturas e de esculturas de tamanhos diversos com figuras de botos (Fotografia 3), na maioria dos casos, todos vestidos de personagens humanos.

FOTOGRAFIA 2- DETALHE DA FACHADA SUPERIOR E FRONTAL



FONTE: A autora (2007)

FOTOGRAFIA 3- ESCULTURAS DE BOTOS EM ESTANTE



FONTE: A autora (2007)

Apenas em 2009, se conseguiu entrevistar seu idealizador, dono e gestor do MdelB. Pelo que ele informou, sobre a relação com o visitante, essa tem sido permeada por contradições. Exemplar nesta direção e conforme Simonian, Ramos-Valenzuela (2009-2008), Antonio Cruz deixou de trabalhar com as empresas e os guias turísticos, pois depreciavam seu trabalho e o que pretendiam eram visitas superficiais.

Também, quanto ao material posto à venda, só recentemente começou a produzir peças pequenas ou desmontáveis para facilitar o transporte aos visitantes. Outros não concordam com a cobrança de ingresso e saem do recinto ao se deparar com a placa indicativa do preço a ser pago, o que inclusive se pôde observar em campo. Nesse caso, o mais provável é que não possam pagar ou que sua desistência se deva a posicionamento contra as políticas e ações governamentais que não garantem o acesso gratuito as atividades culturais.

Pelas descrições acima quanto ao que se encontrou no MdelB, percebe-se a fragilidade de suas condições materiais e institucio-

nais (SIMONIAN, 2008-2007, 2002). A respeito, assim se manifestou o entrevistado Antonio Cruz¹⁷: “Siempre que yo hablo del bufeo o propongo algún proyecto al respecto, el apoyo es mínimo, lo que yo hago es lo que yo hago; ya han pasado tres gobiernos u [...] el apoyo ha sido mínimo; si se hace una escala de uno a diez sobre colaboraciones, no pasamos de uno [...]”. Apesar dessas informações, como é de esperar-se, um museu sem um informe preciso e conciso dificulta as visitas e pode até espantá-las.

Neste ponto, inclusive, cabe uma pergunta: com tantos sites gratuitos, por que não usar a *Internet* com tal finalidade? Por meio dessa mídia se poderia veicular informações, por mínimas que sejam, quanto ao histórico do museu, aos seus objetivos, ao seu acervo etc. Para os visitantes com perfil “investigativo”, como a autora, fica a vontade de querer retornar para tentar saber mais.

MUSEU DICA FRAZÃO: MODA, ADEREÇOS E OUTRAS PEÇAS NO ACERVO

O MDF teve início com a atuação de Dica Frazão, que o instalou em 1983,¹⁸ a partir de recursos próprios,¹⁹ de um acervo produzido por ela mesma e junto à sua residência e *atelier*. Mais tarde e já famoso, inclusive internacionalmente, de acordo com Frazão (2000-198-), esse Museu foi reinaugurado em 1999, durante a semana do aniversário de Santarém (SIMONIAN, 2008-2007, 2002). Apesar de ter feito suas “bodas de prata” 25 anos em 2008 e de sua importância como instituição cultural regional, as suas condições distam muito de um padrão aceitável quanto à sustentabilidade cultural, econômica ou de outra natureza.

17 Dados de entrevista realizada em 2008 (SIMONIAN, RAMOS-VALENZUELA, 2009-2008).

18 O mesmo está localizado na Travessa Floriano Peixoto, 281, em Santarém.

19 Dica Frazão nasceu em Capanema (Pará) em 1920, tendo se transferido ainda jovem, em 1943, para Santarém. No início de sua carreira, trabalhou como modista e costureira e como produtora de arranjos de flores. Depois, tornou-se designer e produtora de moda. Brincante do carnaval de Santarém (Escola de Samba Ases do Samba e bloco O Fofão), homenageada em 1999 pela Escola de Samba Deixa Falar de Belém, com o samba enredo “Divina Dica: pérola de Santarém, dádiva do Tapajós”, de autoria de Paulo Afonso Melo; para maiores detalhes sobre a vida profissional desta paraense (FRAZÃO, 2002; FRAZÃO (Org.), 2000-198-). Mais: entre 22 de abril e 14 de julho de 2008, Dica Frazão esteve em Nova Iorque, EUA, participando da megaexposição Amazônia Brasil.

O acervo museológico do MDF e as obras que Dica Frazão produz para venda têm por base matérias-primas amazônicas. Precisamente, o mesmo consta de roupas, leques, adereços florísticos e de sementes, guarnições de mesa, redes, dentre outras obras (FRAZÃO, 2002; SIMONIAN, 2002). Tais obras são similares às que essa *designer* e costureira produz para comercialização, quer para os turistas que visitam o MDF e o seus *atelier*, quer por encomenda. Como *designer*, tudo começou com a criação e a produção de um leque ou abano em 1949, que logo fez fama e inspirou sua criadora rumo a outros experimentos.

Imagens de peças desse acervo podem ser vistas nas Fotografias 4 e 5. Ainda, faz parte desse acervo certificados das honrarias recebidas por Dica Frazão e outros documentos (FRAZÃO, 2002; FRAZÃO (Org.), 2000-198-). Nessa direção, têm-se o diploma de cidadã santarena, os certificados de participação em exposições individuais e coletivas em Belém (Pará), uma benção papal (João Paulo II) e a assinatura do então presidente Ernesto Geisel no livro de visitas, notícias divulgadas em jornais e revistas sobre o Museu e sua proprietária.

FOTOGRAFIA 4 - TAILLEUR PRODUZIDO A PARTIR DE FIBRAS NATURAIS



FONTE: A autora (2002)

**FOTOGRAFIA 5 - RÉPLICA DO ‘TRAJE DE VIAGEM’
(À ESQUERDA) QUE, NOS ANOS 1970,
FOI PRESENTEADO À RAINHA DA BÉLGICA**



FONTE: A autora (2002)

Apesar de ser muito orgulhosa por suas realizações, pela originalidade de seus trabalhos e pelos contatos com políticos e com personalidades,²⁰ Dica Frazão tem se posicionado criticamente quanto às políticas públicas culturais. Em 2002, ela assim se referiu: “Falta apoio para manter o Museu; precisaria de recurso para melhorar essa exposição. O governo sabe que gente do mundo inteiro vem aqui, nem que seja para uma visita, e que dou atenção para todos. É o nome de Santarém, da Amazônia, que também vai com os turistas” (FRAZÃO, 2002, não paginado). Nessa oportunidade, essa artista empreendedora também assinalou que mereceria uma pensão especial do poder público pelos serviços prestados.

Durante as visitas feitas desde 2002 ao MDF, apenas se en-

20 Ela manteve contato estreito com os governadores Guilhon e Gueiros, cozinhou (é também uma *expert* na cozinha paraense) para o presidente Kubistchek, recebeu a visita de presidente Geisel e uma benção papal etc. (FRAZÃO, 2002; FRAZÃO (Org.), 2000-198-).

controu à venda as obras produzidas e assinadas por Dica Frazão. Porém, o mesmo não aconteceu quanto a outros produtos tidos como típicos de museus, a saber: cartões postais, *folders* ou mesmo um folheto – se não um livro – contando a história de tal empreendimento e que pudessem estar nas estantes com os demais bens comercializáveis (SIMONIAN, 2008-2007, 2002). Consequentemente, muitos turistas e/ou pesquisadores saem com certa frustração desse Museu.

De todo modo, Dica Frazão sempre coopera com visitantes e/ou pesquisadores que além de observar, buscam outras informações sobre seu MDF. Nesses casos, ela empresta a documentação mais acima referida e que forma um dossiê produzido para que tais pessoas façam cópias. Entretanto, há algum tempo se soube pela *Internet* que a essa artista e empreendedora cultural está preparando um livro sobre sua vida e obra. Aliás, por ora é nesse espaço de comunicação que se encontra matérias a respeito de Dica Frazão, de seu Museu e produção artística.

Neste ponto, é possível concluir que as obras que compõem o acervo do MDF precisam de um tratamento museológico especializado e ainda por acondicionamento em ambiente climatizado (FRAZÃO, 2002). Essa perspectiva é da maior importância para a conservação da memória de Dica Frazão, mas também da memória da cultura regional. Nesse caso, devido à idade avançada, ao fato de os filhos não terem seguido o *métier* da mãe e de não se saber quais são os planos de seus poucos auxiliares no trabalho que desenvolveu por décadas,²¹ há uma probabilidade enorme de deterioração irreversível quanto ao acervo.

Apesar desse quadro nada animador, é de esperar-se que as autoridades competentes e a sociedade santarena se aliem no sentido de conservar o MDF e o seu acervo. Inclusive, os cortes orçamentários feitos à época pelo governo brasileiro tenderam a agravar a condição dos bens e produtos culturais, em especial, os do interior;

21 Na primeira observação que se fez ao MDF em 2002, Dica Frazão mantinha dois auxiliares: Pedro Vitor Olaia Ribeiro, hoje com 74 anos, que a ajudava na costura à máquina; e Arcília de Matos Amaral, hoje com 58 anos, uma auxiliar para a seleção (“catação”) do *patchouli* (gênero *POGOSTEMON*) e de outras matérias-primas.

e mais ainda quanto aos do interior amazônico (GOVERNO, 2011). Como se depreende de Simonian (2010, 2009), por notícias que se tem sobre tal realidade na Pan-Amazônia, nessa região, as possibilidades de investimentos na cultura são ainda menores.

MUSEU DO MARAJÓ: ACERVO DIVERSIFICADO E “COMPUTADOR CABOCLO”

A fama do MdoM é mundial. De fato, os turistas internacionais são muitos a chegar e à cidade de Cachoeira do Arari, na ilha de Marajó; tais visitas tiveram início a partir do incentivo de seu fundador, o padre Gallo, isso desde 1972, que o iniciou ainda que informalmente (MUSEU, 2009-200-; SIMONIAN, 2008-200-). Simplicidade, criatividade e esforço estiveram na base da criação dessa instituição cultural, que desde o início teve por objetivo chegar junto à população interiorana. O “computador caboclo” – criado por esse mesmo padre, sendo uma espécie de fichário com encaixes e palavras-chave de chamada para manuseio do leitor – acabou se transformando no símbolo maior desse projeto.

O acervo museológico do MdoM é muito diverso. Ele envolve cerâmica pré-colonial marajoara, animais empalhados, alguns com defeito genético, material etnográfico proveniente da cultura das populações tradicionais contemporâneas da ilha etc. (MUSEU, 2009-200-; SIMONIAN, 2008-200-). Nestes termos, este acervo abriga aspectos da cultura marajoara, tanto em seus aspectos materiais, como em seus aspectos imateriais.

Acerca da cerâmica, soube-se que esse museu abriga cerca de 300 peças, dentre as quais as urnas funerárias (Fotografia 6) e as tangas marajoaras. No que respeita aos animais empalhados, muitos já se perdeu para a umidade e fungos. As peças de natureza etnográficas existentes se circunscrevem ao âmbito das artes (Fotografia 7), aos bens de uso envolvendo o complexo do beneficiamento do açaí (*Eutherpe oleracea* Mart.), o falar caboclo (Fotografia 8), dentre outros elementos da cultura local.

FOTOGRAFIA 6- CERÂMICA MARAJOARA, UMA PARTE DO ACERVO EXPOSTO NO MDOM



FONTE: A autora (2008)

FOTOGRAFIA 7- PARTE DE CROQUI EM ESTILO NAÏF REVELANDO UM CORTE DE ESCAVAÇÃO DE UM TESO E JUNTO A UMA CASA DE CABOCLO MARAJOARA



FONTE: A autora (2008)

FOTOGRAFIA 8- COMPUTADOR CABOCLO
COM A “FALA DOS CABOCLOS”



FONTE: A autora (2008)

O MdoM tem uma história rica fundamentada em muito esforço e criatividade e é nessa direção que o modo de apresentação de seu acervo museológico ao público é singular. Nesses termos, a mesma mais se parece com uma grande instalação artística que ao contrario das de natureza minimalista, chega a pecar pelo excesso de material²². Inclusive, ao se observar a parte do computador caboclo que trata da fala do caboclo e, ressaltadas as diferenças quanto à proporção e qualidade, tem-se a impressão que os produtores e curadores do Museu da Linguagem de São Paulo se inspiraram, para não dizer beberam na fonte do Museu ora em discussão.

Outro aspecto a ressaltar é o que envolve as condições materiais e de gestão deste MdoM. Pelo que se viu há alguns anos, o Museu e seu acervo museográfico encontravam-se deteriorados, o que revela limitações quanto às finanças e à gestão. Inclusive, na área de exposição, as peças estavam comprometidas, o *design* da exposição era inadequado, havia problemas quanto à luz e à umi-

22 Pelo que se soube em Cachoeira do Arari, só uma pessoa com um *background* refinado consegue ler em uma semana todas as informações disponibilizadas no computador caboclo (SIMONIAN, 2008-2007).

dade; ainda, no espaço externo,²³ como bem observou Simonian (2008-2007), viu-se deficiências de toda ordem, quer de natureza material, quer de estética, quer de gerenciamento.

Em 2010, encontrou-se nesta casa de cultura um prédio especializado construído para a reserva técnica e a existência de um projeto para a restauração e ampliação do MdoM e dos serviços por ele oferecido²⁴. Assim, percebeu-se que os ‘ventos’ da sustentabilidade cultural estavam aportando naquele espaço e em tudo o que ele implicava. Inclusive, no primeiro semestre desse mesmo ano, iniciaram-se campanhas públicas com vistas à sensibilização dos políticos e da sociedade sobre a relevância desse museu e fez-se o seminário intitulado “Encontro Diálogos ‘O Museu do Marajó: situação atual e proposições’”,²⁵ o que por si só são iniciativas mais que auspiciosas.

Ainda, esse museu sempre manteve um projeto social ligado à produção cerâmica, precisamente, à cerâmica e estilos pré-coloniais. Uma de suas motivações principais tem sido a de garantir a continuidade das práticas ceramistas, o que tradicionalmente vinha sendo repassado de geração em geração.

CULTURA, MUSEUS E INSUSTENTABILIDADES

Na contemporaneidade, pensar em acervos museológicos e em museus requer uma abordagem mais que complexa. Enfim, precisa-se de um suporte que se forme a partir do ambiente/recursos naturais, dos seres humanos e de sua potencialidade criativa quanto à cultura material e imaterial. Entretanto, as dificuldades a respeito são muitas, em especial se não se quiser incorrer no senso

23 Todavia neste espaço, encontrou-se dentre outras edificações o túmulo do padre G. Gallo, o que em muito surpreendeu ao grupo de visitantes ao qual a autora fez parte; apesar do tempo pouco do falecimento dele, já se encontrou mensagens por graças alcançadas e a ele atribuídas. Esse foi um momento de se pensar sobre o que pode significar para quem atua no MdoM trabalhar diariamente junto a um mausoléu, ou para um turista desavisado, o defrontar-se com esta realidade.

24 Embora se tenha solicitado uma visita à reserva técnica do MdoM, isso não foi possível pela ausência de pessoal especializado.

25 De fato, foram duas campanhas, uma para institucionalizar o dia da Cultura Marajoara (CM) e para o “Tombamento da CM no patrimônio nacional”. Quanto ao Seminário, o mesmo foi realizado no dia 30 abr. 2010.

comum ou em processos de naturalização e desse modo assumir uma simplicidade que não existe.

Um conhecimento aprofundado sobre a ‘ciência do concreto’ (LÉVI-STRAUSS, 1976), os saberes e as tecnologias locais é essencial, especialmente com vistas aos aproveitamentos dos recursos locais e regionais no sentido da sustentabilidade cultural (VIERTLER, 1999; WERTHEIN, 1998). Nesta perspectiva, o destaque vai para as produções diferenciadas, que se criativas ou funcionais podem vir a se constituir em acervos museológicos.

Na Pan-Amazônia, o que se tem visto em seus ambientes natural e historicocultural os mais diversos e principalmente no interior, dista muito do entendimento recém posto. Ou seja, em vez de valorizar-se, vilipendia-se e destrói-se o que ainda persiste em termos de conhecimentos e tecnologias tradicionais. Essa situação limita muitíssimo, como se observa em Simonian (2007c.), a realidade dessa região.

Inclusive, essa problemática se situa em um contexto mais amplo, como o da expansão do capital na região pan-amazônica. Isso ocorre, precisamente, por meio de desmatamento e/ou de queimada das florestas para a implantação de projetos agropecuários, minerais, hidrelétricos etc. (SIMONIAN, 2007c.). E tudo em perspectivas que não só distam dos interesses mais diretos das populações pan-amazônicas, como também os afrontam e até eliminam.

No entanto, os esforços são muitos de parte de tais populações quanto aos recursos naturais, ao ambiente e à cultura. Assim, não é difícil compreender o surgimento de pessoas compromissadas com a sustentabilidade em geral e, em particular, com a cultura. Inclusive, categorias diversas vêm resistindo para defender os territórios em que vivem, os recursos naturais e a biodiversidade neles existentes e a sua cultura, o que inclui conhecimentos, tecnologias e memória histórica e social.

Todavia, no que respeita aos acervos museológicos, o que faltam são recursos de toda ordem para a sua perpetuação. Na Pan-Amazônia e nos casos em discussão, percebeu-se a falta de: prédios adequados e climatizados; de reservas técnicas e de *layouts*

contemporâneos quanto às exposições; de pessoal especializado; de material de divulgação²⁶. À exceção do que se observou no MDF, também faltam réplicas para venda a turistas e outros visitantes ou estudiosos, dentre outros aspectos.

Nestes termos, é de se perguntar onde estão as políticas públicas pertinentes e os recursos financeiros e técnicos necessários para que ocorra um processo de transformação rumo à sustentabilidade? Isso, especialmente, quanto aos acervos/museus de cidades pequenas e interioranas, a exemplo dos ora analisados. É nelas que se percebe uma precariedade enorme quanto aos recursos e equipamentos culturais, o que impõe uma revolução cultural urgente e diferenciada no sentido de que garanta a diversidade ambiental e sociocultural.

De todo modo, é de se apostar em uma probabilidade de mudança quanto à sustentabilidade, notadamente, com inovações de natureza cultural e socioeconômica, em que a participação mais inclusiva da sociedade possa vir a fazer diferença. A presença das forças políticas em um tal contexto é também essencial. Entretanto, para que isso seja possível, todo um trabalho educativo e de valorização dos recursos locais – humanos, materiais etc. – precisam ser viabilizados.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Museus etnográficos e práticas de colecionismo: antropofagia dos sentidos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 100-125, 2005.

ANDRADE, M. Museus populares. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 126-131, 2005.

APPADURAI, A. Disjuncture and difference in the global cultural economy. In: INDA, J. X.; ROSALDO, R. (Ed.). **The anthropology of globalization: a reader**. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2002. p. 46-64.

ASAD, Talal. From the history of colonial anthropology to the anthropology of western hegemony. In: STOCKING JÚNIOR, G. W. (Ed.). **Colonial**

²⁶ Cartazes, *folders*, catálogos, livros, cartões postais etc.

situations: essays on the contextualization of ethnographic knowledge. Madison: Wisconsin University Press, 1991. p. 314-324.

BERNARD, H. Russel. **Research methods in anthropology:** qualitative and quantitative approaches. 2. ed. Walnut Creek: Altamira Press, 1995.

BOAS, Franz. The limitations of the comparative method of anthropology. *In:* APPLEBAUM, Herbert (Org.). **Perspective in cultural anthropology.** New York: University of New York Press, 1987. p. 70-79.

BOWECHOP, Janine; ERIKSON, Patricia P. Forging indigenous methodologies on Cape Flattery: the Makah Museum as a Center of Collaborative Research. **The American Indian Quarterly**, v. 29, n. 1-2, p. 263-273, Wint./Spr. 2005.

BRASIL. Ministério da Cultura (MINC). Sistema Brasileiro de Museus. **Resultado edital mais museus.** 2008. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/main.htm+Programa+de+cria%C3%A7%C3%A3o+de+museus%2BMinC&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=5&gl=br>>. Acesso em: 03 mai. 2008.

BRASIL despenca 19 posições em ranking de desigualdade social da ONU. [IDH]. **El País.** Espanha, 2017. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/21/politica/1490112229_963711.html>. Acesso em: abril 2017.

CAMPOS, Raul I. R. **Sustentabilidade, turismo e gestão do patrimônio arqueológico:** limites e possibilidades no Maracá (AP) e Serra dos Martírios/Andorinhas (Pará). Belém, 2007. 395 f. Tese (Doutorado em desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/PDTU)–Universidade Federal do Pará, 2007.

CHAGAS, Mário. Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 15-25, 2005a.

CHAGAS, Mário. (Org.). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 1-314, 2005b.

CLIFFORD, James. **Museologia e contra-história:** viagens pela costa noroeste [da América do Norte]. Disponível em: <<http://paginas.terra.com.br/educacao/Ludimila/promlg.htm>>. Acesso em 05 mar. 2008.

CONHEÇA um impressionante museu criado no fundo do mar! [vídeo]. sem local, s./d. Disponível em: <<http://www.tudoporemail.com.br/video.asp?emailid=4565>>. Acesso em: abril de 2016.

FAULHABER, Priscila. Traduções Magüta: pensamento Ticuna e patrimônio cultural. In: LIMA FILHO, M. F., ECKERT, C.; BELTRÃO, J. (Org.).

Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 145-156.

FRAZÃO, Dica. **Relato sobre sua experiência de vida, seu atelier e seu museu.** Notas de campo de L. Simonian, a partir de entrevista. Santarém, 2002. Arquivo pessoal de Lígia T. L.S.

FRAZÃO, Dica (Org.). **Dossiê com artigos de jornais e outros documentos sobre o Museu Dica Frazão – MDF.** Santarém, 2000-198-. Acervo do MDF.

FREIRE, José Ribamar Bessa. A descoberta do museu pelos índios. **Terra das Águas**, Brasília, Universidade de Brasília (UNB), Núcleo de Estudos Amazônicos (NEA), ano 1, n. 1, p. 1999.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os museus e a representação no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 254-273, 2005.

GOOGLE Earth for Microsoft XP. A 3D to the planet. Versão 2017. Disponível em <<https://www.google.com/earth/>>. Acesso em mar. 2017.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai.-ago. 2006.

GOVERNO vai cortar 50 bi do Orçamento... Blog de Reinaldo Azevedo. **Veja**, 09 fev. 2011. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/governo-corta-r-50-bi-do-orcamento/>>. Acesso em: 18 fev. 2011

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem.** São Paulo: Ed. Nacional, [1962] 1976.

MAIS museus 2010. 26 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/01/26/edital-mais-museus-2010-2/>>. Acesso em: 04 mai. 2011.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental:** um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné e Melanésia. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 436 p. (Coleção Os Pensadores).

Museu de Arte Moderna de São Francisco reinaugura e deve receber o LEED. Museu de Arte Moderna de São Francisco aguarda LEED. s. d.

disponível em: <<http://sustentarqui.com.br/construcao/museu-de-arte-moderna-de-san-francisco-certificacao-leed/>>. Acesso em abril 2017.

MUSEU do Marajó. Matérias diversas. 2009-200-. S. d. Disponível em: <<http://www.museudomarajo.org.br/>>. Acesso em 2009.

MUSEU Magüta. Matérias diversas. S.d. Disponível em <<http://www.museumaguta.org.br>>. Acesso em 2008.

NEW Museum About. S. d. Disponível: Disponível em: <<http://www.newmuseum.org/about>>. Acesso em abril 2016.

OLIVEIRA, Adélia E. de; VELTHEM, Lúcia H. van. As coleções etnográficas do Museu Goeldi: 128 anos de sua história. **O Liberal**, Belém, 1991.

OLIVEIRA, Roberto. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PELEGRINI, Sandra C. A. F. **O que é patrimônio cultural e material.** Pedro Paulo. 1º ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PENNA, Domingos S. F. **Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna (séc. XIX).** v. 1. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973.

REENCONTROS: Emilio Goeldi e o Museu Paraense. Belém: MPEG, 2006. (Catálogo de exposição).

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho:** desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SIMONIAN, Ligia T. L. **Memória, arte e criatividade na fotografia do santareno Apollonio Fona – 1893-1938.** Belém, 2016. 270 f. Tese (Concurso para Professora Titular)– Universidade Federal do Pará, 2016.

_____. **Açaí, Ah! Em Belém do Pará tem!** Natureza, cultura e sustentabilidade. Belém: NAEA-MAÇAÍ; PROEX-UFPA, 2014. 212 p., il.

_____. **Mulheres seringueiras do rio Aripuanã, estado do Amazonas:** memórias, experiências atuais e perspectivas. Belém, 2011. Manuscrito, il.

_____. **Anotações de campo na tríplice fronteira Brasil, Bolívia e Peru.** 2010. Acervo pessoal.

_____. **Notas de viagem à cidade de Oiapoque, à vila Brasil (Brasil), à Saint George e à village Camopi (Guiana Francesa).** 2009. Acervo pessoal.

_____. **Notas de campo sobre museus pan-amazônicos.** Cachoeira do Arari, Letícia e Santarém, 2008-2007. Acervo da autora.

_____. **Anotações de campo sobre o Museu de Bilbao e a cidade homônima.** Bilbao, 2007a. Acervo da autora.

_____. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAWHAGE, Cláudia e RUGGERI, Sandro (Org.). **Imagens e pesquisa: ferramentas de compreensão da realidade amazônica.** Belém: Editora do NAEA, 2007b. p. 17-52. Il.

_____. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). **Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia.** Belém: Editora do NAEA/UFPA, 2007c. p. 25-44.

_____. A agonia do Pássaro Arara e os limites das políticas públicas acerca da cultura popular santarena. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi,** Série Ciências Humanas, Belém, v. 1, n. 1, p. 171-193. 2005.

_____. **Notas de campo sobre Santarém.** Santarém, 2002. Acervo pessoal.

_____. **Santarém: cidade e interior; notas de campo,** 2000. Acervo pessoal.

SIMONIAN, Ligia T. L.; CRUZ, S. H. R. **Museu a Céu Aberto Base Aérea II Guerra Mundial, turismo e sustentabilidade no município de Amapá, Amapá.** *Paper* apresentado no Seminário VII SEMANA NACIONAL DOS MUSEUS. Belém: IPHAN Nacional/Museu da UFPA, 19 mai. 2009. 18 p. Manuscrito.

SIMONIAN, Ligia T. L.; PINTO, Paulo M.; CAMPOS, Raul P. R. **Unidades de Conservação em Martírios/Andorinhas: ambiente, história, sociedade e turismo.** Belém: CSE-UFPA, 2007.

SIMONIAN, Ligia T. L.; RAMOS-VALENZUELA, H. A. **El Museo del Bufeo:** entrevista con Antonio Cruz, productor del acervo, dueño y administrador. Belém, Letícia, 2008. Acervo particular da autora.

SIMPSON, Moira G. A world of museums: new concepts, new models. In: RIBEIRO, A. P. et al. **The state of the world.** Manchester: Carcanet/Fundação Kalouste Gulbenkian, 2006. p. 90-121.

SMIERS, Joost. **Artes sob pressão**: promovendo a diversidade cultural na era da globalização. São Paulo: Escrituras, 2006.

STEINEN, Karl Von Den. **O Brasil central**. Rio de Janeiro; São Paulo, [1886] 1942. [Expedição ao Xingu, em 1884].

TAKE in the sights at the Underwater Museum: Mexican visitor attraction is successfully using exhibits to grow a new coral reef. 20/04/2017. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/sciencetech/article-2514504/Take-sights-UNDERWATER-MUSEUM-Mexican-visitor-attraction-successfully-using-exhibits-grow-new-coral-reef.html#ixzz4eo7Twjbn>>. Acesso em: abril, 2017.

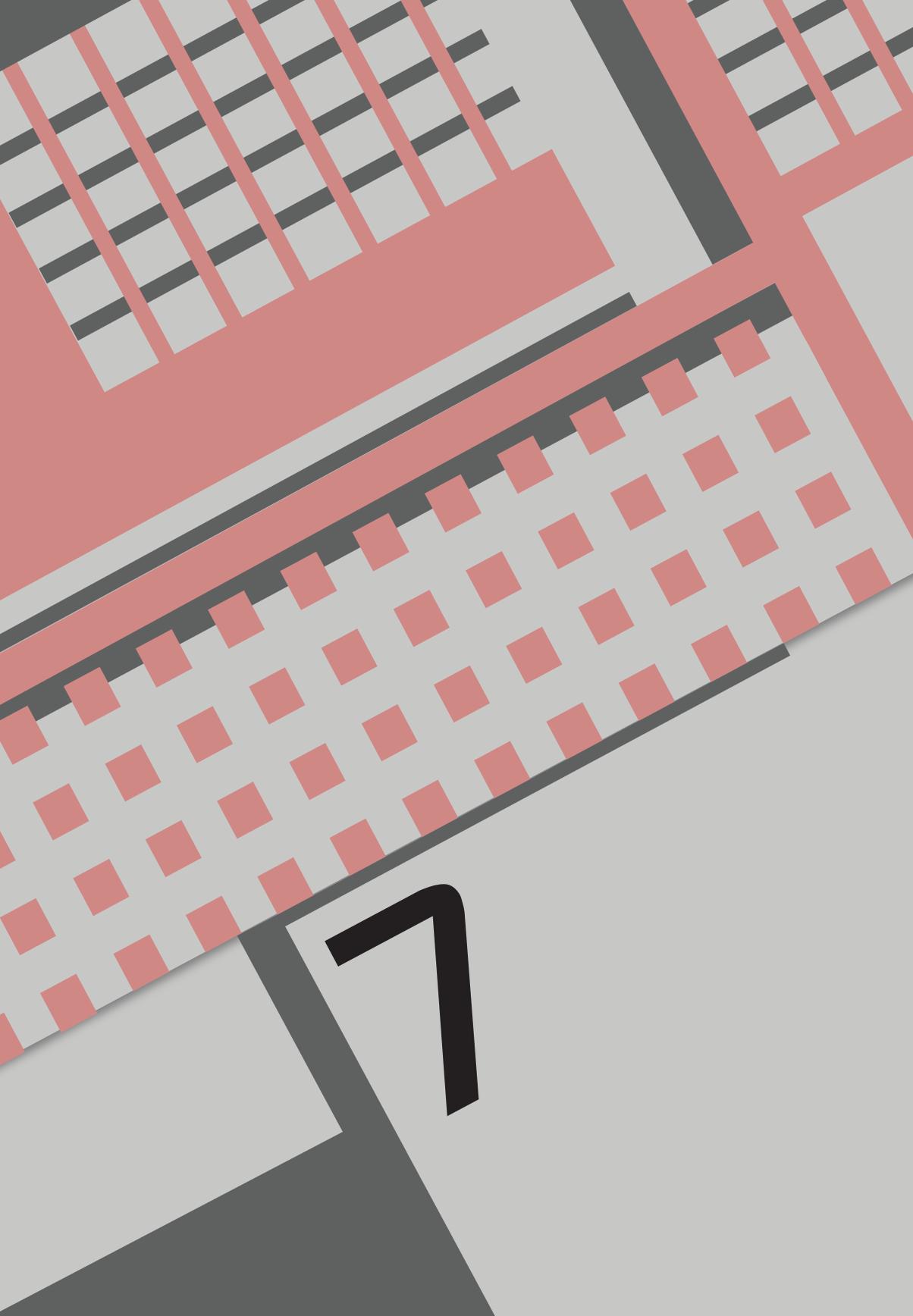
TOLILA, Paul. **Cultura e economia**: problemas, hipóteses e pistas. São Paulo: Iluminuras; Itaú Cultural, 2007. 143 p.

VIDARTE, J. I. Introducción. **Connaissance des Artes**, Société Française de Promotion Artistique, Paris, n. 134, p. 6, 2000. (Número especial sobre o Museu Guggenheim Bilbao). Tradução de L. T. L. Simonian.

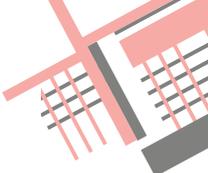
VIERTLER, Renate B. A ideia de “sustentabilidade cultural”: algumas considerações críticas a partir da antropologia. In: BASTOS FILHO, J. B.; AMORIM, N. F. M.; LAGES, V. N. (Org.). **Cultura e desenvolvimento**: a sustentabilidade cultural em questão. Maceió: Prodema/UFAL, 1999. p. 17-35.

VILLARROYA, Ariño A. La invención del patrimonio cultural y la sociedad del riesgo. In: MORATÓ, Arturo R. (Ed.). **La sociedad de la cultura**. Barcelona, Ariel, 2007. p. 71-88.

WERTHEIN, Jorge. Cultura e desenvolvimento – o grande desafio. **Correio Brasiliense**, Brasília, 22 set. 1998. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/noticias/opiniaio/artigow/1998/artigowf/mostra_documento>. Acesso em: 11 abr. 2008.



7



O SUJEITO IDOSO COMO OBJETO DE SABER NO DISCURSO CIENTÍFICO

DANIELA POLLÁ¹
PEDRO NAVARRO²

Na atualidade, as práticas discursivas que atravessam e constituem os sujeitos idosos formam uma trama complexa, da qual faz parte o discurso oficial de que o envelhecimento é um fenômeno mundial, conforme analisam Garrido e Menezes (2002, p. 05), para quem “o Brasil deste início de milênio já é um país de velhos.” Porém, os autores alertam que “envelhecer em um país em desenvolvimento é tarefa bastante árdua.” (2002, p. 04), isso porque juntamente com a terceira idade surgem problemas relacionados com a alta prevalência de doenças, necessidade de cuidado, aposentadorias, dentre outras questões, as quais nem sempre são discursivizadas por determinados meios de comunicação, mas aparecem como regularidade quando se trata, como é o caso das análises aqui realizadas, do saber científico.

Importa considerar, também, que “países em desenvolvimento, como o Brasil e México, vêm aumentando rapidamente seu contingente de idosos e necessitam urgentemente de políticas racionais para lidar com as consequências sociais, econômicas e de saúde do envelhecimento populacional” (GARRIDO; MENEZES, 2002, p. 03). Dessa forma, estudos como este que se debruçam sobre a forma como o idoso é constituído e se constitui na atualidade ganham cada vez mais relevância.

As condições de possibilidade para este trabalho é a emergência de muitos estudos das áreas da farmácia, da nutrição, da medicina, da psicologia, dentre outras, que têm sido realizados e se preocupam com tal temática. Com o objetivo de descrever e analisar os modos de objetivação do sujeito idoso no saber científico da atualidade, realizou-se uma busca integrada na base de da-

1 Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM). É professora do Departamento de Fundamentos da Educação/UEM.

2 Professor do Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Líder do Grupo de Estudos Foucaultianos da UEM e pesquisador do CNPq.

dos *Scielo*, reconhecida no meio científico como local privilegiado para a busca de trabalhos acadêmico-científicos, por meio das palavras-chave “idoso” e “terceira idade”. Tendo em vista que essa busca inicial resultou em um total de cento e trinta e um trabalhos, foram aplicados dois critérios de exclusão: o artigo completo não ser em português e as palavras idoso ou terceira idade não constarem do título. Ao final, foram selecionados cento e um artigos para constituir o quadro enunciativo, agora sob investigação.

Para a realização das análises foram mobilizados termos conceituais depreendidos do método arqueogenológico desenvolvido a partir dos trabalhos de Michel Foucault, em especial, as noções de prática discursiva, de objetivação, de enunciado e de função enunciativa. A partir desse aparato teórico-metodológico, foi possível verificar na série enunciativa analisada certas particularidades nos modos de objetivação de idoso no saber científico atual. Expõe-se, a seguir, o campo teórico que respalda a análise dos enunciados feita na terceira seção deste artigo.

AS FERRAMENTAS DE ANÁLISE FOUCAULTIANAS

A análise dos enunciados proposta por Foucault permite (re) fazer a História das coisas ditas de um modo diverso: aprende-se que é preciso tomar distância, problematizar e duvidar das objetivações aparentemente evidentes. Assim, por meio da escavação das práticas discursivas, pode-se fazer falar todo um jogo de relações de poder-saber que cria sistematicamente objetos e sujeitos. Por exemplo, escavam-se as práticas discursivas de objetivação de sujeito idoso que podem ser depreendidas do funcionamento do discurso científico para fazer falar um modo de objetivação próprio dessa prática específica, o qual se pode afastar das objetivações verificadas em outras práticas.

Importa considerar que o autor não define claramente um método, porém suas obras deixam pistas para que se possa trabalhar com uma arqueogenealogia. Sobre esta forma de trabalho cabe considerar que ela seria mais “bem-compreendida, portanto, como uma prática crítica, com vários estratos, do que como um método estrito.” (OKSALA, 2011, p. 61).

É preciso, então, definir o que se entende por método arqueogenealógico. A obra foucaultiana é dividida em três fases: arqueologia, genealogia e estética de si. Na fase arqueológica, o foco de atenção de Foucault se volta para os saberes, para o modo como determinadas formas de saber se constituem como verdades; na fase genealógica, ele procura problematizar as micro-relações de poder encontradas na sociedade. Por fim, na fase da estética de si, Foucault preocupou-se mais fortemente com as formas pelas quais o sujeito constitui a si mesmo e adota certas técnicas de si e artes de existência específicas. Assim, o que se convencionou chamar de método arqueogenealógico é a junção das análises da arqueologia (saberes) e genealogia (poderes). Para Oksala (2011, p. 17), Foucault “chamou seus estudos de arqueologias e genealogias para distingui-los, e observou que eles eram mais um exercício filosófico que a obra de um historiador”.

Dessa forma, podem ser buscadas na obra de Foucault as “ferramentas” de que se necessita para analisar os problemas do presente por meio de uma arqueogenealogia (estudo dos saberes e poderes). Um dos principais caminhos para realizar esse tipo de investigação discursiva passa pela descrição da função enunciativa, uma vez que só há enunciado quando se pode descrever sua função no interior de um quadro enunciativo mais amplo.

O enunciado é definido pela via da negação: “O enunciado não é, pois, uma estrutura (isto é, um conjunto de relações entre elementos variáveis, autorizando assim um número talvez infinito de modelos concretos); é uma função de existência.” (FOUCAULT, 2014, p. 105). Assim, não há uma definição última e concreta de enunciado, mas a afirmação de que “ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço.” (FOUCAULT, 2014, p. 105).

Quando se descreve a função enunciativa de uma dada sequência enunciativa mostra-se seu modo de “singular existência”, descrito nos domínios de um referencial, de uma posição sujeito, de um domínio associado e de uma materialidade.

Um enunciado não possui, como uma frase ou uma proposição, um correlato, liga-se sim a um referencial, o qual é entendido

como não “constituído de ‘coisas’, de ‘fatos’, de ‘realidades’, ou de ‘seres’, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas.” (FOUCAULT, 2014, p. 110). Assim, o referencial descreve um espaço de diferenciação, no qual determinada função enunciativa existe de forma singular em relação a todas as demais; ele “forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, do estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação.” (FOUCAULT, 2014, p. 110-111).

Segundo domínio da função enunciativa: a posição sujeito é um lugar vazio. Não há um sujeito que seria uno, consciente e autor de cada proposição. Para definir a posição sujeito de uma dada função enunciativa é preciso ter em mente que se trata de “uma função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro; na medida em que é uma função vazia, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado.” (FOUCAULT, 2014, p. 113). Assim sendo, a posição sujeito de um enunciado não corresponde ao indivíduo que o formulou e “um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos.” (FOUCAULT, 2014, p. 113). Desse modo, “descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem quere), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito.” (FOUCAULT, 2014, p. 114).

Como terceira característica da função enunciativa tem-se o campo associado. Segundo Foucault (2014, p. 116), não pode haver enunciado “sem a existência de um domínio associado”. É ele que o distingue de um agregado de signos, da frase, da proposição. Assim, “para que se trate de um enunciado é preciso relacioná-lo a todo um campo adjacente [...]; um enunciado tem sempre as margens povoadas de outros enunciados.” (FOUCAULT, 2014,

p. 118). Mas, esse campo adjacente não é a mesma coisa que o que amplamente se define como “contexto” ou aos diferentes textos e frases. É muito mais amplo e complexo:

O campo associado que faz de uma frase ou de uma série de signos um enunciado e que lhes permite ter um contexto determinado, um conteúdo representativo específico, forma uma trama complexa. Ele é constituído, de início, pela série das outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve e forma um elemento [...]. É constituído, também, pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere [...]. É constituído, ainda, pelo conjunto das formulações cuja possibilidade ulterior é propiciada pelo enunciado [...]. É constituído, finalmente, pelo conjunto das formulações cujo *status* é compartilhado pelo enunciado em questão [...]. Pode-se dizer, de modo geral, que uma sequência de elementos linguísticos só é enunciado se estiver imersa em um campo enunciativo em que apareça como elemento singular. (FOUCAULT, 2014, p. 119-120).

A última característica da função enunciativa é a sua existência material. Não se poderia descrever um enunciado se ele não possuísse uma superfície de emergência, se e não tivesse deixado suas marcas no espaço e no tempo. A materialidade desempenha, então, no enunciado, um papel que vai além do linguístico ou de variação. “Ela é constitutiva do próprio enunciado: o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data. Quando esses requisitos se modificam, ele próprio muda de identidade.” (FOUCAULT, 2014, p. 123). Além disso, a superfície material de um enunciado também demarca a possibilidade de ele ser reatualizado, “o enunciado tem a particularidade de poder ser *repetido*: mas sempre em condições estritas.” (FOUCAULT, 2014, p. 128).

Por meio da demarcação das quatro características da função enunciativa (referencial, posição sujeito, domínio associado e materialidade) é possível descrever um enunciado. É por meio da descrição dos enunciados que se opera a análise enunciativa proposta por Foucault (2014). A partir disso, se pode “fixar o vocabulário”: pode-se dizer que há enunciado quando se tratar de uma modalidade de existência própria,

chamaremos *enunciado* a [...] modalidade que lhe permite estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras *performances* verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível. (FOUCAULT, 2014, p.131).

O termo discurso também pode ser definido a partir da possibilidade de descrição da função enunciativa, a saber, “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico.” (FOUCAULT, 2014, p. 131).

O autor de “A arqueologia do saber” apresenta uma série de definições de discurso. Uma delas está associada ao fato de que o discurso é constituído de práticas, de uma tarefa que “consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam.” (FOUCAULT, 2014, p. 60). Assim sendo, os objetos naturais não existem antes do discurso, antes são aquilo que as práticas discursivas de cada época os fazem ser. Pode-se argumentar que não há “o idoso”, mas o objeto idoso que as práticas discursivas atuais constituem.

Um exemplo dessa criação de objetos de discurso acerca do idoso, de acordo com cada prática discursiva, pode ser percebido quando se considera a objetivação de idoso ativo. A prática discursiva científica (que será mais amplamente analisada na próxima seção) apresenta um idoso que só realiza atividade física porque faz bem para a saúde, como pode ser observado na afirmação do artigo que é resultado número vinte e nove da busca integrada na base de dados Scielo, realizada para compor a série enunciativa deste trabalho: “*Desse modo, os idosos têm mostrado que buscam, ao participar de programas de atividade física, alternativas para envelhecer com saúde e bem-estar.*”, ao passo que a prática discursiva midiática constrói a objetivação de um idoso que seria quase que sempre ativo, que não para de trabalhar, mesmo aposentado, conforme se pode observar no seguinte trecho de narração de

uma notícia televisiva analisada por Polla (2013, p. 81): “*Sandra Annenberg (Sandra): A vida de quem tem mais de sessenta anos no século vinte e um. Eles vivem mais, se divertem mais, se exercitam mais. Evaristo: E trabalham muito mais. Em dez anos a população idosa economicamente ativa mais que dobrou*”.

Com vistas a perseguir essas complexas relações entre sujeitos idosos e suas objetivações discursivas presentes no discurso com *status* de saber científico na atualidade, na próxima seção são analisadas sequências enunciativas recortadas da série enunciativa composta a partir da busca na base de dados *Scielo*.

O SABER CIENTÍFICO SOBRE O IDOSO NA ATUALIDADE

Para empreender a análise dos saberes que atravessam os sujeitos idosos na atualidade, optou-se por centrar o estudo no saber científico das mais diversas áreas sobre esta faixa etária. Selecionou-se como ferramenta de busca o site *Scielo* (Scientific Electronic Library Online), um indexador digital de trabalhos acadêmicos e científicos reconhecido no Brasil. Foi realizada busca integrada, no Brasil, por meio dos descritores “terceira idade” e “idoso”. A busca obteve cento e um resultados.

Nos diversos domínios de saber, uma das grandes distinções entre os saberes científicos é a abordagem dos dados: qualitativa ou quantitativa. O método qualitativo “é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos da interpretação que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam.” (MINAYO, 2013, p. 57). Já o método quantitativo é o mais clássico na história das ciências e continua sendo o mais utilizado na área da saúde, por exemplo; os estudos quantitativos lançam mão “de recursos como números, cálculos de percentagem, técnicas estatísticas, tabelas, amostras numericamente representativas, ensaios randômicos, questionários fechados ou escalas de avaliação.” (TURATO, 2005, p. 509).

Os cento e um resultados da busca realizada na base de da-

dos *Scielo* parecem seguir essa distinção, sendo que os estudos da área da saúde seguem, em sua maioria, a abordagem quantitativa, enquanto que os trabalhos que analisam questões mais sociais seguem o método qualitativo. Tendo em vista as limitações deste artigo, não foi possível realizar uma análise aprofundada de todos os cento e um artigos coletados, de modo que são mobilizadas para análise sequências enunciativas³ recortadas dos artigos com temáticas regulares nas abordagens qualitativa e quantitativa.

Antes de iniciar as análises, por meio das quais serão destacados os elementos da função enunciativa, adianta-se que, em termos de espessura material, que é um dos componentes dessa função investigada, todas as sequências enunciativas foram publicadas na forma de gênero discursivo acadêmico, em suportes de revistas de circulação nacional, o que, de antemão, sinaliza o peso da instituição sobre o saber que nelas se manifestam, bem como os efeitos de poder que estão vinculados aos artigos dos quais foram selecionados os enunciados deste quadro discursivo apresentado a seguir.

SABERES CIENTÍFICOS DE ABORDAGEM QUALITATIVA

O primeiro resultado da busca realizada na base de dados *Scielo* é de natureza qualitativa. Trata-se de estudo intitulado “A constituição da subjetividade no discurso do idoso sobre si”, o qual segue outra regularidade da série enunciativa recortada (em ambas as abordagens metodológicas): a coleta de dados em programas de universidades abertas para a terceira idade. Neste texto, ao invés de ser percebido um discurso “sobre” os idosos, é apresentada uma percepção do idoso sobre si mesmo.

A partir da sequência enunciativa colocada nas considerações finais do artigo:

3 Aproxima-se, neste trabalho, a noção de sequência enunciativa à noção de função enunciativa descrita por Foucault. Como não é possível analisar todos os resultados da busca realizada, foram recortadas algumas sequências que seguem destacadas no texto com fonte em itálico e numeradas na ordem sequencial em que aparecem.

SE1⁴: Configura-se, portanto, uma subjetividade de idoso atual, considerando a investigação realizada, que materializa a contradição entre um novo idoso - imposto pela contemporaneidade - que ele está se tornando e um velho idoso, que ele ainda não deixou totalmente de ser”⁵.

Assim, pode ser percebido um referencial de que há várias formas de ser idoso na atualidade (novo – velho); uma posição sujeito de que nem sempre o sujeito idoso se identifica com a objetivação de idoso veiculada pelos diversos discursos; em relação ao campo associado, as margens desta sequência enunciativa encontram-se povoadas por outros enunciados do campo midiático, do campo das ciências sociais, que circulam uma determinada objetivação de idoso na contemporaneidade.

Ainda na abordagem qualitativa, muitos dos resultados recortados trabalham com representações sociais de fenômenos relacionados com a terceira idade. Um exemplo é o resultado de número treze, intitulado “Representações sociais da sexualidade entre idosos”, que utilizou a metodologia de evocação livre de palavras. A SE2, apresentada a seguir, parece “resumir” bem os resultados obtidos pelo estudo:

SE2⁶: As análises efetuadas com o material obtido permitiram apontar amor, respeito e carinho como elementos centrais que estruturam e organizam a representação social da sexualidade na terceira idade construída pelo grupo estudado com bases na Teoria das Representações Sociais. O sexo apareceu enquanto elemento periférico obtendo alta frequência de evocações, porém não enunciados prontamente, denotando não representar o aspecto mais importante para o idoso.

4 BAZZA, A. B. A constituição da subjetividade no discurso do idoso sobre si. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, SC, v. 16, n. 3, p. 449-464, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ld/v16n3/1518-7632-ld-16-03-00449.pdf>> Acesso em: 20 maio 2017.

5 Tendo em vista que o trabalho com os artigos exigirá o recorte de várias sequências enunciativas diretamente dos trabalhos, optou-se por identificá-las em itálico ao invés de seguir as normas de citação preconizadas pela ABNT, tendo em vista seu papel fundamental no exercício de análise ora realizado.

6 QUEIROZ, M. A. C. et al. Representações sociais da sexualidade entre idosos. **Rev Bras Enferm.** 2015;68(4):662-7. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v68n4/0034-7167-reben-68-04-0662.pdf>> Acesso em: 20 maio 2017.

Nessa sequência enunciativa, o referencial se constrói à medida que seu sujeito problematiza que a sexualidade na terceira idade não se resume a sexo. Esse referencial dá visibilidade a uma posição sujeito, segundo a qual, muitas vezes, em uma idade mais avançada poder contar com o “amor, respeito e carinho” do companheiro é mais importante para a sexualidade do que o sexo propriamente dito, isto que está dito nessa SE insere o discurso em um campo associado que se constitui de saberes advindos da Psicologia, das descobertas farmacêuticas para o sexo na terceira idade, das relações sociais, dentre outros.

Outra regularidade que pode ser percebida na série enunciativa recortada do *Scielo* é a relação entre alimentação saudável e qualidade de vida na terceira idade. O resultado de número onze apresenta tal temática. O artigo, cujo título é “Concepções de alimentação saudável entre idosos na Universidade Aberta da Terceira Idade da UERJ: normas nutricionais, normas do corpo e normas do cotidiano”, realiza um estudo etnográfico com observação de aulas de um programa de universidade para a terceira idade. Considere-se a sequência enunciativa três:

SE37: Há um consenso no grupo de que é preciso aprender como se alimentar na idade avançada na busca de um equilíbrio entre as descobertas científicas em prol da longevidade, as exigências do mundo moderno, o envelhecimento do corpo e os prazeres da vida.

Essa sequência permite observar um referencial que é formado pela ideia de que uma alimentação saudável é diretamente proporcional a uma vida mais longa. Esse referencial é replicado, nesse quadro enunciativo, por um sujeito que assume a posição de quem acredita que quanto melhor e mais saudável a alimentação melhor a sobrevivência na terceira idade e que é importante “aprender” como adotar tais hábitos alimentares. Tal posição enunciativa se constrói no interior de um campo associado relativo à área da nutrição, fato

7 KUWAE, C. A. et al. Concepções de alimentação saudável entre idosos na Universidade Aberta da Terceira Idade da UERJ: normas nutricionais, normas do corpo e normas do cotidiano. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, Rio de Janeiro, 2015; 18(3):621-630. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v18n3/1809-9823-rbgg-18-03-00621.pdf>> Acesso em: 20 maio 2017.

esse que pode ser observado pela presença de outros enunciados prescritivos de hábitos alimentares considerados “saudáveis”, os quais figuram nas margens desta sequência enunciativa.

Nos discursos midiáticos, uma das características regulares para o que se objetiva, atualidade, como “novo idoso” é aquela abarcada pelo trajeto temático “idoso online” (POLLA, 2013). Na busca realizada, o resultado de pesquisa qualitativa que figura no número dez, sob o título “Recomendações de usabilidade e acessibilidade para interface de telefone celular visando o público idoso”, reitera a questão da tecnologia como um dos pontos relacionados à terceira idade na atualidade, inclusive no saber científico. O trabalho foi realizado mediante a aplicação de questionários e de testes de usabilidade para tecnologias voltadas para a terceira idade, dos quais se destaca a seguinte sequência:-

SE4⁸: certas dificuldades ou deficiências, mesmo leves, podem se tornar um desafio e um problema para o idoso durante a interação com um telefone celular. O principal motivo que foi verificado para a não utilização do telefone celular é a dificuldade de uso.

Tal sequência enunciativa permite levantar um referencial de que, mesmo com dificuldades, os idosos utilizam as tecnologias atuais; para ocupar a posição de sujeito desta sequência deve-se colocar como um idoso que pode sim enfrentar dificuldades de uso em interfaces menos amigáveis das tecnologias; o domínio associado é povoado por uma série de outros enunciados midiáticos que posicionam os idosos como familiarizados com as tecnologias e como público consumidor destas, e discursos do saber científico, como estes que visam uma aproximação maior entre idosos e tecnologias.

Quando se trabalha com os sujeitos maiores de sessenta anos, uma das questões passa a ser a forma de designação desta faixa etária. Terceira idade, idosos, velhos são algumas das denominações possíveis. Tal discussão aparece no resultado de número quarenta e dois, intitulado “Saúde e envelhecimento: um estudo de

8 ANJOS, T. P.; GONTIJO, L. A. Recomendações de usabilidade e acessibilidade para interface de telefone celular visando o público idoso. *Production*, v. 25, n. 4, p. 791-811, out./dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prod/v25n4/0103-6513-prod_091312.pdf> Acesso em: 20 maio 2017.

dissertações de mestrado brasileiras (2000-2009)”, de cujo artigo se recorta a seguinte sequência enunciativa:

SE5⁹: vários são os termos usados para designar as pessoas no ciclo de vida estudado: idoso, velho e terceira idade, com predomínio da primeira. Apesar de prevalecer ainda uma conotação negativa relacionada aos idosos e ao envelhecimento, isso está mudando.

Nessa sequência enunciativa, o referencial discursivo gira em torno da forma mais adequada de designar os indivíduos maiores de sessenta anos, frente a qual o sujeito que enuncia assume a posição de que o idoso na atualidade começa a tomar contornos positivos, principalmente quando se relaciona saúde com o envelhecimento; como domínio associado podem ser verificados vários enunciados como aqueles dos estudos linguísticos sobre formas de denominação e de valoração da coisa designada, os vários enunciados que empregam a palavra “velho” com objetivação pejorativa ou negativa. Cabe mencionar que a designação “Melhor Idade” não aparece no estudo em questão, o que pode apontar certo desuso dessa expressão para designar a faixa etária acima dos sessenta anos, ao menos em se tratando dos discursos científicos.

Ainda analisando os resultados da busca integrada de trabalhos científicos na base de dados *Scielo*, uma das regularidades se apresenta na forma de trabalhos que discutem a viabilidade de programas e de projetos de apoio aos indivíduos da terceira idade. Tal temática figura no estudo de revisão de literaturas intitulado “Evidências da contribuição dos programas de assistência ao idoso na promoção do envelhecimento saudável no Brasil”, o qual se encontra no resultado de número quarenta e nove da busca.

SE6¹⁰: Pode-se afirmar que todos os programas apresentados demonstraram elementos que vão ao encontro da promoção da saúde

9 HEIN, M. A.; ARAGAKI, S. S. Saúde e envelhecimento: um estudo de dissertações de mestrado brasileiras (2000-2009). *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(8):2141-2150, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v17n8/24.pdf>> Acesso em: 20 maio 2017.

10 ARAÚJO, L. F. et al. Evidências da contribuição dos programas de assistência ao idoso na promoção do envelhecimento saudável no Brasil. *Rev Panam Salud Publica*. 2011;30(1):80-6. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/rpsp/v30n1/v30n1a12.pdf>> Acesso em: 20 maio 2017.

de no envelhecimento por abranger características que permitem a inserção dos idosos na sociedade por meio da criação do ambiente de suporte para prevenção de agravos, aumento da capacidade funcional e melhoria da qualidade de vida.

Percebe-se um referencial de que a promoção da saúde e qualidade de vida dos idosos é uma preocupação de saúde pública no Brasil; a posição sujeito é de que programas que visem à promoção da saúde na terceira idade melhoram a qualidade de vida desses sujeitos; no domínio associado figuram diversos enunciados sobre o que seria a qualidade de vida, quais as técnicas de si adequadas para evitar agravos que prejudiquem a sobrevivência no envelhecimento, dentre outros.

Tendo em vista essa questão da qualidade de vida na terceira idade, uma regularidade percebida, principalmente em estudos de natureza quantitativa, como se verá na próxima sub-seção, nos resultados da busca integrada aqui analisada é o papel fundamental da atividade física como promotora de melhor qualidade de vida. Essa temática aparece no estudo qualitativo sob o resultado de número cinquenta e um, intitulado “Atividade Física para idosos: diretrizes para implantação de programas e ações”. Por meio de análise de entrevistas e documentos, o texto sugere que:

SE7¹¹: para melhorar e ampliar os PAFs [programas de atividade física] do município é necessário: descentralizar os PAFs; contratar profissionais de Educação Física; conscientizar sobre um envelhecimento ativo e os benefícios da prática regular de atividade física; estabelecer as parcerias com instituições públicas e privadas e divulgar o atendimento prestado.

Mesmo sendo a atividade física sendo uma regularidade no que tange à qualidade de vida na terceira idade, verifica-se um referencial de que ainda é preciso promover mais os programas de atividade física para idosos, bem como a conscientização desses

11 SALIN, M. S. et al. Atividade Física para idosos: diretrizes para implantação de programas e ações. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, 2011; 14(2):197-208. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v14n2/v14n2a02.pdf>> Acesso em: 20 maio 2017.

sujeitos para a necessidade da atividade física para a melhora na qualidade de vida proporcionada pela vida ativa; percebe-se uma posição sujeito de que os idosos não são naturalmente ativos, eles precisam ser “conscientizados” sobre a objetivação de envelhecimento ativo como uma arte de existência que traz efeitos benéficos; no domínio associado figuram inúmeros estudos das áreas da Educação Física, da Medicina, da Nutrição, referentes aos benefícios da atividade física para uma existência saudável e longa.

Outro problema que entra em questão quando se trata dos idosos é a temática das instituições de longa permanência, nas quais esses sujeitos, muitas vezes, se encontram internados. O resultado de número oitenta e seis aborda essa situação, por meio de um artigo com o título: “As engrenagens da saúde na terceira idade: um estudo com idosos asilados”. Merece atenção neste trabalho a seguinte sequência enunciativa:

SE8¹²: Os resultados evidenciaram que esses idosos entendem a própria saúde como satisfatória, estabelecendo relação com a ausência de dor, desconforto físico, sensação de segurança proporcionada pela vivência na instituição. Por outro lado, as preocupações relativas a dores e sofrimentos, decorrentes das perdas naturais, pelo distanciamento da família, sentimentos de solidão e abandono, foram condições associadas ao aparecimento de doenças.

O referencial dessa sequência enunciativa dá visibilidade uma ambivalência em relação ao internamento: segurança e solidão; a posição sujeito é de que o asilo oferece a segurança do apoio de uma instituição, mas a solidão decorrente do afastamento da família pode provocar o aparecimento de algumas doenças; no domínio associado, esse excerto guarda relação com outros enunciados da Psicologia, os quais dizem respeito ao fato de que os sentimentos de solidão podem desencadear agravos clínicos/físicos, o que se pode observar, via circulação de enunciados, segundo os quais a instituição pode oferecer um tratamento mais adequado/profissional do

12 PESTANA, L. C.; SANTO, F. H. E. As engrenagens da saúde na terceira idade: um estudo com idosos asilados. *Rev Esc Enferm*, USP 2008; 42(2):268-75. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v42n2/a08.pdf>> Acesso em: 20 maio 2017.

que seria possível na residência do próprio idoso, dentre outros.

Assim sendo, podem-se apontar como regulares, nos estudos de natureza qualitativa do saber científico atual sobre os idosos, as seguintes temáticas: a subjetividade, representações sociais da sexualidade na velhice, relação alimentação-qualidade de vida, adaptações tecnológicas para as particularidades dos idosos, as formas de designação da faixa etária após os sessenta anos, análise de programas/projetos voltados para a terceira idade, relação qualidade de vida-atividade física, cuidadores e instituições de longa permanência para idosos. Tendo sido analisadas as regularidades no saber científico de natureza qualitativa sobre os idosos na atualidade, passa-se a analisar os estudos de natureza quantitativa, os quais representam a maior parte dos resultados integrantes da série enunciativa mobilizada.

SABERES CIENTÍFICOS DE ABORDAGEM QUANTITATIVA

Os trabalhos considerados integrantes dos saberes científicos de abordagem quantitativa representam a maior parte dos resultados coletados na base de dados *Scielo* e compõem a série enunciativa ora analisada. Em sua maioria, os trabalhos têm como temática o estudo da prevalência/tratamento/custos dos agravos de saúde característicos da terceira idade. A seguir, serão mobilizadas e analisadas sequências enunciativas recortadas dessas pesquisas.

Conforme já exposto na sub-seção anterior, a questão da sexualidade é temática regular quando se trata da terceira idade. Contudo, na pesquisa que aparece como resultado de número dois, diferentemente das pesquisas de abordagem qualitativa, o foco recai sobre os processos saúde-doença e relações paciente-profissional de saúde, além disso, pela natureza da pesquisa, são apresentados dados numéricos com mais relevância do que a percepção dos sujeitos idosos.

Isso posto, do trabalho intitulado “A sexualidade sob o olhar da pessoa idosa” cabe destacar o recorte a seguir:

SE9¹³: A maioria (62,5%) relatou não estar preparado na juventude para iniciar a vida sexual, tinham reduzido conhecimento sobre doenças sexualmente transmissíveis (41%) e suas formas de prevenção (42,3%). Atualmente, 84% não sabiam distinguir sexo de sexualidade, mesmo assim, grande parte (69,5%) acreditava que estimulava a sua sexualidade, identificando a família (16,5%) e religião (15,5%) como fatores inibitórios. Vinte e oito e meio por cento dos pesquisados relataram ter alguma disfunção sexual e mais da metade (52,6%) não buscava orientação médica. Citaram que os profissionais da saúde estão preparados para abordar o tema, porém, eles são quase a última fonte de informação consultada (17,5%) quando o assunto é sexualidade.

Nessa sequência enunciativa pode-se perceber um referencial de que a sexualidade ainda é vista como um problema para a terceira idade e, mesmo, um tabu, já que mais da metade dos idosos que tem disfunção sexual não procura orientação médica. O sujeito desse enunciado assume a posição discursiva de que muitos fatores atravessam a sexualidade na velhice, tais como a família, a religião, os problemas de saúde, o despreparo, falta de conhecimento sobre doenças sexualmente transmissíveis. Para sustentar tal posição, o enunciador recorre a elementos de um domínio associado relacionados à área da saúde, mais propriamente, aquela que lida com doenças sexualmente transmissíveis, com a prática da sexualidade dos idosos, com preconceitos e temas tabus (sexo e impotência). Também margeiam essa SE enunciados que tomam como objeto de discurso o constrangimento desse sujeito quando necessita do sistema de saúde para falar sobre sua sexualidade, sendo essa praticamente a última fonte de informação sobre o tema.

Outra regularidade temática das pesquisas quantitativas é a questão da perda de equilíbrio e conseqüente risco de quedas para pessoas idosas. O resultado de número quatro, intitulado “Segurança e reprodutibilidade do teste *timed up and go* em idosos hospitalizados”, ilustra tal regularidade. A pesquisa apresenta aplica-

13 UCHÔA, Y. S. et al. A sexualidade sob o olhar da pessoa idosa. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, 2016; 19(6): 939-949. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v19n6/pt_1809-9823-rbgg-19-06-00939.pdf> Acesso em: 20 maio 2017.

ção do teste *timed up and go* em idosos hospitalizados. Considera-se, para efeitos de análise, a seguinte sequência:

SE10¹⁴: Na comparação das diferentes faixas etárias observou-se uma tendência a pior desempenho físico nas idades mais avançadas, sendo que os idosos com mais de 80 anos apresentaram valores significativamente maiores que as outras faixas etárias.

O referencial de tal sequência enunciativa é o fato de que há uma piora física quanto maior for a faixa etária dos idosos; a posição sujeito é de quem percebe que a piora no desempenho físico conforme os anos se passam; no domínio associado estão outros enunciados da própria área da saúde que tratam da relevância da atividade física para um melhor condicionamento, de degradação muscular na velhice, referentes ao próprio risco de quedas na população idosa e sobre como evita-las.

Problemas de natureza psicológica também são prevalentes na população idosa e tema regular nas pesquisas referentes a essa faixa etária. O resultado de número nove aborda tal temática sob o título “Indicadores de depressão em idosos e os diferentes métodos de rastreamento”. Mais uma vez o trabalho relata a aplicação de testes aceitos na comunidade científica médica para verificar indícios de depressão em idosos.

SE11¹⁵: Por meio deste estudo, foi possível observar uma relevante prevalência dos indícios depressivos entre os idosos, mesmo se tratando de amostra não clínica, na qual, muitas vezes, o início da depressão passa despercebido e é subdiagnosticada.

Essa SE11 traz como seu referente discursivo o fato de que depressão é um risco para a população idosa, que deve ser governada com vistas a se evitar tal transtorno psicológico; a posição sujeito

14 MARTINEZ, B. P. et al. Segurança e reprodutibilidade do teste *timed up and go* em idosos hospitalizados. *Rev Bras Med Esporte* – Vol. 22, No 5 – Set/Out, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbme/v22n5/1517-8692-rbme-22-05-00408.pdf>> Acesso em: 20 maio 2017.

15 MATIAS, A. G. C. et al. Indicadores de depressão em idosos e os diferentes métodos de rastreamento. *Einstein*. 2016;14(1):6-11. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eins/v14n1/pt_1679-4508-eins-14-1-0006.pdf> Acesso em: 20 maio 2017.

dessa sequência enunciativa é de quem observa os indícios depressivos em idosos como um problema que deve ser mais bem pesquisado e mais bem diagnosticado com mais frequência; no domínio associado percebe-se uma série de outros enunciados da área da saúde, tais como a depressão pode contribuir para desencadear outras co-morbidades, muitas vezes a depressão não é diagnosticada, enunciados que percebem os transtornos psicológicos decorrentes do envelhecimento como problemas que devem ser melhor trabalhados dentro dos sistemas públicos de saúde no Brasil.

As morbidades de saúde física constituem a maior parte dos estudos quantitativos levantados. Um exemplo é o resultado de número vinte, intitulado “Prevalência de anemia e fatores associados em idosos: evidências do Estudo SABE”, o trabalho apresenta análises de variáveis quantificáveis para o estudo SABE (Saúde, Bem-Estar e Envelhecimento). Desse artigo, destaca-se um aspecto muito importante:

SE 12¹⁶: A depressão também pode ter papel no desenvolvimento da anemia. A fadiga e a falta de interesse na realização das atividades de vida diária (como fazer compras, cozinhar e outras), sintomas depressivos comuns, podem afetar a qualidade da alimentação dos idosos, facilitando o desenvolvimento de anemia. A má nutrição é característica comum em indivíduos deprimidos.

Nota-se o referencial de que a anemia é prevalente na população idosa (7,7%) e pode ser desencadeada ou guardar relação com outros problemas relativos à saúde, tais como a depressão analisada no parágrafo anterior; a posição sujeito dessa sequência enunciativa é de quem deve estar atento ao surgimento de diversas doenças associadas ao processo de envelhecimento e a existências cada vez mais longevas; no domínio associado estão uma série de enunciados dos saberes da área da saúde que relatam o enfraquecimento causado pela anemia, de que uma adequada nutrição favorece uma arte de existência mais saudável, dentre outros.

16 CORONA, L. P.; DUARTE, Y. A. O.; LEBRÃO, M. L. Prevalência de anemia e fatores associados em idosos: evidências do Estudo SABE. *Rev Saúde Pública* 2014;48(5):723-731. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v48n5/pt_0034-8910-rsp-48-5-0723.pdf> Acesso em: 20 maio 2017.

Algumas das escolhas temáticas verificadas em ambas as abordagens – quali e quantitativas – são regulares, é o caso da análise de programas voltados para a terceira idade e da qualidade de vida. Conforme Foucault (2010) analisa em seus estudos sobre a dietética, cabe uma existência duradoura, mas que seja com qualidade, assim, os estudos sobre a qualidade de vida na terceira idade reforçam as reflexões foucaultianas presentes na História da Sexualidade. Um exemplo de trabalho que associa a análise da qualidade de vida e grupos/programas voltados para os idosos aparece no resultado de número vinte e dois, intitulado “Fatores relacionados à qualidade de vida de idosos em programas para a terceira idade”. Nota-se que, em se tratando de programas para os idosos, mais uma vez o local de estudo escolhido pelos pesquisadores foram as Universidades Abertas para a Terceira Idade, nesse caso, na cidade de São Caetano do Sul – SP, tal regularidade na escolha das universidades como local para coleta de dados pode indicar que, talvez, a totalidade da população idosa possa apresentar resultados diversos, isso tendo em vista a heterogeneidade e o tamanho da população idosa no Brasil.

No artigo que figura no resultado vinte e dois são apresentadas análises quantitativas dos dados coletados. Segundo seus autores,

SE13¹⁷: A partir dos resultados obtidos, concluiu-se que a ausência de doenças influenciou positivamente a qualidade de vida dos idosos estudados nos domínios físico, psicológico, social e ambiental. No domínio ambiental, ensino superior completo, idade avançada, ausência de doenças e residência em São Caetano do Sul influenciaram positivamente a qualidade de vida dos idosos estudados, nessa ordem de importância.

Verifica-se, assim, o referencial de que muitos fatores impactam positivamente na qualidade de vida dos idosos; a posição sujeito é de que não estar doente representa a principal condição para determinar a qualidade de vida na velhice; no domínio

17 DAWALIBI, N. W.; GOULART, R. M. M.; PREARO, L. C. Fatores relacionados à qualidade de vida de idosos em programas para a terceira idade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(8):3505-3512, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n8/1413-8123-csc-19-08-03505.pdf>> Acesso em: 20 maio 2017.

associado a tal sequência enunciativa percebe-se a presença de enunciados da área da saúde pública sobre a possibilidade de os idosos viverem mais e melhor, enunciados referentes à questão da relevância de prevenir doenças, ao invés de tratá-las, enunciados como a questão já analisada da relação da depressão e transtornos psicológicos com a presença de outras morbidades, também figura no campo associado dessa sequência enunciativa a relação de poder capitalista, representada pelo fato de o ensino superior completo ser um fator positivo para a qualidade de vida, na medida em que uma graduação, no Brasil, ainda decorre em maiores salários, verifica-se que associado a qualidade de vida está um poder de compra maior.

Um fator comumente associado a uma melhora na qualidade de vida na terceira idade é a atividade física, contudo, o resultado de número vinte e nove aponta que nem sempre a adesão a um programa de atividade física na terceira idade decorre de decisão voluntária dos idosos por artes de existência consideradas saudáveis e ativas. A esse respeito, do artigo “Motivação de pessoas idosas para a prática de atividade física: estudo comparativo entre dois programas universitários - Brasil e Portugal” foi destacada esta sequência enunciativa:

SE14¹⁸: Quanto aos motivos de adesão aos projetos, houve diferença significativa para ‘indicação médica’ ($p < 0,001$). ‘recuperação de lesões’ ($p = 0,003$), ‘ocupação do tempo livre’ ($p < 0,001$) e ‘motivos estéticos’ ($p = 0,001$). Quanto à importância da atividade física, houve diferença para ‘recuperação de lesões’ ($p = 0,002$) e ‘motivos estéticos’ ($p < 0,001$).

Chama atenção o fato de o referencial dessa sequência enunciativa argumentar que a atividade física é uma indicação médica ou para fins estéticos e não um entendimento, por parte dos idosos, de que seria uma arte cotidiana de existência saudável e ativa para a velhice, tal como se encontra discursivizado em tex-

18 CAVALLI, A. S. et al. Motivação de pessoas idosas para a prática de atividade física: estudo comparativo entre dois programas universitários - Brasil e Portugal. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, 2014; 17(2):255-264. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v17n2/1809-9823-rbgg-17-02-00255.pdf>> Acesso em: 20 maio 2017.

tos midiáticos, por exemplo; a posição sujeito é de quem percebe a atividade física como uma obrigação médica, um tratamento para eventuais lesões ou para se manter belo na terceira idade; no domínio associado a essa sequência enunciativa estão todos os discursos prescritivos da mídia de que os idosos devem manter-se ativos e adotar uma atividade física como arte de existência, ou os enunciados midiáticos que determinam que os idosos, com ênfase nas idosas, devem procurar manter-se belos, ou seja, conservar características da juventude, como o corpo magro.

Tendo em vista o fato de que algumas questões atinentes à velhice causam mais efeitos na população feminina, chama atenção o fato de que alguns resultados da busca versam especificamente sobre idosas, excluindo a população masculina das análises. São exemplos desse fenômeno os resultados intitulados: “Estado nutricional e autopercepção da imagem corporal de idosas de uma Universidade Aberta da Terceira Idade” (30), “Intensidades de treinamento resistido e pressão arterial de idosas hipertensas – um estudo piloto” (38), “Correlação entre sinais e sintomas de incontinência urinária e autoestima em idosas” (45), “Avaliação dos benefícios da ginástica localizada sobre a postura e a flexibilidade de mulheres na terceira idade” (65), dentre outros. Importa destacar que a maior parte dos trabalhos relativos exclusivamente às mulheres da terceira idade tem como referencial questões de estética ou autoestima, fato que pode indicar um tipo de objetivação discursiva, que advém do campo midiático, de acordo com a qual seria preciso perseguir as características da beleza jovial mesmo na velhice.¹⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste percurso sobre os saberes científicos da atualidade que atravessam e constituem os idosos, algumas considerações são necessárias. Em primeiro lugar, merece destaque o fato de existir uma recorrência temática entre ambas as abordagens; apesar de os trabalhos qualitativos focarem mais suas análises em

¹⁹ Para aprofundar essa questão consultar: < <http://www.cambiassu.ufma.br/vera.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2017.

representações sociais, enquanto os quantitativos mais em estudos estatísticos e probabilísticos, as temáticas se mantêm: qualidade de vida, atividade física, nutrição, morbidades características do envelhecimento.

Ocorre uma manutenção dos referenciais relativos às sequências enunciativas dos saberes científicos. Importa destacar que há certas distinções entre o discurso midiático e os saberes científicos, isto porque o dispositivo midiático produz a ideia de idoso ativo, online e belo, quase sempre, desconsiderando as particularidades da terceira idade, ao passo que os textos científicos abordam uma série de peculiaridades que advêm do avanço da idade.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981 – 1982). Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 3 ed., São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

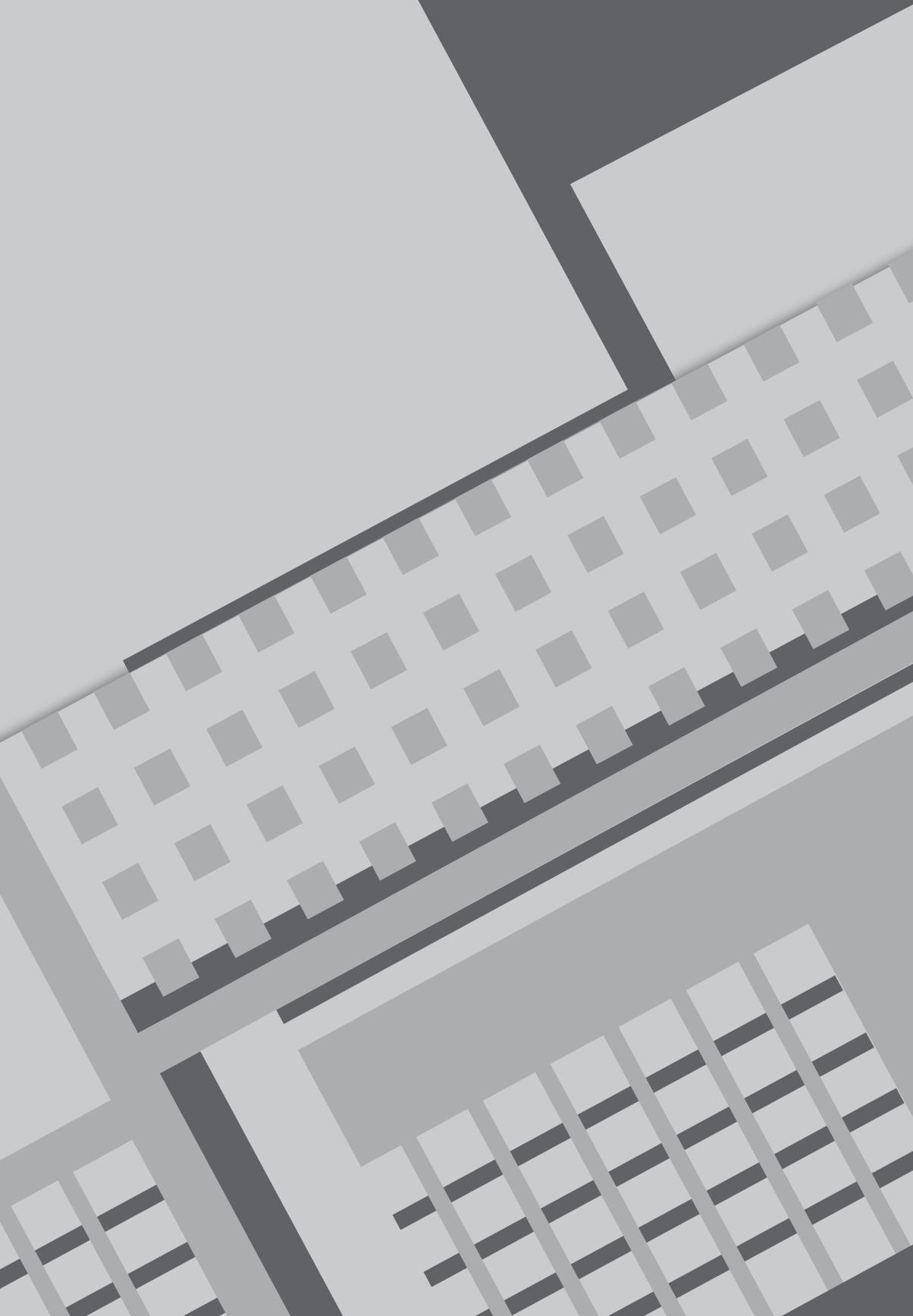
GARRIDO, R.; MENEZES, P. R. O Brasil está envelhecendo: boas e más notícias por uma perspectiva epidemiológica. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. vol. 24 suppl.1, p. 3-6, São Paulo, Abr. 2002.

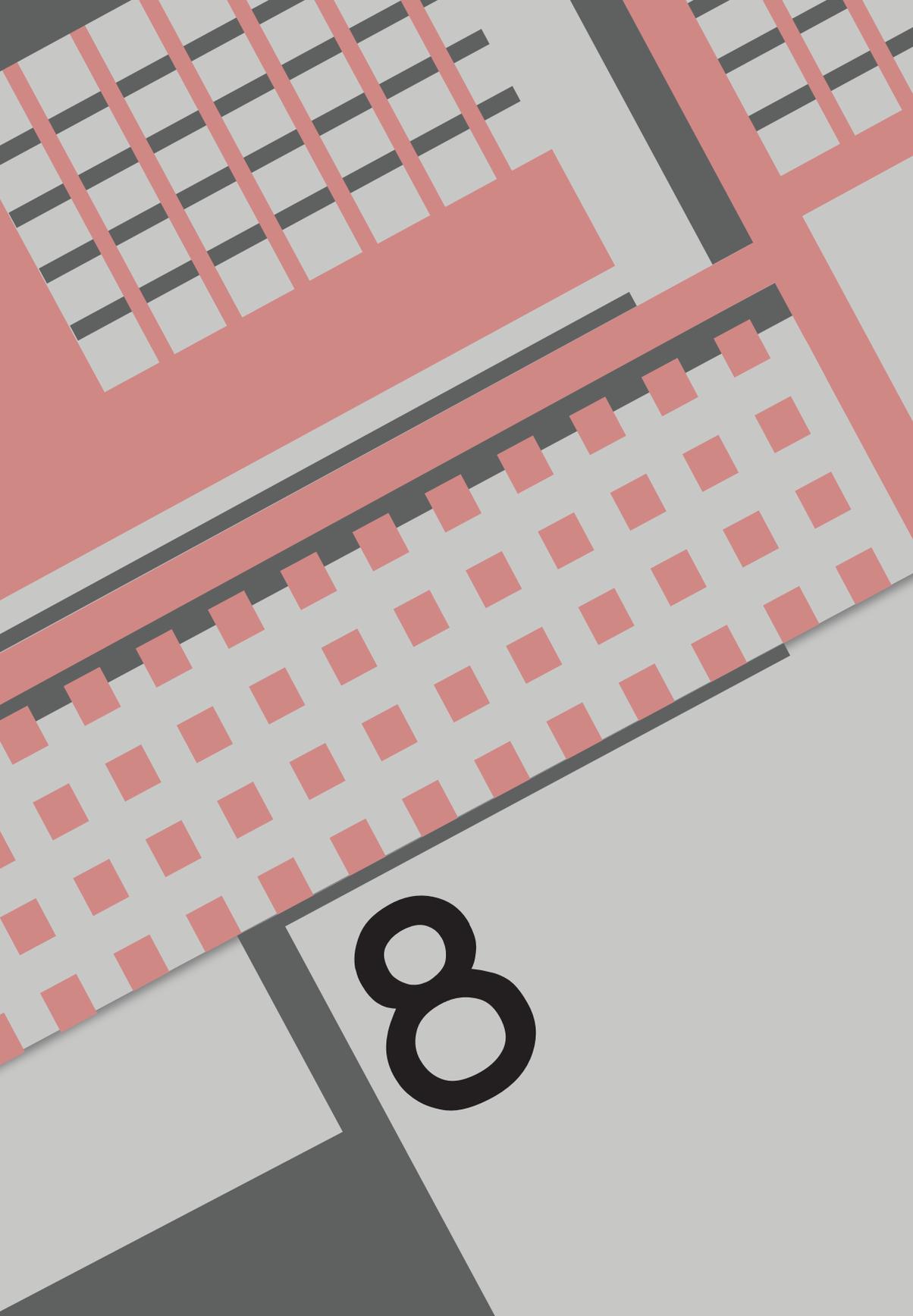
MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

OKSALA, J. **Como ler Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 141 p.

POLLA, D. **Objetivação e Subjetivação do Sujeito Idoso pelas Lentes da Mídia Contemporânea**. Maringá-PR: Universidade Estadual de Maringá, 2013. 112 p. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Mestrado em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, v. 39, n. 3, Jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102005000300025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 27 Jul. 2015.

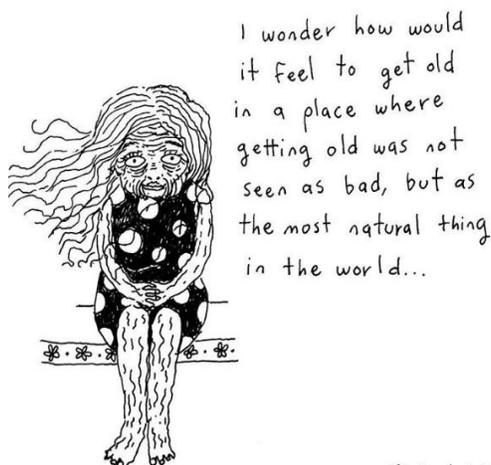




8

"MUITO VELHAS": BREVE CRÍTICA PELOS ESTUDOS CULTURAIS DO "ENVELHECER" FEMININO DA MÍDIA

IVANIA SKURA¹



Artista: Ani Castillo.

“Há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade. O rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de “nós” e “eles”. Ajuda a modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral” (KELLNER, 2001, p. 9).

1 Mestra em Sociedade e Desenvolvimento pela Universidade Estadual do Paraná – Unespar/PPGSeD. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná, UTP/PPGCom. E-mail: ivianiskura@hotmail.com

A epígrafe acima, da introdução da obra “A cultura da mídia” de Douglas Kellner (2001), é elencada como ponto de partida do debate acerca do tema deste artigo: o olhar da cultura na estética feminina como aparelho moral regulador. A tirinha de Ani Castillo, ao lado, tem a imagem de uma mulher envelhecida e o texto “*I wonder how would it feel to get old in a place where getting old was not seen as bad, but as the most natural thing in the world...*” (Em tradução livre: “Eu imagino como seria envelhecer em um lugar onde envelhecer não fosse visto como ruim, mas como a coisa mais natural do mundo...”). É apresentada para ilustrar como a imagem é elemento mediador por excelência do valor discursivo apresentado por Kellner, problematização em torno da qual se debruça o artigo.

Para falar de mulheres da e na mídia, é essencial problematizar, num primeiro momento, padrões de apresentação, comportamento e propostas de representações femininas das imagens midiáticas. A investigação aborda os modelos de beleza feminina que se ancoram na juventude para defender que o envelhecimento, visto como categoria social e não como etapa da vida, é também um efeito das classificações e quadros de referência da cultura.

Os estudos culturais são adotados como lente crítica para colocar em debate questionamentos daquilo que já se cristalizou como “adequado” ou “correto” para as imagens femininas, para a investigação de um imaginário social e cultural que foi se consolidando historicamente. Pelos estudos culturais, utilizando como norte reflexões da vertente estruturalista acerca da experiência não como fonte, mas como efeito das estruturas sociais, especialmente em Althusser e Levi-Strauss abordados por Hall (2003), se propõe uma discussão teórica em torno de exemplos empíricos presentes nas mídias.

Como breves amostras sobre práticas que traduzem a estrutura social da velhice e do envelhecimento feminino como tabu e destino indesejado que resulta de um cenário construído em torno das relações entre mídia e sociedade, são indicados recortes de reportagens para ilustrar alguns movimentos de constituição e

instituição do social que esta relação propõe. O critério de busca das matérias teve como base as palavras-chave “*too old*”, “muito velha” e “velha demais”. Foram selecionadas apenas aquelas que continham tais expressões no título principal das manchetes. As publicações observadas como as mais frequentes (ou que se repetiam mais de uma vez) também foram consideradas no corpus. Demais artigos relacionados, que tematizaram o recorte, foram consultados e por vezes elencados no texto em caráter ilustrativo.

PEQUENO CONTEXTO DOS ESTUDOS CULTURAIS

Os estudos culturais emergem na década de 1950, em um período de rupturas de correntes de pensamento e se apoiou, naquele momento, em três obras principais consideradas referências ao mundo pós-guerra, que ajudaram a “marcar o novo terreno”: 1) Hoggart em *As utilizações da cultura*, cujo debate sobre “sociedade de massa” ajuda a criar uma “crítica prática” sobre a cultura da classe trabalhadora, em busca de significados e valores de seus padrões e estruturas, desvirtuando a polarização de alta/baixa cultura. 2) Williams em *Cultura e sociedade*, que se dedica a discutir mudanças na vida social, política e econômica, buscando características e formas de expressão comuns para refletir, num primeiro momento, cultura-e-sociedade em um esforço generalizante; e 3) Thompson em *A formação da classe operária inglesa*, que se apoiou na historiografia marxista inglesa e na história econômica do trabalho visando romper reducionismos e determinismos, destacando cultura, consciência, experiência e agenciamento.

As obras dos autores não fundaram uma “subdisciplina acadêmica” porque não havia essa intenção, mas tratam-se de respostas às pressões imediatas do tempo e sociedade em que foram escritos: modificações na indústria, na democracia, nas classes sociais e na arte. Explica Hall (2003) que: “eles não apenas levaram a ‘cultura’ a sério, como uma dimensão sem a qual as transformações históricas, passadas e presentes, simplesmente não poderiam ser pensadas de maneira adequada” (HALL, 2003, p. 133).

Duas vertentes se consolidaram dentro do escopo dos estudos culturais²: a culturalista que, de modo breve interpreta as relações culturais de cima para baixo (ainda que se façam ressalvas em dicotomias), modulando a análise num nível experiencial mais tradicional, abordando formas de consciência coletivas e a experiência como solo, como “o terreno do vivido”, como reflexo do real. E a estruturalista, cujas rupturas em Althusser (ao falar de ideologia) e, sobretudo, em Levi-Strauss e a semiótica (para abordar cultura), apontam que a experiência não poderia ser fundamento, pois só se “vive” e experimenta as próprias condições, dentro e através de categorias, classificações e quadros de referência da cultura. O segundo posicionamento teórico (estruturalista) foi adotado, aqui, como pano de fundo para olhar as imagens da cultura da mídia nesse processo de investigação.

A experiência, portanto, foi compreendida não como *fonte*, mas como *efeito* dessas categorias, dentro dessa “relação imaginária” e da dominação nos modos de produção. O que significa, como explica Hall (2003), que o sujeito é “falado” pelas categorias da cultura, no lugar de “fala-las”. Tal abordagem se refere a um sujeito descentrado e contraditório como conjunto de posições na linguagem e no conhecimento. Fala-se, portanto, de sujeitos como portadores das estruturas, não como agentes ativos na construção de sua história.

O “ENVELHECER” FEMININO DA E NA CULTURA DA MÍDIA

“A cultura da mídia e a de consumo atuam de mãos dadas no sentido de gerar pensamentos e comportamentos ajustados aos valores, às instituições, às crenças e às práticas vigentes” (KELLNER, 2001, p. 11). Nesse intento, a imagem feminina jovem e bela foi se construindo para fortalecer um modelo vantajoso de influência e lucro que beneficia as mídias e o mercado de consumo.

2 “Sem sugerir que haja qualquer síntese fácil entre os dois, convém dizer neste ponto que nem o ‘culturalismo’ nem o ‘estruturalismo’, em suas atuais manifestações, se adaptam à tarefa de construir o estudo da cultura como um domínio conceitualmente claro e teoricamente informado. Mesmo assim, algo importante emerge da comparação rudimentar entre suas respectivas forças e limitações” (HALL, 2003, p. 149).

As representações de mulheres são modos de produzir significados na cultura pela linguagem, e a produção de sentidos se dá por sistemas simbólicos que são atravessados por instituições, instrumentos, saberes e poderes (SANTAELLA, 2004). É claro que os consumidores apresentam filtros e resistências e não assimilam as mensagens da cultura de modo automático, mas as representações nas mídias têm profundo efeito sobre as experiências existenciais corporais, nas formas de sonhar e desejar que propõem, explica a autora.

A mídia como instância de produção, gera percepções dos modos mais “adequados” de ser e de viver, disciplinando incansavelmente, regulando e vigiando os indivíduos. É pertinente questionar porque o rosto envelhecido, o cabelo que embranquece, o corpo flácido, são, nessas representações, alguns dos maiores inimigos das mulheres. Tanto na mídia como no cotidiano por extensão. Por que com 30 anos já somos consideradas velhas? Não se trata de uma etapa da vida que chega, não se trata apenas de uma reação biológica do passar do tempo, há muito medo de envelhecer e distorções nas percepções pessoais porque a juventude e a velhice não são mais meras etapas da vida, mas são valores da cultura da mídia e da sociedade de consumo.

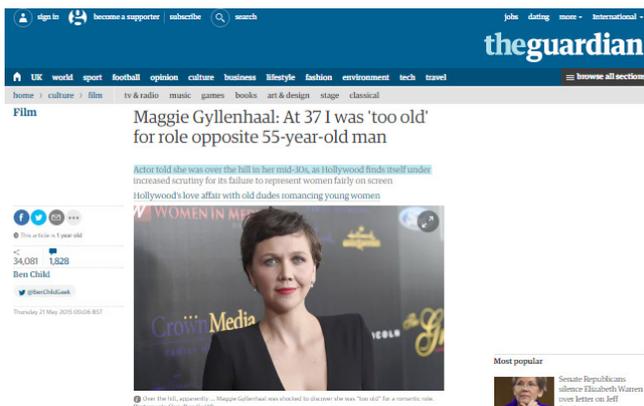
As manchetes a seguir revelam como a categoria social da velhice feminina se dá como efeito dos quadros de referência da cultura e como a pressão estética não poderia partir de nós mesmos, mas resultar dos efeitos destes. O que parece é que, em um cenário cultural cruel para muitas mulheres, o “envelhecimento” nem sempre é completar 60 anos, não é viver o privilégio da longevidade, mas é sentir, desde ainda muito cedo, as pressões estéticas da cultura. “Envelhecer nem sempre é apenas um processo fisiológico, mas também psicológico, intelectual, social e cultural” (KARPF, 2015, p. 31).

Os excertos midiáticos a seguir demonstram essa realidade cultural. Isso pode ser notado quando, por exemplo, a manchete “37 anos, muito velha para ser par romântico de um ator de 55”³

3 Notícia do jornal The Guardian, publicada em 21 de maio de 2015: “Maggie Gyllenhaal: At 37 I was ‘too old’ for role opposite 55-year-old man”, em tradução livre. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/film/2015/may/21/maggie-gyllenhaal-too-old-hollywood>>. Acesso em 1 fev. 2017.

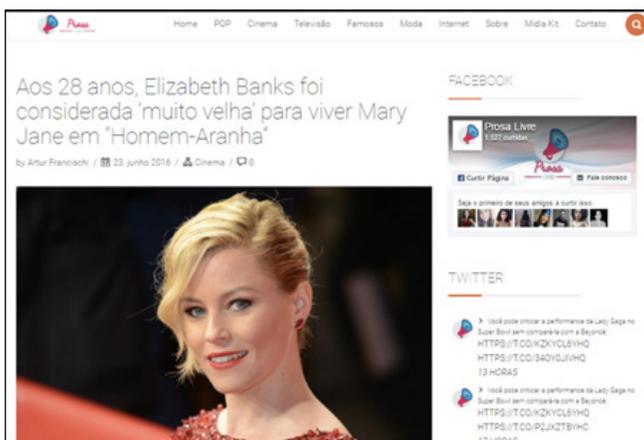
(Imagem 1) explica que a atriz Maggie Gyllenhaal foi rejeitada por Hollywood para contracenar com um homem de mais de 50 anos por ter sido considerada inadequada para o papel, uma vez que já “tinha passado dos 30”.

IMAGEM 1 - “MUITO VELHA” AOS 37



FONTE: The Guardian (2015)

IMAGEM 2- “MUITO VELHA” AOS 28.



FONTE: Prosa livre (2016)

Aos 28 anos, Elizabeth Banks também foi considerada “muito velha” para representar o papel da personagem Mary Jane no filme “Homem-Aranha” (Imagem 2), sendo, no caso, apenas

16 meses mais velha que Tobey Maguire, ator que conseguiu o papel do super-herói⁴.

A matéria de título “Olivia Wilde foi considerada ‘muito velha’ para o elenco de ‘O Lobo de Wall Street’” (Imagem 3) segue esse padrão e ainda tem como subtítulo “Isso pode parecer um absurdo para nós, mas não para a indústria cinematográfica de Hollywood”. Explica a reportagem que a atriz, de 32 anos, relatou o caso em uma entrevista ao programa de televisão americano “The Howard Stern Show”⁵. A matéria ainda indaga às leitoras da revista: “E se com trinta e poucos anos você já é considerada ‘velha’, imagine com 50?”.

IMAGEM 3- “MUITO VELHA” AOS 32.



FONTE: Revista Claudia (2016)

Não se tratam de casos isolados, explica a pesquisa trazida na reportagem “Como é ser atriz com mais de 40 anos em Hollywood? Difícil, muito difícil” (Imagem 4):

4 Reportagem publicada no site Prosa Livre em 23 de junho de 2016. Disponível em: <<http://prosalivre.com/aos-28-anos-elizabeth-banks-foi-considerada-muito-velha-para-viver-mary-jane-em-homem-aranha/>>. Acesso em 1 fev. 2017.

5 Matéria publicada na Revista Claudia Online, em 17 de março de 2016. Disponível em: <<http://claudia.abril.com.br/noticias/olivia-wilde-foi-considerada-muito-velha-para-o-elenco-de-o-lobo-de-wall-street/>>. Acesso em 1 fev. 2017.

Recentemente, um estudo do Center for the Study of Women in Television and Film da Universidade Estadual de San Diego analisou o gênero, raça e a idade dos personagens nos 100 maiores filmes lançados em 2015. Embora o número de personagens femininas tenha aumentado 22% quando comparado ao ano de 2014, a maioria delas ainda é branca e muito nova. Entre os 2.500 personagens examinados, mulheres com mais de 40 anos compreendem apenas 20% do total. O percentual é ainda menor quando elas têm mais de 50 anos: somente 9%, enquanto os homens na mesma faixa etária são quase o dobro: 17% [...] E enquanto as mulheres vão perdendo papéis enquanto envelhecem, homens vão ganhando mais. O mesmo estudo da Universidade Estadual de San Diego concluiu que, em 2015, homens aos 40 anos representaram 30% de todos os personagens nos 100 maiores filmes do ano passado. É como se Hollywood fosse descartando as mulheres que, veja bem, seguem o rumo natural da vida e envelhecem (FRANCISCHI, 2016, s/p.)⁶.

IMAGEM 4 - HOLLYWOOD VERSUS “OS 40”

Como é ser atriz com mais de 40 anos em Hollywood? Difícil, muito difícil

by Artur Francischi / 18 fevereiro 2016 / Cinema / 1

FACEBOOK

TWITTER

Fontes de citação no texto:

- > Você pode criticar a performance de Lady Gaga no Super Bowl sem compará-la com a Beyoncé: [HTTPS://T.CO/KZKVCL6VHQ](https://t.co/kzkvcl6vhq) 13 HORAS
- > Você pode criticar a performance de Lady Gaga no Super Bowl sem compará-la com a Beyoncé: [HTTPS://T.CO/P2JXZTBVHC](https://t.co/p2jxztbvhc) 17 HORAS

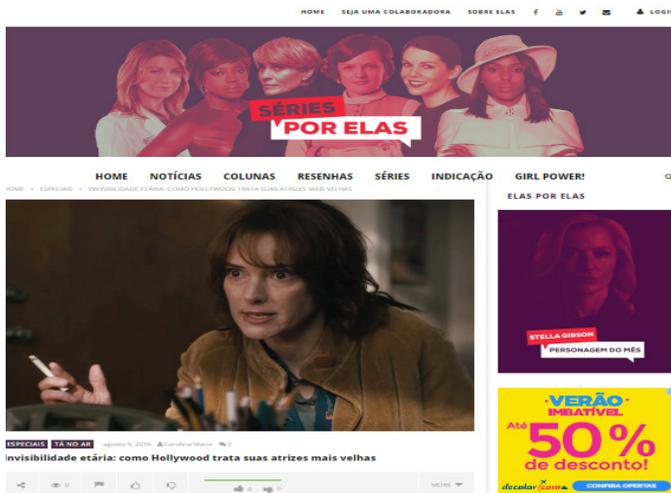
FONTE: Prosa Livre (2016)

Na publicação “Invisibilidade etária: como Hollywood trata suas atrizes mais velhas” (Imagem 5) também se conclui que “há

6 Publicação “Como é ser atriz com mais de 40 anos em Hollywood? Difícil, muito difícil”, de Artur Francischi em 18 de fevereiro de 2016 para o site Prosa Livre. Disponível em: <<http://prosalivre.com/atriz-40-anos-hollywood-difical/>> Acesso em 1 fev. 2017.

um ponto interessante nessa passagem do tempo quando se trata das estrelas de cinema e televisão: elas não podem envelhecer” (SÉRIES, 2016, s/p)⁷. Na matéria, comenta-se que a atriz Anne Hathaway, de 33 anos, relatou já ter sido beneficiada por essa “incoerência etária” no começo da carreira (revelou com 20 anos era escalada interpretar mulheres de 50 anos), mas agora perde papéis para concorrentes mais jovens.

IMAGEM 5- INVISIBILIDADE ETÁRIA.



FONTE: Séries por Elas (2016)

O que ocorre em Hollywood, vale ressaltar, se reflete e reverbera em outras localidades também. Essas discussões são pertinentes, também, em nível mais próximo de nós, no contexto brasileiro por exemplo, porque “as situações locais, nacionais e globais dos nossos dias são articuladas entre si por meio dos textos da mídia” (KELLNER, 2001, p. 32).

O exemplo da matéria brasileira “Juliana Paes é considerada velha demais para viver Gabriela”⁸ (Imagem 6) denota esses reflexos.

7 Artigo de Carolina Maria para o site Séries por Elas, publicado em 9 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://seriesporelas.com.br/invisibilidade-atrizes-com-mais-de-40-anos/>>. Acesso em 1 fev. 2017.

8 Publicada no portal Vila Mulher, por Juliana Falcão (MBPress). Disponível em: <<http://vilamulher.uol.com.br/famosos/mundo-da-fama/juliana-paes-e-considerada-velha-demais-para-viver-gabriela-6-1-80-1437.html>> Acesso em 1 fev. 2017.

IMAGEM 6 - “VELHA DEMAIS”



FONTE: Vila Mulher (s/d)

Fica claro, contudo, que essa situação não se refere a uma atriz em específico, mas se dirige a toda uma categoria, como se percebe no artigo sobre o mesmo tema cujo título afirma “Juliana Paes e Camila Pitanga estariam ‘velhas’ para viver Gabriela”⁹ (Imagem 7).

IMAGEM 7- “VELHAS” DEPOIS DOS 30.



FONTE: Ego Notícias (2011)

Explica a matéria de 2011, publicada no site que compõe rede

9 Reportagem publicada em 28 de outubro de 2011 no site Ego Notícias, do grupo Globo.com. Disponível em: <<http://ego.globo.com/famosos/noticia/2011/10/jornal-juliana-paes-e-camila-pitanga-estariam-velhas-para-viver-gabriela.html>> Acesso em 1 fev. 2017.

de canais de comunicação da própria emissora de televisão produtora da novela, que as atrizes, na época, com 32 e 34 anos, respectivamente, teriam sido preteridas na lista de elenco da produção por conta de suas idades. Adianta no subtítulo ainda a notícia de que outra atriz, de 26 anos, poderia ocupar o papel: “Mariana Rios seria a mais cotada para interpretar a personagem título de remake”. A atriz Juliana Paes, no entanto, mesmo tendo sido considerada por diversas manchetes midiáticas como “muito velha” para o papel, assumiu a posição de protagonista na novela que foi ao ar em 2012.

É interessante perceber como tais classificações da cultura da mídia, embora tenham força e influência, não são irremovíveis ou finais, nem mesmo “corretas”, porque muitas vezes forçam percepções e sentenciam noções distorcidas.

O que ocorre em Hollywood e nas mídias do globo quando relatam casos de mulheres jovens que para os moldes da cultura são já “muito velhas”, conforme os breves exemplos elencados acima, se denomina idadismo (preconceito relacionado à idade). Gisela Castro (2015) alerta que o idadismo, embora muito disseminado, é pouco abordado por pesquisadores e pelos meios de comunicação, e defende que precisamos discutir esse problema, especialmente porque:

sem descuidar do viés ideológico, compreende-se que o discurso midiático participa da constituição da realidade ao produzir uma carga afetiva que matiza nossas interações no mundo. Reconhecendo o papel ativo do receptor da comunicação, e o caráter dialético da conformação social dos discursos, entendemos que os discursos sobre o envelhecimento acionados pelos meios de comunicação participam da construção social dos padrões identitários e estilos de vida no contemporâneo (CASTRO, 2015, p.112).

A autora também alerta os perigos dessa relação como efeito dos quadros de referência da cultura vigentes quando aponta que “se a guerra contra o envelhecimento comparece como um imperativo de ordem moral, fica comprometida a dignidade na velhice” (CASTRO, 2015, p. 113). Goldenberg concorda afirmando que

tentar rejuvenescer as imagens da velhice a todo custo é um tipo de violência, porque é um modo de deslegitimar o envelhecimento, roubando a dignidade e ofendendo os que realmente chegaram lá (GOLDENBERG, 2015).

O idadismo, unido à pressão estética que defende a beleza como impossível de se dissociar da juventude, demonstra como o envelhecimento, historicamente, vem acompanhado por uma carga extremamente negativa, pelo desdém e pelo medo, de modo que muitas vezes sua discussão acaba sendo prescindida e se reiteiram valores difamatórios.

É uma luta, porém, intentar desintoxicá-la desses significados tão nocivos, recuperando seu uso, no lugar de forçar os discursos anti-idade. É preciso usar do envelhecimento para falar do processo da vida humana em si, e não só de uma fase final (KARPF, 2015). Nominar a velhice sem intenções pejorativas, considerando complexidades e efeitos dos modos de conceituá-la, como denominação de indivíduos de uma categoria social que não tem identidade ou realidades simples de se capturar, é um dos meios de fazê-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trabalhar com cultura, trabalha-se diretamente e invariavelmente com as demais estruturas sociais. Longe de reduzir os estudos culturais a um pluralismo simplista, se pode afirmar que o legado teórico deixado é o de que a teoria precisa questionar, e causar também ela mesma seus “efeitos”, para problematizar padrões e modelos, que no caso desta investigação, foram as representações que podem parecer cristalizadas acerca das mulheres, mas que são ideias muitas vezes limitadoras cujas imagens midiáticas reforçam.

Por este caminho, notou-se como os julgamentos reguladores morais de juventude como molde e modelo acompanham os discursos midiáticos. Atentou-se também como o envelhecimento feminino não é visto como uma etapa da vida, mas, nessas representações, é um efeito das classificações e quadros de referência da cultura que se criam e se reproduzem nesses próprios espaços.

Tais práticas culturais se encontram inseridas em jogos de poder (HALL, 2003), e tais representações certamente servem aos propósitos econômicos¹⁰ e da indústria de cosméticos, do incentivo das intervenções cirúrgicas com finalidade unicamente estética e até mesmo estimulam a venda e distribuição dos periódicos da mídia que fomentam e movimentam estes valores culturais do culto ao corpo jovem.

Santaella (2004) afirma que essas representações midiáticas têm profundo efeito sobre as experiências existenciais corporais, nas formas de fantasiar e de almejar que propõem. Como espaço privilegiado de informação e de difusão de padrões, as publicações para o público feminino acabam incentivando uma progressão consumista da beleza, aponta a autora.

Kellner (2001) afirma, contudo, que é concebível pensar que a sociedade do futuro olhe para a nossa época da cultura da mídia como um tempo de “barbarismos”, pelo modo como os interesses comerciais produzem programas e criações que desdenham das mulheres. Também cita como os medos universais e primordiais, entre eles o “de envelhecer, da decadência física” (KELLNER, 2001, p. 164), têm sido explorados de maneira bem-sucedida em Hollywood. Servindo à cultura da mídia, o medo do envelhecimento até mesmo se usou como tema ou como pano de fundo em filmes de terror, explica o autor.

Sobre estes modelos de ser e de viver, quando falamos de envelhecimento ou mesmo de feminilidades, é incontestável que não são fixos ou nem mesmo bem resolvidos, mas é visível como são tanto refletidos como construídos nas e pelas mídias. Numa visão mais estrutural, pode-se defender que não somos a origem das réguas que medem nosso valor social como imagem, mas somos submetidos ao cenário social e temos de reagir aos seus efeitos apenas dentro das possibilidades que estão ao nosso alcance.

Talvez por isso, justamente, em nossa sociedade, alguns poucos

10 Mesmo trabalhando entre as práticas articuladas em torno de contradições, contudo, nos estudos culturais nem a vertente culturalista nem a estruturalista tem foco específico na análise econômica da produção cultural e ideológica, debruçam-se no nível do conteúdo e no nível das formas e estruturas (HALL, 2003).

e pequenos atos cotidianos possam denunciar essas estruturas de maneira tão contundente: não tingir os cabelos grisalhos é praticamente um ato político de afronta; não se submeter a cirurgias plásticas rejuvenescedoras parece ser uma espécie de contraconduta ao quadro geral da cultura em que vivemos. Problematizar e questionar os produtos da mídia com discursos anti-idade é uma forma de, ainda que muito singela, fugir dos jogos cruéis da cultura da mídia que com base na afirmação de que envelhecer é perder valor “ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana” (KELLNER, 2001, p. 9).

As imagens e os valores difusores de modelos pré-estabelecidos para mulheres (con)formam percepções de mundo. Mas é pertinente lembrar, contudo, que tais representações, mesmo que sejam muito representativas do social e do cultural e criadoras de modelos identitários, têm origens móveis e podem ser profundamente questionáveis.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Gisela G. S. Precisamos discutir o idadismo na comunicação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 101-114, jul./dez., 2015.
- EGO NOTÍCIAS. Redação. **Jornal: Juliana Paes e Camila Pitanga estariam ‘velhas’ para viver Gabriela**. Publicação de 28 de outubro de 2011. Disponível em: <<http://ego.globo.com/famosos/noticia/2011/10/jornal-juliana-paes-e-camila-pitanga-estariam-velhas-para-viver-gabriela.html>>. Acesso em 1 fev. 2017.
- GOLDENBERG, Mirian. **Coroas: corpo, sexualidade e envelhecimento na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2003.
- KARPF, Anne. **Como envelhecer**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: EDUSC, 2001.
- PROSA LIVRE. Artur Francischi. **Aos 28 anos, Elizabeth Banks foi considerada ‘muito velha’ para viver Mary Jane em “Homem-Aranha”**.

Publicação de 23 de junho de 2016. Disponível em: <<http://prosalivre.com/aos-28-anos-elizabeth-banks-foi-considerada-muito-velha-para-viver-mary-jane-em-homem-aranha/>>. Acesso em 1 fev. 2017.

PROSA LIVRE. Artur Francischi. **Como é ser atriz com mais de 40 anos em Hollywood? Difícil, muito difícil**. Publicação de 18 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://prosalivre.com/atriz-40-anos-hollywood-dificil/>>. Acesso em 1 fev. 2017.

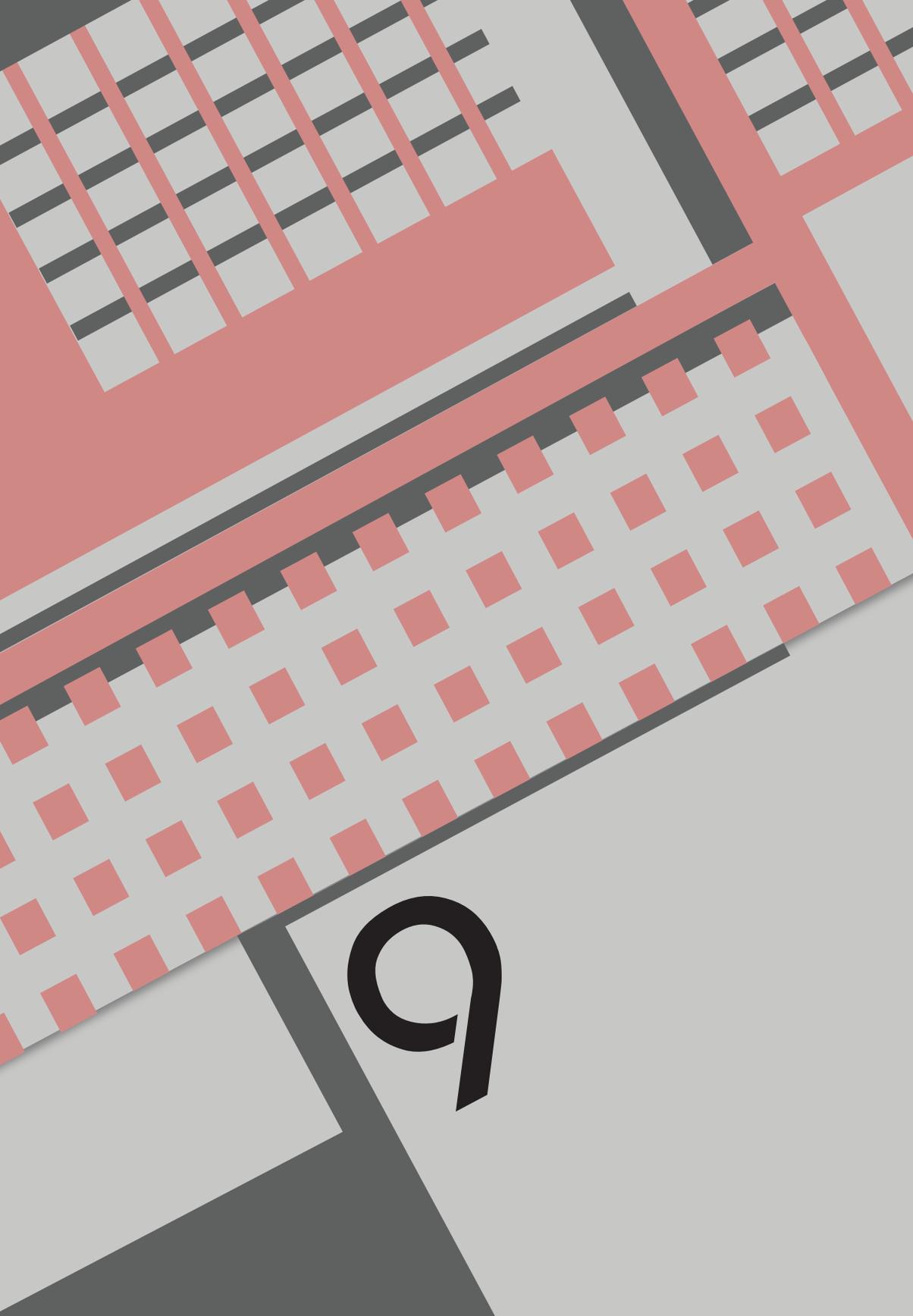
REVISTA CLAUDIA. Redação. **Olivia Wilde foi considerada “muito velha” para o elenco de “O Lobo de Wall Street”**. Publicação de 17 de março de 2016. Disponível em: <<http://claudia.abril.com.br/noticias/olivia-wilde-foi-considerada-muito-velha-para-o-elenco-de-o-lobo-de-wall-street/>>. Acesso em 1 fev. 2017.

SANTAELLA, Lucia. **Corpo e comunicação**. São Paulo: Paulus, 2004.

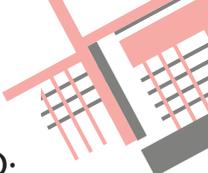
SÉRIES POR ELAS. Carolina Maria. **Invisibilidade etária: como Hollywood trata suas atrizes mais velhas**. Publicação de 9 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://seriesporelas.com.br/invisibilidade-atrizes-com-mais-de-40-anos/>>. Acesso em 1 fev. 2017.

THE GUARDIAN. Ben Child. **Maggie Gyllenhaal: At 37 I was ‘too old’ for role opposite 55-year-old man**. Publicação de 21 de maio de 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/film/2015/may/21/maggie-gyllenhaal-too-old-hollywood>>. Acesso em 1 fev. 2017.

VILA MULHER. Juliana Falcão. **Juliana Paes é considerada velha demais para viver Gabriela**. Sem data de publicação. Disponível em: <<http://vilamulher.uol.com.br/famosos/mundo-da-fama/juliana-paes-e-considerada-velha-demais-para-viver-gabriela-6-1-80-1437.html>>. Acesso em 1 fev. 2017.



9



A IDENTIDADE DOCENTE NA PERSPECTIVA DO ALUNO: OS DISCURSOS CONSTRUÍDOS NO COTIDIANO DA SALA DE AULA

SILVIO CESAR LOPES DA SILVA¹
PAULA ALMEIDA DE CASTRO²

Este artigo é resultado de uma pesquisa, na qual refletimos sobre a identidade docente, a partir da concepção e dos discursos dos alunos mediante uma atividade desenvolvida em sala, realizada em uma escola da Rede Estadual de Ensino da Paraíba na Cidade de Campina Grande -PB. A partir dos estudos iniciais sobre a problemática, fomos instigados a nos debruçar e investigar o fenômeno, partindo das considerações de Arroyo (2009), Pacheco e Tassara (2001) que compreendem ser a sala de aula um espaço de reprodução de identidades. Partindo do desafio que representa considerar as falas das crianças, visto que culturalmente carregam o estigma de imaturas, incapazes de emitir opiniões, como pondera (PACHECO; TASSARA, 2001) “Por que se preocupar com o que pensam e com o que dizem as crianças? Por que escutar e o que apreender de suas falas, aparentemente tão desarticuladas, talvez engraçadas?” Todo esse desmerecimento é produto de uma sociedade que não lhe permitiu voz, não valorizou o conteúdo de suas falas. Porém, a imponência de suas ideias exigiram mais atenção, pois:

Estamos tratando de e com crianças capazes de atuar socialmente e de influenciar definitivamente no rumo das transformações das sociedades em que vivem, enquanto aprendem a apreender o mundo. As falas das crianças nos auxiliam na interpretação dos fatos do mundo na medida de sua espontaneidade e capacidade criativa natural. (PACHECO; TASSARA, 2001, p.193)

1 Mestre pelo Mestrado Profissional em Formação de Professores. Doutorando do Programa de pós graduação em educação – PPGED da UFRN. Bolsista CAPES. Professor da Rede Estadual de ensino do Estado da Paraíba. E-mail: sclopes2@yahoo.com.br

2 Professora do Departamento de Educação da UEPB/Professora do Mestrado Profissional em Formação de Professores (PPGFP/UEPB). E-mail: emailsdapaula@gmail.com

Desse modo, as narrativas infantis foram ganhando espaço, fazendo surgir estudos e pesquisas, comprovando assim sua relevância e desenvolvimento de novos saberes. Daí a necessidade de perceber que:

As narrativas infantis que alteram a canonicidade das histórias tornam as crianças protagonistas, construtoras de mundos reais e possíveis, relevantes e dignos de serem contados, ensejando a intertextualidade, a criação de textos que integram elementos de várias histórias infantis, o que pressupõe a mediação do adulto, que disponibiliza o acesso ao mundo da cultura adulta. (KISHIMOTO; SANTOS; BASÍLIO, 2007, p.436)

Quais mundos a crianças observa à partir da sala de aula? E quais mediações o professor vem afazendo para explicitar de forma clara esses mundos? Nesse contexto, surgem discussões relacionadas a identidade docente, na perspectiva da criança. Pois, considerando as crianças como produtoras de cultura é coerente que aconteçam trocas de representações que venham a contribuir na construção de múltiplas identidades contemporâneas do professor. Conforme (ARROYO, 2009, p. 42) “É justamente em sala de aula que o professor produz e reproduz suas novas identidades”. Percebemos esse movimento do novo, ao relacionarmos com as atuais exigências pelas quais passam o sistema educacional, culminando em diversos programas de formação continuada.

Assumimos aqui o conceito de identidade no plural, assim como o entende Castells (1999), uma vez que numa sociedade moderna a identidade é concebida pela pluralidade, por estar em contínua mudança de significados e atributos culturais que se inter-relacionam.

Assim, se o professor é convidado a refletir e ressignificar sua prática, os alunos ocupam lugar privilegiado nessa construção, como sujeitos que convivem diariamente no mesmo espaço e enfrentam desafios que influenciam no ser aluno e no ser professor. Sugerindo aos alunos a representação que caracterizasse o profes-

sor, esperávamos que emergissem os aspectos políticos, sociais e pessoais implicados no cotidiano escolar, uma vez que a sociedade vem vivenciando inúmeros problemas os quais afetam diretamente o aluno, o professor a comunidade escolar. Porém, partir das relações e trocas simbólicas e sociais vivenciadas na sala de aula, vamos perceber os rumos que as discussões tomam e as descobertas e ressignificação da(s) identidade(s) docente a partir dos discursos verbais e não verbais dos alunos.

METODOLOGIA

Nesta abordagem metodológica, de cunho qualitativo, foram coletados dados a partir das expressões verbais e não verbais dos alunos, durante algumas atividades desenvolvidas na sala de aula no primeiro semestre de 2017. Sendo os sujeitos, discentes de duas turmas de Sexto e do Oitavo Anos C do Ensino Fundamental de uma escola pública no turno da tarde, numa amostragem constituída por 46 alunos.

Assim, a nossa fonte de dados é o ambiente natural onde no dia a dia convivemos e nos relacionamos, a sala de aula. A necessidade de freqüentar e estar nos locais de estudo e inserido no contexto, entendendo as ações e relações estabelecidas para prendê-las. Neste caso, “Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal” (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 47)

Minayo (2010, p. 25), numa reflexão a cerca do papel das ciências sociais, aponta-nos que:

A pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com ritmo próprio e particular (MINAYO, 2010, p. 25)

Seguindo essa lógica a qual os autores sinalizam, pensamos e situamos a nossa pesquisa a partir do contexto o qual

nos inserimos. Dessa forma, essa pesquisa parte da experiência em sala de aula e tem como objetivo, apresentar os resultados de um estudo sobre a identidade docente na perspectiva do aluno a partir dos discursos construídos no cotidiano da sala de aula. Considerando, que as crianças, são “sujeitos sociais, culturais, de direitos” (ARROYO, 2009).

Dessa forma, voltando o olhar para a realidade percebemos que os fenômenos aí estão, cabe-nos um procedimento metodológico que impulse o direcionamento da pesquisa em si e nossa reflexão. Percebe-se que a escolha dos procedimentos metodológicos tanto é desafiador quanto tentador, já que os números de métodos e metodologias são diversos. Porém, ao nos depararmos com as questões que envolvem a pesquisa queremos, na maioria das vezes, encontrarmos respostas que estejam relacionadas com nossa expectativa. Porém, nesse fazer diário vamos experimentando e fazendo com a nossa prática a pesquisa acontecer.

Na abordagem do trabalho de pesquisa, explicitamos os objetivos, deixando os alunos cientes a que se destinariam suas contribuições. Na ocasião, os mesmos foram provocados a representar um professor, entre os que lecionam na turma, escolhido por uma motivação pessoal. As representações também se pautaram por critérios de percurso pessoal, onde as produções ocorreram de modo ilustrada, escrita e por vezes, das duas formas. Os dados obtidos foram analisados a partir de uma leitura crítica e reflexiva.

O DISCURSO E A SALA DE AULA: OS SENTIDOS EXPLÍCITOS E ESCONDIDOS

Nas nossas relações nos deparamos com os mais diversos discursos, dos ditos aos não-ditos, dos verbais aos não-verbais. Somos interpelados a dialogar com os mesmos fazendo as mais diversas leituras e interpretações. É preciso entender que:

Discurso não é a língua e nem a fala, mas, como uma exterioridade, implica-as para a sua existência material; idealiza-se, então,

por meio de uma materialidade lingüística (verbal e/ não verbal), cuja possibilidade firma-se em um, ou vários sistemas (lingüísticos e/ ou semióticos) estruturalmente elaborados. Como o discurso encontra-se na exterioridade, no seio da vida social, o analista/estudioso necessita romper as estruturas lingüísticas para chegar a ela. (FERNANDES, 2007, p.18)

O discurso aqui, implica uma exterioridade da língua ou signo lingüístico, que se materializa e ganha sentido no contexto social, gerando dessa forma, a necessidade de se ter habilidade interacionais e cognitivas para compreender e ser entendido. Neste caso, estes fatores os quais assinala o autor, constituem no momento da produção lingüística, o contexto situacional, diferente do contexto lingüístico. É o contexto que nos permite aceder ao significado de uma palavra.

Assim, quando voltamos nosso olhar para a sala de aula, percebemos a forma como os alunos se comunicam e interagem. As brincadeiras com os colegas, os palavrões ditos, as bolinhas de papel, os riscos e rabiscos nas cadeiras e etc. Sem se dar conta desse processo, o professor na maioria das vezes acaba podendo o aluno, e, por conseguinte o faz distanciar-se do mesmo criando imagens e ideias de sujeitos carrascos, chatos, ignorantes e ruins. Dessa forma, “as posições em contrastes revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desse lugares.”(FERNANDES, 2007, p. 18)

Sob esse aspecto ideológico, Bakhtin (2004) afirma-nos que:

Os signos também são objetos naturais, específicos, daí todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreende-la de um ponto de vista específico. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico. (BAKHTIN, 2004, p.32)

A partir do que o autor destaca, o valor ideológico e semiótico do signo, revela as formas como o indivíduo atribui significado a tudo que o cerca. Nesse ínterim, cabe ressaltar os aspectos linguísticos, naturais e culturais, uma vez que estes são fenômenos produtores de significado.

Quais sentidos a palavra não tem para o aluno? Não pode sair? Não pode conversar? Não pode colar? Não pode jogar bolinha de papel? Muitos são os não representados nos discursos do professor na sala de aula. E a carga semiótica que o mesmo traz no decorrer do processo formativo do aluno vai desencadear distanciamentos os quais o aluno não encontrará sentido naquilo que o professor desenvolve.

Sabe-se que a maturidade se alcança ao longo dos anos e das experiências que o sujeito vai adquirindo, porém, quando o espaço físico proporciona bem-estar, acolhida e motivação, o envolvimento de todos vai sendo dado pelas trocas simbólicas destas vivências.

Dessa forma, Sabendo dos objetivos, interesses e características da sociedade capitalista, as instituições escolares passam por uma expansão bastante acentuada, a qual busca responder as metas determinadas a partir de exames nacionais – ENEM, IDEB³, por exemplo. E mais, esta expansão, variada de uma sociedade capitalista para a outra, tem significado a presença de um número cada vez maior de pessoas e por mais tempo, na relação pedagógica formal de sala de aula. Se por um lado o desejo de aprender requer o imediatismo do tempo vigente, por outro, a qualidade do ensino e o compromisso com o mesmo ficam a desejar. Tais questões nos fazem pensar a nossa relação em sala de aula ao passo que questionarmos quais identidades assumimos junto a nosso aluno?

3 O Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, este foi criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com o objetivo de medir a qualidade do aprendizado nacional dos alunos na educação básica e estabelecer metas para a melhoria do ensino. Sabe-se que mesmo sinalizando melhorias na qualidade do ensino, tais avaliações aponta para um viés do problema, uma vez que a realidade educacional é complexa e envolve diversos fatores que refletem nos resultados finais. In: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoas?id=180>

RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS

A partir de um trabalho prévio, fomos lançando uma questão norteadora, para que os alunos fossem pensando e destravassem quanto à escrita. Ensaíamos fazer o mesmo em outras turmas, porém ao explicarmos alguns alunos não entenderam a proposta, devido ao barulho e ao número de alunos presentes em sala.

Os resultados obtidos demonstram o professor representado sob diferentes ângulos, as imagens diferem-se daquelas tradicionais, por muito tempo propagadas, da professora com seu jaleco branco, diante de um arrumado birô, com um maçã em cima. “A tendência fácil e trocar a imagem dócil por seu oposto, a violência” (ARROYO, 2009, p.35). Estas deslocam-se para representar o tempo presente, onde põem em cena desde os cuidados com a estética à metodologia adotada. Nessa perspectiva, os dados viabilizam a análise sob algumas dimensões.

Partindo do cotidiano do aluno na escola e, por conseguinte na sala de aula, observamos que boa parte do tempo dos mesmos, é sentada observando o professor. Por mais que os docentes tenham o controle do todo, determinando espaços, falas e comportamentos, os alunos também o observam, seguindo ou não as coordenadas do mestre. É preciso perceber que:

A opção por estudar o cotidiano está demarcada pela necessidade de incorporar à compreensão da realidade social a suas margens, em que interagem sujeitos tratados na dinâmica social como insignificantes e do mesmo mundo apreendidos pela ciência. Estes são os sujeitos que dão vida à escola pública e nela fracassam, ou criam muitos problemas, ou nos é ensinar permanentemente a refletir e excluir. (ESTEBAN, 2003, p.125)

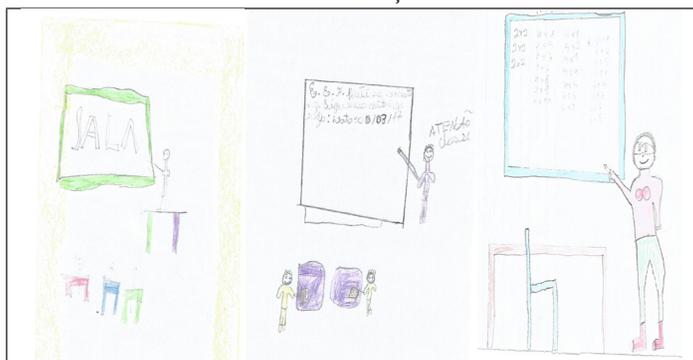
O sentido do fazer pedagógico do professor é o seu aluno. Ele é a vida, ação, pensamento, sentimento e etc. Ter essas questões em mente é dialogar com os sujeitos lhes permitido ser coautores do processo que lhe compete, o ensino-aprendizagem. Assim, a proposta pedagógica de uma escola transformadora e inserida,

tenta articular conhecimentos produzidos com as necessidades do aluno, articulando sentido e prática. Para tanto é necessário o envolvimento do professor e de toda a equipe técnica além das parcerias formadas com o alunado para que os resultados se tornem positivos.

Assim, é pensando nesse cotidiano, em sua singularidade que fomos dando voz ao aluno, trazendo o mesmo para dialogar conosco. Dessa forma, é de suma importância que “educadores e educandos se façam sujeitos de seu processo, superando o intelectualismo alienante, superando o autoritarismo do educador bancário, supera também a falsa consciência de mundo” (FREIRE, 1979, p. 86)

Assim, as imagens que os alunos sinalizam sobre os professores refletem o autoritarismo empregado pelos docentes. Por ser construída culturalmente, a ideia que o professor está acima do aluno, como um ser superior aos demais, eis a forma como os alunos o representa.

IMAGEM 01- REPRESENTAÇÃO DO PROFESSOR



FONTE: O autor (2017)

Destaca-se nas imagens aqui representadas a sala de aula, o professor ou professora e os alunos. A distância entre aquele que ensina e o que aprende é nítida. Percebe-se ainda que a função do professor é àquela que está próxima ao quadro, apontando para o mesmo explicando ou escrevendo. A ideia de cadeiras arrumadas e ordenadas representa uma sala de aula nos moldes tradicionais, a qual o aluno

escreve aquilo que o professor copia e só interage quando lhe é permitido, daí a necessidade de chamar a atenção da sala para a tarefa de matemática escrita no quadro. Não estaríamos a transformar a educação num fazer depositário, onde os educandos são os depositários e o educador o depositante? (FREIRE, 1979)

Por mais que tenhamos avançado em relação as teorias educacionais, as modernas didáticas e metodologias de ensino, não conseguimos superar o modelo bancário de educação o qual Freire (1979) criticou. Pois, por mais que tenhamos avançado em relação às tecnologias e mídias digitais continuamos a explorar as tecnologias de antigamente, o quadro e o pincel atômico são ferramentas *sine qua non* e indispensáveis para o fazer pedagógico do professor. No universo de amostragens, aproximadamente 46 alunos não observamos em nenhum dos desenhos a presença de uma mídia ou tecnologia na sala de aula, mesmo sabendo que muitos alunos estão portando aparelhos celulares, fones de ouvidos e em algumas salas termos aparelho de TV e DVD.

Seguindo a mesma lógica das primeiras imagens, destacamos alguns traços nessa segunda imagem. O aluno retrata o seu gosto pelo professor, onde afirma que “Meu professor... eu gosto muito dele... ele é legal” Em um outro momento a sala passa a ser retratada como um local de diversão, uma vez que mesmo o professor dando aulas os alunos estão a brincar com bolinhas de papel.

IMAGEM 02 - REPRESENTAÇÃO DA SALA DE AULA



FONTE: O autor (2017)

O poder do professor deriva de uma outorga social, a qual cul-

turalmente foi construída. Este torna as relações na sala de aula assimétricas e gera a noção de controle e domínio de sala. Não seria a atividade copiada no quadro uma forma de manter o aluno quieto sem bagunçar? O que fica-nos claro, é que na sala de aula aqui representada, o poder é uma questão central. Este poder, cuja distribuição poderia assentar na assimetria de conhecimentos, é muitas vezes desafiado ao nível dos papéis comportamentais e não tanto ao nível dos conhecimentos. Ele é tido pelo professor. A ele pertence.

Em outro momento, a parte escrita, os alunos avaliaram alguns aspectos físicos e estéticos, tais como: “...arrumado e meio suado”; “Professora, Mary é muito atraente, bonita, elegante, charmosa, ela é boa e de vez em quando ela é brava...” (Ana).

No aspecto sócio cultural, reconhecem a importância do professor, o definem como bem sucedido e necessário para sua formação, além de avaliarem suas metodologias.

Eu gosto muito da professora de história ela explica as atividades muito bem...eu adoro a professora de matemática ela passa muita atividade, mas o que ela quer é que agente tenha muita facilidade. (Allan)

Eu vejo meus professores como vejo todo mundo. eles são boas pessoas e ensinam bem. A minha professora de geografia dizia que “se você repetirem eu vou ta lá só rindo hahahaha”. Tem professores bons e ruins, eles colocam a gente pra fora sem a gente fazer nada! (Jose)

Minha professora é amiga, companheira e boa. É engraçada quando ela grita. (Socorro)

Observamos que os aspectos psicológicos permeiam toda a atividade proposta. A afetividade ou a ausência dela foi expressa em praticamente todas as falas e também por meio de desenhos, como nos exemplo acima. O distanciamento do professor des-

ta realidade apresenta e relata nos discursos dos alunos gera na maioria das vezes o desgaste da identidade do educador, que não se sente útil no espaço da sala de aula e indiferença do aluno em não interagir com as atividades desenvolvidas em sala.

Destacamos alguns textos os quais explicitam a insatisfação do aluno em relação ao comportamento do professor frente aos mesmos:

Gosto do professor porque ele é paciente, amigo... Já não gosto da professora Mary porque ela não sabe lidar com os alunos, ela é chata! (Aline)

Gosto da professora quando ela passa tarefa e me diz que sou um bom aluno... a professora não é chata, o aluno que não faz nada é chato! (Samuel)

Eu acho os professores legais e uns chatos, porque eles Passam muita tarefa. São legais e educados.a melhor parte é fazer prova pesquisada ou tarefa em grupo ou dupla! (Ellen)

No entanto, as declarações de afeto prevaleceram, contendo nas entrelinhas aspectos das identidades dos seus professores. A princípio, podemos julgar as representações como imaturas, que pouco dizem a respeito da identidade do professor, como sintetiza Demartini (2009, *apud* Santos; Lucini, 2013) “...temos, principalmente no caso de crianças, esse contexto da ‘pouca fala’. Isso demanda do pesquisador enfrentar uma dificuldade muito grande, que é entender o que é dito ou aquilo que não é dito numa ‘palavrinha’ só. Corroboramos com as colocações do autor, constitui-se uma atividade desafiadora, interpretar o que realmente as crianças pretendem expressar, considerando todo o contexto dos sujeitos envolvidos na pesquisa, as condições que permitem ou limitam os alunos de expor de forma democrática e imparcial seus relatos.

É importante destacar que:

A dicotomia boa e má aparece na narrativa das crianças. A representação icônica (sorriso) classifica a bruxa de boa e a experiência pessoal de sujeira, de má. Pôr o dedo no nariz e sujeira na boca são atributos de maldade, concepções construídas na cultura. (KISHIMOTO; SANTOS; BASÍLIO, 2007, p.439)

Ou seja, as identidades e representações construídas ao longo do processo de escolarização dos alunos é uma soma de fatores dentre os quais se destacam o cultural. Estas passam a ser quebras ou ampliadas, uma vez que ao chegar no ensino fundamental II muitas vivências até então tidas anteriormente, como a da tia, que os acompanha durante toda a semana, passa agora a ter um professor por matéria ou disciplina. O contato com os mesmos é determinado pelo horário das aulas para o dia.

A partir do que se destaca nas representações aqui destacadas é preciso entender que a identidade docente vai evoluindo durante o seu agir no mundo, uma vez que essa não é um atributo fixo para uma pessoa, mas sim um fenômeno social e relacional que se constrói constantemente e se adapta ao contexto. E tendo por base o modelo social o qual vivemos, onde as relações se tornam líquidas, os bens descartáveis e tempo efêmero, não dá para pensar os sujeitos – alunos e professores, em suas relações como sendo meros espectadores de um teatro sem palco ou plateia. Mais que show, consumo ou competitividade é preciso sujeitos humanos, que a cada dia humanizem suas relações e transformem o espaço da escola num ambiente onde o conhecimento e o saber sejam marcas constantes de uma busca coletiva.

Contudo, consideramos extremamente positivos os dados que esta pesquisa revelou, embora implicitamente, os alunos conseguem caracterizar traços das identidades docentes. Propiciando novas discussões e contribuindo com a redefinição de imagens e a ressignificação de suas práticas, que a nosso ver, foi por vezes denunciada, quando da limitação ao uso do livro didático, dos excessivos exercícios copiados no quadro e por submissão da ‘falá’ do aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os achados com a pesquisa, destacamos a importância da participação do aluno em sala de aula e para que isso ocorra, o professor deve dar voz ao aluno, reconhecendo seu potencial e sua identidade. A sala de aula não pode ser vista por estes como um ambiente hostil, muito pelo contrário, o professor deve mediar o conhecimento e aceitar a fala do aluno, pensando sempre no bem-estar desses.

Pois como já foi ressaltado, a carga semiótica que o mesmo traz no decorrer do processo formativo do aluno vai desencadear distanciamentos os quais o aluno não encontrará sentido naquilo que o professor desenvolve. Esse distanciamento irá interferir negativamente na aprendizagem do aluno, pois sabemos que grande parte das coisas que aprendemos é fruto das experiências vividas e trocas de conhecimentos.

Por tanto, vale ressaltar que se o espaço físico proporciona bem-estar, acolhida e motivação, o envolvimento de todos vai sendo dado pelas trocas simbólicas das experiências, vivencias e conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Ed. Petrópolis, RJ:Vozes,2009.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em Educação**: fundamentos, métodos e técnicas. Portugal: Porto Editora, 1994.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

ESTEBAN, M. T. Sujeitos singulares e tramas complexas – desafios cotidianos ao estudo e à pesquisa. In: REGINA, R. L. (Org.) **Métodos, métodos e contra métodos**. São Paulo: Cortez, 2003.

FERNANDES, C. A. **Análise do discurso:** reflexões introdutórias. 2 ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

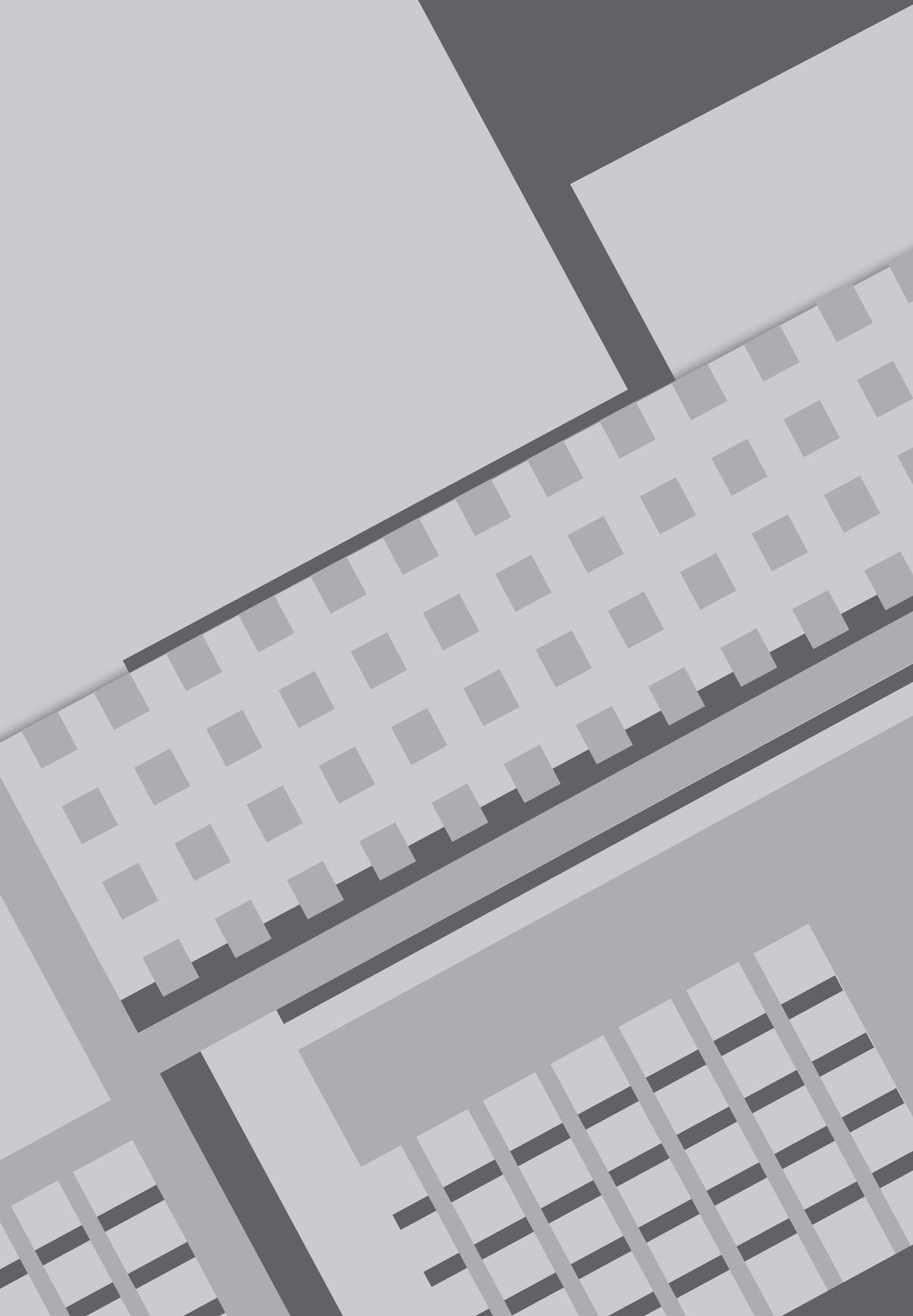
IDEB. **Apresentação.** < <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes?id=180>>. Acesso em: 03 de Abril de 2017.

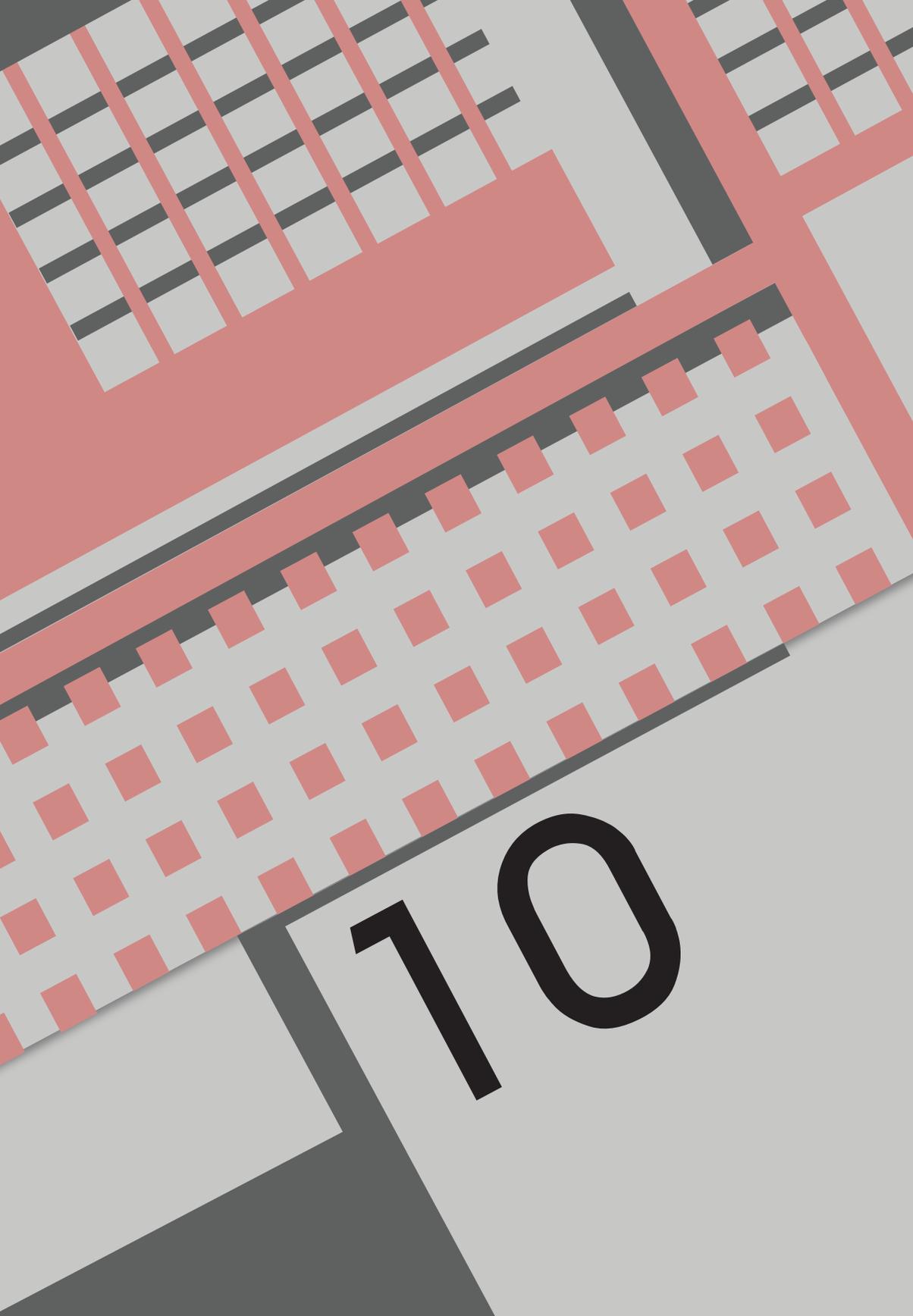
KISHIMOTO, T. M; SANTOS, M. L.R; BASÍLIO, D.R. Narrativas infantis: um estudo de caso em uma instituição infantil . Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 427-444, dec. 2007. ISSN 1678-4634. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/28058/29862>>. Acesso em: 07 Abril de 2017.

MINAYO, M. C. Souza (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

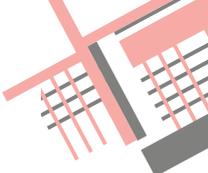
PACHECO, E. D; TASSARA, H. Infância, imaginários e subjetividade: representação da morte dos “Mamonas Assassinas”. In: Castro, Lucia Rabello de. **Crianças e jovens na construção da cultura.** Rio de Janeiro: NAU; FAPERJ, 2001.

SANTOS, José Douglas Alves dos. e LUCINI, Marizete. Parte da Monografia intitulada: “**O professor é importante, porque é porque se não for aí não é:** escutando as crianças e pensando o professor”. Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Abril de 2013.





10



RELAÇÕES ENTRE TECNOLOGIA E TRABALHO: SITE, ESPAÇO DIGITAL DE CONSTRUÇÃO DA GRANDE EMPRESA

MARIA ISABEL BRAGA SOUZA¹
TEUMA DOMINGUES DA SILVA²

PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

Inseridas no sistema capitalista, as organizações têm metas a serem cumpridas, processos para gerenciar e controlar que envolvem toda cadeia produtiva e de consumo. Nessa direção, buscam a “uniformização” dos seus processos de significação nos materiais de comunicação empresarial, entre eles o *site*, por exemplo, materiais que no campo das Comunicações fazem parte das “estratégias” de gerenciamento da marca – ou, na concepção da Análise de Discurso, dos efeitos de sentidos que a organização produz em seus discursos, impactando até mesmo a sua “sobrevivência” no mercado.

A Comunicação está na sociedade inserida como área tecnológica, e a nossa proposta no presente artigo é compreender *efeitos de sentido* (PÊCHEUX, 1969) produzidos na sociedade através de *sites* de grandes empresas. Na perspectiva da Análise de Discurso, a uniformização é da ordem do imaginário e situa o sujeito a partir de determinadas evidências – daí os efeitos de comunicação e de informação, bem como a compreensão da possibilidade de um controle da/na linguagem (significada enquanto “estratégia”).

A realidade das organizações é materializada por meio da linguagem, em uma conjuntura que envolve sujeitos que falam e significam a partir de diferentes posições. Nos mais diversos tipos

1 Mestre em Ciências da Linguagem (PPGCL-UNIVÁS), professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da UNIFAE, participa como pesquisadora do Projeto Arte, escrita e sujeito: arquivos, práticas e tecnologias de linguagem na sociedade contemporânea. E-mail: isabelsouza.jornalista@gmail.com

2 Doutora em Linguística pela UNICAMP, professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL da Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVAS. E-mail: telmadds@gmail.com

de enunciados empresariais, há um direcionamento quanto aos sentidos em jogo, compreendido como efeito de fechamento, de modo a que o sujeito, suposto como público de interesse da organização, inscreva-se nas formações discursivas em circulação na Comunicação empresarial.

No funcionamento da linguagem enquanto discurso, compreendemos que os sentidos serão sempre estabilizados através do funcionamento das instituições, como as empresas, que, ao estabilizar sentidos, organizam relações e disciplinam conflitos, dando consequência (estratégica) a sua permanência na sociedade capitalista.

IMAGINÁRIO DA COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE

Ao longo das últimas décadas, as transformações tecnológicas forçosamente trouxeram mais velocidade às organizações, impactando a produtividade, o perfil do trabalhador e também a economia. As formações discursivas próprias do capitalismo na contemporaneidade afetam as empresas e o seu público, constituindo um discurso mundial que trata sobre as questões da pobreza, saúde, meio ambiente, entre outras ditas “responsabilidades”, que agem na significação produzida entre a empresa e o público.

O neoliberalismo impõe a tecnologia (as TICs) à sociedade, o estar conectado, o estar na internet, o mostrar-se, e produz-se, hoje, no que diz respeito à Comunicação empresarial, o imaginário de que nos *sites* empresariais as organizações podem estar representadas por completo.

As empresas criam espaços discursivos específicos para que suas formulações possam circular e significar, projetando um modelo de organização. Lembramos que a Internet é também um espaço discursivo que não se encontra alheio às determinações da/na sociedade, mas sim inserido e como parte das práticas sócio-históricas e da ideologia que constituem as relações dos sujeitos entre si e com os objetos do mundo.

Silva Sobrinho (2011) reflete sobre o efeito de silenciamento quanto às desigualdades sociais que se produzem com a/na tec-

nologia da internet e nos sentidos de uma “sociedade da informação”, ao buscar:

compreender como uma sociedade que se autoneia “sociedade da informação”, ao mesmo tempo silencia questões que estão subjacentes ao seu funcionamento, sobretudo as relações antagônicas entre capital e trabalho em suas manifestações como desemprego estrutural e desigualdades sociais (p. 21)

Os *sites* da comunicação empresarial, nosso objeto de estudo, participam desse efeito de silenciamento. Os materiais de comunicação, por exemplo, estão ali disponíveis sob a premissa de que o público precisa “saber tudo” sobre a empresa, e ali, na Internet, é possível encontrar esses dados, imaginariamente em sua completude, e disponibilidade: a inserção da empresa no espaço digital produz um efeito de “transparência”, pois a empresa coloca à sociedade seus dados, produzindo-se o imaginário de “acesso livre”. Estes são, portanto, elementos discursivos importantes na sociedade contemporânea, constituindo esses sentidos de um mundo globalizado e seus efeitos de desterritorialização, de algo sem fronteiras, aberto.

O discurso empresarial assume então, em tal contexto, efeitos de sentido de “informação” diante do público em geral (a sociedade na qual a empresa se insere) e de outras empresas. Os sentidos “informativos” produzem ainda efeitos de evidência, fazendo com que a empresa se signifique de forma homogênea, cerceando interpretações outras, buscando ordenar os sentidos em determinada direção.

Compreendemos, assim como Silva Sobrinho (2011), que o discurso sobre o trabalho se materializa e se propaga na internet. O autor referido analisa sites de busca de emprego, de oferta de trabalho, mostrando como o sujeito trabalhador está posto aí nesse espaço digital. Em nossa análise, abordarmos o discurso empresarial que é também um modo do discurso sobre o trabalho tomar forma, considerando, porém, que o discurso empresarial não é dirigido especificamente ou unicamente ao trabalhador.

Ao buscarmos compreender os materiais de comunicação presentes no espaço digital, percebemos que há direcionamento a sentidos de trabalho ágil, flexível. Esses são sentidos característicos da sociedade contemporânea enquanto sociedade “informatizada”, sociedade em que as relações não seriam mais hierarquizadas, mas horizontais, de parceria – funcionando novamente, portanto, como forma de simular o desaparecimento do antagonismo de classes (SILVA SOBRINHO, 2011).

Assim, considerando o modo como a empresa se significa junto à sociedade – trabalhadores, concorrentes, comunidade em geral –, propomos analisar os efeitos de sentido produzidos a partir da textualização dos *sites*, que, na área da Comunicação Social, são concebidos como uma estratégia de porta de entrada, o primeiro contato ou um contato mais aprofundado entre o público e a empresa.

A textualização dos sites se dá por *links* e *hiperlinks*. Sobre uma compreensão do processo histórico para os sentidos na leitura (o gesto de ler), Dias (2013) vai lembrar que a linguagem sai da esteira da oralidade e passa para a da visualidade – já com o advento da escrita que, inicialmente reproduz a oralidade (a sua linearidade/ temporalidade). Com o acontecimento da informática, da Internet, a relação de sentido da leitura se modifica: “a leitura se descola do fio temporal linear” (p. 55). Essa forma de textualização por *hiperlinks*, diz ela, vai produzindo o excesso.

Na análise que estamos desenvolvendo nesse artigo, considerando a “comunicação empresarial” e o discurso empresarial, observamos esse excesso na textualização dos *sites*, em seus efeitos de informação e completude.

Compreendemos que os discursos produzidos pela comunicação empresarial têm efeitos de fechamento, de transparência. E para o público ao qual a empresa destina seus dizeres, esses efeitos levam a interpretações que rotulam a organização, dando a ela qualidades, produzindo consenso, cerceando opiniões, sentidos em direções específicas e determinadas. Nos *sites*, por exemplo, as empresas institucionalizam a maneira como se colocam no mer-

cado e se apresentam à sociedade por meio de uma base digital, que, na contemporaneidade, torna-se um importante espaço discursivo para as organizações.

Com a mundialização, as relações sociais podem se constituir nessa conjuntura virtual, onde, em nosso caso, para a empresa, há visibilidade e a circulação dos enunciados que se destinam a significar a organização face a seus públicos.

Esse espaço virtual é um local de significação constituído na tensão entre o político e o ideológico. É nele que as empresas criam formulações que possam significar um modelo de organização, um padrão, em busca de consenso. Fazendo-se representar dessa forma, e não de outra, a empresa trabalha a sua imagem organizacional, produzindo evidências em seus dizeres, efeitos de que quanto mais informações a empresa disponibiliza, mais confiável e organizada ela é, ou seja, informações que imaginariamente são necessárias, completas e ideais, contemplando consequências e resultados, conforme Orlandi (2012):

Este discurso [empresarial] explora assim menos os processos e relações e mais as consequências e resultados. Em geral, traz ainda uma carga enorme de preâmbulos que dispõe seu consumidor aos efeitos de uma grande quantidade de “informações” presumivelmente necessárias. Desliza facilmente para preconceitos (que pretende eliminar), muitas vezes para a nostalgia de um mundo idealizado e afeta o óbvio – próprio do sistema capitalista – de uma grande importância e necessidade. (ORLANDI, 2012, p.146).

No trecho acima, Orlandi aponta esse “excesso de informações”, característica da sociedade contemporânea, do qual o discurso empresarial participa. Através dos materiais de comunicação (SOUZA, 2016),³ as organizações inscrevem-se em uma

3 Na dissertação intitulada “Discurso, sujeito e organizações: efeitos de sentido na comunicação empresarial”, por meio da Análise de Discurso de linha francesa, procuramos compreender as chamadas “estratégias de comunicação empresarial”, nas textualidades pelas quais a empresa dirige-se à sociedade por meio dos diferentes sujeitos a ela relacionados (funcionários, consumidores, fornecedores, comunidade na qual está inserida, sociedade em geral). No presente artigo, procuramos compreender melhor o aspecto da textualidade do site, como um desenvolvimento das questões que se mostraram inicialmente na dissertação.

relação com a sociedade a partir do imaginário de uma atuação e participação social, ao se mostrarem não apenas em um papel comercial. Nesse sentido, na ordem do necessário, a empresa disponibiliza uma série de informações para que a sociedade conheça, acompanhe e saiba a respeito de seus posicionamentos e ações nas mais diversas esferas, sobretudo naquelas mais visadas atualmente, como qualidade dos produtos, valorização do trabalhador, desenvolvimento de projetos sociais, meio ambiente etc., produzindo certa imagem sobre o seu “papel” político na sociedade.

Com a mundialização e abertura de novos mercados, a agilidade na informação e o desenvolvimento das relações no espaço digital, fazer-se presente no universo digital surge como demanda, algo que se impõe necessário para as empresas. É nessa direção que pensamos as condições de produção da contemporaneidade, como estamos expondo.

CONSTITUIÇÃO, FORMULAÇÃO E CIRCULAÇÃO DO DISCURSO EMPRESARIAL

Para o desenvolvimento desta reflexão, tomamos a distinção proposta por Orlandi (2012) entre constituição, formulação e circulação, considerando o *site* no espaço o digital como uma textualização (formulação/ circulação) específica, contemporânea do discurso empresarial. Na abordagem da linguagem no espaço digital, é oportuno considerar ainda a noção de memória metálica.

Segundo Orlandi (2012), a memória metálica está ligada à informatização, que produz o efeito de uma memória ilimitada, para nós, um mesmo dentro do que aparenta ser variado, novo.

Um texto produzido em computador e um texto produzido a mão são distintos em sua ordem porque as memórias que os formam são distintas em suas materialidades: uma é histórica e a outra formal. A memória metálica (formal) “lineariza”, por assim dizer, o interdiscurso, reduzindo o saber discursivo a um pacote de informações, ideologicamente equivalentes, sem distinguir posições. O que produz o efeito da onipotência do autor e o deslimite dos seus meios (a memória metálica, a infinidade de informações) (ORLANDI, 2012, p. 17-16).

A memória metálica produz, na interpretação, efeitos de infinidade, completude, de exatidão, e sobre isso, Ferreira (2015), ressalta que:

[...] a memória metálica, produzida pelas novas tecnologias de linguagem, não é um simples e imenso depositário de informações, dados e fatos, uma vez que ela também tem uma relação necessária com a interpretação. E ela também não contém todas as informações, dados e fatos existentes e completos, embora almeje essa completude. (FERREIRA, 2015, p.89).

O digital promoveu uma reestruturação na/da sociedade, proporcionando um novo formato de pertencimento social, um espaço que produz sentidos. Segundo Dias (2012), o digital não demanda a necessidade da presença física, nem mesmo do conhecer pessoalmente, do “ver”, “sentir”, “tatear” para “crer”, o que, para a autora, são aspectos que estruturam aquilo que é virtual na sua relação com o ciberespaço, pensando o político e o simbólico que estão presentes nesse espaço de relações e significações da sociedade atual. Ainda sobre o ciberespaço, Dias afirma que:

[...] com o ciberespaço, o mundo desdobra-se em seu funcionamento (discursivo) e, assim, novas relações de sentidos são tecidas. [...] novos rituais de circulação, novos costumes, novas formas de relação e sociabilidade, novas formas de exercício do poder, novas ciências e formas de conhecimento, novas crenças são criadas em função de uma concepção de mundo que se modifica. (DIAS, 2012, p.17, p.33)

Para nós, tal compreensão faz-se necessária no sentido de pensar justamente o ciberespaço como essa nova forma de exercício do poder, de conhecimento, de sociabilidade, relacionando as empresas nessa conjuntura contemporânea, em uma sociedade que deseja ter informação ágil, que enxerga o digital além de uma extensão da realidade, funcionando como um novo local que demanda presença – a empresa, seus produtos e serviços, sua mão de obra devem estar ali representadas. Dias (2012) propõe que o

ciberespaço permite a desterritorialização das instituições, o que por nós é compreendido pelo modo como as empresas “deixam” seus endereços físicos, sua localização geográfica, para ocuparem um lugar nesse espaço que também reclama significação, relações de sentidos.

Tomaremos para nossas análises as regularidades encontradas nos mapas dos *sites*, estrutura que funciona como um índice, uma textualização que organiza, classifica os enunciados por áreas comuns dentro da empresa. Em nossas análises iremos nos concentrar nos mapas dos *sites* das empresas, a privada e multinacional Alcoa Alumínio S/A, e a Petrobras, empresa brasileira de economia mista.

Ao compararmos a estrutura dos mapas destes *sites*, temos o objetivo de compreender os processos discursivos ali estabelecidos, os modos de significação das empresas através das tecnologias digitais – que demandam uma formulação específica, dada a especificidade de sua circulação. Assim, procuramos compreender o modo de textualização dos *sites* (de duas grandes empresas) como algo organizado, disciplinado, direcionando os sentidos, produzindo efeitos sobre a imagem da empresa junto ao seu público. Com a análise destes recortes, pretendemos refletir sobre os efeitos de sentido que estão postos nesta relação entre a empresa e o público, considerando o digital e seus modos de textualização.

Acessando as páginas oficiais dessas empresas, o visitante encontra *links* com conteúdos muito semelhantes, como: informações e dados institucionais, iniciativas sócio-responsáveis, a questão da sustentabilidade, conteúdo para a imprensa, dados sobre os negócios e produtos, as vantagens de se trabalhar na empresa, relatórios de investimentos, ouvidoria, canais de relacionamento com o público e *links* de direcionamento do visitante para redes sociais, como *Facebook*, *YouTube*, *Linked in*, *Instagram* e *Twitter*, ou seja, regularidades que nos chamaram a atenção, conforme Figuras 01 e 02.

Essa textualização em que se oferece a possibilidade de clicar em uma diversidade de links e também essa referenciação a ou-

tras mídias produzem efeito de completude. Segundo Dias (2013), “quanto mais links um texto trás, mais ele busca a completude, o esgotamento de sentidos. [...] busca esgotar todas as possibilidades de sentidos possíveis, suturar todas as brechas” (p. 55).

FIGURA 01 – RECORTE DO MAPA DO SITE ALCOA ALUMÍNIO S/A

Carreiras
Faça parte de umas das melhores empresas para trabalhar no Brasil.
→ [mais](#)

Alumínio & Cia.
Tecnologia, inovação e qualidade em sistemas de esquadrias.
→ [mais](#)

10 de Janeiro de 2016
Alcoa nomeia Karl Tragl como presidente do Grupo de Soluções de Transporte e Construção
→ [mais](#)

11 de Janeiro de 2016
Instituto Alcoa beneficia mais de 14 mil estudantes em 2015 com o Programa ECOA
→ [mais](#)

Visite-nos!

Mapa do Site

Institucional
→ [Sobre a Alcoa](#)
→ [Alcoa no Brasil](#)
→ [Balancos](#)
→ [Políticas](#)
→ [Prêmio Alcoa](#)
→ [Fornecedores](#)

Sustentabilidade
→ [Visão Geral](#)
→ [Modelo Alcoa de Sustentabilidade](#)
→ [Estratégia](#)
→ [Relatório de Sustentabilidade](#)
→ [Parcerias](#)
→ [Compromissos pela Sustentabilidade](#)

Imprensa
→ [Releases](#)
→ [Banco de Imagens](#)
→ [Contatos de Imprensa](#)

Negócios
→ [Produtos](#)
→ [Mercados](#)

Carreiras
→ [Trabalhe na Alcoa](#)
→ [Desenvolvendo Talentos](#)
→ [Programa Novos Engenheiros](#)
→ [Programa de Estágio](#)
→ [Vagas Disponíveis](#)

Instituto Alcoa
→ [Sobre o Instituto](#)
→ [Alcoa Foundation](#)
→ [Voluntariado](#)
→ [Programa ECOA](#)
→ [Programa de apoio a projetos locais](#)
→ [Iniciativas Globais](#)

Direitos autorais © 2016 Alcoa Inc. [websites mundiais](#) [login de cliente](#)

Índice do Site | Política de Privacidade | Normas Legais | Linha da Integridade | Alcoa no Mundo

FONTE: Alcoa Alumínio S/A (2015)

FIGURA 02 – RECORTE DO MAPA DO SITE PETROBRAS

petrobras tem 40 anos, que também faz parte do #TimePetrobras. Conheça os outros sites:
<http://time.petrobras.com.br>

Desafios do Pré-Sal - QFC 2015
Conheça as 10 tecnologias premiadas do Pré-Sal na Offshore Technology Conference. As tecnologias que tornaram possível a produção nos complexos biológicos do pré-sal foram testadas, comprovadas e hoje representam um importante legado para a indústria petrolífera.

Quem Somos
Perfil
Estratégia
Trajetória
Carreiras
Organograma
Principais Subsidiárias
A Marca Petrobras

Nossas Atividades
Áreas de Atuação
Principais Operações
Tecnologia e Inovação
Produtos e Serviços
Produtos
Serviços
Composição de Preços

Sociedade e Meio Ambiente
Sociedade
Meio Ambiente
Relatório de Sustentabilidade
Seleções Públicas
Canais de Negócios
Investidores
Imprensa

Fale Conosco
Ouvidoria
Canal de denúncia
Cadastro de Relacionamento
Acessibilidade
Política e Termo de Uso
Presença Global
Público Interno
Assistência de Saúde - AM5
Outros Sites Petrobras

Visite-nos
 Acesso à Informação
TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

FONTE: Petrobras (2016)

Empreenderemos nossas análises estabelecendo comparativos entre os mapas de *site* das duas empresas. Há, de certo modo,

no *layout*⁴ dos dois *sites*, uma textualização muito próxima, como uma fórmula semelhante de apresentação das empresas.

No *site* da Alcoa Alumínio S/A, as informações são distribuídas em seis grandes áreas que disponibilizam ao internauta *links* de acesso para aprofundar em determinados itens que o interesse. Já o *site* da Petrobras distribui as informações da empresa em quatro grandes grupos e oferece ainda outros treze *links* para acesso direto a outros conteúdos.

Observa-se o modo como essas empresas nomeiam os grandes grupos de informações. No *site* da Alcoa Alumínio S/A, a seção que apresenta os produtos e mercados de atuação da multinacional é denominada “Negócios”. Ao clicar, o visitante é direcionado a uma outra página, conforme Figura 03, que traz fotos dos produtos e a possibilidade de acesso aos detalhes de cada um deles, e o texto de apresentação que transcrevemos a seguir:

“A Alcoa está presente no cotidiano das pessoas de diversas formas. Seja na fachada de um edifício, em aviões, na estrutura de um carro ou em embalagens de produtos. A Alcoa opera no Brasil em toda a cadeia de produção do alumínio, da mineração de bauxita até produtos transformados e de alto valor agregado. Além de inventar a atual indústria do alumínio, suas inovações representam importantes marcos dos mercados de bens de consumo, aeroespacial, construção civil, embalagens, indústria elétrica, máquinas e equipamentos, petróleo e gás, químicos e transportes. A Alcoa investe incansavelmente em inovações que permitam a aplicação deste metal em milhares de novos produtos, tornando-os cada vez mais seguros, leves e recicláveis.” (grifos das autoras)

Há no texto a produção de sentidos de qualificação do produto Alcoa, como algo inovador e seguro, por exemplo, de sentidos de potencialidade do produto, mostrando-se que este não é distante do sujeito, mas que se encontra em itens necessários, presentes no cotidiano das pessoas de diversas formas, importantes para a sociedade e o seu desenvolvimento. Fala-se da Alcoa na terceira

⁴ Na área da Comunicação, *layout* é a estrutura pensada, planejada, projetada para o material, seja uma página de jornal, revista ou site, por exemplo.

pessoa, através de um discurso impessoal (narrador onisciente), que simula a “descrição objetiva dos fatos”. A referência à empresa *no Brasil* marca, porém, esta como uma interlocução da empresa (multinacional) com um público específico, o brasileiro.

FIGURA 03 – TEXTO DE APRESENTAÇÃO DO ITEM “NEGÓCIOS/ PRODUTOS”

Produtos

A Alcoa está presente no cotidiano das pessoas de diversas formas. Seja na fachada de um edifício, em aviões, na estrutura de um carro ou em embalagens de produtos.

A Alcoa opera no Brasil em toda a cadeia de produção do alumínio, da mineração de bauxita até produtos transformados e de alto valor agregado. Além de inventar a atual indústria do alumínio, suas inovações representam importantes marcos dos mercados de bens de consumo, aeroespacial, construção civil, embalagens, indústria elétrica, máquinas e equipamentos, petróleo e gás, químicos e transportes.

A Alcoa investe incansavelmente em inovações que permitam a aplicação deste metal em milhares de novos produtos, tornando-os cada vez mais seguros, leves e recicláveis.

Downloads
→ [Catálogo de Produtos](#)

Conheça também:
→ [Mercados Alcoa](#)

Óxido de Alumínio | Hidróxido de Alumínio | Alumínio Líquido | Fixadores | Folhas e Chapas | Sistemas de Arquitetura | Lingotes
Bauxita | Perfis Extrudados | Pó de Alumínio | Rodas | Tarugos | Telhas | Tubos

FONTE: Alcoa Alumínio S/A (2015)

No *site* da Petrobrás, conforme Figura 04, esta mesma seção que objetiva apresentar os seus produtos, serviços e preços é designada como “Produtos e serviços”. Neste local, o sujeito (leitor/navegador) encontra outros *links* para conhecimento dos produtos da empresa, e o texto de apresentação também sintetiza o que a estatal oferece “de bom” para a sociedade. A interlocução da empresa aqui marca como interlocutor um “você” (ao *seu* lado, *você*, *seu* negócio), índices que caracterizam esta textualidade como discurso publicitário.

“Seja nas estradas, trilhos, oceanos ou nos céus, nossa tecnologia estará ao seu lado com produtos de alta qualidade e confiabili-

dade. Conheça aqui as melhores soluções que oferecemos para você ou para o seu negócio.” (grifos das autoras)

FIGURA 04 – APRESENTAÇÃO DO ITEM “PRODUTOS E SERVIÇOS”

Produtos e Serviços

Produtos

- Automotivos
- Domésticos
- Aviação
- Marítimos
- Ferrovieiros
- Industriais
- Nitrogenados

Serviços

Composição de Preços

- Gasolina
- Gas Licuado de Petróleo (GLP)
- Diesel

Produtos

Seja nas estradas, trilhas, oceanos ou nos céus, nossa tecnologia citará ao seu lado com produtos de alta qualidade e confiabilidade. Conheça aqui as melhores soluções que oferecemos para você ou para o seu negócio.

Automotivos

O combustível que o seu veículo usa é resultado de muita pesquisa. Por isso, sempre ficamos na performance dos nossos produtos nos postos. O programa de Glo no Combustível é a garantia de que a qualidade que sai do laboratório chega ao tanque.

Domésticos

Nossa energia está nas refinarias do Brasil, tratando o petróleo para o seu dia-a-dia. Conheça nossos produtos.

Industriais

Desenvolvemos produtos para a Indústria brasileira com qualidade e tecnologia reconhecidas mundialmente. Conheça aqui nossa linha de produtos Industriais.

Nitrogenados

Estamos presentes altamente no agronegócio brasileiro fornecendo produtos que garantem a alta performance de produtividade no campo.

Ferrovieiros

A tradição e qualidade de nossos produtos seguem pelos trilhos do país. Saiba mais aqui.

Marítimos

Nossa marca também impulsiona barcos e navios. Oferecemos nossa linha de produtos marítimos na costa brasileira, com garantia e sempre associados.

Aviação

Os produtos Lubrax Aviação seguem as melhores práticas internacionais, levando nossa qualidade aos céus do mundo todo.

FONTE: Petrobras (2016)

Consideramos, no entanto, que nos dois recortes acima, embora de formas diferentes, prevalece um discurso publicitário, produzindo efeitos de evidência, do quão necessários esses produtos são e o quanto estas empresas podem atender – com qualidade, inovação e confiabilidade – ao mercado que os consome. Portanto, tais textualidades, que se estruturam como divulgação/publicidade, são parte do funcionamento da sociedade capitalista enquanto formação discursiva-ideológica, que se identifica pela significação das relações enquanto relações mercantis.

[...] o modelo de economia capitalista, com suas esferas de produção e circulação de mercadorias, representou com seu surgimento, um campo bastante propício para que a publicidade se desenvolvesse, uma vez que foi se tornando necessário não apenas informar a existência de uma mercadoria disponível para consumo, mas fazê-lo de uma forma que essa mercadoria ganhasse, por assim dizer, destaque perante as outras. (CARROZZA, 2010, p. 33)

Em tais recortes, um determinado conjunto de palavras, como “qualidade”, “inovação”, “investimento”, “confiabilidade”, dado o contexto do discurso empresarial e publicitário, funcionam através da naturalização de seus sentidos, como adjetivos que “garantem” atributos “positivos” à empresa, diferenciais perante o mercado, o consumidor e os negócios – atravessados ainda pelo discurso capitalista e o efeito da necessidade que precisa ser atendida, e que “só será satisfatória” por meio desta e não de outra empresa concorrente, dependendo do modo como ela se significa em seus discursos, junto ao seu público.

Pelas técnicas da publicidade, cada vez mais se diz que é importante dar ao produto seu diferencial e, como hoje o acesso às tecnologias está cada vez mais fácil às empresas, esse diferencial não pode se restringir a um atributo físico do produto. Por isso, “agregar valor” é a palavra de ordem, no sentido de aproximar a marca a um determinado conceito ou ideia que tenha, dentro do que pode ser considerado, força de venda. (CARROZZA, 2010, p. 43)

O TRABALHADOR COMO PRODUTO DA EMPRESA

Segundo nossa proposta de compreender o discurso sobre o trabalho funcionando nos *sites* de grandes empresas, observa-se primeiramente que o sentido do trabalhador para a empresa é o de “mão de obra”. O trabalhador, como sabemos, é aquele que vende a sua força de trabalho para a empresa, algo naturalizado na nossa sociedade, que silencia o fato de que o trabalhador é obrigado a vender a sua força de trabalho. Com esse objetivo, buscamos analisar alguns determinados recortes que nos sites das empresas

Alcoa Alumínio e Petrobras produzam sentidos para a “mão de obra” de cada uma dessas empresas.

Em relação à mão de obra, no *site* da Alcoa Alumínio S/A há uma seção somente para informações sobre “Carreiras”, onde são informadas as vagas disponíveis, os programas desenvolvidos pela empresa como *trainee*, estágio e o desenvolvimento de seus “talentos”, com a seguinte apresentação, conforme Figura 05:

“Alcoa é uma empresa que acredita em seus talentos e oferece a estrutura necessária para o desenvolvimento de suas carreiras. Sustentabilidade e inovação são parte da estratégia de atuação da empresa e, em especial, a forma como são gerenciados os talentos internos. A Alcoa investe continuamente para reter e contratar os profissionais certos, comprometidos com o desenvolvimento de soluções inovadoras e que possam contribuir para o sucesso da companhia em seus mais diversos setores de atuação no mundo. As práticas pioneiras adotadas pela empresa já foram reconhecidas por muitas premiações da área de Recursos Humanos do Brasil nos últimos anos. É reconhecida como uma das melhores empresas para começar a carreira pelo Guia Você S/A. uma das Melhores Empresas para trabalhar de acordo com o Instituto *Great Place to Work*, e também eleita uma das empresas mais sustentável em seu setor de atuação pelo Guia Exame de Sustentabilidade.” (grifos das autoras)

Primeiramente, observamos os sentidos da sustentabilidade e da não hierarquização das/ nas relações de trabalho como sentidos constitutivos do discurso da globalização. Além disso, a referência aos processos e modelos avaliativos (os *ranks* e guias) atualiza também a discursividade empresarial no contexto contemporâneo, de qualificação internacionalizada. Observamos ainda que os sentidos de “carreira”, valorização do “talento” e do “comprometimento profissional”, entre outros, situam nas relações de trabalho a significação da empresa como um espaço de conquistas, de realização e formação profissional, significação que funciona, novamente, na direção do silenciamento e da dissimulação das desigualdades que caracterizam o lugar do trabalhador e do empregador. Produz-se, portanto, a imagem de uma empresa que

acredita em seus funcionários e contribui para que eles tenham qualidade de vida e crescimento profissional, imagem que, diante do mercado, dos consumidores, do público e até mesmo de outras empresas do setor, mostra-se como “estratégica”, ao evidenciar os diferenciais da Alcoa, sem deixar que estes sentidos escapem.

FIGURA 05 – TEXTO INICIAL “TRABALHE NA ALCOA”

ALCOA alcoa.com

Alcoa no Brasil

Home Institucional Negócios Sustentabilidade Carreiras Imprensa Instituto Alcoa

Carreiras

ÉPOCA Melhores Empresas para Trabalhar 2015 Brasil

FORTUNE WORLD'S MOST ADMIRED COMPANIES 2015

Dow Jones Sustainability Indexes

VOCÊ S/A AS MELHORES EMPRESAS PARA COMEÇAR A CARREIRA

Trabalhe na Alcoa

- Trabalhe na Alcoa
- Depoimentos
- Desenvolvendo Talentos
- Programa Novos Engenheiros
- Programa de Estágio Alcoa
- Programa de Trainee
- Vagas Disponíveis

A Alcoa é uma empresa que acredita em seus talentos e oferece a estrutura necessária para o desenvolvimento de suas carreiras. Sustentabilidade e inovação são parte da estratégia de atuação da empresa e, em especial, a forma como são gerenciados os talentos internos. A Alcoa investe continuamente para reter e contratar os profissionais certos, comprometidos com o desenvolvimento de soluções inovadoras e que possam contribuir para o sucesso da companhia em seus mais diversos setores de atuação no mundo.

As práticas pioneiras adotadas pela empresa já foram reconhecidas por muitas premiações da área de Recursos Humanos do Brasil nos últimos anos. É reconhecida como uma das Melhores Empresas Para Começar a Carreira pelo Guia Você S/A, uma das Melhores Empresas para trabalhar de acordo com o Instituto Great Place to Work, e também eleita uma das empresas mais sustentável em seu setor de atuação pelo Guia Exame de Sustentabilidade.

FONTE: Alcoa Alumínio S/A (2015)

No *site* da Petrobras, conforme Figura 06, essas informações referentes a contratações e mão de obra estão inseridas como um subitem na seção “Quem Somos”, através de um *link*. Ao clicar, o visitante da página é direcionado às informações que contemplam dados do crescimento de contratações, informações sobre concursos, qualificação, estágios, entre outros, e há a seguinte apresentação:

“Para superar nossos desafios, contamos com o comprometimento de profissionais de diferentes perfis. Valorizamos nossos empregados, com salários e benefícios compatíveis com o mercado, oportunidades de progressão na carreira, além de treinamentos e cursos para uma formação contínua. Quem está começando pode conhecer as carreiras técnicas, com o Profissões de

Futuro, e participar do dia a dia da Petrobras, nos estágios ou no programa Jovem Aprendiz. Para preparar o mercado de energia para as novas demandas, também investimos em programas que oferecem cursos de capacitação e bolsas de estudo para estudantes do nível técnico até o doutorado.” (grifos das autoras)

Novamente, encontramos os sentidos de “carreira”, valorização do “perfil” (semelhante a talento) e do “comprometimento profissional”, situando nas relações de trabalho a empresa como uma oportunidade, um espaço de conquistas, de realização e formação profissional, que funciona na direção do silenciamento e dissimulação das desigualdades que caracterizam o lugar do trabalhador e do empregador.

Vamos, porém, compreender o que significa, no âmbito dos sentidos produzidos para o trabalhador, esse discurso de “valorização” (do) profissional.

Retomando novamente a discussão de Silva Sobrinho (2011), na relação de compra/ venda da força de trabalho, simula-se uma igualdade e liberdade – um quer vender e o outro comprar –, que silenciam as desigualdades, como apontamos acima. Com a presente análise, tomando a textualidade de *sites* de grandes empresas no Brasil na contemporaneidade, e seu caráter informativo-publíctário, compreendemos outros efeitos de sentido se dando. Por um lado, a empresa aí se produz enquanto um determinado “produto” para o trabalhador, oferecendo-se enquanto um lugar de trabalho valorizado, que estimula a carreira, a profissionalização. Mas, mais ainda, compreendemos que o próprio trabalhador dessa empresa, nessa direção, passa a ser significado como produto, como algo que a empresa oferece ao “público” (ao consumidor, ao mundo globalizado...), que faz parte das relações mercantis.

FIGURA 06 – TEXTO DE APRESENTAÇÃO NO LINK “CARREIRAS”

Home » Quem Somos » Carreiras

Carreiras

Para superar nossos desafios, contamos com o comprometimento de profissionais de diferentes perfis. Valorizamos nossos empregados, com salários e benefícios compatíveis com o mercado, oportunidades de progressão na carreira, além de treinamentos e cursos para uma formação contínua.

Quem está começando pode conhecer as carreiras técnicas, com o Profissões de Futuro, e participar do dia a dia da Petrobras, nos estágios ou no programa Jovem Aprendiz.

Para preparar o mercado de energia para as novas demandas, também investimos em programas que oferecem cursos de capacitação e bolsas de estudo para estudantes do nível técnico até o doutorado.

Perfil dos nossos profissionais

Confira o número de empregados da Petrobras, divididos por gênero e escolaridade. Estes gráficos não incluem profissionais que trabalham no exterior, nas subsidiárias ou nas empresas controladas.

Nível do cargo por gênero

TOTAL

Empregados por nível do cargo e gênero

NÍVEL MÉDIO

87.3% Homens

FONTE: Petrobras (2016)

Pelos recortes analisados, percebemos que os efeitos de sentido produzidos são semelhantes, tanto a empresa privada quanto a empresa pública “falam” a mesma língua dos negócios, do mercado etc.

No confronto entre esses dois *sites*, percebe-se que vigora um mesmo padrão, ou seja, do âmbito do discurso empresarial, observa-se que determinadas configurações funcionam como naturais/naturalizadas no espaço digital: não só ao apresentar-se desta e não de outra maneira, mas também ao trazer essas informações e não outras. Portanto, no âmbito do discurso empresarial digital, que estanca a deriva de sentidos, produz-se o discurso “sem falhas” do mercado/ comunicação, no imaginário da “oferta e procura”: da empresa/ comunicação coloca-se algo necessário (produtos/ informações “seguras e corretas”, “transparentes”) ao público enquanto consumidor. Isto é, as diferenças entre os sujeitos (não só consumidor, mas o fornecedor, o cidadão, o trabalhador...) são subsumidas no funcionamento do discurso de mercado. A empresa se faz representar na internet (em) sua totalidade, divulgando ao público o que imaginariamente ele deseja, informações “claras” e “completas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dias (2013) vai compreender a tecnologia a partir de Orlandi (1992) no contexto da “progressão histórica do silêncio à verbalização”, afirmando a tecnologia como uma questão simbólica, política e ideológica. Segundo a autora, o discurso da tecnologia se produz no processo de ideologização da técnica, ao mesmo tempo em que se configura no campo da linguagem um sentido de transparência e completude.

Ao abordar a navegação (gestos de leitura) do sujeito em *sites* de grandes empresas, procuramos mostrar como a tecnologia, como parte integrante do discurso empresarial, produz evidências e apaga a incompletude da linguagem, junto com a incompletude do sujeito e do sentido.

A memória que atravessa as significações das empresas para o público é a de que, para produzir sentidos de credibilidade, a organização precisa mostrar-se, representar-se com dizeres de ordem político-administrativa, posicionando a empresa não somente para o seu público, mas também perante outras organizações do mesmo ou de segmentos de atuação semelhante. Porém, não se produz sentidos outros, mas homogeneidade nos dizeres (ORLANDI, 2012). Há uma derivação da relação entre o mesmo e o diferente, que é notada nos instrumentos da mídia, e, para nós, característica também dos *sites*, enquanto um “instrumento de divulgação” da empresa na sociedade. Assim, não há ruptura, mas ilusão quanto ao que “parece” ser diferente nestas materialidades.

Na textualização dos *sites*, há ainda a produção de um efeito de consenso que é o que garante, de certo modo, a manutenção do jogo capitalista, que está centralizado nos interesses da empresa. Por exemplo, na relação com o trabalhador, o controle de atitudes e comportamentos é representado no discurso da empresa com sentidos de valores e expectativas, de crescimento profissional, de ação e reação, causa e consequência.

No digital, a empresa ultrapassa as limitações temporais e espaciais das publicidades tradicionais. O *site* é mais do que uma

peça publicitária que diz sobre a empresa, ele é a empresa, pois a empresa hoje – sobretudo a grande empresa – “se encontra” (tem que ser encontrada) na internet. O espaço digital inscreve, porém, uma textualidade que satura, uma repetição sem memória (ORLANDI, 2012). E a empresa, na variedade do mesmo, alimenta um imaginário de transparência, ao se apresentar para sociedade, concorrentes e mercado com este excesso de informações e como se o que estivesse ali bastasse, fosse realmente “tudo”.

REFERÊNCIAS

ALCOA S/A (Brasil). Disponível em: <http://www.alcoa.com/brasil/pt/info_page/home.asp>. Acesso em: 16 mai. de 2015.

CARROZZA, Guilherme. **Publicidade: o consumo e sua língua**. Tese de Doutorado. Instituto de Estudos da Linguagem – IEL/UNICAMP. Campinas: [s.n.], 2010.

DIAS, Cristine. **Sujeito, sociedade e tecnologia: a discursividade da rede** (de sentidos). São Paulo: Hucitec Editora, 2012.

DIAS, Cristine. Linguagem e tecnologia: uma relação de sentidos. In: PETRI, V. e DIAS, C. (org.) **Análise de discurso em Perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013.

FERREIRA, Ana Cláudia Fernandes. O papel e o poder fundador da linguagem na reflexão sobre conhecimento e tecnologia. **Entremeios: revista de estudos do discurso**, v.11, jul.- dez./2015. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br/published/300.pdf>>. Acesso em 20 mai. de 2016.

ORLANDI, Eni. **Discurso e Texto. Formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2012.

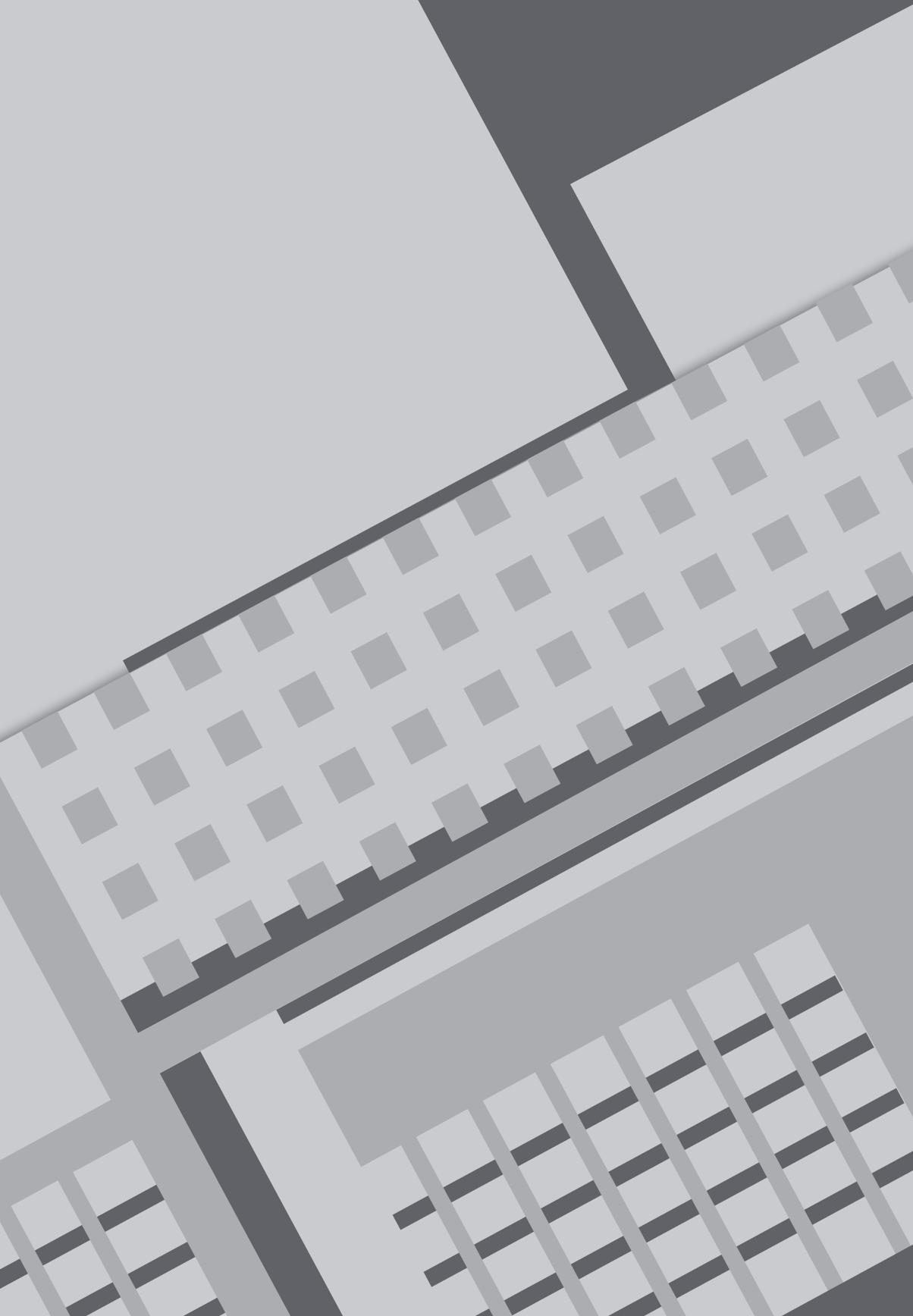
PÊCHEUX, Michel (1969), Análise automática do discurso. In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux**, Campinas: Editora da Unicamp, 1990, pp. 61-161. **PETROBRAS**. Disponível em: < <http://www.petrobras.com.br/pt/>>. Acesso em: 10 mar. de 2016.

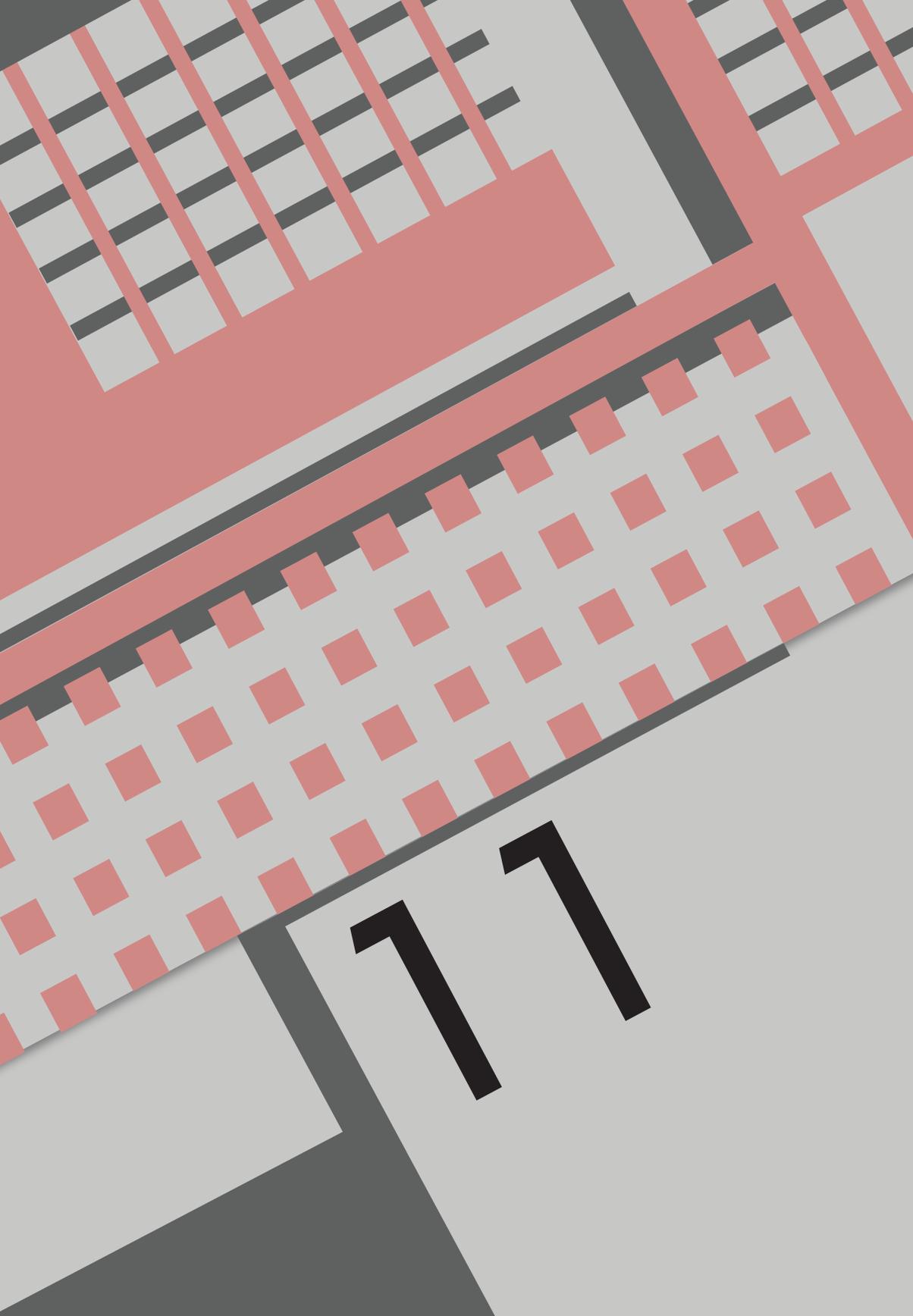
SILVA SOBRINHO, H. F. Redes de sentidos e raciocínios antagonistas: a internet na interface do discurso. In: GRIGOLETTO, E; DE NARDI, F.

S.; SCHONS, C. R. (orgs.) **Discursos em rede**: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. Recife: Ed. da UFPE, 2011.

SILVA, Telma Domingues. O sujeito urbano e a notícia impressa - novos percursos de leitura. **Estudos Linguísticos** (São Paulo. 1978), v. 45, p. 1062, 2016.

SOUZA, Maria Isabel Braga. **Discurso, sujeito e organizações: efeitos de sentido na comunicação empresarial**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL/UNIVÁS. Pouso Alegre: [s.n.], 2016.





ESCULTURA FUNERÁRIA EM PERSPECTIVA: CHAVES DE LEITURA A PARTIR DE DIDI-HUBERMAN

MARISTELA CARNEIRO¹

O presente trabalho se propõe a articular alguns aspectos das ideias do historiador e filósofo francês Didi-Huberman à análise da escultura funerária. Se por muito tempo a escultura se configurou como uma arte relutante em abandonar antigos e esgotados sistemas figurativos, ao longo do último século esta expressão visual se revitalizou e passou a desempenhar papel vital na formação da linguagem plástica contemporânea, afirmando-se como presença criadora – um dos símbolos fundamentais da cultura moderna. No espaço funerário, estas obras desempenham um papel específico na resolução da problemática da finitude, fator que deverá ser considerado na análise.

Entende-se que a continuidade dos mortos é estabelecida por intermédio da memória dos vivos; na pedra são impressos e (re) significados os seus valores, mediados pelo olhar dos sobreviventes. A morte é um problema dos vivos, afirmou Elias (2001). A individualização de cada túmulo, através da arquitetura, escultura, signos e simbologias, de uma maneira geral; é indicativa do desejo de perpetuação existencial. Busca-se expressar as particularidades dos mortos nas lápides para preservar a memória e a personalidade destes. Constituem-se conjuntos representacionais, nos quais são combinados fragmentos da memória, por intermédio do conjunto simbólico.

Consideramos, portanto, cada escultura funerária a partir de um cruzamento específico de tempo e espaço, visto que o elemento primordial desta linguagem é o volume, espacial por definição e fruto temporal. Tomadas enquanto imagens, as esculturas podem ser observadas por intermédio das lentes de Didi-Huber-

¹ Doutora em História (PPGH-UFG), pós-doutoranda junto ao PPGH-UFMT, autora de livros e materiais didáticos pelo IESDE - Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino. E-mail: maristelacarneiro86@gmail.com

man. Sua análise se faz pertinente para a compreensão da tessitura das relações sociais e culturais do meio que as produziu, no período delimitado, para além do próprio espaço das necrópoles. Uma imagem não é o simples resultado de uma transposição do real, mas é o produto do processo de leitura realizado pelo artista, a ser também apreendido pelo observador. Refletir sobre as imagens/esculturas funerárias na perspectiva da história da arte propõe tomá-las enquanto objetos problemáticos para a historicidade: permitem abrir a própria história, feri-la, revelando diferentes territorialidades e temporalidades. Para o autor, as imagens tocam o real, são capazes de criar, ao mesmo tempo, sintoma e conhecimento, interrompendo tanto o saber quanto o caos. Uma imagem é um rastro, é um traço visual que arde, porque ao ser aberta, é capaz de colocar o homem diante do tempo.

Nascido na cidade francesa de *Saint-Étienne* em 1953, Georges Didi-Huberman é um filósofo e historiador da arte. Docente da *École de Hautes Études em Sciences Sociales*, em Paris, publicou, entre outros títulos, *O que vemos, o que nos olha* (1998); *Sobrevivência dos vaga-lumes* (2011C); *Imagens apesar de tudo* (2012) e *A Imagem Sobrevivente. História da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg* (2013). A cada obra, a teoria da arte de Didi-Huberman se deslinda e se amplia, para responder ao vazio que cada imagem, na ambivalência que lhe é própria, irremediavelmente impõe.

A primeira de suas obras a ser traduzida para o português e publicada no Brasil viria a ser *O que vemos, o que nos olha* (1998). A expressão que dá título à obra e que apresentou Didi-Huberman ao público brasileiro foi emprestada de *Ulysses*, de James Joyce (2012), e desde então tem sido amplamente utilizada nos círculos de estudo imagético. Faz referência às tensões entre observador e coisa observada – mais que uma relação unilateral, aquilo que observamos, também nos observa. Em suas palavras: “Ora, imagem não é horizonte. A imagem nos oferece algo próximo a lampejos (*luciole*), o horizonte nos promete a grande e longínqua luz (*luce*).” (DIDI-HUBERMAN, 2011C, p. 85)

Em se tratando do universo da arte, o aprendizado é interminável, visto ser um campo instigante em si mesmo, com leis e aventuras próprias. Uma imagem não é o simples resultado de uma transposição do real, mas é o produto do processo de leitura realizado pelo artista, a ser também apreendido pelo observador. “Talvez o mais importante seja que, para apreciarmos tais obras, há que ter um espírito leve, pronto a captar as sugestões mais sutis e a responder a cada harmonia oculta [...]” – defende Gombrich (2012, p. 33).

A História da Arte é uma disciplina de preocupação prioritária com a história dos objetos artísticos, conforme postula Noronha (2005, p. 142), de modo que uma teoria da arte “é sempre uma teoria acerca do modo como os objetos existem, representam, apresentam-se, presentificam, expressam.” O autor ainda preconiza que a história deve ser construída a partir do lugar do objeto – este deve ser o horizonte orientador do olhar do historiador, porque é, em última instância, a solução oferecida pela arte e pelo próprio artista. Por conseguinte, uma estátua funerária, resultante dos anseios dos proprietários e dos devaneios do escultor, é compreendida como ponto de referência – é a imagem a ser aberta.

Em consonância com esta óptica, refletir sobre as imagens funerárias na perspectiva da história da arte, segundo Didi-Huberman, propõe tomá-las enquanto “objectos problemáticos para a historicidade em geral, objectos para *abrir a história* até o cerne dos seus modelos de inteligibilidade bem como dos seus instrumentos de interpretação.” (2011B, p. 11 – grifo do autor) Nesse sentido, abrir não significa somente ampliar, mas também ferir. Mais do que uma ampliação territorial do olhar acerca das imagens, proposto aqui, portanto, trata-se de uma abertura que atravesse territórios. Em suas palavras:

Ampliar o seu domínio às imagens é adoptar, certamente, novos objectos, mas é também capturá-las, englobá-las na ordem que as precede. É olhar a interdisciplinaridade pelo mero prisma das relações territoriais, de modo que “ampliar-se” às imagens corresponda, mais ou menos, a estender o seu império e a sua autoridade a novas paisagens e a novos objectos. Muito diferente é a

abertura que fere, perfura ou atravessa o território que acolhe a operação. Com efeito, só essa possui uma dimensão crítica, uma capacidade extraterritorial de atravessar as fronteiras, de criar caminhos inéditos e de modificar a consistência – começando pelos usos e costumes, as retóricas da autoridade – do território atravessado. (DIDI-HUBERMAN, 2011B, p. 11)

Tomar a história da arte sob esse prisma diz respeito a assumir um posicionamento crítico, que permita que os vocábulos em questão – Arte e História – possam se criticar e transformar reciprocamente. Trata-se de abrir as fronteiras disciplinares, conceituais e linguísticas, permitindo que os domínios do historiador sejam modificados pelas clivagens da arte, mesmo no seio dos seus modelos teóricos melhor estabelecidos, ainda conforme Didi-Huberman (2011B). Propõe-se, como chave de leitura de imagens funerárias a partir deste autor, “ferir” tanto o território histórico quanto o cemiterial, na medida em que se compreendem as imagens como dispositivos capazes de posicionar o humano sempre diante do tempo, conforme já assinalado.

Didi-Huberman defende que as imagens tocam o real – até porque seria um enorme equívoco crer que a imaginação é uma simples faculdade de desrealização. Em sua opinião, uma das grandes forças da imagem é criar ao mesmo tempo sintoma (interrupção no saber) e conhecimento (interrupção no caos), porque imagem é “uma impressão, um rastro, um traço visual do tempo que quis tocar, mas também de outros tempos suplementares – fatalmente anacrônicos, heterogêneos entre eles [...]” (2012, p. 216). Uma mescla de vários tempos, é imagem que arde.

Diante de uma imagem – não importa quão antiga –, o presente não cessa jamais de se reconfigurar. Diante de uma imagem – não importa quão recente, quão contemporânea ela seja –, o passado também não cessa jamais de se reconfigurar, pois esta imagem não se torna pensável senão em uma construção da memória, chegando ao ponto de uma obsessão. Diante de uma imagem, temos, enfim, de reconhecer humildemente: provavelmente, ela sobreviverá a nós, diante dela, nós somos o elemento frágil, o elemento passageiro, e, diante de nós, ela é o elemento

do futuro, o elemento da duração. Frequentemente, a imagem tem mais memória e mais porvir do que o ente que a olha. (DIDI-HUBERMAN, 2011A, p. 32) (tradução da autora)²

As imagens são historicamente localizadas, mas também são portadoras de diferentes temporalidades em seus fundamentos, porque não importa quão antigas ou quão recentes, são permeadas por um processo contínuo de reconfiguração, tanto do passado quanto do presente. Ao tentar esclarecer qual a relação existente entre a luta dos homens e a obra de arte, Deleuze já afirmara: “Não há obra de arte que não faça apelo a um povo que não existe ainda” (2012, p. 398) – isso porque a arte é aquilo que resiste, ainda que não seja a única coisa que resista.

Este ensaio diz respeito mais especificamente às esculturas. Segundo o Dicionário de Artes Plásticas (CUNHA, 2005), qualquer obra de arte tridimensional em que os volumes são os componentes essenciais, e o espaço uma categoria complementar, é denominada escultura, podendo ser ainda subdividida em relevo ou estátua. Conforme Zanini (1971), ao longo do último século a linguagem escultórica foi revigorada, superando a posição subalterna em relação à pintura, a qual havia sido ocupada principalmente durante os séculos XVII e XVIII. Nas palavras de Krauss: “Objeto analítico em si mesmo, a escultura é compreendida como uma obra que modela, via reflexão, a inteligência analítica tanto do observador como do criador. E a produção do modelo é compreendida como a própria meta do fazer da escultura.” (2010, p. 83) Refletir sobre as esculturas funerárias nesta perspectiva pressupõe considerá-las a partir de um cruzamento específico de tempo e espaço, visto que o elemento primordial da obra escultórica é o volume, espacial por definição e fruto temporal.

² No original: Ante una imagen – tan antigua como sea –, el presente no cesa jamás de reconfigurarse por poco que el desasimiento de la mirada no haya cedido del todo el lugar a la costumbre infatuada del “especialista”. Ante una imagen – tan reciente, tan contemporánea como sea –, el pasado no cesa nunca de reconfigurarse, dado que esta imagen sólo deviene pensable en una construcción de la memoria, cuando no de la obsesión. En fin, ante una imagen, tenemos humildemente que reconocer lo siguiente: que probablemente ella nos sobrevivirá, que ante ella somos el elemento frágil, el elemento de paso, y que ante nosotros ella es el elemento del futuro, el elemento de la duración. La imagen a menudo tiene más de memoria y más de porvenir que el ser que la mira. (DIDI-HUBERMAN, 2011A, p. 32)

A premissa subjacente ao estudo da escultura moderna que se segue é a de que, mesmo em uma arte espacial, não é possível separar espaço e tempo para fins de análise. Toda e qualquer organização espacial traz no seu bojo uma afirmação implícita da natureza da experiência temporal. A história da escultura moderna estará incompleta sem uma discussão das consequências temporais de um arranjo particular da forma. Na verdade, a história da escultura moderna coincide com o desenvolvimento de duas escolas de pensamento, a fenomenologia e a linguística estrutural, em que o significado é tido como dependente do modo como qualquer forma de ser contém a experiência latente de seu oposto – a simultaneidade contendo sempre uma experiência implícita de sequência. Um dos aspectos mais notáveis da escultura moderna é o modo como manifesta a consciência cada vez maior de seus praticantes de que a escultura é um meio de expressão peculiarmente situado na junção entre repouso e movimento, entre o tempo capturado e a passagem do tempo. É dessa tensão, que define a condição mesma da escultura, que provém seu enorme poder expressivo. (KRAUSS, 2010, p. 6)

Isto posto, reafirma-se que a escultura é um dispositivo tanto temporal quanto espacial. A questão da temporalidade, em especial, vai ao encontro das observações já referidas quanto à imagem, sempre em processo de reconfiguração, pois permeada por temporalidades diversas, até mesmo contraditórias. Da mesma forma, a escultura. Fruto dos devaneios do artista, a escultura é a imagem que mescla diferentes tempos – ou, conforme Didi-Huberman, *imagem ardente*. As esculturas são “uma entidade simbólica representada tridimensionalmente que mantém com o lugar de instalação [...] uma relação espacial, artística e cultural.” (ESCOBAR, 1998, p. 15) Ademais, segundo a mesma autora, a escultura atua no interior da cenografia urbana, ambiente no qual esta investigação se insere, como um elemento que interage com o observador, sobretudo as obras escultóricas de representação figurativa, através da percepção direta dos gestos e do olhar.

Em questão, o lugar de instalação é o espaço funerário dos cemitérios e, mais especificamente, os túmulos particulares, compostos claramente com o propósito de interagir com os observadores. Desse modo, as esculturas mantêm com a estrutura fune-

rária uma relação tanto espacial quanto estética. Segundo Borges: “Dado o vínculo que ela mantém com as representações do luto, alicerçadas no discurso religioso, moral e econômico do grupo social a que serve, o valor da arte funerária deve ser considerado a partir de critérios próprios.” (BORGES, 2003, p. 02) Partir da arquitetura e da escultura na constituição da arte funerária significa julgá-las por seus valores específicos, pois encerram em si uma iconografia repleta de representações estereotipadas, com funções singulares.

Cada um dos túmulos, enquanto conjugação do suporte arquitetônico e das composições escultóricas, é entendido como uma *mise-en-scène*, ou seja, uma composição específica e organizada dos elementos cênicos. Ao significar literalmente “colocar em cena”, o termo compreende, dentro da linguagem teatral e cinematográfica, a organização dos componentes em cena, quais sejam cenário/espacialidade, iluminação, caracterização/figurino e atuação (BORDWELL; THOMPSON, 2001). Através dessa prática, o diretor determina o que é incluído ou não em cena, criando uma visualidade narrativa fechada.

Embora o elemento da iluminação artificial não se faça presente na composição de um conjunto estatuario funerário, estes incorporam, tal qual uma peça ou um enquadramento fílmico, uma organização espacial bem determinada, e os personagens são apresentados com uma caracterização específica e gestual que contribuem para a fruição figurativa e simbólica das figuras. A devida análise da estrutura de cada um dos túmulos selecionados implica, portanto, a leitura da respectiva *mise-en-scène*, que inclui a espacialidade específica, a disposição dos personagens e sua caracterização, além dos gestos e poses específicas.

Ao selecionar um túmulo/uma escultura para análise, propõe-se que se busque compreender os fundamentos da construção de cada imagem, tomada como um dispositivo que permite que se coloque diante do tempo, conforme pontua Didi-Huberman, em territórios a serem feridos. Pensar teoricamente a abordagem destes rastros imagéticos – imagens que ardem, que se preservaram e

que permitem que se fique diante do tempo, é o contraforte deste ensaio. Ferir estes territórios e suas camadas temporais, dupla composição de cada obra, demanda que sejam explorados aspectos da trama que as abriga.

Com a lente da História da Arte, é possível ferir as fronteiras disciplinares e ir além dos binômios comuns a estes espaços, tais como tradicional e moderno, masculino e feminino, sagrado e profano, burguês e popular, por exemplo. A abertura dos territórios permite observar como o homem se posiciona no tempo, diante do tempo, através das imagens, rastros, criadoras tanto de sintomas quanto de conhecimento. Ao buscar decifrar os sintomas incrustados nas imagens funerárias, pretende-se recuperar as travessias feridas pelo tempo. Nas palavras de Didi-Huberman: “Em suma, onde o símbolo reúne, o sintoma divide. Se o símbolo se adapta a um território cultural comum, já o sintoma suscita uma travessia perturbante desse mesmo território.” (DIDI-HUBERMAN, 2011B, p. 16) Para o autor, o sintoma migra e perfura o dado tradicional através de um “acidente” anacrônico: é o marcador que revela as incompatibilidades, as incongruências, o conflito.

Se o mundo dos símbolos assume a coerência da sua unidade, já o mundo dos sintomas põe em jogo uma diversidade inesperada de montagens e heterogeneidades. Se o símbolo nos inclui no mundo englobante de uma vasta infra-estrutura cultural na qual cada um se pode reconhecer, já o sintoma faz surgir, como que à socapa, elementos perfurantes que inviabilizam, localmente, uma tal identificação. Se o símbolo semantiza o presente a partir de um longo passado, já o sintoma des-semantiza o presente a partir de um esquecimento que explode como repetição, <posterioridade> [après-coup], reemergência do recalçado. Há que compreender que é toda a economia psíquica, temporal e visual que se encontra assim dividida entre o território englobante dos símbolos e o movimento trespassante – o movimento crítico – dos sintomas.” (DIDI-HUBERMAN, 2011B, p. 16-17)

É o movimento dos sintomas que pode ser perscrutado em cada imagem funerária. É o rastro sintomático que pode ser seguido, buscando-se não respostas definitivas, mas uma tapeçaria

problemática, constituída de rastros e sombras, deixadas quando da construção do sonho da imortalidade. Schmitt assinala que nenhuma imagem se encontra inteiramente isolada, mas adquire sentido pleno na esfera relacional.

Os elementos figurativos, os motivos ornamentais, formas e cores apenas adquirem pleno sentido em suas relações, suas posições relativas de oposição e de assimilação, a distância que as separa ou, ao contrário, as maneiras pelas quais se aproximam, justapõem-se e por vezes se fundem. Uma única figura pode ser compósita e condensar – como nas imagens oníricas – diversas imagens em principio distintas, a fim de expressar, pela contradição nas posturas e nos movimentos, a dialética das intenções significantes. (SCHMITT, 2007, p. 38-39)

As imagens expressam o poder e a força do pensamento figurativo e, uma composição funerária, seja sacra, seja profana, é representativa das esferas relacionais que alimentam seus sentidos e intenções significantes. Para Didi-Huberman (2012), é preciso saber ver nas imagens aquilo de que elas são as sobreviventes. Assim a história, liberta do puro passado (enquanto absoluto, enquanto abstração), pode contribuir para abrir o presente do tempo. Efetivamente, as imagens, assim como a própria história, não são capazes de “ressuscitar” o passado, mas é capaz de oferecer “redenção”: “ela salva um saber, ela recita apesar de tudo, apesar do pouco que pode, a memória dos tempos.” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 222)

Sociedades ligadas à tradição judaico-cristã³ em diferentes períodos parecem reproduzir, de variadas formas, a imagem do

3 É um princípio fundamental da caridade judaica a honra e o respeito com relação ao corpo morto. A *Mishná* estipula que após o enterro a primeira refeição dos enlutados ou daqueles que pranteiam não deve ser de sua própria comida, mas sim provida e preparada por vizinhos, amigos ou parentes. Denominada *Seudat Havraá* (refeição do restabelecimento), consiste de pão e ovos duros (antigamente lentilhas). “O ovo, que é um símbolo de luto e de condolências, em sua redondez simboliza a natureza contínua da vida e também sugere, talvez, que renovação e alegria podem surgir depois do desespero.” (FRIDLIN, 2006, p. 73) Caso outros não tenham providenciado aos enlutados esta refeição, que se destina exclusivamente aos mesmos, eles podem comer da sua própria comida. Os enlutados são considerados impuros na tradição judaica, assim como a sua comida. Encontram-se referências à “comida costumeira dos pranteadores” nos registros bíblicos, o chamado “pão dos pranteadores, que torna impuro quem o come” (Ezequiel 24:17 e Oséas 9:4). Verifica-se que há uma percepção diferenciada do indivíduo que pranteia em relação aos demais, é alguém a ser curado.

pranteador, por exemplo, em geral associada à representação dos papéis sociais de homens e mulheres em ritos fúnebres e espaços de sepultamento em geral. Portanto, a reprodução do prantear vai além do aspecto religioso, e engloba outras esferas da vida humana, assim como ocorria com as representações do lamento e do cortejo fúnebre na Grécia Antiga; oferecem lampejos e transpõe o horizonte do passado. “A imagem se caracteriza por sua intermitência, sua fragilidade, seu intervalo de aparições, de desaparecimentos, de reaparições e de redespaparecimentos incessantes.” (DIDI-HUBERMAN, 2011C, p. 86-87)

Um termo mais específico para denominarmos as imagens desoladas que encontramos junto aos túmulos, os pranteadores, é a expressão francesa *pleurant*. Esta expressão, que significa àquele “que chora”, é utilizada de forma alegórica para designar as figuras chorosas utilizadas como ornamento funerário, em construções monumentais de homenagem aos mortos ou mesmo em túmulos individuais. Os *pleurants* fazem parte de inúmeros conjuntos escultóricos do gênero, assumindo a forma de homens, mulheres e figuras angelicais, vestidos ou despidos, muitas vezes desempenhando a função de homenagear grandes personagens, como reis, príncipes ou realizadores de grandes obras.

O uso do *pleurant* como homenagem póstuma se perpetua na arte funerária dos cemitérios modernos, inclusive brasileiros. A presença destes personagens nos túmulos pode ser interpretada, conforme Carvalho (2009), como uma continuidade da pompa fúnebre, ao perenizar o lamento junto ao túmulo. Talvez um *pleurant* se coloque como um marcador do vazio, marcador da finitude.

Ou seja, coisas a ver de longe e a tocar de perto, coisas que se quer ou não se pode acariciar. Obstáculos, mas também coisas de onde sair e onde reentrar. Ou seja, volumes dotados de vazios. Precisemos ainda a questão: o que seria portanto um volume – um volume, um corpo já – que mostrasse, no sentido quase wittgensteiniano do termo, a perda de um corpo? O que é um volume portador, mostrador de vazio? Como mostrar um vazio? E como fazer desse ato uma forma – uma forma que nos olha? (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 35)

Um *pleurant* seria, portanto, este volume imagético que mostra a perda de um corpo, mostra a morte e o vazio que resta em seu lugar. Mas o que mais mostraria? Que horizonte esta imagem transpõe? Depreende-se que os *pleurant* fazem-se presentes nas tumbas cristãs desde o período medieval, figuradas em forma de relevos nas laterais dos monumentos ou como esculturas independentes, sempre em desolação ou lamento – nas palavras de Didi-Huberman, “um operador temporal de sobrevivências”. Mas este operador, o *pleurant*, opera mais que a sobrevivência do morto então sepultado – é capaz de oferecer lampejos do próprio tempo. Que lampejos cada *pleurant* oferece?

A lamentação no momento da morte é uma constante na história das mais diversas civilizações. Na história da arte, encontram-se múltiplos testemunhos acerca da maneira como a perda é trabalhada pela humanidade e sintetizada por intermédio das imagens.

Pois em cada produção testemunhal, em cada acto de memória ambos – linguagem e imagem – são absolutamente solidários, não cessando de compensar as suas respectivas lacunas: uma palavra surge frequentemente quando é a imaginação que parece falhar. (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 43)

Cada construção tumular é um ato de memória. As esculturas parecem surgir para compensar não somente a lacuna da própria linguagem, mas a lacuna da perda e, assim, mais uma vez resolver a problemática da finitude – conforme defendera Elias (2001).

Imagens, apesar de tudo. Para Didi-Huberman (2012), todo o ato e imagem é arrancado à impossível descrição de um real – as imagens nunca mostram tudo, mais que isso, permitem que se entreolhe a ausência dentro do todo daquilo que mostram. Para o autor, os artistas, em particular, recusam-se à vergarem-se ao irrepresentável. Mesmo diante de experiências esvaziadas e/ou desastres quase inomináveis, artistas tem triturado o irrepresentável de todas as formas possíveis, permitindo a expressão de algo para além do silêncio puro. Nas suas obras, o mundo histórico

torna-se obsessão, flagelo imaginativo traduzido na proliferação das figuras – das semelhanças e das dissemelhanças – em torno de um mesmo turbilhão temporal.

Nesta perspectiva, uma necrópole e seu complexo arquitetônico e escultórico – imagético por definição, coloca-se no limiar entre visível e invisível, entre o que pode e o que não pode ser visto. Diante da presença, demonstram a ausência. A dor da morte, irrepresentável para os que ficam, torna-se visível no bronze, que passa a ser ao mesmo tempo mudo e discursivo.

Não podemos <ver o desejo> enquanto tal, mas os pintores souberam utilizar o escarlate para o mostrar; não podemos <ver a morte>, mas os escultores souberam modelar o espaço como se fosse a porte de um tumulto que <nos olha>; não podemos <ver a palavra>, mas os artistas souberam construir as suas figuras como uma série de dispositivos enunciativos; não podemos <ver o tempo>, mas as imagens criam o anacronismo que nos mostra o seu trabalho; não podemos <ver o lugar>, mas as fabulas tópicas inventadas pelos artistas mostram bem – por meios simultaneamente sensíveis e inteligíveis – o poder de uma <evidência>. Toda a história das imagens pode assim ser contada como um esforço para dar a ver a superação visual das oposições triviais entre o visível e o invisível. (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 171)

Mais que consolar a dor da separação, a imagem erigida sobre uma sepultura demarca a perda, exprime a dor e abre o tempo, continuamente. A celebração da memória do morto e a busca por sua perenização e continuidade dentre os vivos, para além da sua partida, remete à Antiguidade. A Coluna de Trajano, por exemplo, construída entre 107 e 113 d.C., pelo arquiteto Apolodoro de Damasco (65-125 d.C.), é um dos marcos mais conhecidos de Roma. Com trinta metros de altura, além dos cinco metros do pedestal sobre o qual está instalada, a Coluna celebra a vitória do imperador Trajano (98-117 d.C.) sobre os dácios, povo que vivia ao sul do Danúbio. Os eventos, que “se enrolam” em torno da coluna, à maneira de um pergaminho ou de um tecido, podem ser uma adaptação dos conteúdos do livro intitulado *Dacica*, relato da conquista escrito pelo imperador (DAVIES, 1997, p. 43).

FIGURA 01 – COLUNA DE TRAJANO (107 E 113 D.C.), MONUMENTO



FONTE: Portal National Geographic (2015)

O pedestal é decorado com relevos representando os despojos tomados da Dácia pelas legiões romanas. Esta base é relevante não apenas no sentido arquitetônico, mas também na medida em que o saque tomado dos dácios, ali representado escultoricamente, foi fundamental para a construção enquanto financiamento. Por sua vez, a coluna em si, esculpida em mármore, apresenta uma sequência de imagens em espiral narrando a conquista política da Dácia.

Curiosamente, a dinâmica da narrativa apresentada na coluna assemelha-se à das histórias em quadrinhos — podendo, talvez, ser considerada uma precursora das mesmas. As imagens são dispostas em sequência, 155 cenas ao todo, compreendendo uma infinidade de personagens envolvidos em atividades de combate, construção, marcha, discursos e ritos religiosos. Tal como ocorre com as histórias em quadrinhos, as cenas são divididas em painéis, empregando árvores como marcos divisórios.

FIGURA 02 – DETALHE DOS RECURSOS DIVISÓRIOS
DA COLUNA DE TRAJANO



FONTE: Portal National Geographic

Embora a sequência de cenas se desdobre em uma espiral, um eixo vertical de imagens forma uma versão “resumida” da narrativa, permitindo que o observador assimile a mensagem sem a necessidade de circunambular o monumento (DAVIES, 1997, p. 45). Aliados, a representação dos espólios de guerra no pedestal e a narrativa louvando os feitos militares e arquitetônicos dos romanos, sob a liderança de Trajano, compõem um cenário de forte carga simbólica. Ao morrer, o imperador foi cremado e a urna com suas cinzas foi depositada sob a coluna, acrescentando à mesma, até então um memorial de vitória, a função de ser também um marco funerário.

Aqui, a narratividade desempenha o papel de celebrar tanto os eventos históricos relacionados à vitória romana sobre os dácios, quanto a memória e heroísmo do imperador Trajano. É compreensível a conversão da Coluna em marco funerário após

a morte do mesmo, à medida em que os eventos ali espiralados buscam perenizar seus feitos, paralelamente à celebração de sua memória particular. Em menor escala, no âmbito da arte funerária cemiterial, encontram-se construções tumulares que aspiram à tal imortalização da memória dos mortos, como resolução da problemática da finitude.

A narratividade imagética composta pelo artista sobre uma sepultura não ressuscita, mas desvela. “Ela só é <redenção> no segundo – extremamente precioso – em que passa: forma de exprimir a dilaceração do véu apesar de tudo, apesar de todas as coisas serem de novo imediatamente veladas [...]” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 214) Imagens, as esculturas funerárias elevam-se sobre os túmulos, apesar de tudo; apesar da dor, apesar da desolação, apesar da finitude. Apesar de mortos, os sepultados permanecem vivos através dos entrelaçamentos da memória daqueles que ficam. Ao mesmo tempo inexistem, porque decompostos pela morte, e subsistem, pelos laços de amor que impedem que desapareçam por completo.

Conforme Didi-Huberman (1998, p. 10) ressalta, uma representação é repleta de dobras paradoxais, através das quais, com um extraordinário parentesco com paradigmas teológicos do poder imagético; ela se revela ser a organização sutil e sofisticada de uma troca de reciprocidades entre presença e ausência de um corpo. “O que vemos só vale – só vive – em nossos olhos pelo que nos olha.” (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 29) E o que nos olha? O que podemos ver?

“Precisamos nos habituar”, escreve Merleau-Ponty, “a pensar que todo visível é talhado no tangível, todo ser tátil prometido de certo modo à visibilidade, e que há invasão, encavalgamento, não apenas entre o tocado e quem toca, mas também entre o tangível e o visível que está incrustado nele”. Como se o ato de ver acabasse sempre pela experimentação tátil de um obstáculo erguido diante de nós, obstáculo talvez perfurado, feito de vazios. “Se se pode passar os cinco dedos através, é uma grade, se não, uma porta”... [...] Devemos fechar os olhos para ver quando o ato de ver nos remete, nos abre a um vazio que nos olha, nos concerne e, em certo sentido, nos constitui. (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 30-31)

Talvez seja por isso que o erotismo se torna uma linguagem das imagens funerárias: para que, neste espaço, prioritariamente de morte, seja possível fechar os olhos e não encarar o vazio que está do outro lado. Talvez seja possível, apenas por um momento, evitar o turbilhão de melancolia e dor que uma perda desperta e que espreita cada homem. Uma imagem, quando é suportada pela perda, é inelutável – olha, concerne, persegue. A exposição pública dos corpos através da arte, ainda que os exponha erótica e sensualmente, numa celebração metafísica do amor, colabora para a idealização do mesmo e para a sublimação do desejo, tornando-os (corpo e desejo) intocáveis e inatingíveis, conforme defende Me-deiros (2008, p. 48).

Berresford (2004, p. 163-165) comenta que embora o erotismo seja, até certo ponto, uma questão subjetiva, posto que muitas obras que olhos contemporâneos contemplam como eróticas podem não ter sido concebidas com esse caráter, há exemplos na estatuária cemiterial do século XIX que são certamente carregados de erotismo. A tendência, afirma a autora, tenderia a aumentar na virada para o século XX, pela infusão de valores das obras de escultores como Rodin e Bistolfi, especialmente no que dizia respeito ao nu feminino, muito respeitado como mídia expressiva válida. Embora poses e expressões que evidenciam êxtase religioso, e que podem remeter ao observador uma impressão de êxtase sexual, já estejam presentes em obras como *O Êxtase de Santa Teresa* (1647-1652), de Gian Lorenzo Bernini (1598-1680), essas expressões tornaram-se mais comuns e ganharam evidência com a emergência do simbolismo e sua incorporação à arte cemiterial, conforme aferido.

Nesta obra, Bernini representa a experiência mística de Santa Teresa de Ávila (1515-1582), quando esta é trespassada por uma seta de amor divino. Segundo Pires (2007, p. 142), a obra recorre às características do barroco, tais como movimento, os contrastes acentuados de luz e sombra, realismo, a expressão intensa dos sentimentos e a sensualidade. O erotismo da composição é a forma de expressão mística, construído por Bernini em conformidade

com os próprios relatos escritos da Santa. Um anjo suspenso acima de Teresa segura na mão direita uma flecha com a qual acabou de perfurar o peito desta. Teresa está recostada, os olhos fechados e a boca entreaberta num meio arquejo, como se não pudesse sustentar o êxtase que a alma experimenta.

Bernini captura no mármore a expressão da dor erótica e mística. Segundo Morris, é uma dor que tem o poder de transcender o mundo material e os limites da carne, é uma dor que liberta e permite ingressar em comunhão com o divino. É um sentimento metafísico que não deve ser curado ou mesmo suportado: “A dor visionária emprega o corpo para nos libertar do corpo. Inicia ou acompanha uma experiência que escapa do mundo ligada ao tempo do sofrimento humano.” (MORRIS, 1996, p. 56) (tradução da autora)⁴ O erotismo na tessitura poética de Bernini, assim como de tantos outros escultores funerários, é uma solução para a libertação do ser, para a sua transcendência. Para Bataille (2013, p. 41), toda a operação erótica tem por princípio uma destruição da estrutura do ser fechado. Seja a união mística com o divino, seja o reencontro com o ser amado, a erotização da arte busca expressar a busca metafísica da continuidade do ser. Mesmo diante da mortalidade, preserva-se o ser para além da vida.

4 No original: El dolor visionario emplea el cuerpo para liberarnos del cuerpo. Inicia o acompaña una experiencia que escapa del mundo ligado al tiempo del sufrimiento humano. (MORRIS, 1996, p. 56)

FIGURA 03 – DETALHES DE ÊXTASE DE SANTA TERESA (1647-1652), DE GIAN BERNINI, BASÍLICA DE SANTA MARIA DA VITÓRIA



Fonte: SIQUEIRA (2013)

A iconografia e a imagética corporal em cenas religiosas ou vistas como sacras, como é o caso de uma necrópole, oscilam entre visões de êxtases, agonias e mortes. Mesmo considerando-se o teor macabro ou fúnebre de certas pinturas e esculturas, não há como negar a carga erótica que impregnou insuspeitadas representações da cristandade, por exemplo, incendiando a imaginação de fiéis (MEDEIROS, 2008, p. 42). O espaço dos cemitérios no Brasil, com frequência, é tomado como sacro e/ou religioso, ainda que tenha sofrido um processo de secularização ainda ao final do século XIX.

O erótico pode ser visualizado como compensação da finitude: “Do erotismo, é possível dizer que é a aprovação da vida até na morte.” (BATAILLE, 2013, p. 35) Eros e Tanatos são defrontados e/ou confrontados em sua tessitura artística. Sobre o sentido do erotismo, o que está sempre em questão é a substituição do isolamento do ser, de sua descontinuidade, por um sentimento de continuidade profunda. Em suas palavras:

A aprovação da vida até na morte é desafio; tanto no erotismo dos corações quanto no dos corpos, ela é desafio, por indiferença, à morte. A vida é acesso ao ser: se a vida é mortal, a continuidade do ser não o é. A aproximação da continuidade, a embriaguez da continuidade dominam a consideração da morte. Em primeiro lugar, a perturbação erótica imediata nos dá um sentimento que ultrapassa tudo, de tal forma que as sombrias perspectivas ligadas à situação do ser descontínuo caem no esquecimento. Então, para além da embriaguez aberta à vida juvenil, nos é dado o poder de abordar a morte face a face, e de nela ver enfim a abertura à continuidade ininteligível, incognoscível, que é o segredo do erotismo, e cujo segredo apenas o erotismo traz. (BATAILLE, 2013, p. 47)

O uso do erotismo é para o autor o combate à finitude, é a continuidade, não obstante a morte. Cada escolha estética é lida anacronicamente, à maneira de Didi-Huberman: feridas as imagens colocam diante do tempo; não um tempo único ou homogêneo, mas caleidoscópico, difuso.

Cada imagem é atravessada por diferentes domínios e guarda relações com múltiplas temporalidades e influências. Sua leitura é um tensionamento das fronteiras que a delimitam. No presente, colocam-se como resultado de diferentes tempos e sobrevivem – imagens, apesar de tudo. Nas palavras de Baxandall “[...] o anacronismo pode atravessar todas as contemporaneidades.” (2006, p. 16) Isso porque cada obra é proveniente de experiências visuais concretas e específicas, de culturas e tempos peculiares, em que os dados de intenções de diferentes níveis se articulam e se sobrepõe na explicação histórica e estética.

Olhar um túmulo, argumenta Didi-Huberman (1998, p. 37),

abre a experiência do indivíduo em duas. Impõe aos seus olhos uma cisão. Inicialmente, vê-se a evidência de um volume, a massa de pedra ou mármore, a obra, mais ou menos figurativa – neste caso, a escultura de um homem, em granito ou bronze, desnudo, prostrado ou altivo, forjado pelo mundo da história e da arte, uma miríade de elucubrações. É o que primeiro se vê. Em seguida, aquilo que olha de volta. Poderia ser um esvaziamento, mas não o é assim tão simplesmente. Porque é um esvaziamento que encara e que diz respeito ao inelutável por excelência.

Suas palavras inspiram este trabalho.

“[...] o destino do corpo semelhante ao meu, esvaziado de sua vida, de sua fala, de seus movimentos, esvaziado de seu poder de levantar os olhos para mim. E que no entanto me olha num certo sentido – o sentido inelutável da perda posto aqui a trabalhar. [...] Eis por que o túmulo, quando o vejo, me olha até o âmagô [...]” (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 37-38)

Olhar um túmulo é afrontar um espelho que escancara o inelutável. Um abismo entre o visível e o invisível – vazio revelador do próprio eu.

REFERÊNCIAS

BATAILLE, Georges. **O Erotismo**. São Paulo: Autêntica, 2013.

BAXANDALL, Michael. **Padrões de intenção**: a explicação histórica dos quadros. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BERRESFORD, Sandra. **Italian Memorial Sculpture 1820-1940**. A legacy of love. London: Frances Lincoln Limited, 2004.

BORDWELL, David; THOMPSON, Kristin. **Film Art**: An Introduction, New York: Mc Graw-Hill, 2001.

BORGES, Maria Elizia. Arte Funerária no Brasil: contribuições para a historiografia da arte brasileira. In: **Anais do XXII Colóquio Brasileiro de História da Arte**. Rio Grande do Sul: PUCRS, 2003.

CARVALHO, Luiza Fabiana Neitzke. **A antiguidade clássica na representação do feminino**: pranteadoras do Cemitério Evangélico de Porto Alegre (1890-1930). 2009, 256 p. Dissertação (Mestrado em História, Teoria e Crítica de Arte), Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CUNHA, Almir Paredes. **Dicionário de Artes Plásticas**: Volume I. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2005.

DAVIES, Penelope J. E. The Politics of Perpetuation: Trajan's Column and the Art of Commemoration. **American Journal of Archaeology**. Vol. 101, No. 1, Jan. 1997, p. 41-65.

DELEUZE, Gilles. O que é o ato de criação? In: DUARTE, Rodrigo (org.). **O belo autônomo**: textos clássicos de estética. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Crisálida, 2012.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Editora 34, 1998.

_____. **Ante el tiempo**. Historia del arte y anacronismo de las imágenes. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2011A.

_____. **Ao passo ligeiro da serva (Saber das imagens, saber excêntrico)**. Projeto Ymago. Lisboa: KKYM, 2011B.

_____. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011C.

_____. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa: KKYM, 2012.

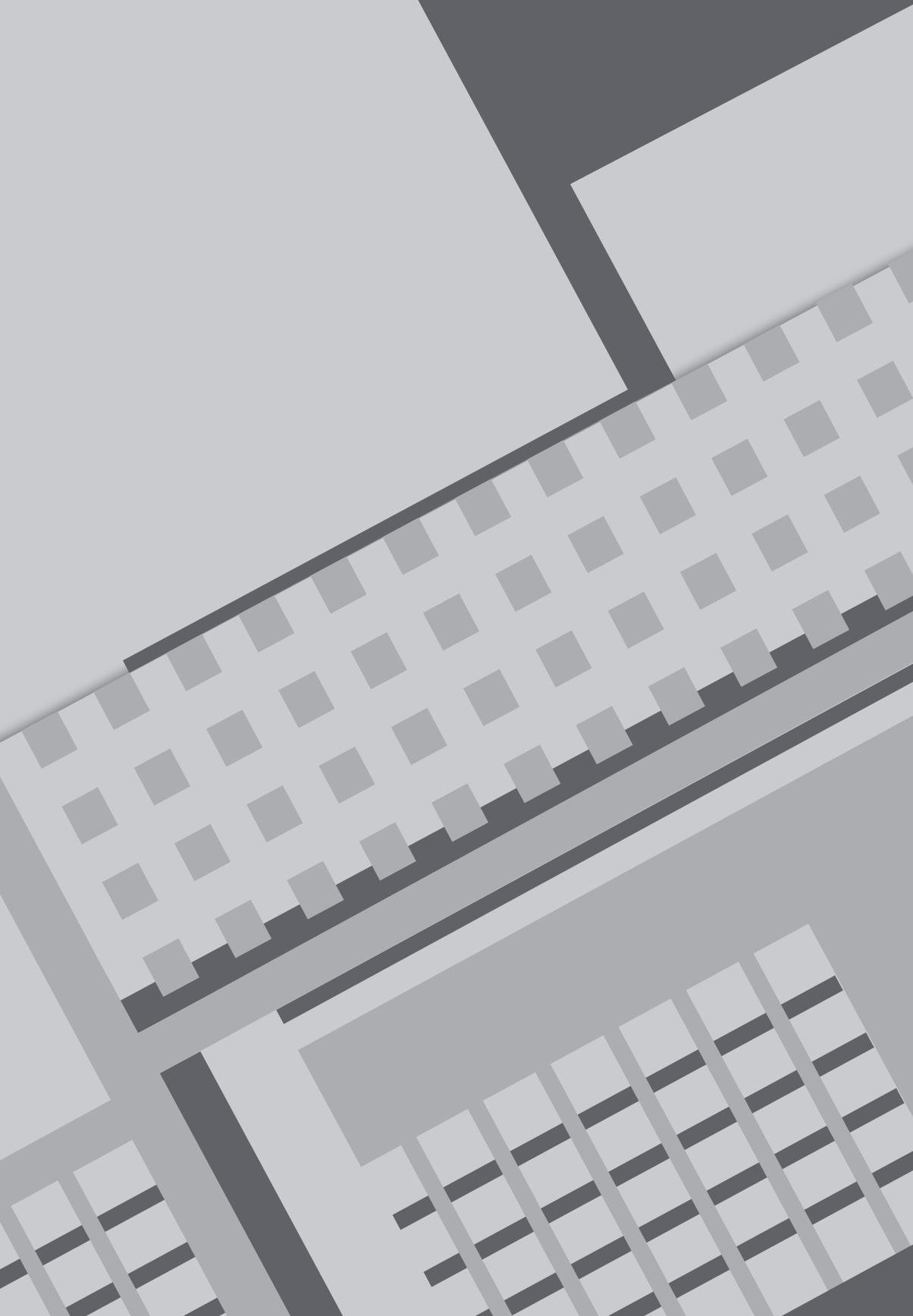
_____. **A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

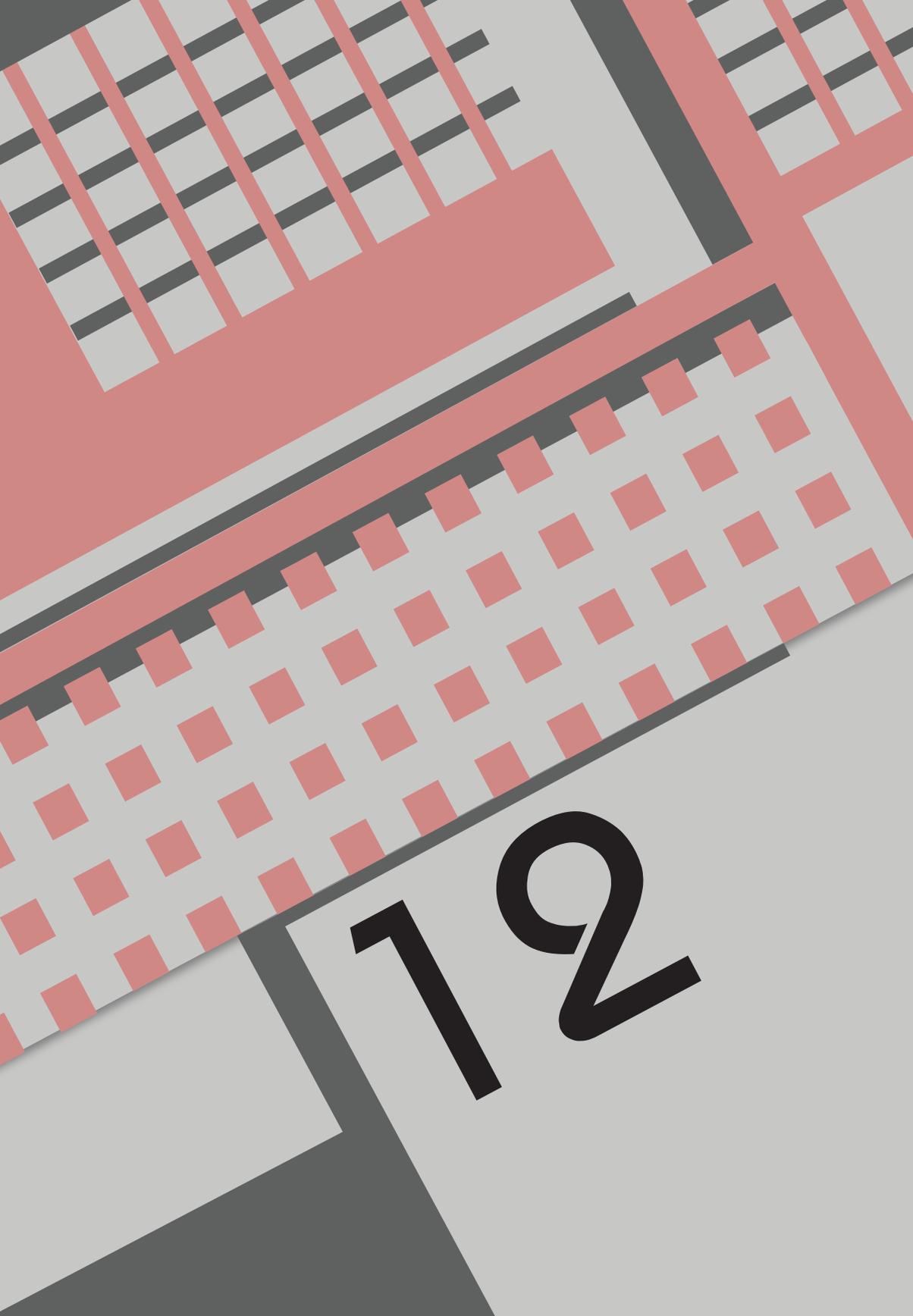
ELIAS, Norbert. **A Solidão dos Moribundos, seguido de Envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ESCOBAR, Miriam. **Esculturas no espaço público em São Paulo**. São Paulo: Vega, 1998.

FRIDLIN, Jairo (org.). **Minchá e Arvit - Com tradução e transliteração**. Com as leis de assistência aos enfermos e do luto judaico. São Paulo: Chevra Kadisha, 2006.

- JOYCE, James. **Ulysses**. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2012.
- KRAUSS, Rosalind E. **Caminhos da Escultura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- GOMBRICH, Ernst Hans. **Os usos das imagens: estudos sobre a função social da arte e da comunicação social**. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- MEDEIROS, Afonso. **O Imaginário do Corpo entre o erótico e o obscuro: fronteiras líquidas da pornografia**. Goiânia: Funape, 2008.
- MORRIS, David. **La cultura del dolor**. Santiago: Andres Bello, 1996.
- NORONHA, Marcio Pizarro. A favor da História da Arte, um enunciado em suas implicações filosóficas: da Estética à Filosofia da Arte enquanto problemas e fundamentos para uma disciplina histórica. **Saeculum – Revista de História**. V. 13, João Pessoa, jul./ dez. 2005.
- PIRES, Raquel Elisabeth. Erotismo e religião: um diálogo instigante. **Revista Brasileira em Psicanálise**. Vol. 41, nº 2. São Paulo, 2007.
- PORTAL National Geographic. Disponível em: <<http://nationalgeographic.org/>>. Acesso em: 10 out. 2015.
- SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média**. Bauru: Edusc, 2007.
- SIQUEIRA, Sônia Maria Gonçalves. Iconografia de Santa Teresa D'Ávila. In: **Ângulo – FATEA**. V. 01, p. 36-48, 2013.
- ZANINI, Walter. **Tendências da escultura moderna**. São Paulo: Cultrix; Museu de Arte Contemporânea da USP, 1971.





12

A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA EM HISTÓRIA POR MEIO DE PODCASTS: POSSIBILIDADES DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA PELA INTERNET

MARCELO DE SOUZA SILVA¹
CESAR AGENOR FERNANDES DA SILVA²

O QUE É UM PODCAST?

Após ler o título deste capítulo, muitos já estarão familiarizados com o termo e a mídia *Podcast*, entretanto, acreditamos que a maioria ainda não ouviu falar ou tomou contato com *Podcasts*. Atualmente, no Brasil, existem milhões de ouvintes e milhares de produtores de conteúdo independentes.³ Para os que nunca ouviram, daremos uma breve explicação.

Os produtores de Podcast, na maior parte dos casos, quando falam para alguém que nunca ouviu falar da mídia, se utilizam de uma explicação simplificada e padrão quando recebem a pergunta: “o que é um podcast?” Essa resposta padrão soa mais ou menos assim: “É como um programa de rádio na internet”.

Podemos dizer que essa analogia não está completamente errada, pois Podcasts são arquivos de áudio que tratam de diversos temas e são disponibilizados em páginas da rede. As temáticas são muito variadas e atendem a nichos de público igualmente diversos, abordando assuntos relacionados a cinema, videogames, música, política, humor, culinária, idiomas, tecnologia, esportes, direito, curiosidades, economia, crônicas do cotidiano, ciências, história, entre tantos outros. No Brasil, tudo isso ocorre com a utilização de trilha, efeitos e as chamadas vírgulas sonoras.⁴ Geralmente, cada

1 Doutor em História Social pela UFRJ, professor de História do Brasil na Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Email: marcelosilva.uftm@gmail.com

2 Doutor em História pela UNESP/Franca, professor dos cursos de História da Universidade Católica de Santos e da Universidade Metropolitana de Santos. Email: cesar.agenor@gmail.com

3 Ainda neste texto mencionaremos alguns números para que o leitor tenha dimensão das possibilidades e alcance da mídia.

4 Expressão que denota pequenas inserções de áudio ou vinhetas que serve como transição de assuntos ou de momentos para que os ouvintes possam “respirar”.

episódio trata de um tema específico, variando entre dez minutos a mais de duas horas de duração, com um ou mais participantes que apresentam, conversam, analisam ou até mesmo subvertem os temas propostos para os episódios. A periodicidade varia, pois existem Podcasts semanais (o mais comum), mensais e, até mesmo, diários – caso de Podcasts produzidos por empresas de comunicação como *CBN*, *Agência Estado*, *Grupo Bandeirantes de Comunicação*, etc.

Contudo, simplesmente dizer que Podcast é rádio na internet não condiz com exatidão à realidade. Esta mídia, que também pode conter transmissões em vídeo, está umbilicalmente ligada às rápidas transformações tecnológicas e de práticas sociais provenientes não apenas da invenção como também da popularização de acesso à internet. Se o rádio foi fruto da proliferação da tecnologia radiofônica de transmissão e recepção ao longo do século XX, o Podcast também nasceu de uma inovação tecnológica que ocorreu em maior escala na primeira década do século XXI. Contudo, a grande diferença é que o segundo não está diretamente ligado, em sua maioria, à empresas de comunicação e, com isso, goza de grande liberdade editorial.

Obviamente que a internet, também conhecida em inglês como *World Wide Web*, não foi invenção do século XXI, mas teve sua emergência experimental em universidades e setores das forças armadas dos Estados Unidos da América nos anos 70. Porém, foi nos anos 80, com a participação de pesquisadores europeus, que a ideia de conexão em larga escala passou a ganhar cada vez mais força. Como nos esclarecem os historiadores ingleses Peter Burke e Asa Briggs:

Nesse período a ecologia de uma rede mundial *World Wide Web* (www) tinha se alterado, não de uma base nos Estados Unidos, mas a partir do CERN, um instituto europeu de pesquisas de física de partículas, instalado nas montanhas da Suíça, onde um inglês, Tim Berners-Lee, imaginou o que chamou de “World Wide Web” em 1989. “Suponha que eu tenha a possibilidade de programar meu computador para criar um espaço em que tudo

possa ser ligado a tudo”, especulava ele. “Suponha que toda a informação arquivada nos computadores de todos os lugares estivesse interligada.” Essa hipótese era notável, mas não fazia parte do que a Arpa ou o CSNET ou o NSFNET tinham em mente — na realidade, nem mesmo os fabricantes de computadores “individuais”, pessoais ou de outra espécie. Berners-Lee não sabia então que Vannevar Bush, pesquisador do MIT presente na história inicial dos computadores e ex-diretor do Departamento Norte-Americano de Desenvolvimento de Pesquisa Científica durante a Segunda Guerra Mundial, havia feito observações similares em um artigo da revista *Atlantic Monthly*, em 1945, quando projetou uma máquina fotomecânica chamada “Memex” (BURKE; BRIGGS, 2002, p.302).

Os historiadores prosseguem e descrevem, em linhas gerais, como o “www” chegou as nossas vidas:

Para Berners-Lee, “tecer” a rede – o verbo e o substantivo de Thomas Hardy – não era inicialmente uma tarefa lucrativa ou de alta segurança, mas um meio de ampliar oportunidades. Ele desejava conservar a Web sem proprietários, aberta e livre. Contudo, como os empreendedores norte-americanos que desenvolveram a Internet buscavam lucro – em sua autobiografia fez uma breve referência a Vint Cerf e Bob Kaban –, ele era movido por uma crença firme no seu potencial global de uso: ela podia e devia ser “world wide”. O desenvolvimento de hiperlinks, o destaque de palavras ou símbolos dentro de documentos “cliqueando sobre eles”, isso era a chave de todo o progresso futuro. A revista *Time*, que o saudou como o único pai da Web, chamou suas realizações de “quase gutenberguianas”. Berners-Lee tinha tomado “um sistema de comunicações poderoso, que somente a elite poderia usar, e transformara-o em meio de comunicação de massa” (BURKE; BRIGGS, 2002, p.302).

Destacamos, aqui, a ideia de que a internet é um veículo de comunicação de massa, que possibilitou não apenas a recepção de informação, mas também a produção de conteúdo por um maior número de pessoas. Embora ainda não disponíveis a todos em nosso país, a proliferação dos chamados *smartphones* vem dando a possibilidade de maior inclusão digital. De acordo com matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em abril de 2016, o

número de aparelhos inteligentes em uso ultrapassou a marca dos 168 milhões de unidades (CAPELAS, 2016).

No que toca aos telefones móveis inteligentes, o termo Podcast está originalmente associado a um dos produtos da empresa estadunidense *Apple*, o *iPod*. A empresa fundada por Steve Jobs também produz os cobiçados *iPhone* e *iPad*. O *iPod* foi um dos primeiros reprodutores de arquivos de áudio digital a possibilitar que seus proprietários pudessem adquirir arquivos de música na internet de forma legal e ouvi-los por tempos prolongados com mobilidade. Nos Estados Unidos, no início do século XXI, surgiram os primeiros conteúdos em áudio ou vídeo produzidos e transmitidos por usuários comuns para outros usuários dos *iPods* ou similares. Em inglês, o termo equivalente à transmissão é *Broadcast*, daí com a junção do prefixo *Pod* com o termo *Broadcast*, surgiu a palavra Podcast, programas estes que, a partir de 2004, começaram a ganhar popularidade (LUIZ; ASSIS, 2010, p.1-2; UOL TAB, 2016).

O Podcast também se diferencia dos programas de rádio por que, assim como outras mídias que consumimos na Internet, eles podem ser baixados e ouvidos sob demanda. Não há necessidade de sintonizar em uma estação em horário fixo para poder ouvir o programa desejado.

Inicialmente os Podcasts eram disponibilizados apenas nos sites de seus produtores, os famosos blogs. O ouvinte ao conhecer o programa precisava periodicamente acessar a página e fazer o download ou ouvi-los no *player* disponibilizado no próprio site.⁵ Contudo, como bem nos esclareceram Lucio Luiz e Pablo de Assis – que também produzem Podcasts –, uma das inovações tecnológicas que os Podcast acabaram provocando foi a automatização deste processo, por meio dos chamados *feeds* RSS. De acordo com os autores:

Com a profusão de aparelhos portáteis reprodutores de arquivos de áudio, notadamente os de formato MP3, surgiram várias novas ideias de como automatizar o acesso ao conteúdo de au-

⁵ Atualmente esta prática continua existindo.

dioblogs e demais programas de áudio. O método que mais teve sucesso foi a possibilidade desse download ocorrer automaticamente através de programas chamados “agregadores”, utilizando uma tecnologia já empregada para blogs: o feed RSS (*Really Simple Syndication*).

O RSS é uma maneira de relacionar o conteúdo de um blog de forma que seja entendido pelos agregadores de conteúdo. Isso é possibilitado através dos chamados “feeds”, que trazem o conteúdo do blog codificado de maneira que esses programas compreendam e possam apresentar as atualizações automaticamente para os usuários que cadastraram o feed de seus blogs preferidos. Com isso, o usuário recebe cada novo conteúdo automaticamente, não precisando mais visitar cada site para ver se já foi atualizado.

Para que o RSS também funcionasse com arquivos de áudio, foi necessário criar um “enclosure”, maneira de se anexar um arquivo a um RSS, apresentando o endereço onde ele está hospedado para que o agregador faça seu download automaticamente. Em 2003, Dave Winer criou esse “enclosure” para que o jornalista Christopher Lyndon pudesse disponibilizar uma série de entrevistas na internet (LUIZ; ASSIS, 2010, p.2-3).

O primeiro agregador de Podcasts foi o software *iTunes*, da *Apple*. Os proprietários de *iPods*, obrigatoriamente, tinham que conectar seus aparelhos a computadores pessoais (desktops ou notebooks) e sincronizar as bibliotecas dos dispositivos com as disponibilizadas no *iTunes*.

O programa da *Apple* continua sendo um dos principais agregadores de Podcast, pois o primeiro *Feed* RSS criado foi para que funcionasse junto ao software/aplicativo da *Apple*. Nos dias atuais, quando um produtor faz o cadastro de seu Podcast na plataforma *iTunes*, automaticamente outros agregadores o registram em seus mecanismos de busca e possibilitam a assinatura dos conteúdos, ou seja, toda vez que um novo episódio do podcast é lançado os *softwares* ou *aplicativos* automaticamente notificam os usuários e esses optam por reproduzir via streaming ou executar o download do arquivo de áudio para seus dispositivos.

Foi questão de pouco tempo para que outras empresas desenvolvessem agregadores de Podcast, especialmente voltados a

usuários de dispositivos móveis, como os *smartphones*, que trabalham com outras plataformas ou sistemas operacionais, como no caso do *Android*, desenvolvido pelo *Google*. Conta-se hoje com, no mínimo, 20 agregadores multiplataformas (Windows, Mac, Linux, IOS, Android, etc.) de podcasts, como, por exemplo, *Podcast Addict*, *Podcast Republic*, *Simple Podcatcher*, *podKatcher*, *Pocket Casts*, que são gratuitos, assim como o *iTunes*.

No Brasil, já em 2004, os primeiros podcasts passaram a ser produzidos e em poucos anos começaram a angariar um grande número de novos programas e ouvintes. Atualmente, de acordo com o catálogo do site *Mundo Podcast*, que sumariza e classifica os Podcasts brasileiros por temática, existem **1671** Podcasts registrados, sendo que destes **1297** encontram-se ativos (TEIA CAST, 2017).

Outra ferramenta interessante para se perceber a audiência e a variedade do que se produz no Brasil é a página *iTunes Charts*, criada inicialmente para medir a audiência das músicas que os usuários estavam consumindo no *iTunes*, ela foi expandida para também posicionar quais são os podcasts mais ouvidos na aplicativo/software. Diariamente a página é atualizada mostrando quais foram os 100 podcasts mais baixados do dia anterior e quantas posições ganharam ou perderam no ranking e, mais do que isso, há quanto tempo permanecem na preferência dos ouvintes.

Sobre sucesso e longevidade, um Podcast no Brasil que está no topo de qualquer *ranking* é o *Nerdcast*, programa produzido pelo site *Jovem Nerd* há 11 anos. Podemos dizer que o *Nerdcast* criou um padrão de produção, edição e distribuição que foi adotado pela comunidade que passou a produzir podcasts no Brasil. O público médio por episódio semanal é de aproximadamente 1 milhão de ouvintes, que fazem o download do arquivo via agregador, aplicativo específico para celulares ou diretamente no site (JOVEM NERD MIDIA KIT, 2016).

O sucesso do *Nerdcast* e de outros programas como *Rapaduracast*, *Papo de Gordo*, *Matando Robôs Gigantes (MRG)*, *BrainStorme 9*, *Scicast*, *Mamilos*, entre outros, inspiraram uma série de pessoas que não são profissionais da comunicação para que tam-

bém passassem a produzir seus próprios conteúdos, um fenômeno social semelhante ao que aconteceu e acontece no *Youtube*, no qual a habilidade de fidelizar uma comunidade de telespectadores/ouvintes/seguidores antecede a necessidade de uma formação técnica ou mesmo a posse de equipamentos profissionais de captação e edição – o que explica em parte esta nova prática social.

Outra similaridade com o *Youtube* foi que o *Podcast* também criou as chamadas *webcelebridades* e, em certos casos, alguns *podcasters* (nome dado aos produtores) tornaram essa atividade em profissão e, atualmente, vivem exclusivamente disso. Como o caso de *Alexandre Ottoni* e *Deive Pazos*, também conhecido respectivamente como *Jovem Nerd* e *Azaqhal*. Eles são os criadores do *Nerdcast* e proprietários da empresa *Ottoni & Pazos Ltda*, cujo nome fantasia é o mesmo do site: *Jovem Nerd*.

Criada após a ascensão e popularização do *Nerdcast*, a empresa além atuar na área de venda de produtos variados relacionados ao universo dos quadrinhos, cinema de entretenimento, games, etc, por meio de uma loja virtual, também possui departamentos de marketing e de criação e gerenciamento de conteúdos para mídias como *Podcast*, *Youtube*, *Twitter*, etc. – todos os conteúdos produzidos pelo *Jovem Nerd* possuem, no mínimo, 1 milhão de assinantes/seguidores (JOVEM NERD MIDIA KIT 2016).

Os atuais 1271 *podcasts* ativos, como já dito, tratam de temas muito variados. As empresas jornalísticas mais tradicionais já perceberam o alcance e o potencial do podcast e não é incomum encontrarmos em seus veículos matérias que apresentam aos seus leitores esta mídia. Para ficarmos em poucos exemplos, nos anos de 2014 e 2015, o *Jornal do Comércio* de Porto Alegre e as Revistas *Veja* e *Superinteressante* trouxeram para suas pautas a temática. Em 2016, foi a vez do portal eletrônico *Universo Online* (UOL) trazer aos seus leitores uma edição completa da revista eletrônica TAB sobre a temática.

Importante ressaltar que todas as matérias chamam a atenção para o fato de que existe uma proximidade e uma relação direta entre os produtores de *Podcast* e seus públicos, que fazem contato

por diversas redes sociais (*Facebook, Twitter, E-mail, Whatsapp, Telegram, etc.*), por suas páginas e, até mesmo, presencialmente em eventos voltados para os seguimentos aos quais os podcasts se dedicam. Esta proximidade ajuda a explicar o sucesso que a mídia vem alcançando nos últimos anos. Os programas criam comunidades espalhadas por diversos lugares do país e, também, por brasileiros vivendo em outras regiões do planeta e por outros lusofalantes. Na matéria da Revista Superinteressante temos o seguinte relato exemplar:

Quem faz um podcast acaba tendo uma relação mais próxima com o público do que outros formadores de opinião, como colunistas de revistas ou blogueiros. Para isso, os podcasters fazem questão de, sempre que possível, falar de experiências pessoais nos programas. É uma receita usada há décadas por apresentadores de mídias tradicionais. O público cria empatia, se reconhece em situações e passa a se sentir próximo dos locutores. “Há muitos podcasts em que ouvintes participam enviando mensagens em áudio ou conversando com os podcasters durante os programas”, diz Lucio Luiz, jornalista especializado no assunto (e ele mesmo um podcaster). Até aí, nenhuma novidade. Mas o formato do podcast permite que a interação seja diferente. O fato de precisar baixar o programa e ouvir na hora em que quiser torna a situação mais maleável ao seu dia a dia. Além disso, o contato entre quem faz e quem ouve é invariavelmente simples – trocar ideias com o público é essencial para o sucesso. E isso leva a situações inusitadas. “Já recebemos convites para casamentos e, algumas vezes por ano, marcamos de tomar cerveja com os ouvintes”, diz Tato Tarcan, do Ultrageek, podcast sobre tecnologia com 45 mil downloads em média. Essa relação gera um círculo virtuoso, que aumenta a oferta e a demanda. “Todo ouvinte pode se tornar um podcaster, o que, por sinal, é o caso da maioria”, explica Lucio Luiz (SUPERINTERESSANTE, 2016).

Entretanto, não foram apenas os veículos de comunicação profissionais que voltaram seus olhos para essa mídia. Universidades brasileiras também produzem seus próprios programas, com destaque para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e, especialmente, a Universidade Estadual Paulista (UNESP). *Fronteiras da Ciência* é o programa de rádio produzido pelo de-

partamento de física da UFRGS, no qual docentes recebem convidados acadêmicos para conversar sobre temas científicos. Após a transmissão tradicional, o programa é editado e disponibilizado no formato Podcast e, desde 2014, figura constantemente entre os 100 programas mais ouvidos na lista organizada no *iTunes Charts*. O *Fronteiras da Ciência* está em sua 8ª temporada.

Quanto à UNESP, a Reitoria por meio da Assessoria de Comunicação e Imprensa, registraram o domínio⁶ “www.podcast.unesp.br”. Nessa página são oferecidos 20 programas de temáticas variadas e, geralmente, de curta duração (entre 2 a 10 minutos por episódio), como Pod Esporte, Pod MPB, Pod Extensão, Pod Fala Professor, Pod Mundo e Política, Pod Terrotorial, entre outros. Nesse sentido, a universidade mostra que percebe esta mídia como uma forma de comunicação eficaz voltado aos seus diferentes públicos, numa ação que mistura extensão com o trabalho de Relações Públicas da Assessoria, tendo em vista o caráter institucional destas produções. Contudo, diferentemente com o que ocorre com o *Fronteiras da Ciência* os podcasts UNESP não estão cadastrados na plataforma *iTunes*, e a assinatura do *Feed RSS* se dá no que hoje já pode ser considerada uma forma atrasada, *por email*. Isso nos impede de ter uma noção pública de seu alcance, mas não nos exima de perceber alguns dos potenciais acadêmicos e, sobretudo, de divulgação científica e de extensão que o *Podcast* pode alcançar.

Como foi possível perceber até aqui, o *Podcast* possui uma história recente e apresenta características da democratização da produção e comunicação de conteúdos provocados pela ascensão da World Wide Web e as facilidades de acesso e de inclusão digital. Pessoas comuns, profissionais de comunicação e instituições de ensino perceberam as possibilidades de contato de difusão de entretenimento e informação por meio um formato que permite criar identificação e, também, proximidade entre os públicos.

Agora que discutimos o que são os podcasts e quais as manei-

6 Nome dado ao endereço de um site que precisa ser registrado junto à um servidor ou empresa que gerencia dados, como o caso do *Wordpress* – a principal e mais usada plataforma para desenvolvimento na web atualmente.

ras como vêm sendo desenvolvidos no Brasil nos últimos anos – e antes de falarmos sobre os Podcasts de história e suas possibilidades de divulgação científica e educação histórica – vamos tecer algumas considerações sobre a história, seu ensino e divulgação no Brasil nas formas e mídias tradicionais.

O ENSINO DE HISTÓRIA E AS MÍDIAS

Ensinar história na educação básica é uma tarefa que tem se tornado cada vez mais complexa. Dos antigos manuais históricos aos livros didáticos e recursos audiovisuais mais modernos, ainda esbarramos, os professores/historiadores, em muita resistência por parte dos alunos, os quais não enxergam sentido em conhecer aquelas situações do passado por não aparentarem possuir vínculos com o presente e com a realidade vivida por aqueles indivíduos. Muito já se escreveu sobre este problema e, certamente, não se pode dizer que só a história o enfrenta.

Antes de mais nada, é importante que apresentemos a visão que temos sobre o ensino de história e, conforme o título deste capítulo, do que seria a educação histórica. A história se faz presente tanto como disciplina ensinada na escola, quanto na vida cotidiana dos indivíduos. Compreendemos que se trata de uma disciplina relevante para as políticas de qualquer Estado, tendo em vista que ela condiciona as identidades nacionais em conformidade com o projeto do grupo que tem o seu controle político (FONSECA, 2004, p. 24, et. seq).

Não somente esta disciplina, mas todo o sistema escolar tem relevância no sentido de conformar as forças produtivas, sociais, culturais, de acordo com um projeto que tende a maximizar os lucros do próprio Estado e dos grupos a ele ligados que detêm seu controle. No mundo industrial que surgiu a partir do século XVIII, a escola ganha cada vez mais protagonismo tanto enquanto espaço de reprodução dos conhecimentos socializados a partir das universidades, quanto um lugar de embates entre as diversas visões de mundo e técnicas que foram se conformando naquilo

que, seguindo as ideologias de cada período, se adequariam a algum paradigma produtivo e ao mercado. Neste sentido, o conhecimento se torna uma ferramenta valiosa e o seu controle está entre as principais atividades do Estado com seu poder de criar políticas públicas. O ensino de história no Brasil, especialmente após o golpe civil-militar de 1964, adquiriu algumas características típicas de uma sociedade que pensava o conhecimento de forma utilitária no sentido de promover aqueles que mais teriam interesse na formação de força de trabalho qualificada (FONSECA, 1993, p. 133, et. seq).

A partir de então, no Brasil, conformou-se um tipo de ensino de história a que chamamos tradicional, por ser baseado na ideia de que a história são os fatos do passado, e que seu estudo deve ser feito de maneira cronológica e sem espaço para interpretações outras que não a oficial, impressa nos livros didáticos que seguiam o interesse, ufanista, do Estado brasileiro da ditadura civil-militar. Até hoje, mais de trinta anos após o final deste regime, mesmo com as significativas mudanças promovidas nas políticas de ensino, é difícil se livrar desta visão, sendo que ela é até mesmo defendida por setores sociais que, mesmo sem nenhuma especialização na área ou comprovação científica, denunciam o que acreditam ser “doutrinação ideológica” dos professores que discutem as múltiplas interpretações sobre o passado e sua relação com o presente, de acordo com as teorias da história e do ensino mais atuais. Este movimento, que parece retrógrado em muitos sentidos, nada mais é do que o corolário de como a crise de paradigmas científicos vem afetando a educação, pondo em cheque o ensino baseado nos conceitos de causalidade e determinação e que busca a *verdade* científica (BRANDÃO, 1994, p.7). Se entre os especialistas estas análises levaram ao questionamento das formas tradicionais de ensino, para alguns setores da sociedade, a percepção de que estes questionamentos estavam se consubstanciando em novas políticas públicas de educação que não compreendem, acaba levando ao crescimento de um movimento pelo retorno aos padrões tradicionais.

Em um contexto passado este método de ensino parecia ter sua eficácia, mas é fácil perceber que ele não promove aquilo que podemos chamar de educação histórica. Este conceito tem ligação com a teoria de história que a relaciona não somente a um conhecimento abstrato de fatos passados, mas como lidamos, cotidianamente, com as múltiplas visões, idas e vindas, no tempo e no espaço. Contar, contar histórias, e ela como uma forma de aprendizado é algo que esteve presente em diversos momentos, da história humana. Os primeiros grupos sociais contavam histórias de suas caçadas as de seus antepassados, tanto para glorifica-los quanto para ensinar às gerações futuras a partir da experiência passada. Em outras palavras, o contato com um tempo pretérito é algo essencial na definição dos laços grupais e, em certo nível, na criação dos significados que damos a quase tudo na vida cotidiana. Carregamos todos, em algum nível, um envolvimento com o passado, a história, um fenômeno que tem sido chamado de *consciência histórica*, algo que, segundo Jörn Rüsen seria:

[...] a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar intencionalmente, sua vida prática no tempo (RÜSEN, 2001, p.57).

A partir deste pressuposto, fica claro que pensar historicamente sobre o mundo atual não é algo reservado aos especialistas que frequentaram as universidades de história, mas algo que, em alguma medida, está diretamente ligada à uma forma consciente de reproduzir sua experiência no tempo com o fim de tornar sua existência, e a dos antepassados, não só dotadas de sentido, mas que este tenha um impacto no fortalecimento das práticas sociais mais diversas. Sendo assim, o professor de história deve partir desse conhecimento tácito, desta percepção que todos trazemos do passado para construir as pontes com o presente e, dessa forma, promover a construção de conhecimento histórico significativo, algo que, finalmente, podemos chamar de educação histórica. Ainda fica a questão: como podemos relacionar este processo com o uso das mídias?

O sistema escolar como um todo vem sentindo os efeitos que a difusão acelerada de informações tem gerado entre os alunos, com seus *gadgets*⁷ atraindo muito mais a atenção do que os conteúdos escolares, especialmente quando em suas práticas pedagógicas se sobressaem as suas ferramentas tradicionais de ensino. Mídias e educação são áreas que necessariamente precisam conversar em busca de soluções que otimizem a aprendizagem. Neste sentido, Evelyne Bévort e Maria Luiza Belloni, defendem uma ideia e uma prática para os educadores cumprirem sua função social:

[...] a ideia de que não pode haver cidadania sem apropriação crítica e criativa, por todos os cidadãos das mídias que o progresso técnico coloca à disposição da sociedade; e a prática de integrar essas mídias nos processos educacionais em todos os níveis e modalidades sem o que a educação que oferecemos às novas gerações continuará sendo incompleta e anacrônica, em total dissonância com as demandas sociais e culturais (BÉVORT; BELLONI, 2009, p.1082).

Sendo assim, entendemos que é preciso promover mais estudos e ações neste campo, ainda novo, da mídia-educação, por si só um conceito que, ao se aproximar dos dois campos, acaba encontrando dificuldades em se efetivar nas práticas em sala de aula. Os motivos para isto são estruturais, além desta questão conceitual que, se mal apreendida, acaba fazendo com que o uso das mídias aconteça sem as ferramentas críticas necessárias, tem também o problema de que o sistema escolar tem se mostrado muito reticente em promover mudanças radicais em sua estrutura de funcionamento, especialmente na incorporação das mídias mais recentes. Por exemplo, foi somente após muita pesquisa e insistência que passamos a utilizar o cinema como fonte de debate e produção de conhecimento histórico nas escolas e, ainda hoje, raros são os casos em que se pode dizer que o seu uso se dá de forma produtiva no sentido de despertar nos alunos o interesse em desenvolver suas habilidades de reflexão sobre o passado a partir de inquietações presentes. Em outras palavras, no campo

7 Nome pelo qual vêm sendo conhecidos os dispositivos eletrônicos portáteis tais como *smartphones*, tocadores de músicas e vídeos, *tablets* e afins.

da comunicação, as transformações tecnológicas são rapidamente absorvidas, enquanto na educação, elas enfrentam resistências e batem em estruturas que mudam em ritmo muito diferente. Dessa forma, mesmo formulando conceitualmente o contato entre estas duas áreas, a própria maneira desigual como se apropriam das inovações tecnológicas já constitui um grande empecilho ao desenvolvimento de ações pedagógicas que promovam aprendizado significativo para os alunos.

Pierre Lévy (2002) chamou a atenção para o fato de que a *cibercultura* não deve ser vista nem como a salvação nem como a danação nas sociedades contemporâneas e, certamente, este debate não deve estar presente nas discussões acadêmicas. Todas as técnicas inventadas dentro de uma cultura contribuem para que novas opções sejam abertas com a sua presença, mas não são determinantes na elaboração das configurações sociais por si só. As tecnologias são desenvolvidas a partir de ideias e visões de mundo, mas quando são apropriadas pela sociedade elas têm seu sentido alterado de acordo com as possibilidades abertas por este novo meio de expressão. A internet, sobre a qual falamos acima, é um exemplo claro disso: as intenções estratégicas do Estado em cri-la atualmente quase nada resta, visto que ela se tornou um espaço apropriado por diversos grupos, com potencial para a promoção e divulgação de informações também diversificadas.

Todos os professores estão familiarizados com a seguinte situação em sala de aula: alunos presentes, mas desatentos, enquanto buscam subterfúgios para se manterem ligados aos seus telefones, trocando mensagens e buscando informações, entretenimento ou qualquer outro tipo de atividade acessível. Este cenário, entretanto, não é característico somente do ambiente escolar, visto que mais e mais pessoas usam as diversas mídias como forma de estabelecer interações sociais, promover e acessar conteúdos culturais. Enquanto vemos crescerem exponencialmente estas formas de comunicação, promovendo a difusão de conhecimentos e informações, observamos a resistência por parte de muitos agentes envolvidos na educação, por acreditarem que o uso destes

meios traria mais prejuízos do que benefícios. Outro problema igualmente grave é que a adoção destas tecnologias se dá de forma desigual também em conformidade a classe social a que pertence o aluno. Sendo assim, mesmo que queira adotar novas mídias na produção do ensino, o professor pouco pode fazer contra as limitações de recursos: se há computadores, não há internet, se há os dois, o uso é restringido, o deslocamento dos alunos até as salas de informática é problemático, o cronograma do plano de ensino deve ser cumprido, então não se pode “perder tempo”. Estas e outras questões fazem com que o trabalho com as tecnologias de informação se tornem extremamente difíceis e, quando acontecem, tomam formas pouco críticas, ilustrativas ou superficiais. Ao final, a despeito dos estudos que vêm se desenvolvendo há décadas para tentar incorporar novas formas de expressão cultural – e dos investimentos do Estado em compra de equipamentos, mas sem a devida melhoria de toda a estrutura escolar – não conseguimos superar o ensino tradicional de história em que o professor fala e os alunos ouvem, naquilo que ficou conhecido como conhecimento bancário, no qual acumulam informações para o momento da avaliação escrita aplicada pelo professor para conferir nota (FREIRE, 2002, p. 13 et. seq). Uma forma de educar que não explora e até é um desincentivo à criatividade do educando, mas que pode ser vencida com o auxílio das tecnologias de informação.

A aceitação de que é preciso mudar as maneiras de dar aula acabaram levando a uma outra armadilha que, nas palavras de Jaime Pinsky e Carla Pinsky, faz com que,

Procurando acompanhar as mudanças, os novos tempos, muitos professores acabam comprando a ideia de que tudo que não é muito veloz é chato. Na sala de aula, o pensamento analítico é substituído por “achismos”, alunos trocam investigação bibliográfica por informações superficiais em *site* “de pesquisa” pasteurizados, vídeos são usados para substituir (e não complementar) livros. E o passado, visto como algo passado, portanto superado, tem tanto interesse quanto o jornal do dia anterior (PINSKY; PINSKY, 2009, p.17).

As palavras dos autores mais uma vez nos levam à reflexão de que mesmo que tenhamos as ferramentas, elas devem ser utilizadas de forma a contribuir no aprendizado e não se tornarem um fim em si, que tira o significado dos conceitos e ideias inerentes à reflexão histórica. A ideia de que a internet seria a solução para todos os problemas, visto que ela contém informações num nível incrivelmente alto e jamais alcançado pela humanidade anteriormente, já se mostrou falaciosa e isto é possível constatar pelo fato de que ela se tornou uma forma de tornar a busca e o conhecimento menos profundos do que poderiam ser.

O ensino em geral e o de história em específico estão envolvidos em todas estas questões e problemas que analisamos acima, mas um fato chama a atenção: os temas históricos produzidos pelas mídias têm grande apelo junto ao público, tanto nas formas tradicionais, televisão, filmes, quanto nas mídias digitais e na internet. Isto demonstra que, a despeito das falhas que o ensino possa conter, existe um genuíno interesse da sociedade por conhecimento histórico. Entre as obras de não-ficção e ficção mais vendidas sempre podemos observar a existência de temas relativos à história de alguma maneira. Além disso, em diversas mídias, os temas de história têm se manifestado e conquistado grandes audiências. Vejamos a seguir algumas destas manifestações rapidamente.⁸

Os pesquisadores da área de história ainda estão caminhando na compreensão deste fenômeno, mas a popularidade dos temas históricos tem sido cada vez mais temas de debates acadêmicos em busca de explicações e, também, de formas de aproveitamento deste fenômeno para a promoção de conhecimentos históricos. No mercado editorial brasileiro podemos identificar que a comemoração dos quinhentos anos de descobrimento foi um dos pontos iniciais para que se começasse a popularização dos temas de história do Brasil, especialmente com as publicações das obras do jornalista Eduardo Bueno, *A viagem do descobrimento* e *Náufr-*

8 Não vamos analisar, aqui, o cinema, por entendermos que sua grande variedade em linguagens e possibilidades de análise e de produções, extrapolaria os limites deste texto. São inúmeras as referências deste debate entre os historiadores, deixamos uma das que consideramos basilares: FERRO, Marc. "O filme: uma contra análise da sociedade?". In LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: Novos Objetos*. Rio Francisco Alves, 1976.

gos, traficantes e degredados, ambos em 1998. Escritas com base na historiografia produzida até então, mas em uma linguagem acessível ao público não especialista, Bueno construiu uma narrativa que se mostrou sucesso editorial e abriu espaço para que outras inúmeras obras do mesmo estilo surgissem.

Os historiadores de profissão, a princípio, rejeitaram tal vulgarização da história que, a seu ver, simplificava demais os processos em nome de uma narrativa que fosse comercialmente atrativa. Selva Guimarães (1993), e outros, entretanto, já haviam alertado para o fato de que, desde meados dos anos 1970, com o desenvolvimento das comunicações de massa, e o incremento no mercado editorial, os conhecimentos históricos vinham sendo trabalhados à revelia do que a universidade pudesse pensar. Levamos alguns anos para superar obstáculos internos e encontrar meios de construir obras de mais fácil acesso ao grande público. Atualmente existem historiadores publicando obras direcionadas a estes, mas mantendo a qualidade do debate historiográfico, o que é essencial para que o texto promova as reflexões históricas pertinentes às inquietações presentes que levam à problematização dos temas tratados nestas obras. Como exemplo mais recente, temos a obra de Lilia Moritz Schwarcz e Heloísa Starling, *Brasil: uma biografia*, um grande sucesso de vendas e que trouxe à baila as questões sobre a identidade nacional de forma crítica sem ser maniqueísta, abordando as consequências dos processos históricos a que estivemos expostos desde as grandes navegações até o final do século XX, com grande relevância para os impactos que a formação de uma sociedade senhorial e escravista têm no nosso cotidiano de desigualdades sociais, políticas e econômicas.

A televisão no Brasil experimentou um grande avanço a partir dos anos 1970, posto que este foi o meio escolhido pelos governantes militares para a promoção da integração nacional. Foram feitas inúmeras concessões e grupos próximos politicamente, se viram favorecidos, criando uma grande rede de estações de TV, especialmente a do Grupo Globo, que passou a ter a hegemonia nas produções. Neste espaço, as telenovelas tiveram papel muito

importante na constituição de um discurso sobre nosso passado e na conformação de uma visão sobre o próprio presente, especialmente na confirmação de papéis sociais ligados à questão racial, quando tratados temas ligados ao passado escravista nacional. Não cabe, aqui, uma análise pormenorizada destas obras, mas é fato que seu sucesso, e recorrência nas produções deste tipo desde então – a “novela de época” – constituíram importante papel na vulgarização dos conhecimentos históricos, mesmo que de forma superficial.

As revistas, estilo magazines, sobre história se multiplicaram nos primeiros anos da década de 2000. Com projetos gráficos bem trabalhados, textos informativos e, ao mesmo tempo, promotores de reflexões, algumas destas revistas se destacaram por apresentarem material produzido por historiadores dispostos a divulgar ao grande público as suas pesquisas. A *Revista de História da Biblioteca Nacional* tem exatamente este caráter e, por anos, vem aguçando as mentes dos leitores com as reflexões historiográficas que mais têm motivado as produções nas pós-graduações do país nos últimos tempos.

Na internet encontramos grande diversidade de produções sobre história. Sites e *blogs* são tantos que fica, aqui, impossível enumerar os principais. O fato de que muito do conhecimento científico passou a ser disponibilizado de maneira gratuita por grupos de pesquisa, programas de pós-graduação e universidades, constitui caso à parte, o qual não nos atentaremos neste texto. Dentro dos nossos objetivos, a produção de programas nos sites do *Youtube* e, ainda, *podcasts* dos mais variados têm mostrado que há um público crescente interessado no consumo deste tipo de produto e temas.

Os chamados *youtubers* são fenômeno muito recente e que ainda merecem estudos mais profundos, entretanto não se pode negar que ganharam muita audiência, à despeito de serem conhecidos nas mídias tradicionais e vários deles fizeram disso uma profissão. Um caso que merece destaque é o do *youtuber* Felipe Castanhari, com seu canal Nostalgia. No começo ele falava somente sobre peças de entretenimento que fizeram parte de sua infância e,

com isso, conquistou público da mesma faixa etária, utilizando-se para isso da linguagem própria da geração, muito mais atraente do que as formas de expressão acadêmicas. Atualmente o canal traz temas variados e, muitos deles, ligados à história com a série intitulada *Nostalgia HISTÓRIA*, que traz apresentações de conteúdos como Segunda Guerra Mundial, Ditadura Militar, Guerra Fria e outros afins. Neste mesmo espectro de atuação, a equipe do grupo Jovem Nerd, citado acima, também aborda temas de história em podcasts e vídeos, nos quais, novamente, os formatos são utilizados e adaptados para a reprodução das ideias e exposição de conteúdos que os seus autores consideram relevantes. Neste grupo, os temas de guerra também fazem muito sucesso, mostrando uma correlação grande entre as diversas mídias que trazem esta questão e como ela vem fascinando os espectadores.

Em suma, podemos perceber que a despeito dos problemas variados que o ensino de história enfrenta, muitos deles vividos por todo o ensino em geral e originários das deficiências estruturais da escola e do sistema escolar, os debates sobre mídia-educação têm avançado, mesmo que em velocidade bastante inferior à maneira como os produtores culturais realizam suas obras nas novas mídias e ajudam a vulgarizar o conhecimento histórico, um tema que, indiscutivelmente, tem gerado muitos *cliks e likes*, sinônimos de ganhos financeiros para os envolvidos. Passemos, agora, a analisar a experiência de produção e divulgação de um podcast de história, o *Fronteiras no Tempo*, que é produzido pelos autores deste capítulo, com a finalidade tão somente de problematizar alguns dos pontos que levantamos até aqui.

FRONTEIRAS NO TEMPO: UM PODCAST DE HISTÓRIA.

Nesta parte final vamos analisar como se deu o processo de criação e a administração de um podcast de história, com ênfase nas formas como ele pode ajudar tanto na divulgação científica como na promoção de ações educativas, não no sentido escolar, podendo servir também a diversos públicos que queiram se man-

ter inteirados dos debates historiográficos acerca dos temas tratados. Antes de começar, vale a pena conhecermos outras experiências bem-sucedidas no mundo dos podcasts e que também atual na área da divulgação científica.

O *Fronteiras no Tempo* não é o primeiro e tão pouco será o último *Podcast* que trata em seus episódios de temas exclusivamente históricos. Conforme dissemos há pouco, o interesse crescente de um público amplo pela história é nítido, desde fins do século XX e nas primeiras décadas do século XXI. Isso se manifesta também entre podcasters e ouvintes.

Existe uma gama de programas exclusivos e outros tantos que esporadicamente abordam temas históricos. Em relação aos específicos podemos citar, a título de exemplo, o *Escriba Café, Sobre História, História: Colégio e Vestibular de A a Z, Podcast História Online, Xadrez Verbal, FrontCast*, entre outros.⁹ Já os que trazem episódios ocasionais podemos mencionar o *NerdCast* e o *Scicast*, só para nos atermos a podcasts de grande audiência. Entre os primeiros, cada um tem formato diferente do outro, contudo, esses são produzidos por pessoas formadas em história. Alguns deles trazem em seus episódios estruturas narrativas e dramatizações, ambientando por meio de trilha e efeitos sonoros a história que está sendo contada – nesse item destaca-se o *Escriba Café*. No caso do *História: Colégio e Vestibular de A a Z*, ele traz episódios bem curtos (entre 1 a 3 minutos de duração) no qual o tema tratado é voltado diretamente como uma forma de reforço e problematização de conceitos históricos e é direcionado aos estudantes que pretendem realizar o Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM.

Quanto aos outros dois mencionados – *NerdCast* e *Scicast* –, o primeiro traz um bate papo muito irreverente entre os participantes, que são entusiastas da história e conta apenas com um parti-

9 Se expandirmos a busca por podcasts produzidos em outros idiomas e países, podemos mencionar os espanhóis *Ágora Historia* e o *Ser Historia* e em língua inglesa *History Podcast, History Hour*, ambos produzidos pela BBC Radio da Inglaterra. Temos também o *History Vikings* do History Channel. Interessante observar que existe uma gama imensa de podcasts em inglês e espanhol que superam largamente em número os produzidos em português. Muitos deles estão vinculados às emissoras de rádio ou redes de comunicação.

cipante formado em história.¹⁰ Porém, esse participante passou a fazer parte do *Nerdcast* a pouco mais de um ano e nas dezenas de episódios sobre história produzidos anteriormente, nem sempre ocorreu a preocupação com reflexões mais aprofundadas e alguns estereótipos como “Idade Média = Idade das Trevas” foram reproduzidos. Entretanto, esses deslizes são apenas detalhes comparados à forma como eles conseguem despertar o interesse de um público muito amplo e diversificado para temáticas relacionadas ao passado humano. Já o *Sciscat, Podcast* dedicado à divulgação científica de forma qualificada profissionalmente, traz em seu elenco um grupo de historiadores que baseiam seus comentários e falas em materiais produzidos pela historiografia de forma cuidadosa. Inclusive, na publicação de cada episódio os produtores disponibilizam referências (livros, artigos, sites institucionais, etc.) para os ouvintes que se interessem em se aprofundar no assunto abordado.

Sobre a experiência na produção de um podcast que trata de História, devemos começar chamando atenção para uma característica comum entre os produtores de podcasts: a maioria deles era, antes de tudo de ser um podcast, ouvinte de um ou mais programas. Isso não foi diferente para nós. A criação do podcast nasceu quanto notamos a possibilidade de poder falar para um público interessado, somada à percepção da necessidade de que o conhecimento produzido por profissionais da área ultrapassasse os muros da academia de forma acessível e palatável para pessoas que optaram por outros caminhos de formação e, até mesmo, aos jovens que estão iniciando seus estudos em história, tanto no ensino superior quanto na educação básica de nível médio.

A casa oficial do Podcast é a página da internet homônima, cujo domínio foi registrado como www.frenteirasnotempo.com. Retomando o que foi dito no parágrafo anterior, o visitante ao entrar no site pode acessar o link “sobre”, no qual encontrará a missão do site/podcast com os seguintes dizeres:

10 Filipe Figueiredo, graduado em História, é também um dos produtores do podcast *Xadrez Verbal* (dedicado a História e Política Internacional). Figueiredo, desde 2016, também apresenta o *Nerdologia de História*, programa produzido no Youtube com duração média de 8 minutos abordando temas históricos variados. O Canal *Nerdologia* faz parte da empresa *Jovem Nerd*.

Fronteiras no Tempo é um podcast de História. Mensalmente os historiadores “C. A.” e “Beraba” conversam sobre temas relacionados ao passado humano. A intenção é aproximar o público que gosta de História com a maneira como o conhecimento histórico é pensado e construído. Isso tudo de forma leve e descontraída. Conversamos desde assuntos mais gerais como também abordamos temas específicos (SILVA; SILVA, 2014).

Inicialmente chamamos a atenção para a seguinte trecho da frase: “os historiadores ‘C. A.’ e ‘Beraba’ conversam...”. Optamos, com objetivo de obter maior aproximação com o público, por seguir o padrão adotado entre os podcasters brasileiros, que geralmente utilizam-se de apelidos para comporem suas “personas” públicas na podosfera. Acreditamos que recuperar os apelidos com os quais nos chamávamos na virada do século XX para o século XXI – período no qual estávamos na graduação – cria o tom de informalidade necessário para garantir um diálogo, o que poderia ser diferente se nos chamássemos de professores doutores, por exemplo, ou utilizássemos uma linguagem demasiadamente técnica e formal no tratamento entre nós e, mais do que isso, na abordagem dos temas dos episódios. Por isso ressaltamos em nossa missão “Isso tudo de forma leve e descontraída”.

O Podcast *Fronteiras no Tempo* teve sua estreia oficial no dia 31 de julho de 2014, com o lançamento da primeira parte do primeiro episódio que tratou sobre 2ª Guerra Mundial. O podcast conta na maior parte dos episódios publicados até aqui com a participação de nós dois apenas. Por mera informação, este episódio foi gravado no ano de 2010 e apenas 4 anos depois que ele foi publicado. Um dos motivos deste longo período sem ação efetiva foi a dificuldade encontrada no processo de edição, pois ambos não possuíam nenhuma experiência nesta área. Por falar em edição, é bom que o leitor saiba que este é o processo mais difícil na produção de um Podcast.¹¹ A primeira gravação gerou um material

11 A partir do episódio 12 o *Fronteiras no Tempo* passou a contar com o serviço da Talk'n Cast, empresa especializada na edição de Podcasts.

bruto de aproximadamente 6 horas de duração,¹² com microfones extremamente simples e, sobretudo, pouco traquejo na linguagem exigida pela mídia. Para que o produto final fique palatável é necessário que todos os defeitos como ruídos externos, chiados, respirações em volume alto, vícios de linguagem, gaguejadas, entre outros, sejam cortados e tratados. A partir daí, é necessário que uma narrativa coerente e com bom ritmo seja construída para só então serem inseridos a trilha e os efeitos sonoros.

Quanto a escolha do tema de estreia do podcast, não é difícil de imaginar os primeiros motivos: a Segunda Guerra Mundial ocupa grande espaço tanto no imaginário e nos meios de comunicação e entretenimento de massa, além das publicações de história voltadas ao grande público, como os magazines que mencionamos anteriormente. Contudo, a proposta do episódio, dividido em duas partes, devido à sua extensão,¹³ foi a de iniciar problematizando o tema “Guerra”, ao nos debruçarmos e conversarmos sobre o porquê desse tema chamar tanta atenção do grande público. A partir daí passamos a tratar diretamente do tema central ao construir uma narrativa informal que mesclava informações sobre as etapas do conflito bélico, bem como a problematização histórica do evento. A última parte da conversa versou sobre cinema e história, especialmente a forma e em quais produções a 2ª Guerra Mundial foi apresentada na forma de entretenimento e arte.

A partir do episódio de estreia passamos a tratar de temas mais gerais, espécies de “ensaios históricos”, sobre questões que envolvem desde a escrita da história propriamente dita como também promovemos reflexões sobre gênero, racismo e criminalidade todos mantendo esse caráter ensaístico. A intenção de promover uma educação histórica por meio da historicidade de elementos importantes de nossa vida no presente não é apenas clara para os leitores profissionais deste texto, mas também foram deixadas as claras no produto final levado ao público ouvinte. Se um dos objetivos do ensino de história na educação básica é desenvolver as

12 Atualmente, a gravação do material bruto dura em média 2h30min por episódio.

13 1ª parte – duração 1h58min; 2ª Parte – duração 2h11min. Excetuando-se esses primeiros episódios, a duração média dos outros é de 1h40min.

habilidades que levem a consolidação da competência chamada de “pensamento histórico”, o *Fronteiras no Tempo* e outros podcasts de história se prestam a esse papel.

Cabe aqui um diálogo com uma reflexão da historiadora Maria Lúcia Pallares-Burke, em estudo sobre a imprensa no século XIX que também pode nos levar ao estabelecimento de paralelos. Pallares-Burke chamou a atenção dos historiadores da educação para as fontes de aprendizado disponibilizadas e criadas em uma sociedade, na qual observa que:

não obstante a crescente importância de instituições formais de educação na transmissão cultural de uma geração à outra, agências mais diversificadas e informais também podem estar envolvidas em tal processo. Romances, jornais, revistas, sermões, teatro, pinturas, etc. tem tido sempre sua quota de participação no processo educacional e podem, pois, ter muito a dizer sobre o modo complexo pelo qual as culturas são produzidas, mantidas e transformadas (PALLARES-BURKE, 1998, p.145).

Como se vê, podemos facilmente substituir, ou melhor, acrescentar o podcast “entre” os sermões, revistas, teatro, etc., no que toca ao desenvolvimento de uma educação histórica, que, sobretudo, por causa das novas tecnologias de informação não está mais restrita ao espaço formal de ensino, a escola. Contudo, o *Fronteiras no Tempo*, como dito, procura sempre “aproximar o público que gosta de História com a maneira como o conhecimento histórico é pensado e construído”, ou seja, não se trata apenas de produzir uma narrativa escolar tradicional ou apelar ao entretenimento vazio sem problematização, mas de promover sempre uma reflexão e abrir espaços para a discussão por meio da interação com o público ouvinte. Claro que o podcast não é um substituto para o ensino formal, longe disso, mas ele faz parte das “fontes diversificadas e informais” que estão envolvidos no processo de educação.

Voltando as temáticas abordadas, obviamente que a História do Brasil também se fez presente em temas específicos como o processo de Independência do Brasil e a Guerra de Canudos. As escolhas dos temas também se relacionaram a demandas do pú-

blico ouvinte e outros tiveram relação direta com períodos de reflexão e revisão da memória, como os 80 anos do início da Guerra Civil Espanhola.

Ainda acerca dos episódios vale aqui a menção integral dos temas que foram abordados no *Fronteiras no Tempo* até o processo de escrita deste texto:

Lista de Episódios

- Episódio 1 – 2ª Guerra Mundial – 1ª Parte
- Episódio 1 – 2ª Guerra Mundial – 2ª Parte
- Episódio 2 – Por que conhecer a História?
- Episódio 3 – Crime e Castigo na História
- Episódio 4 – Raça e Racismo no Brasil
- Episódio 4.5 – Fim de Ano 2014
- Episódio 5 – Ficção e História: Uma história de amor e fúria
- Episódio 6 – Revolução Industrial
- Episódio 7 – Mundo do Trabalho
- Episódio 8 – Guerra de Canudos
- Episódio 9 – Independência do Brasil
- Episódio 10 – Mulheres, Gênero e História
- Episódio 11 – Incas e Lino Galindo
- Episódio 12 – Fascismo
- Episódio 13 – Guerra Civil Espanhola
- Episódio 14 – Partilha da África
- Episódio 15 – História e Cultura Pop
- Episódio 16 – O que está acontecendo com o mundo hoje?
- Episódio 17 – História Medieval
- Episódio 18 – Grandes Navegações

Contudo, o podcast não se caracteriza apenas pelo conteúdo em áudio – claro que este é o elemento principal –, mas existe também um apelo visual nas imagens de apresentação dos episódios que são chamadas de vitrine. Ela apresenta a temática e marca também a identidade visual do Podcast. A principal forma de divulgação para angariar novos ouvintes e criar laços com os que já conhecem o podcast é por meio das redes sociais. *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Whatsapp*, *Telegram*, são espaços mais usados para a publicidade dos podcasts. Neste sentido, as vitrines também têm papel fundamental, pois ela é a forma como muitos

tomarão conhecimento do produto oferecido.

As vitrines do *Fronteiras no Tempo* são produzidas pelo estudante do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Católica de Santos, Augusto Carvalho. Uma das estratégias é utilizar elementos que apresentem o conceito central abordado no episódio, bem como algum tópico comentado e, até mesmo, algo dito de forma bem descontraída e que acaba levando os ouvintes ao riso. Algumas destas produções e os elementos mencionados podem ser conferidos na Figura 1.

FIGURA 1 – ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO E LINGUAGEM DAS VITRINES





FONTE: Fronteiras no Tempo.

Os podcasts são produções que a cada ano ganham cada vez mais espaço e angariam novos ouvintes. Eles possibilitam a produção de conteúdo de forma livre e, mais do que isso, no caso da história também abrem espaço para que profissionais da área se aproximem de um público não habitual ao qual está acostumado em seus ambientes profissionais tradicionais. Uma excelente forma de falar, ser ouvido e ouvir o retorno dos ouvintes por e-mail, whatsapp, facebook e outras redes sociais. O Podcast é o espaço que permite a ampliação da divulgação e da educação histórica. Os custos para a produção e publicidade não são altos para quem está no início e podem ser até gratuitos em alguns casos e, pelo que sabemos até aqui, não existem Podcasts que precisam ser pagos para serem ouvidos, o que torna essa mídia democrática para os públicos envolvidos. O *Fronteiras no Tempo* é nossa tentativa de contribuir nesse processo.

REFERÊNCIAS

BARONI, Larissa Leiros; PADRÃO, Márcio. **Já curte os podcasts?** UOL TAB. 2016. Disponível em: <<http://ww.uol/noticias/especiais/podcasts.htm#ja-curte-os-podcasts>>. Acesso em 15 de dezembro de 2016.

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. **Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas.** Ed. Soc. Campinas, vol. 30, n. 109, pp. 1081-1102, set/dez 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf>>. Acesso em fevereiro de 2017.

BRANDÃO, Zaia (org.). **Crise dos Paradigmas e a Educação.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. **História social da mídia**: de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

CAPELAS, Bruno. Brasil chega a 168 milhões de smartphones em uso. **O Estado de São Paulo**, edição online, 14 de abr., 2016. Disponível em: <<http://link.estadao.com.br/noticias/gadget,brasil-chega-a-168-milhoes-de-smartphones-em-uso,10000047873>>. Acesso em março de 2017.

DUARTE, Pedro. Podcast Brasil. **Revista Superinteressante**, 2016. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/cultura/podcast-brasil/>>. Acesso em 10 de março de 2017.

ESCRIBA CAFÉ [homepage], 2017. <<http://escribacafe.com/>>. Acesso em 5 de abril de 2017.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. História e ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas, SP: Papirus, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FRONTEIRAS DA CIÊNCIA [homepage], 2017. <<http://www.ufrgs.br/frontdaciencia/>>. Acesso em 21 de abril de 2017.

ITUNES CHARTS [homepage], 2017. <<http://www.itunescharts.net/bra/charts/podcasts/2017/04/21>>. Acesso em 21 de abril de 2017.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: ed. 34, 2002.

LUIZ, Lucio; ASSIS, Pablo de. O Podcast no Brasil e no Mundo: um caminho para a distribuição de mídias digitais. **ANAIS do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Caxias do Sul, 2010.

MÉDIA KIT. Site Jovem Nerd: <http://ftpi.me/m_2016/JN_MK.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2016.

MUNDO PODCAST [homepage], 2017. <<http://mundopodcast.com.br/teiacast/>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. A imprensa periódica como uma

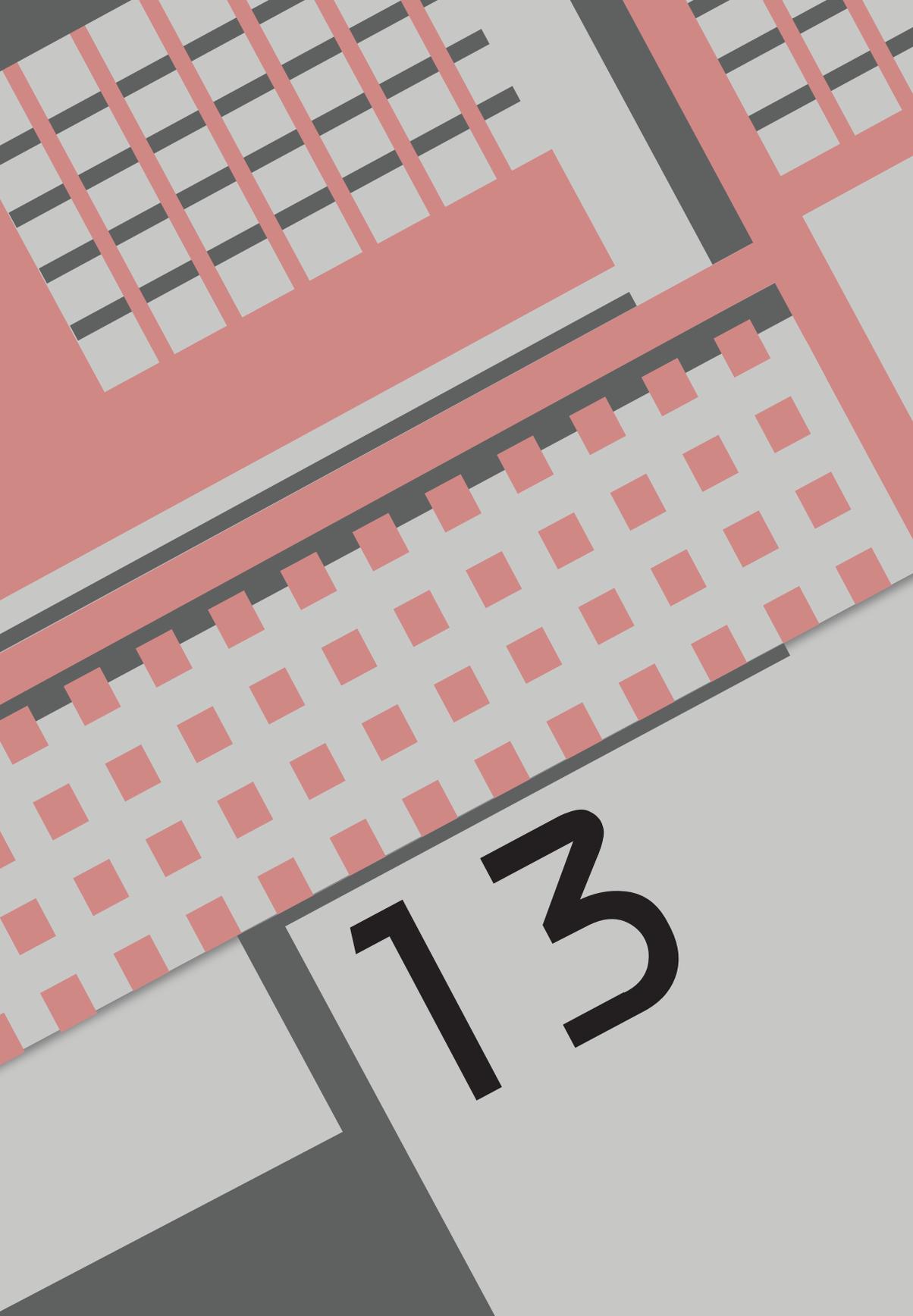
empresa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**, FGV, n.104, p.144-161, jul., 1998, p.145.

PINSKY J; PINSKY, C. B. O que e como ensinar: por uma história prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2009.

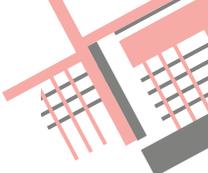
RÜSEN, J. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Ed. UnB, 2001.

SILVA, Cesar Agenor F. da Silva; SILVA, Marcelo Souza. **Fronteiras no Tempo**. [homepage]. 2014. Disponível em: <<http://fronteirasnotempo.com>>. Acesso em 10 de março de 2017.

TEIA CAST [homepage], 2017. Disponível em: <<https://mundopodcast.com.br/teiacast/>>. Acesso em 10 de março de 2017.



13



"GUERRA MEMEAL" NO TWITTER: IMAGENS "SUJEITO-RELIGIOSO" EM DISPUTA DISCURSIVA ENTRE BRASIL E ARGENTINA

LUCIMARA CRISTINA DE CASTRO¹
RENATA MARCELLE LARA²

TRAJETO INICIAL

Na profusão de dizeres que emergem e circulam nas redes sociais, encontram-se sujeitos marcados por uma insaciável busca por visibilidade. Nas redes das quais fazem parte, diariamente falam, ouvem, respondem, indagam, curtem, compartilham, buscando passar de meros coadjuvantes para atores principais. Assim, de simples sujeitos da vida cotidiana, ganham “vez e voz” nas/pelas redes sociais, conquistando um “poder dizer” que faz parte da dinâmica da própria rede. Nela, expõem e vendem sua(s) imagem(ns), utilizando como moeda de negociação curtidas, *retweets*, compartilhamentos. No espaço digital, vivenciam a competitividade nesse jogo de imagens de si e do outro, buscando estar/pôr-se à mostra, seja a partir de “curtidas”, que podem apontar para uma suposta “aprovação”, ou por meio de comentários que expressem opiniões (tidas como) contrárias. Mais que o conteúdo postado ou dos símbolos manifestos por cliques³, importa estar em evidência/visibilidade, numa contínua necessidade do outro

1 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Linha de Texto e Discurso. Membro do GPDISCMÍDIA-CNPq/UEM – Grupo de Pesquisa em Discursividades, Cultura, Mídia e Arte. E-mail: lucimara_castro@hotmail.com.br.

2 Professora do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Linha de Texto e Discurso. Vinculada ao Departamento de Fundamentos da Educação, Área de Metodologia e Técnica de Pesquisa. Líder do GPDISCMÍDIA-CNPq/UEM – Grupo de Pesquisa em Discursividades, Cultura, Mídia e Arte. Pesquisadora do GEPOMI-CNPq/UEM – Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos e do Grupo de Pesquisa O discurso nas fronteiras do social: diferentes materialidades significantes (CNPq-Unicamp). E-mail: renatamlara@gmail.com.br.

3 “Símbolos manifestos por cliques” correspondem, para nós, às opções de símbolos disponíveis ao sujeito, nas redes sociais, de se relacionar, por meio de um clique, com as postagens dos demais sujeitos de uma mesma rede, seja a partir de um “*like*”, *emotions*, *retweets* etc.

para (rea)firmação do eu (efeito “eu-indivíduo”). A “existência individual” [“teatro da consciência” – eu sou eu, eu penso, eu (lhe) vejo e eu (lhe) falo...]⁴ – do sujeito da/na rede, no sentido de (buscar) marcar-se *como* sujeito individual frente a um coletivo (outros sujeitos), faz parte do “ritual do reconhecimento ideológico”⁵ que, na rede, faz deste sujeito *individual, inconfundível, insubstituível* frente aos outros sujeitos com os quais se põe (direta ou indiretamente) em relação⁶.

No caso do *Twitter*, que é a rede de nosso interesse, atrair a atenção em meio à infinidade de postagens instantâneas de tantos perfis é um desafio. O funcionamento desta rede faz com que haja uma proliferação intensa de informações, o que contribui para que um determinado assunto atinja o ápice de *tweets*⁷ e *retweets*⁸ por determinadas horas e, logo depois, seja sobreposto por outros assuntos.

Nessa inquietante necessidade de aceitação, sujeitos se permitem ousar nas publicações. Por um jogo imaginário, *twittereiros* põem em cena retratos de realidade em que se imprimem a(s) imagem(ns) que fazem de si e dos outros. Entre *tweets* e *retweets*, transitam por posições discursivas as mesmas e outras, colocando

4 Sobre “teatro da consciência”, cf. Pêcheux (1997b, p. 154).

5 Cf. Althusser (1980, p. 97) quando este se refere aos “rituais do reconhecimento ideológico”.

6 Ao abordar sobre “Os fundamentos teóricos da ‘Análise Automática do Discurso’ de Michel Pêcheux (1969)”, Paul Henry (1997, p. 30) esclarece: “Segundo Althusser, é tendo como referência a ideologia que Pêcheux introduz o sujeito enquanto efeito ideológico elementar. É enquanto sujeito que qualquer pessoa é ‘interpelada’ a ocupar um lugar determinado no sistema de produção. [...] Por que ‘elementar’? O que este termo quer dizer? Quer dizer precisamente que tal ‘efeito’ não é a consequência de alguma coisa. Nada se torna um sujeito, mas aquele que é ‘chamado’ é sempre já sujeito”. O trecho que suprimimos desta citação feita por Henry diz respeito exatamente a uma afirmação de Althusser em *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Optamos por trazer, a seguir, o trecho diretamente da edição do texto de Althusser (1980) que fizemos a leitura direta, de modo a inserir uma parte anterior, não citada por Henry, e que destacaremos em negrito: **“Segue-se que para você (leitor), como para mim, a categoria de sujeito é uma ‘evidência’ primeira (as evidências são sempre primeiras): é claro que eu e você somos sujeitos (livres, morais, etc.).** Como todas as evidências, incluindo as que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua uma significação’ (portanto incluindo as evidências da ‘transparência’ da linguagem), esta ‘evidência’ de que eu e você somos sujeitos – e que esse facto não constitui um problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar” (ALTHUSSER, 1980, p. 95, grifo nosso).

7 *Tweet* (do inglês, “gorjeio”, “pio de passarinhos”) é o nome dado às trocas de mensagens entre os usuários do *Twitter* e cujo símbolo é um passarinho azul, numa referência aos sons produzidos pelos pássaros. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/tweet/>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

8 *Retweet* corresponde a replicar algo que foi escrito. No *twitter*, significa que uma pessoa repetiu o texto produzido por outra, sem, contudo, deixar de dar-lhe os devidos créditos. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/rt-no-twitter/>> Acesso em: 3 fev. 2017.

em funcionamento as imagens recíprocas que “fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997a, p. 82). Nesta transição de posições ocupadas por sujeitos *twitteiros* no virtual, determinando quem pode dizer o que, o “humor”⁹ tem estado sob “holofotes”. Assuntos mais variados tornam-se motivo de piada, com *memes* que, em instantes, proliferam-se por toda a rede.

Dentre tantos *memes* que circulam no *Twitter*, determinados *memes* ganharam visibilidade ao marcar(-se) (n)uma disputa entre sujeitos *twitteiros*, no período de 13 a 17 de junho de 2016, que ficou conhecida como “Guerra *Memeal*”. Nosso interesse, neste texto, pauta-se em *memes*, imagéticos e/ou verbais, referentes à chamada “Guerra *Memeal*”, com enfoque entre Brasil e Argentina. O material de análise corresponde a um recorte de um arquivo constituído para a tese de doutorado que se encontra em processo de construção/desenvolvimento, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Letras (PLE), da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Nesse “jogo humorístico” de relações de força, em que há poder, dominação e (im)possibilidades de resistência (como bloqueios da ordem ideológica), batizado de “Guerra *Memeal*”, assuntos diversos fizeram parte do cenário da disputa, como é o caso da religião cristã. Assim, nosso material de análise, neste texto, é composto por três *memes* que fizeram parte desta disputa na rede e que apresentam imagens representativas do que chamaremos de “sujeito-religioso”. Tomamos por “sujeito-religioso” não qualquer sujeito comum que declare sua fé por meio de uma religião,

9 Possenti (1998, p. 49), em seu livro *Os humores da língua: análises linguísticas de piadas*, salienta que “o que caracteriza o humor é muito provavelmente o fato de que ele permite dizer alguma coisa mais ou menos proibida, mas não necessariamente crítica, no sentido corrente, isto é, revolucionária, contrária aos costumes arraigados e prejudiciais”. Aqui, não nos atermos a uma discussão teórica de abordagens que buscam significar o humor. Mesmo levando em conta a compreensão de Possenti, ressaltamos que, ao tomarmos o termo “humor/humorístico”, estamos considerando, numa perspectiva discursiva, o funcionamento inconsciente de relações de poder, dominação e resistência. Ao nos referirmos ao termo “cômico” no decorrer do texto, faremos alusão à observação de algo que promova a quebra de expectativa criada a partir de determinada experiência anterior, suscitando, por consequência, o “riso”. O “cômico” seria aquilo que faz “rir” diante de algo que foge do habitual, surpreendendo e produzindo o “engraçado”. Propp (1976), ao formular acerca da comicidade, concebe-a como a contradição “entre algo que, por um lado, encontra-se no sujeito que ri, e por outro, naquilo que está em frente dele e que se manifesta no mundo que está à volta dele, no objeto de seu riso” (PROPP, 1976, p.173). Embora saibamos da existência de estudos específicos sobre “humor” e “comicidade”, e que ambos não são “sinônimos”, resguardamo-nos de adentrar em tais discussões neste momento.

mas aquele que ocupa um lugar de representação religiosa cristã, nomeado ou não institucionalmente. As duas representações de “sujeito-religioso” que utilizamos em nosso trabalho referem-se às imagens do Papa Francisco e de Inri Cristo.

A construção desse termo se dá tendo em vista a especificidade de como esses sujeitos aparecem nos *memes* selecionados. Dessa forma, o “sujeito religioso” não corresponde necessariamente ao sujeito que manifesta a sua fé. Ao pensarmos este termo, referimo-nos tanto àquele que ocupa legitimamente um lugar de representante de Deus – o Papa – como aquele que não é reconhecido como tal, mas se coloca nesse lugar como sendo um representante (que se quer) legítimo – Inri Cristo.

Nesse sentido, pelo viés da Análise de Discurso pecheutiana, objetivamos observar as imagens representativas do “sujeito-religioso” em funcionamento no discurso de *twitteiros* que se põem em disputa na chamada “Guerra *Memeal*” entre Brasil e Argentina, na produção de efeitos de pertencimento à nação com a qual se identificam e da qual enunciam. A pergunta que orienta a análise indaga como dizeres em torno da religião cristã e do “sujeito-religioso” se atualizam nos discursos de *twitteiros* em disputa *memeal* na/pela sustentação/reprodução do estabilizado nacional(ismo).

“GUERRA MEMEAL” NO TWITTER: EFEITOS DE PERTENCIMENTO À NAÇÃO

Criado em março de 2006, o *Twitter*, espaço onde se deu a chamada “Guerra *Memeal*”, apresenta-se em sua página oficial (2017) ¹⁰ como uma ferramenta de comunicação que conecta seus usuários “ao que está acontecendo no mundo neste exato momento”. A publicação de “informações”, ainda que em mensagens curtas, no *Twitter*, flui de maneira rápida, já que, segundo o que consta na página da própria rede, os fatos e notícias estão disponíveis em “tempo real”. Recuero (2009b), ao tratar sobre as redes sociais na *internet*, salienta que o *Twitter* tem uma maior expectativa de simultaneidade nas “trocas” de que outras redes sociais, bem como uma ilusão de “último minuto” para a informação divul-

10 Disponível em: <<https://brand.twitter.com/pt.html>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

gada, podendo concentrar mais atenção e credibilidade (valores informacionais) àquilo que é enunciado. É considerado um *microblog* – “pequeno *blog*” – por se assemelhar, em alguns aspectos, à estrutura de um *blog*. A proposta inicial do *Twitter* era que as pessoas postassem o que estivessem fazendo a partir de pequenos textos (RECUERO, 2009a). Entretanto, em pouco tempo, começou a ser usado para as mais diversas finalidades, desde postagens de questões tidas como banais até informações consideradas de interesse público.

A princípio, “qualquer sujeito” que deseje pode abrir uma conta no *Twitter*, desde que tenha acesso à rede e se submeta às regras de seu funcionamento. Nesse fluxo de “conversas mundiais”, o *Twitter* funciona também como uma rede social que permite aos usuários enviar e receber atualizações de outros contatos, em textos de até 140 caracteres, conhecidos como *tweets*.

Desde sua criação, o *Twitter* tem passado por diversas transformações visuais e técnicas¹¹, modificando suas formas de uso e suas funcionalidades. Em maio de 2016, a rede reformulou algumas ferramentas e, além dos 140 caracteres, o usuário pode postar fotos e vídeos, que não são inclusos na contagem dos caracteres.

Escrever, *tweetar*, *retweetar*, *linkar*, compartilhar vídeos, imagens e textos, responder, citar e curtir são os termos utilizados como linguagem do *Twitter*, que servem para organizar sistematicamente as relações entre sujeitos nesta rede.

Silveira (2015), ao descrever em sua tese acerca do funcionamento do *Twitter*, tece algumas considerações sobre a interface entre sujeitos *twitteiros*.

A ideia da interface é bastante simples: responder, utilizando 140 caracteres, à questão que aparece no campo de digitação de um novo tuíte e que interpela os sujeitos a participarem, constantemente, da produção discursiva nesse espaço, a partir da narração de fatos que ocorrem no nível do ordinário, daquilo que acontece com ele minuto a minuto (SILVEIRA, 2015, p. 52).

Discursivamente, o *Twitter* é mais do que um espaço social

11 Disponível em: <<http://youpix.virgula.uol.com.br/redes-sociais-2/timeline-twitter-design/>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

digital em que os sujeitos se relacionam. Compreendemos a rede *Twitter* como um espaço discursivo em que as postagens extrapolam o nível de interação informacional e o efeito de evidência provocado pela dinâmica do virtual, permitindo que os sentidos derivem para outros lugares, abrindo para outros sentidos.

Como “palco” de suposta autonomia e independência para (re) criar postagens, verbais e/ou visuais, em meio a tantas informações que circulam na *internet*, usuários da rede dão margem à criatividade, ao “brincar” em (suas) publicações, editando imagens, (re) criando, (re)produzindo escrita e/ou figura. Conseguir que a postagem receba o maior número de *tweets*, *likes*, *retweets* e comentários faz parte da dinâmica da rede, o que, por sua vez, oferece ao sujeito (a sensação de) visibilidade como (possível) retorno.

Essa (re)criação/(re)produção de imagens e figuras na *internet*, de “tom humorístico”, que tende a se espalhar pela rede em pouco tempo, é conhecida pelos usuários virtuais por *meme*.¹²

Esses *memes*, que rapidamente se alastram não somente nas redes sociais, mas, também, em *sites* e *blogs*, não correspondem a formulações prontas ou imagens e textos específicos. Assumem uma configuração com características próprias do digital, inclusive no que se refere à velocidade da propagação da rede, textualizando discursos que se (re)produzem (re)criando “versões” que reclamam gestos de interpretação.

Coelho (2014), ao tratar da especificidade dos *memes* em sua dissertação de mestrado, salienta que esses discursos flutuam “pelo mundo virtual, afetando todos os usuários que entrarem em contato com ele, permitindo ainda que o leitor o ‘apanhe’ enquanto flutua, e crie seu próprio recorte, sua própria versão, alterando-o como desejar, e novamente solte-o para o mundo” (COELHO, 2014, p. 5, grifo do autor).

12 A designação *meme* foi empregada pela primeira vez em 1976, pelo sociólogo e escritor Richard Dawkins, que, por meio de estudos no campo da biologia e da medicina, defendia a ideia de que transmissões de genes culturais poderiam originar um tipo de evolução. Dawkins (1976), então, designa esses genes de “replicadores” e compreende que assim como os genes se propagam pulando de corpo para corpo, os *memes* – aproximação da palavra grega *mimeme* ao termo *gene* – propagam-se nos cérebros dos sujeitos, por meio de um processo de imitação. O autor explica que *meme* é um “substantivo que transmite a ideia de uma unidade de transmissão cultural, ou uma unidade de imitação. [...] Pode-se, alternativamente, pensar que a palavra está relacionada à ‘memória” (DAWKINS, 1976, p.122).

Da perspectiva materialista do discurso, ao tomarmos os *memes* como materialidade discursiva, não os vemos reduzidos ao sentido de transmissão de informação, pois, como sustenta Orlandi (2012, p. 21), “no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação”. Sobre a recusa de Pêcheux à concepção de linguagem reduzida a instrumento comunicacional, Henry (1997) esclarece que não se trata de negar que a linguagem sirva para comunicar, apenas que este aspecto é apenas a parte visível de seu funcionamento. De fato, o processo que coloca os sujeitos a ocupar determinados lugares sociais é apagado, como afirma Henry em menção ao pensamento de Pêcheux, o que leva esses sujeitos a não se interrogar por tal processo.

Na circulação de *memes* na rede, há mais do que um simples processo de relações sociais entre *twitteiros*, uma vez que essa propagação implica, a nosso ver, “processos de identificação dos sujeitos, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade” (ORLANDI, 2012c, p. 21). Nessa perspectiva, na esteira discursiva, interessa-nos compreender como esses *memes* produzem sentidos, enquanto objeto linguístico-histórico, na discursividade que os constituem (ORLANDI, 2012c).

A disputa por um *meme* fez com que se instaurasse a chamada “Guerra Memeal” no *Twitter*, em um primeiro momento, entre usuários brasileiros e portugueses e, dias depois, entre *twitteiros* brasileiros e argentinos. De acordo com *sites* noticiosos, inclusive alguns com reconhecida visibilidade nacional devido à quantidade de acesso que recebem, como, por exemplo, *G1*¹³, *Uol*¹⁴, *Época*¹⁵ e *Catraca Livre*¹⁶, o “duelo” virtual teve início quando determina-

13 Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/06/br-x-pt-brasil-e-portugal-brigam-no-twitter-por-autoria-de-meme.html>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

14 Disponível em: <<https://cornetafc.blogosfera.uol.com.br/2016/06/14/o-br-x-pt-levou-o-twitter-a-loucura-e-colocaram-ate-o-futebol-no-meio/>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

15 Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/experiencias-digitais/noticia/2016/06/depois-de-derrotar-portugal-brasil-luta-contra-argentina-na-segunda-guerra-memeal.html>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

16 Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/humor/indicacao/br-x-pt-brasil-e-portugal-entram-em-guerra-de-memes/>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

dos brasileiros usuários do *Twitter* tiveram acesso a uma conta existente nesta rede desde novembro de 2015, com o nome “*In Portugal We don’t*” (*Em Portugal nós não* – tradução nossa), devido à popularidade que vinha recebendo ao (re)produzir publicações de “tom humorístico” sobre expressões criadas no uso cotidiano do português brasileiro.

O *meme* brasileiro “*In brazilian portuguese we don’t say*” (*Em português do Brasil nós não dizemos* – tradução nossa) ganhou popularidade em 2015 ao fazer trocadilhos entre expressões inglesas e brasileiras. Conforme divulgou o *Catraca Livre*, tudo começou quando o usuário @rodrigoplss resolveu dizer em um *tweet* que em “português brasileiro” não se fala “eu te amo”, e sim, “te pago um salgado”. De acordo com as informações publicadas no *site*, usuários brasileiros do *Twitter*, ao descobrirem o uso deste *meme* pela conta portuguesa “*In Portugal We don’t*”, começaram a acusar os *twitteiros* portugueses de terem roubado o *meme*, dando início, no dia 13 de junho de 2016, à nomeada “Primeira Guerra Memeal”.

O “duelo” entre portugueses e brasileiros e, posteriormente, entre *twitteiros* brasileiros e argentinos, transcendeu a disputa pela “autoria” do *meme*. Como já mencionamos, ao (re)produzir um *meme*, *twitteiros* têm “autonomia” para editar (re)cortando, (re)montando, (re)criando outros *memes* em suas publicações. Nezo (2016) ao tratar, em sua dissertação de Mestrado, acerca da formulação, circulação e funcionamento discursivo da fotomontagem no *Facebook*, contribui para pautarmos nossa discussão, neste momento, sobre a disputa entre *twitteiros* pela “autoria” de um *meme*. O autor salienta que a *fotomontagem* não é apenas uma única imagem visual, uma vez que pode ser constituída por outras e até por outros elementos significantes, inclusive verbais. Para ele, “a composição com diversos elementos é constitutiva da técnica, a capacidade de reunir fragmentos de diferentes naturezas e também situadas em diferentes espaços temporais” (NEZO, 2016, p. 132). Logo, considerando a (re)criação de um *meme* semelhante à de uma fotomontagem, podemos observar que, se o sujeito tem suposta “liberdade” para editar o *meme* que (re)produz e não assina pelo conteúdo que publica, identificar a autoria de um *meme* é algo mais difícil do que disputá-la, já que funciona no/pelo anonimato.

Embora pensar a “autoria” de um *meme* seja algo complexo, tanto devido às possibilidades de (re)criação quanto ao funcionamento do anonimato, no campo imaginário no qual a “Guerra *Memeal*” se dá, lugar no qual geográfica e historicamente Brasil e Portugal são demarcados na disputa de *twitteiros*, essa reivindicação pela “autoria” do *meme* que, supostamente, fez com que o “due-lo” se instaurasse, torna-se possível no virtual. Este requerimento pela “autoria” só abre possibilidade porque há um imaginário funcionando que, por sua vez, autoriza a reivindicação. Assim, além da “briga” pela “autoria” do *meme*, usuários do *Twitter* passaram a (re)criar outros *memes* para defender seus respectivos países, fazendo retornar “diferenças” entre eles. Os sujeitos *twitteiros*, ao se colocarem em disputa na “Guerra *Memeal*”, passaram a enunciar de um lugar de pertencimento à nação com a qual se identificam, sustentando/reproduzindo o estabilizado nacional(ismo)¹⁷.

O *Dicio – Dicionário Online de Português* (2017) traz a definição de nacional como o “que ou quem pertence a uma nação”. O mesmo dicionário apresenta algumas das possíveis definições para nacionalismo:

s.m. Preferência determinada pelo que é nacional; exaltação dos valores de seu país de nascimento e de tudo o que lhe é particular; patriotismo. [Política] Doutrina que prioriza o Estado como fundamental e único na gestão política. [Política] Ideologia de governo em que o povo teria poder para criar uma nação, um Estado absoluto. [Literatura] Movimento artístico que valoriza o que é nacional, próprio do povo, da pátria e de suas extensões, como fator essencial de criação.(Etm.do francês: *nationalisme*; nacional + ismo) (CABRAL; NEVES; SANTOS, 2017).

17 Ao fomentarmos a discussão acerca de nacional(ismo)/nacionalista, ancoramo--nos nas proposições formuladas por Pimentel (2005), no texto “A inscrição de gestos de interpretação em um ‘texto-bilhete’: significando-(se) em meio a um processo intitucional(izante)”. A autora desenvolve um trajeto pensando o termo institucional(izante) a partir da análise de um texto-bilhete escrito por um aluno que cursava a graduação em uma Instituição Particular de Ensino Superior, na cidade de Maringá, Paraná, e se encontrava em situação de prova final substitutiva, no mês de dezembro. Pimentel, ao formular acerca do sujeito-aluno-institucionalizante, salienta que, ao ser institucionalizado, o sujeito também institucionaliza, deslocando-se de seu lugar social para posições no discurso. Em nosso trabalho, ao pensarmos o “nacional” e o “nacionalismo”, consideramos que ambos funcionam a partir de uma identificação nacional(ista), de modo que os sujeitos, neste processo de identificação, se inscrevem em um lugar de pertencimento à nação, ocupando posições no discurso.

As definições de “nacional” e a de “nacionalismo”, apresentadas pelo dicionário, convergem apontando, ambas, para um mesmo lugar – o estabilizado –, produzindo “o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim” (ORLANDI, 2001, p. 13-14). No dicionário, as palavras aparecem “como se tivessem sentido em si mesmas, independentemente das relações entre sujeitos (da intersubjetividade)” (NUNES, 2006, p. 22). O trabalho do analista de discurso em relação a verbetes dicionarizados consiste em questionar a transparência da definição e explicitar a relação entre a formulação da definição e sua constituição¹⁸ (NUNES, 2003). Pensar discursivamente um termo implica considerar a espessura da linguagem e a opacidade dos sentidos (ORLANDI, 2012b), refletindo sobre o efeito de transparência da definição. Implica observar os processos de constituição dos sentidos e, com isso, desconstruir as ilusões de clareza e de certeza construídas pela(s) “versão(ões)” dicionarizada(s). Logo, para nós, a construção do termo nacional(ismo) pertencente à ordem do simbólico, constituído a partir de certas condições de produção que determinam os sentidos de pertencimento à nação. A nacionalidade e a noção de identidade derivam de processos sócio-histórico e ideológico.

Para nós, no *Twitter*, o “nacional” e o “nacionalismo” funcionam a partir de uma identificação nacional(ista). Recorrendo novamente ao dicionário, encontramos como definição para o termo nacionalista o que é “concernente ao nacionalismo. Partidário(a) do nacionalismo” (CABRAL; NEVES; SANTOS, 2017).

No estabilizado dicionarizado, o verbo “nacionalista” reproduz “versões” já consolidadas. Nas palavras de Nunes (2006), ao dissertar sobre definições lexicográficas, o dicionarizado reproduz uma “imagem construída, parcial, que produz identificações e silenciamentos e que se projeta em um espaço-tempo” (NUNES, 2006, p. 16). O prefixo “ista”, no termo “nacionalista”, funciona na e pela evidência (como efeito), demarcando o processo de reprodução, sem questionamentos, do estabilizado.

Nesse espaço digital que serve como palco de disputa entre

18 Sobre “constituição” e “formulação”, cf. Orlandi (2005, p. 9).

territórios imaginários, os sujeitos do/no *Twitter* funcionam por um processo de (des)identificação nacional(ista). Requer-se um pertencimento à nação de origem na recorrência a elementos e sentidos banalizados e estereotipados de identificação à nação, logo, nacionalista, no sentido reprodutor, senso comum. Ao mesmo tempo, ao se requerer tal “pertencimento”, demarca-se uma “recusa” à nação outra, que se apresenta como “inimiga” daquela nação imaginada. Ao tocar nessa identificação nacional(ista) dos sujeitos *twitteiros* do Brasil que se colocam em disputa na “Guerra *Memeal*”, consideramos a relação sócio-histórica e imaginária do que seja “ser brasileiro”. É por meio desse processo de identificação nacional(ista), considerando o(s) lugar(es) no(s) qual(is) esses sujeitos *twitteiros* se inscrevem, que podemos observar as relações imaginárias na constituição do que é/se imagine ser brasileiro.

O historiador Benedict Anderson (2008), em sua obra *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, define “nação” como uma comunidade politicamente limitada e imaginada. Limitada, porque por maior que ela seja sempre haverá fronteiras finitas; imaginada, porque os sujeitos, mesmo nunca conhecendo integralmente uns aos outros, compartilham signos e símbolos comuns, que os fazem reconhecer-se como pertencentes a um mesmo espaço imaginário.

Consideramos que o processo de formação de uma identificação nacional funcione por relações imaginárias que, por conseguinte, dão ao “brasileiro” uma impressão de “identidade”, possibilitando sua existência e reconhecimento. Nesse sentido, por meio deste processo de identificação, produz-se um efeito de pertencimento à nação com força suficiente para mobilizar rapidamente milhões de pessoas a “lutar pela nação” ou, pelo menos, para torcer pelo seu país, em algum evento esportivo internacional.

Na “Guerra *Memeal*” no *Twitter*, embora não haja “reais” afinidades entre os membros brasileiros, existe um “sentimento” de partilha e de pertencimento comuns que sustentam o nacional(ismo) e, conseqüentemente, a disputa na rede, por um processo de identificação nacional(ista). A nação, enquanto algo imaginado,

necessita apoiar-se em elementos materiais para existir, que lhe permitam a identificação dos seus membros com ela, levando os sujeitos a reproduzirem, por meio de símbolos, imagens-visuais e dizeres, discursos de pertencimento à nação, funcionando para a sustentação do estabilizado nacional(ismo).

“GUERRA MEMEAL” EM (PER)CURSO: IMAGENS REPRESENTATIVAS DO “SUJEITO-RELIGIOSO”

Embora a “Guerra Memeal” tenha se dado entre *twitteiros* de Portugal, Brasil e Argentina, nesse momento, interessa-nos a disputa entre brasileiros e argentinos. Como exposto no Trajeto Inicial, nosso material de análise é composto por três *memes* que fizeram parte deste “duelo” na rede e que apresentam imagens representativas do “sujeito-religioso”. Objetivamos, assim, observar as imagens representativas do “sujeito-religioso” em funcionamento no discurso de *twitteiros* que se põem em disputa na chamada “Guerra Memeal” entre Brasil e Argentina, na produção de efeitos de pertencimento à nação com a qual se identificam e da qual enunciam.

As materialidades discursivas selecionadas foram recortadas da *Timeline*¹⁹ de usuários do *Twitter* e são compostas tanto pelo verbal como por imagens-visuais, as quais nomearemos de sequências discursivas (SD). Embora um *meme* nem sempre seja composto por imagem-visual²⁰, os selecionados para o trabalho se dão na composição entre verbal e visual, pois o efeito de humor nas materialidades selecionadas se produz no imbricamento das imagens-visuais representativas do “sujeito-religioso” com os dizeres enunciados verbalmente. Assim como não há possibilidade de tudo ser dito na língua, também na imagem há algo a que não temos acesso, ou seja, há algo não visível, mas que também a constitui. Dizendo de outro modo, assim como o verbal, a imagem significa, porque aponta para outras imagens que já foram

19 O termo *Timeline* se refere à Linha do Tempo do *Twitter* – local onde é possível publicar e visualizar *tweets* dos perfis que estão sendo seguidos.

20 Usamos imagem-visual ao nos referirmos à imagem icônica veiculada nos *memes*, diferentemente de imagem como funcionamento imaginário.

vistas antes, em outro lugar, sustentando-a. Isso ocorre porque é o interdiscurso que torna possível os dizeres, e nesse caso, imagens, que “[...] afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2012c, p. 31).

Como já dito anteriormente, tomamos por “sujeito-religioso” não necessariamente o sujeito que manifesta a sua fé. Ao pensarmos esse termo, referimo-nos não somente àquele que ocupa legitimamente um cargo institucional reconhecido, mas, também, aquele que se coloca nesse lugar como sendo um representante legítimo. As duas representações de “sujeito-religioso” presentes no material selecionado correspondem às imagens do Papa Francisco e de Inri Cristo.

Em março de 2013, com a renúncia de Bento XVI, o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio tornou-se conhecido como “Papa Francisco”. É o primeiro Papa latino-americano e o primeiro jesuíta da história da Igreja Católica a ocupar o cargo religioso²¹. A forma como tem se colocado frente ao mundo, a princípio, buscando desestabilizar alguns dogmas da igreja, tem lhe concedido visibilidade, inclusive na própria imprensa.

A segunda representação de “sujeito-religioso”, Álvaro Inri Cristo Thais, mais conhecido como Inri Cristo, é uma figura religiosa que proclama ser a reencarnação de Jesus Cristo. Em 1982, fundou a instituição “Suprema Ordem Universal da Santíssima Trindade” (SOUST), situada em Curitiba até 2006, e desde então, com instalação em Brasília²². Inri, desde sua aparição, até em programas televisivos, tem gerado polêmica e sido motivo de piada. Há vídeos na *internet* de músicas interpretadas pelas discípulas de Inri, conhecidas por “inriquetes”, apresentando versões “místicas” a partir de músicas de artistas populares mundialmente, como Justin Bieber e Britney Spears.

21 Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/renuncia-sucessao-papa-bento-xvi/noticia/2013/03/cardeal-jorge-mario-bergoglio-e-o-novo-papa.html>> Acesso em: 23 mar. 2017.

22 Disponível em: <<http://www.inricristo.org.br/index.php/pt/biografia/historia-da-soust/86-historico-instituicao-soust>> Acesso em: 23 mar. 2017.

FIGURA 01 - PAPA FRANCISCO (SD1)



FONTE: Twitter. Disponível em: <<https://twitter.com/DiosDiego1986/status/743466400593944577>>. Acesso em: 4 jan 2017.

FIGURA 2 - INRI CRISTO (SD2)



FONTE: Twitter. Disponível em: <<https://mobile.twitter.com/giovaniHD>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

FIGURA 3 – INRI CRISTO (SD3)



FONTE: Twitter. Disponível em: < <https://mobile.twitter.com/DiosDiego1986/status/743810406024679424>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

Analiticamente, a construção de *memes* no *Twitter* utilizando-se desses dois “sujeitos-religiosos” põe em funcionamento “a imagem”, tanto pela representatividade da imagem-visual quanto pelas formações imaginárias postuladas por Pêcheux (1997a), conforme as posições-sujeito no discurso, visto que, nesse processo, entram em jogo, constitutivamente, as imagens recíprocas que os sujeitos fazem de si e das práticas de que são parte. De acordo com o autor, no discurso funcionam uma série de formações imaginárias que determinam o lugar que “A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997a, p. 82).

Esse jogo de relações imaginárias se estabelece em funcionamento na SD1, SD2 e SD3²³. Pensando-se em uma hierarquia religiosa, Deus é tomado como o ser supremo, e Jesus, filho de Deus, também é Deus. O Papa, para os católicos, ocupa o lugar de representante de Deus na Terra e este lugar é institucionalmente legitimado pela Igreja.

23 Optamos por estruturar as discussões analíticas conforme o fluxo do texto e não de acordo com a ordem seguida na apresentação do material de análise (SD1, SD2, SD3).

Bourdieu (1998), ao tratar de ritos de instituição, salienta que para um ritual ser aceito como legítimo, antes, precisa ser reconhecido como tal. Essa legitimação se dá, na maioria das vezes, devido ao lugar institucionalizado no qual o sujeito de autoridade se inscreve e enuncia. Dessa forma, os enunciados de um padre em uma missa, por exemplo, só são reconhecidos como legítimos porque ele está autorizado a dizer devido ao lugar legalmente institucionalizado que ocupa, “conhecido e reconhecido por sua habilidade” (BOURDIEU, 1998, p. 91) e pelo ritual que se estabelece diante daqueles que os reconhecem como legítimos.

As formulações de Bourdieu (1998) nos permitem, assim, pensar que o “sujeito-religioso” Inri Cristo não é reconhecido como legítimo no imaginário nacional brasileiro, de domínio cristão, pois não possui/ocupa um lugar institucional, nem na relação com a Igreja, nem na relação com Jesus Cristo. Porém, ao personificá-lo, Inri Cristo figura e enuncia como sendo a própria corporificação de Cristo. A imagem desse sujeito, significada no social como folclórica, faz dele, por isso mesmo, um personagem folclórico, provocando o humor e incitando ao riso.

O que produz o efeito do riso na SD2 e SD3 não é apenas o fato de Inri Cristo ocupar um lugar que institucional e, por assim ser, legitimamente, não lhe pertence, interditando a concessão do reconhecimento institucional necessário para ser aceito de forma pública como legítimo, assim como o seu dizer e sua “pregação” – até porque, há lugares institucionais ocupados por sujeitos de forma legítima, mas não reconhecidos publicamente como legítimos, por uma maioria ou por determinados grupos, por estes não se sentirem representados e/ou não verem em tal sujeito alguém capaz de desempenhar as competências requeridas pelo posto assumido.

Associado a tal ilegitimidade institucional está a impossibilidade, como interdição, de que o lugar de Jesus Cristo possa vir a ser ocupado por outro sujeito, seja ele humano ou divino, por mais que este declare ser a própria corporificação de Cristo – antes, até, que isso possa sequer ser imaginado. Observamos que em nenhuma das três SDs a hierarquia, humana ou divina, é posta em questionamento, justamente porque isso já funciona na e pela in-

terdição em termos de imaginário institucional/nacional, em um País de predominância e “identidade” (como processo de identificação) cristã. Daí não se questionar, também, o fato de Jesus ser uma figura hierarquicamente superior ao Papa. Trata-se, apenas, de aceitação, por um desconhecimento inconsciente, de que não poderia não ser assim. O que os *memes* das SDs 2 e 3 apontam é que esse sujeito que se coloca no lugar de Jesus, além de ser ilegítimo – pois pela própria natureza da interdição na constituição e funcionamento deste lugar, não há possibilidade para outra assunção que não a do próprio Jesus Cristo –, só pode figurar como folclórico, lunático e cômico, porque não há brechas na ideologia cristã para que outra pessoa ou ser divino ocupe o lugar que não lhe foi designado pelo Sujeito-Deus. Ao se “auto-autorizar” como a própria corporificação de Jesus Cristo, assumindo-se publicamente como tal, Inri Cristo produz efeitos, na relação com os sujeitos-outros, no/do *Twitter*, de comicidade nesta e por esta interdição à assunção legítima.

A partir do que observamos até o momento acerca da (re) criação de *memes*, o “riso” seria um dos resultados deste processo, uma “consequência” dentre tantas possíveis na/da relação de (re) produção e funcionamento *memeal*, pois para que um *meme* se torne “engraçado” e o faça ser compartilhado, depende dos processos de identificação dos sujeitos que se inscrevem na rede. O humor não está “fixo” em um *meme*, uma vez que o que pode produzir o riso para determinado sujeito pode não produzir para outro. Por conseguinte, o efeito do riso é produzido para os sujeitos que conhecem, no contexto social, os “cenários” retratados nos *memes* e as condições de produção que estes, por sua vez, remetem e fazem ecoar. As condições de produção são relevantes para o processo de constituição dos sentidos, “colaborando” para a ilusão da transparência da linguagem, na medida em que estabelecem uma relação entre a língua, o sujeito e a ideologia.

O “sujeito-religioso” Inri Cristo, ao se colocar no lugar de Cristo, como encarnado, embora não esteja autorizado institucionalmente, provoca o riso autorizado pela comicidade do *meme*. É como se a autorização viesse do próprio *meme*, um lugar onde lhe

é permitido funcionar, fazendo com que os sujeitos da rede não o recusem nem o rejeitem, não somente pelo humor que caracteriza o *meme*, mas porque a figura de Inri é tida como folclórica. Essa autorização pelo riso, inconscientemente, funciona a favor, tornando-o um personagem “sujeito-religioso” com visibilidade, ainda que massiva, e contra ele mesmo, pois esse “reconhecimento” só se dá no campo imaginário do riso.

A SD3 é marcada pela imagem visual de Inri com seus possíveis seguidores, aparentemente, em Brasília. Inri Cristo, desde 2006, mantém a instituição “Suprema Ordem Universal da Santíssima Trindade” em uma fazenda na capital do Brasil, afirmando ser a “Nova Jerusalém”. Assim, a SD3 abre espaço para um encontro entre o religioso e o político que requer ser considerado. Se Brasília é, metaforicamente, a “Nova Jerusalém” e nela se concentram as maiores autoridades governamentais do país, enquanto efeito, Inri se intitula o “salvador” não somente religioso, mas político. Logo, a SD3 faz retornar sentidos não somente pela paráfrase, repetição, como também torna possível a polissemia, o “deslocamento, a ruptura de processos de significação” (ORLANDI, 2012c, p. 36). O fato de Inri se inscrever em um lugar ilegítimo de “salvador”, não só religioso, como político, dá margem para sentidos outros, que se abrem ao cenário político nacional e permitem pensar nos lugares institucionalmente legítimos ocupados por sujeitos também legítimos, do ponto de vista institucional, mas ilegítimos em termos de representação (do) social e dos sujeitos sociais, assim como a forma pela qual funcionamos no e pelo estabilizado, pelo apagamento do processo que dispõe o sujeito a ocupar determinados lugares sociais.

Na SD1, o Papa aparece sob os “holofotes”, recebendo um reconhecimento midiático, mas não é isso que o torna legítimo, e sim reproduz e reforça tal legitimidade, dimensionando sua visibilidade no cenário massivo. É porque esse “sujeito-religioso” já detém um “pré” reconhecimento institucional, legitimado, antes, por tal instituição, que é reconhecido e aceito como legítimo no imaginário social. Já a figura folclórica Inri Cristo, por não estar vinculado a nenhuma instituição que o legitime e se apropriar de

um lugar impossível de ser ocupado senão por Jesus Cristo, na ideologia cristã, funciona por meio de uma “projeção” imaginária que o ligaria diretamente a Cristo – uma legitimidade que só faz sentido no plano imaginário criado por ele, e a ele [e a alguns de seus “seguidores”] restrito. Além de não ter reconhecimento institucional legítimo, a própria mídia só o reconhece e valida na condição de personagem folclórico, capaz de conquistar adeptos igualmente folclóricos. Aliás, figuras estas que interessam à mídia tal quais os demais seguimentos que compõem o campo das banalidades transformadas em notícia.

O enunciado “*Los perdono por no saber hacer memes*” (Os perdoo por não saber fazer *memes* – tradução nossa), na SD1, juntamente à imagem do Papa, funciona como se fosse uma inscrição do dizer desse “sujeito-religioso”, uma vez que o *twitteiro* que (re)cria um *meme* tem a opção de editar as imagens, (re)cortando dizeres e (re)construindo outros *memes*. A composição da SD1 com tais inscrições em letra caixa-alta, apresentando marcas linguísticas que se inscrevem na FD religiosa, como “os perdoo”, juntamente com a imagem do Papa sorrindo e sinalizando com a mão, apontam certa ironia e reforçam o lugar institucionalmente ocupado por tal sujeito. Orlandi (2012a), em seu texto “Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia”, ao pensar a ironia como um tipo de discurso, primeiramente tece considerações acerca do tema a partir de vários vieses, dentre eles, pela Retórica, que a toma como figura de pensamento. É definida, por esta vertente teórica, “como a expressão de uma coisa (séria) mediante palavras que significam o contrário (o jogo)” (ORLANDI, 2012a, p. 11). Mais adiante, ao pensar a ironia discursivamente, a autora salienta que não se trata apenas de um mero jogo de oposição, ou seja, de se dizer o contrário do que se pensa, pois a diferença vai além e significa multiplamente. Ao tomarmos a ironia como tipo de discurso, nas palavras de Orlandi, negamos que ela seja um desvio, no sentido de oposição, simplesmente. Para a autora, seria “o próprio lugar do estabelecimento de um processo de significação que chamamos irônico. Esse lugar incorpora a menção ecoica que mostra, com sua forma própria e específica, a relação entre

o mesmo e o diferente, o fixado e o possível” (ORLANDI, 2012a, p. 26). Pensada como tipologia discursiva, ironia não é desvio – oposição –, nem “um sentido a mais”, como é abordada em outros estudos e teorias. Para Orlandi (2012a, p. 39), “é um sentido diferente que se instaura porque as condições de significação do discurso irônico são diferentes de outros tipos, de outros funcionamentos do discurso”.

Considerar a ironia, na SD1, implica observá-la não como desvio – oposição –, mas como um funcionamento discursivo, em que a produção e a apreensão é histórica e socialmente determinada (ORLANDI, 2012a). Além disso, os efeitos da ironia não são iguais: variam segundo aqueles que a praticam, seus lugares sociais e as posições que ocupam no discurso. Para nós, a SD1, ao apontar a ironia, “afirma o diferente (a polissemia) jogando sobre o mesmo (a paráfrase)” (ORLANDI, 2012a, p. 39), abrindo “brechas” para a incompletude da linguagem e para a ilusão do “único”, de que o dizer do sujeito-papa só pode ser este e não outro.

Ainda na SD1, o dizer “*Brasileños creyendo que saben hacer memes*” (*Brasileiros crentes que sabem fazer memes* – tradução nossa) abre espaço para o funcionamento parafrástico. Para Orlandi (2012a, p. 36), a paráfrase representa “o retorno aos mesmos espaços do dizer”, isto é, corresponde à repetição, às diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. No movimento de descrição e interpretação, podemos pensar a partir deste enunciado paráfrases possíveis como “brasileiros não sabem fazer *memes*” ou “brasileiros imaginam que sabem, mas não sabem fazer *memes*”. Quando dizemos que “alguém” não sabe fazer *memes* é porque pressupomos que outro “alguém” saiba. Assim, se colocarmos em relação quem sabe e quem não sabe fazer *memes*, considerando que estamos tratando de uma disputa entre *twitteiros* brasileiros e argentinos, poderíamos afirmar que a Argentina sabe fazer *memes* e o Brasil não.

A construção de uma disputa virtual batizada por “Guerra *Memeal*” chamou-nos a atenção. Considerando que os sentidos não são fixos às palavras, o termo “guerra” pode apresentar significações diferentes conforme as condições de produção e a posi-

ção ocupada pelo sujeito. O *Dicio – Dicionário Online de Língua Portuguesa* (2017) traz alguns possíveis usos do termo “guerra”:

s.f. Luta armada entre nações ou entre partidos do mesmo povo. Guerra aberta, hostilidade declarada, constante. Guerra civil, luta armada entre partidos da mesma nacionalidade. Guerra fria, hostilidade latente, que não eclodiu em conflito armado, nas relações internacionais, especialmente entre as grandes potências. Guerra de nervos, período de forte tensão entre indivíduos, nações ou partidos adversários. Guerra química, forma de guerra em que seriam empregados agentes químicos, biológicos ou radiológicos. Guerra total, guerra que abrange todas as atividades de um povo e visa a aniquilar o adversário. Fazer guerra (a alguém), opor-se constantemente a seus desígnios. Homem de guerra, perito na arte militar. Nome de guerra, pseudônimo pelo qual alguém é conhecido em determinados setores de sua atividade. Guerra santa, aquela levada a efeito em nome de razões religiosas (CABRAL; NEVES; SANTOS, 2017).

Pela perspectiva discursiva, pensamos o termo “guerra” como um pré-construído, isto é, aquilo que já está posto, estabilizado, “o já-dito que está na base do dizível” (ORLANDI, 2012c, p. 31). Pelo trabalho da memória, o que retorna no eixo da formulação ao pensarmos em “guerra” são sentidos referentes ao bélico, a armas, bombas, tiros. Porém, na construção “Guerra Memeal”, o termo “guerra”, ao ser deslocado para o digital, abre para outros sentidos possíveis, uma vez que uma guerra bélica não produz os mesmos sentidos de uma guerra virtual.

Considerando grandes conflitos, inclusive de ordem mundial, que foram intitulados de “guerra” e que permanecem vivos na memória social²⁴, podemos justificar “guerra” como um termo impactante que produz visibilidade e atrai a atenção. “Guerra” provoca um efeito de ressonância, causando repercussão e propagação, tanto na sua divulgação noticiosa midiática quanto para o cenário virtual do *Twitter*. “Guerra Memeal” produz efeitos de neologismo, de “novidade”, por ser da rede. No jogo entre o mesmo

24 Mariani (1998, p. 34) aborda a memória social como resultante de um processo histórico de “disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais. Naturaliza-se, assim, um sentido ‘comum’ à sociedade, ou em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa”.

– “guerra” pré-construído – e o diferente – “guerra” neologismo, há um efeito de deslocamento de um termo já dado para a criação de um nome que se apresenta como novo na rede, caracterizado por um cenário diferente como “pano de fundo”, outras condições de produção e um local diferente de circulação. No entanto, ao mesmo tempo em que esse deslocamento abre espaço para outros sentidos, questionamo-nos até que ponto esse deslizar dá aberturas para se pensar o polissêmico. Em nosso entendimento, há um movimento paralelo: ao mesmo tempo em que desloca e abre para o novo, estabiliza no próprio neologismo.

A *hashtag*²⁵ “#SegundaGuerraMemeal”, na SD1, é utilizada como referência à disputa entre brasileiros e argentinos, uma vez que a “guerra” entre brasileiros e portugueses circulou com a *hashtag* “#PrimeiraGuerraMemeal”. O que noticiaram vários *sites* é que os *twitteiros* argentinos entraram na “brincadeira” declarando apoio aos portugueses por terem certa “rixa” com o Brasil, construída ao longo do tempo. No entanto, ao enunciarem de uma posição de pertencimento à nação, embora haja um imaginário de disputa entre Brasil e Argentina, o fato de o atual Papa argentino ser latino-americano é tido como motivo de satisfação para os brasileiros e não de rixa com os argentinos, até porque o Brasil foi apontado, em 2016, pelo Instituto de Pesquisa *Pew Research Center*, como o país com maior população católica da América Latina²⁶. Assim, o lugar ocupado pelo Papa é reconhecido também pelos brasileiros, visto que o lugar que esse “sujeito-religioso” ocupa é reconhecido como legítimo antes mesmo deste Papa ocupar o cargo.

Isso, por sua vez, reforça que a disputa entre esses dois países se dá no universo imaginário, pois há o apagamento da historicidade, de modo que os sujeitos, na sua ilusão de origem do dizer, não se interrogam pelo motivo de uma suposta ou real rixa entre

25 *Hashtag* é a união do símbolo #(has) a uma palavra-etiqueta (tag), e se configura como uma técnica para reunir postagens com o mesmo assunto ou tema no interior do ambiente (SILVEIRA, 2015, p. 19).

26 Disponível em: < <http://www.cpadnews.com.br/universo-cristao/31826/pesquisa-colo-ca-o-brasil-como-o-segundo-maior-pais-cristao.html>>. Acesso em: 28 mar. 2017. Disponível em:<<https://www.amigodecristo.com/2016/01/brasil-e-apontado-como-segundo-maior-pais-cristao.html>>. Acesso em: 28 mar. 2017.

ambos e de como isso retorna, pelo trabalho da memória discursiva. É porque existe uma memória em funcionamento que os sentidos significam. Mas é, também, pelo apagamento dessa memória que eles são estabilizados – ainda que, no espaço da “brincadeira”, que se abre para o “diferente”, a “guerra” se estenda no jogo por uma demarcação hierárquica de poderes, retornando, pela memória, e continuando a funcionar e a regular, seja pela hierarquia humana ou pela hierarquia divina, fazendo com que, mesmo no/pelo “diferente”, os sentidos sejam estabilizados.

Dessa forma, os sujeitos *twitteiros* colocam-se em disputa *memeal* porque se identificam com o “nacional”, com o “efeito familiar” (ORLANDI, 2001), reproduzindo na chamada “Guerra *Memeal*” um “nacionalismo” que corresponde a esses traços de identidade e de pertencimento à nação.

Pode-se pensar, então, no funcionamento de relações de força na disputa entre esses sujeitos que discursivizam de um lugar de pertencimento à nação, uma vez que, segundo Orlandi (2002), essas relações são constitutivas dos discursos, de modo que as palavras significam diferentemente, dependendo dos lugares que os sujeitos ocupam, no seu interior. Equivale a dizer que aquilo que o sujeito diz é determinado pela posição que ele ocupa dentro de uma dada FD. Logo, mesmo no espaço do riso, do “brincar”, há uma disputa hierárquica por poderes que não se apagam em termos de imaginário que retorna, pela memória, e não se desestabiliza nesse processo, pois continua funcionando e regulando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao questionarmos sobre como dizeres em torno da religião cristã e do “sujeito-religioso” se atualizam nos discursos de *twitteiros* em disputa *memeal* na/pela sustentação/reprodução do estabilizado nacional(ismo), procuramos observar as imagens representativas desses “sujeitos-religiosos” – Papa e Inri Cristo – em funcionamento no discurso de sujeitos na rede que se põem em disputa na chamada “Guerra *Memeal*” entre Brasil e Argentina.

O *Twitter*, rede na qual se instaurou a “guerra”, é um espaço

propício para a (re)criação e propagação de *memes*, seja pela dinâmica rápida de circulação das postagens ou pela possibilidade de “autonomia” que o *twitteiro* exerce para (re)criar *memes*, ainda que esta “suposta” autoria funcione no/pelo anonimato. Pensado pelo viés discursivo, o *Twitter* extrapola a dimensão social digital de relacionamentos entre sujeitos. Nos *tweets*, *retweets* e *likes*, além de informações ou “brincadeiras”, discursos são (re)produzidos neste espaço do dizer, abrindo para o jogo entre paráfrase e polissemia, de modo que os sentidos sejam repetidos/reafirmados ou até silenciados/apagados.

Na disputa no *Twitter* de quem pode dizer o que, sujeitos usuá-rios brasileiros e argentinos “brincam” com a hierarquia religiosa cristã, tanto espiritual quanto humana, utilizando-se do jogo de imagens que se constrói em torno/acerca do Papa e de Inri Cristo, mas funcionando no estabilizado da ideologia cristã que predomina no imaginário social de países cristãos, como é o caso do Brasil, Argentina e Portugal – Jesus Cristo e seu lugar institucional e divino não são postos em questionamento, assim como também não se questiona a hierarquia papal, embora, na sociedade brasileira, como na argentina ou portuguesa, seja possível questionar o sujeito-papa, aquele que assume tal cargo, o que não se pode dizer quanto a Jesus Cristo, único e insubstituível.

O lugar ocupado pelo Papa Francisco tem um reconhecimento prévio como legítimo, estando ele autorizado institucionalmente a ocupar esse lugar de “representante de Deus” na Terra. Inri, por sua vez, não é reconhecido como legítimo no imaginário em sociedade, pois não possui um lugar institucional, nem na relação com a Igreja, nem na relação com Jesus. Embora não esteja institucionalmente autorizado, Inri Cristo se “auto autoriza” ao se colocar no lugar do próprio Cristo reencarnado – como tal assunção é, por si só, interdita no imaginário cristão, figura na/pelo cômico, incitando ao riso. Assim, considerando as especificidades de um *meme*, a autorização do “sujeito-religioso” Inri só se dá nos territórios do humor, funcionando como figura folclórica. É por ele estar revestido desta imagem humorística que os sujeitos da rede não o recusam, mas o “aceitam”, nessa condição, no/pelo humor.

Contudo, ainda que no/pelo humor, não há espaço para a quebra da hierarquia: Jesus Cristo não é posto em questionamento, não há ofensas em relação a ele, nem à figura representante dele, no caso, o Papa. Mesmo nesse lugar do humor, que abre para o polisêmico e para a relação com a incompletude, há estabilidades que continuam funcionando, há um lugar do fechamento, fazendo com que determinados sentidos se tornem possíveis e outros não. Tal fechamento, por sua vez, reforça o lugar no qual os sujeitos *twitteiros* se inscrevem na chamada “Guerra *Memeal*”, um lugar de pertencimento à nação, enquanto imaginário, que funciona pela identificação dos sujeitos, levando-os a reproduzir discursos já sedimentados, sustentando o estabilizado nacional(ismo), por uma identificação do sujeito nacional(ista).

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CABRAL, Luís Felipe; NEVES, Flávia de Siqueira; SANTOS, Débora Ribeiro (Org.). **Dício**: Dicionário Online de Português. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

COELHO, André Luis Portes Ferreira. **Brace yourselves, memes are coming formação e divulgação de uma cultura de resistência através de imagens da internet**. 2014. 105 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2014.

DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. São Paulo: Companhia das Letras, 1976.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 13-38.

MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

NEZO, Ronaldo. **Formulação, circulação e funcionamento discursivo da fotomontagem no facebook na des-estabilização de imagens de Dilma Rousseff como sujeito-político**. 2016. 195 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

NUNES, José Horta. Definição lexicográfica e discurso. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, n.11, p. 9-30, 2003.

_____. **Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XXI**. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia. **Web revista Discursividade**, Mato Grosso, n. 9, p. 1-42, jan./maio 2012a. Disponível em: <<http://discursividade.cepad.net.br/EDICOES/09/Arquivos/eniorlandi.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

_____. Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia. **Web-Revista Discursividade**, Campo Grande, edição nº 9 – jan. – mai., 2012b. Disponível em: <<http://discursividade.cepad.net.br/EDICOES/09/Arquivos/eniorlandi.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 2 ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 6 ed. Campinas: Pontes, 2012b.

_____. **O Discurso fundador: a formação de um país e a construção da identidade nacional**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Princípios e procedimentos**. 10 ed. Campinas: Pontes, 2012c.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK. T. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997a. p. 61-161.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997b.

PIMENTEL, Renata Marcelle Lara. A inscrição de gestos de interpretação em um” texto-bilhete”: significando-(se) em meio a um processo intitucional(izante). **RUA**: revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp – Nudecri, Campinas, v. 11, n. 1, p. 91-113, 2005.

POSSENTI, Sírio. **Os humores da língua**: análises linguísticas de piadas. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

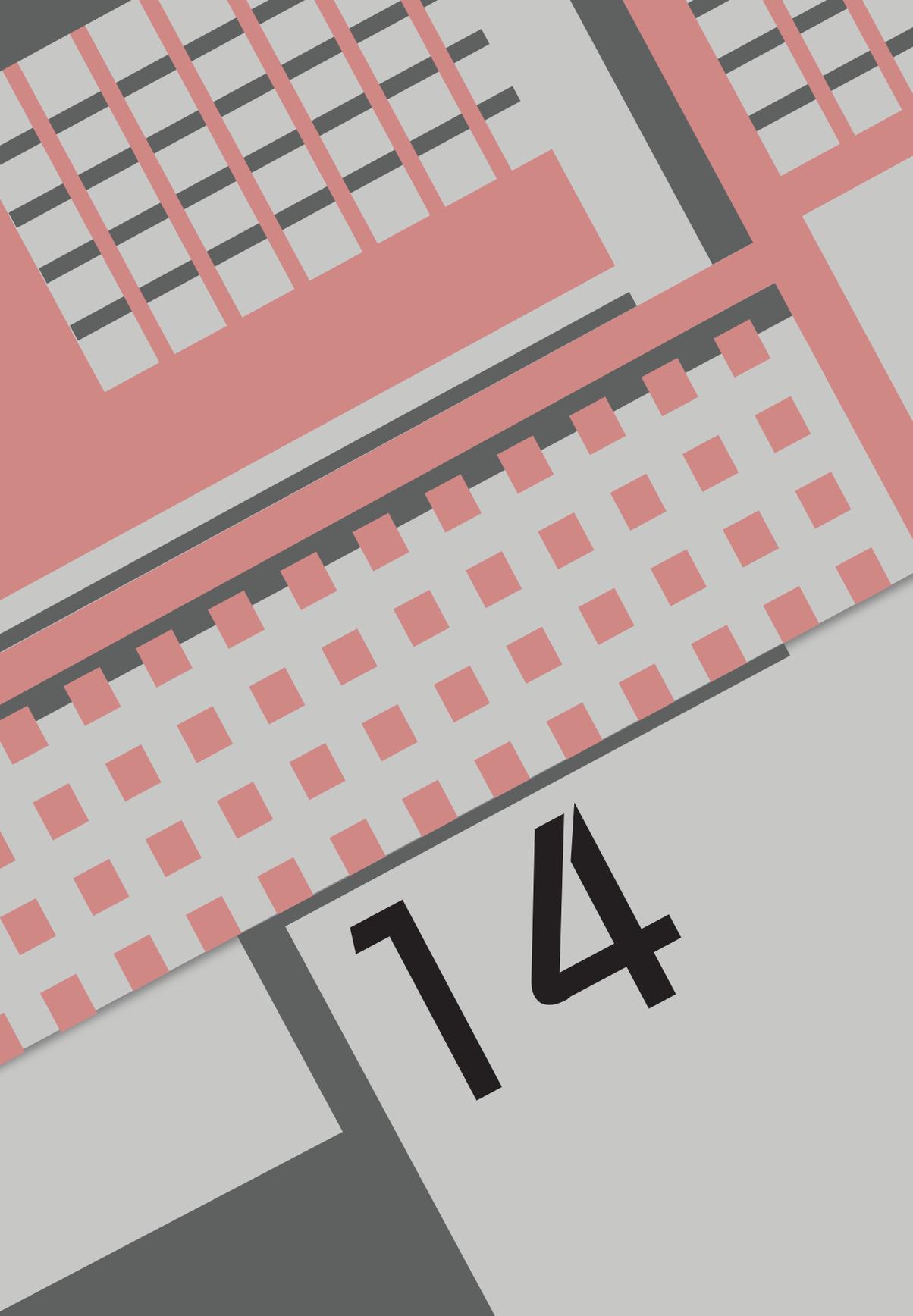
PROPP, Vladimir. **Comicidade e riso**. São Paulo: Ática, 1976.

RECUERO, Raquel. Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. **Metamorfoses jornalísticas**, v. 2, 2009b. Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/artigos/artigoredesjornalismorecuero.pdf>>. Acesso em 11 mar. 2017.

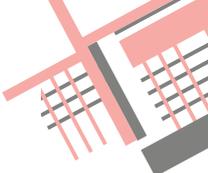
_____. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009^a.

SILVEIRA, Juliana da. **Rumor(es) e humor(es) na circulação de *hashtags* do discurso político ordinário no twitter**. 2015. 210 f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

TWITTER, Site Oficial. **Recursos da marca**. 2017. Disponível em: <<https://brand.twitter.com/pt.html>>. Acesso em: 10 mar. 2017.



14



LÍNGUA PORTUGUESA E ENSINO: CONCEPÇÕES DE GRAMÁTICA EM LIVROS DIDÁTICOS

Letícia Jovelina Storto¹
Cláudia Maris Tullio²

“Vemos muitos professores de português, tragicamente, ensinando análise sintática a crianças mal alimentadas, pálidas, que acabam, depois de aulas onde não faltam castigos e broncas, condicionadas a distinguir o sujeito de uma oração. Essas crianças passarão alguns anos na escola sem saber que poderão acertar o sujeito da oração, mas nunca serão o sujeito das próprias histórias.” (ALMEIDA, 2002, p.16)

Este texto busca compreender o conceito de gramática apresentada em alguns livros didáticos e a maneira como eles o têm trabalho em exercícios de conhecimento linguístico e gramatical. Muitos estudiosos da linguagem, respaldados em publicações científicas e documentos oficiais, como os *Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN* (BRASIL, 1998) e as *Diretrizes Curriculares para a Educação Básica – DCE* (PARANÁ, 2008), têm, cada vez mais, dado atenção à questão de como os livros didáticos verificam a gramática e como propõem exercícios de compreensão. É importante saber que o Ministério da Educação elaborou, no final do século XX, os PCN, os quais serviram e servem de referência ao trabalho das escolas de ensino fundamental e médio da rede pública brasileira (BRASIL, 1998) e que está em fase de elaboração e revisão (2016ss) a *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC), trata-se de “um conjunto de orientações que deverão nortear os currículos das escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil” (BRASIL, 2017, s/p). Além disso, a BNCC “estabelece os direitos, os conhe-

1 Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), professora da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), atuando na graduação em Letras e no Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN) e no Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras). Líder do Grupo DIALE – Diálogos Linguísticos e Ensino. E-mail: leticiajstorto@gmail.com

2 Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). E-mail: claudiatullio31@yahoo.com.br

cimentos, as competências e os objetivos de aprendizagem para todas as crianças e adolescentes brasileiros desde a Educação Infantil até o Ensino Médio [...]. É um documento normativo, uma política do Estado brasileiro” (BRASIL, 2017, s/p).

A Base será referência obrigatória para a elaboração dos currículos nos estados, nos municípios, na rede federal e nas escolas particulares. Pode-se afirmar que a Base estabelece o ponto aonde se quer chegar, enquanto os currículos traçam o caminho até lá.

A implementação da Base vai assegurar a igualdade de aprendizagem, essencial num país como o Brasil, onde há tantas desigualdades entre as escolas. Garantirá também a equidade, isto é, o direito de aprendizagem de todos os alunos.

Os PCN, as DCE e a BNCC foram produzidos (está sendo, no caso da BNCC) no contexto de discussões pedagógicas atuais (como a questão dos gêneros, a interdisciplinaridade, a inclusão social etc.), e defendem que o ensino/aprendizagem escolar da língua portuguesa alcança resultados mais satisfatórios quando orientado em uma proposta que promova o contato dos alunos com a gramática de uso e a gramática reflexiva para, só depois, ter acesso à gramática normativa.

Segundo Antunes (2007), na maior parte das vezes, a escola não ensina a “língua”, mas a nomenclatura gramatical. As aulas de português costumam se caracterizar por ensinar o nome das classes e funções gramaticais, deixando de lado um aspecto muito importante, o uso, a interação, a significação. Ademais, no ensino da língua materna, a escola pode estimular a ativação da gramática internalizada dos alunos (POSSENTI, 1996), promovendo, dessa forma, o seu amadurecimento linguístico.

Antunes (2007) questiona o ensino exclusivo de nomenclatura gramatical nas aulas de língua portuguesa. Para a autora, esse equívoco está fundamentado em outros, como a concepção errônea de língua e de gramática, tanto por professores e alunos quanto por pais e escolas, pois se acredita que a gramática é suficiente para falar, escrever e ler com sucesso. Uma causa provável para esse equívoco, afirma a pesquisadora, é a crença de que gramática e língua sejam a mesma “coisa”.

Antunes afirma ainda que as aulas de português estão, por consequência disso, fundamentadas em análises morfosintáticas descontextualizadas, haja vista se voltarem a uma concepção limitada e limitante do que seja a língua. Além disso, a pesquisadora aponta a pressa e a incompreensão dos pais e das escolas como colaboradoras da continuidade desse tipo de ensino. Para Antunes, seria preciso que eles também tivessem acesso a um material esclarecedor de algumas questões linguísticas para modificar a concepção que têm do que é ensinar a língua portuguesa, a fim de que possam cooperar para um ensino eficaz, interativo e contextualizado.

Possenti (1996, p.30) alega que “saber falar significa saber uma língua” e que “saber uma língua significa saber uma gramática”, contudo “saber uma gramática não significa saber de cor algumas regras que se aprendem na escola, ou saber fazer algumas análises morfológicas sintáticas”. Isso porque, segundo Antunes (2007), outros conhecimentos, além do gramatical e do lexical, são necessários à escrita, à leitura e à fala com sucesso, enfim, à interação; são eles: o conhecimento real ou do mundo, o conhecimento das normas de textualização, o conhecimento das normas sociais de uso da língua e outros.

Assim, este trabalho busca verificar as concepções de gramática apresentadas em alguns livros didáticos e como elas estão refletidas em exercícios de compreensão, pois a percepção de que os livros didáticos dizem se fundamentar em determinada concepção de gramática, mas seus exercícios de produção e compreensão não correspondem à concepção elencada, leva-nos a analisar a concatenação ou não dos exercícios com o conceito gramatical escolhido.

DESCRIÇÃO DO CORPUS

O *corpus* desta pesquisa é constituído de uma coletânea de livros didáticos voltados ao ensino da língua portuguesa a estudantes do Ensino Fundamental II. Cumpre comentar que a coleção é recomendada pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e tem sido utilizada em instituições de ensino paranaenses.

Cada livro da coletânea divide-se em oito (8) unidades, as quais

são acrescentadas de um capítulo, presente em todos os quatro livros da série, em que se apresentam conhecimentos linguísticos³, como substantivo, artigo sujeito, adjuntos, concordância, pontuação etc.

CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM

Antes de se verificar as acepções de gramática, é interessante retomar os conceitos de linguagem, pois esses vão determinar, de certa forma, as concepções gramaticais utilizadas por professores e materiais didáticos.

Há, basicamente, três concepções de linguagem distintas, as quais, ao longo da história e dos estudos linguísticos, são mais ou menos fortes, consideradas mais ou menos pertinentes.

A primeira concepção é a **linguagem como expressão do pensamento**. Para essa corrente dos estudos tradicionais, só quem pensa, e bem, consegue se expressar linguisticamente. “Se concebermos a linguagem como tal, somos levados a afirmações – correntes – de que pessoas que não conseguem se expressar não pensam” (GERALDI, 2002, p.41).

A segunda é a **linguagem como instrumento de comunicação**, que vê a linguagem como um código (signos combinados por regras) que é emitido pelo emissor e decodificado pelo receptor. Essa concepção está, portanto, ligada à teoria da comunicação, ou seja, aos pressupostos defendidos por Jakobson. “Em livros didáticos, é a concepção confessada nas instruções ao professor, nas introduções, nos títulos, embora em geral seja abandonada nos exercícios gramaticais” (GERALDI, 2002, p.41).

A terceira é a **linguagem como forma de interação**, concepção mais recente e, atualmente, mais aceita. Nela a linguagem é vista como lugar de interação entre os sujeitos, os quais agem sobre si, de forma a construir “compromissos e vínculos que não preexistiam à fala” (GERALDI, 2002, p.41). Travaglia (2000) argumenta que essa concepção respeita a característica principal da linguagem humana: a interação. Nela, os usuários da língua assumem os papéis de falante e de ouvinte, de escritor e de leitor, de forma a alterá-los, assim como de interferirem um no outro, negociando valores.

3 Termo utilizado pelos autores dos livros didáticos em questão.

Marcuschi (2008, p.59) elenca maneiras distintas de ver a língua, apesar de ambas as perspectivas terem correlação e estarem relacionadas a linhas teóricas da Linguística e do ensino da língua portuguesa. Para o pesquisador, dependendo da posição que se assume, a língua pode ser tomada como: a) **forma** ou **estrutura** – um sistema de regras independente das condições de produção dos textos; b) como **instrumento** – transmissor de informação; c) como **atividade cognitiva** – “ato de criação e expressão do pensamento típica da espécie humana” (MARCUSCHI, 2008, p.59); d) como **atividade sociointerativa situada** – essa perspectiva “relaciona os aspectos históricos e discursivos” (MARCUSCHI, 2008, p.59).

Essas concepções determinam o modo como os livros didáticos são concebidos e como as aulas de língua portuguesa são ministradas. Ademais, essas concepções formam, de certo modo, os conceitos de gramáticas existentes, por isso sua importância neste artigo.

CONCEPÇÕES DE GRAMÁTICA

Antunes (2007, p.25) argumenta que, equivocadamente, “quando as pessoas falam em *gramática*, desconhecem que podem estar falando não de uma coisa só, mas de coisas bem diferentes” (grifos da autora), pois, para a pesquisadora, falar em gramática é falar: a) em regras que internalizadas pelos usuários de determinada língua que regulam o seu funcionamento; b) em regras que normatizam o bem falar e o bem escrever; c) em perspectivas teóricas de estudo da gramática; d) em uma gramática escolar etc. “Cada uma dessas acepções se refere a uma coisa diferente. Todas, na verdade, coexistem. Sem problemas, mas precisam ser percebidas nas suas particularidades, nas suas funções e nos seus limites” (ANTUNES, 2007, p.26).

Dessa maneira, nos estudos linguísticos contemporâneos, propõe-se a existência de, pelo menos, quatro diferentes tipos de gramática, os quais são definidos por diferentes autores, são eles: normativa, internalizada (também chamada de gramática de uso), reflexiva e descritiva.

De forma geral, Ferrarezi Junior (2007, p.29) considera gramática como “conjunto de todas as regras estruturais e funcionais que ordenam o funcionamento” de determinada língua, mas que há “diversas formas de abordar essas regras”, existindo, portanto, “diferentes propostas de gramática”, as quais comportam teorias, abordagens, ângulos de observação e objetos de análise distintos.

A **gramática de uso**, segundo Travaglia (2000), relaciona-se ao conhecimento que o usuário tem da língua, ou seja, a **gramática internalizada** pelo falante e, no ensino, apresenta-se estruturada por meio das atividades que priorizam o desenvolvimento de automatismos de uso das unidades, regras e princípios da língua. Para Possenti, ela é o:

Conjunto de regras *que o falante domina* – refere-se a hipóteses sobre os conhecimentos que habitam o falante a produzir frases ou seqüências de palavras de maneira tal que essas são compreensíveis e reconhecidas como pertencendo a uma língua. [...] Dada a maneira constante – isto é, que se repete – através da qual as pessoas *identificam* frases como pertencendo à sua língua, *produzem e interpretam* seqüências sonoras com determinadas características, é lícito supor que há em sua mente conhecimentos de um tipo específico, que garantem esta estabilidade (POSSENTI, 1996, p.69 – grifos do autor).

Desse modo, podemos afirmar que a gramática internalizada é aquela que os alunos adquirem durante toda a sua vida, desde o início da sua infância, que eles trazem inconscientemente consigo e da qual fazem uso sem grandes problemas. Ela não deve ser ignorada nas aulas de língua portuguesa, pois “a escola pode favorecer a ativação e a ampliação desses conhecimentos lingüísticos já internalizados pelos alunos, explicitando o uso das regras normativas em situações mais formais” (POSSENTI, 1996, p.69).

Já a **gramática reflexiva**, como o próprio nome diz, é aquela que surge da reflexão, da explicitação, baseando-se no conhecimento intuitivo dos mecanismos da língua. É a gramática utilizada para conduzir, conscientemente, o aluno ao domínio de uma língua que ele já domina de forma inconsciente – a gramática internalizada –, bem como ampliar o saber acerca dos recursos lingüísticos ainda

não dominados por ele, a fim de conduzi-lo à aquisição de novas habilidades linguísticas. Essa gramática parte “das evidências linguísticas para tentar dizer como é a gramática implícita do falante, o que é a gramática da língua” (TRAVAGLIA, 2000).

A **gramática descritiva**, por sua vez, é aquela que descreve a língua como ela é, não como deveria ser. Para Travaglia, é aquela que “trabalha com qualquer variedade da língua e não apenas com a variedade culta” (1996, p.32), pode-se, então, ter gramática descritiva de qualquer variante linguística. Possenti (1996, p.65) a determina como:

Conjunto de regras *que* são seguidas – é a que orienta o trabalho dos lingüistas, cuja preocupação é *descrever e/ou explicar* as línguas tais quais elas são faladas. Neste tipo de trabalho, a preocupação central é tornar conhecidas, de forma explícita, as regras de fato utilizadas pelos falantes – daí a expressão “regras que *são* seguidas”.

Pode-se, destarte, citar como exemplo de gramática descritiva a *Gramática do português falado*, desenvolvida por pesquisadores do projeto Norma Urbana Culta (NURC), da Universidade de São Paulo (USP), e a *Gramática do português brasileiro*, de Ataliba Castilho (Contexto, 2010).

Diferentemente dessa gramática que procura descrever a língua como é utilizada, a **gramática normativa** é aquela que estabelece normas quanto ao uso adequado da língua, para o bem falar e escrever. Seus preceitos são baseados no uso consagrado pelos bons escritores, ignorando características próprias da língua falada e da língua escrita corrente em concordância com a norma culta. Para essa gramática, apenas a norma padrão é válida e só ela é apreciada, as demais variedades da língua são, portanto, ignoradas e entendidas como “incorretas”. Consoante Possenti (1996, p.64-65), essa gramática é um:

Conjunto de regras *que devem ser seguidas* – é a mais conhecida do professor de primeiro e segundo graus, porque é em geral a definição que se adota nas gramáticas pedagógicas e nos livros

didáticos. Com efeito, como se pode ler com bastante frequência nas apresentações feitas por seus autores, esses compêndios se destinam a fazer com que seus leitores aprendam a ‘falar e escrever *corretamente*’. Para tanto, apresentam um conjunto de regras, relativamente explícitas e relativamente coerentes, que, se dominadas, poderão produzir como efeito o emprego da variedade padrão (escrita e/ou oral). (grifos do autor).

Antunes (2007, p.30) alega que essa gramática “é particularizada, ou seja, não abarca toda a realidade da língua, pois contempla apenas aqueles usos considerados aceitáveis na ótica da *língua prestigiada socialmente*” (grifos da autora). A autora argumenta, ainda, que essa gramática não tem razões propriamente linguísticas, mas históricas, por convenções sociais.

Nas práticas escolares com a língua portuguesa, autores de livros didáticos e professores adotam e priorizam de maneira explícita ou implícita um ou mais desses tipos de gramática. A insistência no estudo quase exclusivo da gramática normativa em sala de aula, historicamente, tem se mostrado insuficiente e infrutífera para os alunos obterem amplo domínio e consciência do funcionamento e do valor dos recursos linguísticos da língua portuguesa. Por outro lado, pesquisas e experiências mais recentes revelam que a atenção maior dada no ensino escolar às gramáticas internalizada, reflexiva e descritiva tem conseguido resultados produtivos no que se refere à compreensão e produção de textos orais e escritos em língua materna, pois, de acordo com Antunes (2007), ensinar nomenclaturas tranquiliza a maioria dos pais, professores e alunos, pois dá a ideia de que se ensina gramática e, por conseguinte, língua. Contudo, isso não é suficiente. “O que se estuda na escola não chega de fato a ser gramática relevante para o exercício, em textos, da linguagem” (ANTUNES, 2007, p.70), pois não são requeridas, ao lado das regras gramaticais, as regras da textualização e as normas sociais que regulam a interação verbal nos mais variados usos linguísticos. Ademais, não se considera as particularidades dos gêneros textuais, nem se centraliza em atividades reais de emprego da língua, como atividades de leitura e produção de textos.

Além disso, na escola, tudo o que é ensinado como regra assume um caráter compulsório, como se fosse lei, passa-se ao terreno do erro, pois se fixa nos padrões ideais e se deixa de analisar os padrões reais.

Outro grande engano de livros didáticos e de professores é acreditar que vasculhar o terreno das nomenclaturas e exercitar o reconhecimento dos nomes das unidades constitui ensino de gramática e, pior ainda, confere competência a quem ensina e a quem aprende. A função das nomenclaturas é permitir que as unidades ou funções da língua sejam designadas pelos seus nomes correspondentes, ampliando-se, assim, a possibilidade de uma comunicação ajustada às suas condições de produção. Assim, o grande problema da escola é, consoante Antunes (2007), confundir nomenclatura com gramática, pois o ensino precisa partir daquilo que o aluno sabe para chegar ao domínio do que ele precisa saber, privilegiando a dimensão integral, social e coletiva do desenvolvimento comunicativo alcançado, o que, muitas vezes, não se verifica nas escolas. A educação linguística é muito importante, mas não deve ficar limitada ao ensino de regras e nomenclaturas gramaticais, pois vai muito além disso.

Enfim, há concepções de gramáticas distintas que são refletidas nos livros didáticos. Cabe aos seus autores determinar com qual concepção trabalhar e aos pesquisadores e professores analisar se a concepção elencada se verifica nos textos e exercícios oferecidos e se o aquilo que é proposto, nos manuais didáticos, é interessante e viável ao trabalho em sala de aula. É importante lembrar que o docente deve, sempre que necessário, complementar as atividades dos livros utilizados, já que nenhum material sozinho é perfeito em si, porque lidamos com sujeitos heterogêneos, com diferentes modos de aprender, e é a eles – aos estudantes – que o ensino deve se voltar.

ESTUDO DOS LIVROS DIDÁTICOS

Os autores da coleção elencada para estudo escolheram quatro concepções de gramática para trabalhar: normativa, descritiva, reflexiva e internalizada. Em um tópico voltado ao professor, os autores, em busca de um aprendizado sociointeracionista, assumem trabalhar com fundamentos teóricos esboçados por Piaget e Vygotsky. Além disso, eles deixam claro que procuram envolver diferentes linguagens, “focalizando a leitura e a produção de gêneros textuais orais e escritos como fonte para a inserção social e poder transformador da sociedade e como forma de atender às diversas intenções e situações de comunicação”, deixando implícito que empregaram esforços para estar de acordo com o conceito de linguagem que verifica a língua como forma de interação. Afirmam, ainda, trabalhar “em torno de gêneros textuais e temas motivadores”.

Todavia, em outro capítulo, encontram-se vários exercícios gramaticais referentes a: estrutura e formação das palavras; acentuação; pontuação; dúvidas ortográficas e do dia a dia; período composto. Nos exercícios sobre acentuação, verificamos questões como: *O que é sílaba tônica e sílaba átona? Quando as oxítonas recebem acento gráfico? Quando as paroxítonas recebem acento gráfico? Quando as proparoxítonas recebem acento gráfico? Como se diferencia a 3ª pessoa do singular da 3ª pessoa do plural do presente do indicativo dos verbos ter e vir e de seus derivados? “Pra” é a forma reduzida de que palavra? Essa palavra pertence a que classe gramatical?* etc. Além disso, exercícios de substituição lexical e de complete com as formas verbais adequadas fazem-se presentes. Percebe-se que, apesar dos autores afirmarem trabalhar com as quatro concepções de gramática, focam em grande parte na gramática normativa.

Não observamos, nos exercícios, a necessária interação dos alunos e do professor para que a atividade se realize. Além disso, as tarefas mostram-se pouco reflexivas, pois não incentivam a observação linguística por parte dos alunos. Observa-se, ainda, que os alunos trabalharão com enunciados soltos, descontextualizados, o que vai de encontro aos preceitos defendidos por muitos estudiosos

da Linguística Aplicada. Segundo Marcuschi (2008, p.57-58), não devemos limitar o ensino da língua à morfossintaxe, pois os aspectos textuais, discursivos, pragmáticos e sociais são muito relevantes, “daí não se poder evitar de considerar o funcionamento da língua em textos realizados em gêneros” e situados em contextos.

Em um dos livros observados, verificamos também uma mudança de concepção de gramática daquela até então apresentada. Em certo ponto, há um texto, inserido dentro de um contexto, o qual serve como base para a resolução de exercícios, os quais recorrem tanto às gramáticas reflexiva e de uso quanto à normativa.

Entretanto, os dois últimos exercícios (de acentuação) valem-se da gramática normativa exclusivamente, pois não se oferece aos estudantes a oportunidade de refletir acerca daquilo que respondem e, também, de trabalhar com enunciados contextualizados.

Notamos que o livro didático trouxe implícitas as gramáticas normativa, reflexiva e internalizada, mas, enquanto exigia conhecimentos normatizados nas gramáticas, os alunos pouco eram levados a refletir sobre a utilização da acentuação na língua e a verificar, a partir do seu conhecimento linguístico, o uso que se faz dela. Percebemos que há pouca exploração dos gêneros discursivos – ao contrário do que é afirmado no suporte pedagógico –, e que, alguns exercícios, embora busquem a interação aluno-aluno, estão muito descontextualizados, solicitando que os estudantes ora formulem frases soltas, ora respondam a questões fora de contextos. Destarte, notamos a ênfase dada à gramática normativa, já que os exercícios procuram trabalhar sempre com as ideias nela prescritas.

No que tange à pontuação, em um dos livros da coleção, os exercícios são extraídos de textos, utilizando-se, para tanto, das gramáticas normativa, reflexiva e internalizada. Todavia, mesmo apresentando atividades que envolvam a participação dos alunos, notamos a presença de exercícios que, além de esquecer esse caráter da linguagem, visam a cópias não reflexivas de textos apresentados, o que limita a aprendizagem do aluno, pois ele não tem como verificar o objetivo de estudar aquilo nem observar a relação necessária com a língua que de fato utiliza.

Em outro livro da coleção, após uma introdução, a qual aborda implicitamente a gramática de uso. O primeiro exercício, ainda que tente ser mais reflexivo, cai no tradicionalismo da gramática normativa, pois pede que o aluno copie o texto apresentado e o pontue. Seria talvez mais interessante solicitar ao aluno a reflexão a respeito de alguns usos da vírgula e a refacção textual.

Cumpramos comentar que alguns exercícios são mais reflexivos, utilizando-se, para isso, das gramáticas reflexiva, normativa e inter-nalizada, muito embora na coleção a prevaleça a gramática normativa. Assim, o trabalho mais reflexivo e que envolva, o mais possível, as quatro gramáticas, não é tão salientado. Também não são apresentadas atividades que envolvam os alunos, por meio das quais eles possam interagir e colaborar com a aprendizagem do outro.

Os exercícios sobre o período composto, como outros, trabalham mais a gramática normativa que as demais, mas levam, em determinados momentos, os alunos a pensarem algumas questões referentes ao assunto em pauta. Já não se percebe a linguagem como forma de interação, mas como instrumento de comunicação. Embora haja um texto inicial, muitos exercícios recorrem a frases descontextualizadas e a exercícios de “cópia”.

Dois exercícios de um livro bloco trazem um enunciado des-contextualizado com uma atividade da gramática normativa de ensino tradicional, não exigindo muita reflexão discente, apenas algum conhecimento das prescrições e nomenclaturas da gramática normativa.

Em outro exercício, o aluno precisa apenas ser capaz de compreender o exemplo e copiá-lo, sem precisar refletir sobre aquilo que faz. Seria muito mais proveitoso trabalhar com enunciados dentro de textos, talvez textos dos discentes, ou com enunciados emitidos por eles no contexto escolar, para mostrar-lhes como os parágrafos são construídos, as cadeias coesivas do texto, a significação produzida por meio da pontuação, da escolha lexical etc.

Cumpramos comentar que não afirmamos aqui que o trabalho com a gramática normativa e por meio de nomenclaturas gramaticais deve ser totalmente abolido das aulas de língua portuguesa, apenas observamos que ele não pode ser exclusivo e que deve es-

tar relacionado a um contexto maior, em que o ensino da língua portuguesa não esteja limitado a tais aspectos, mas que de fato leve os estudantes a saberem fazer uso da língua em diferentes contextos de fala/escrita, escuta/leitura de textos.

Enfim, esta pequena análise buscou mostrar que, embora o livro didático queira trabalhar com as quatro concepções de gramática, ele, na maior parte das vezes, enfatiza, em seus exercícios e/ou textos, uma concepção mais latente, a normativa, e que eles ainda não estão completamente livres do modelo de exercícios e conceitos apresentados em materiais mais antigos, mais tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

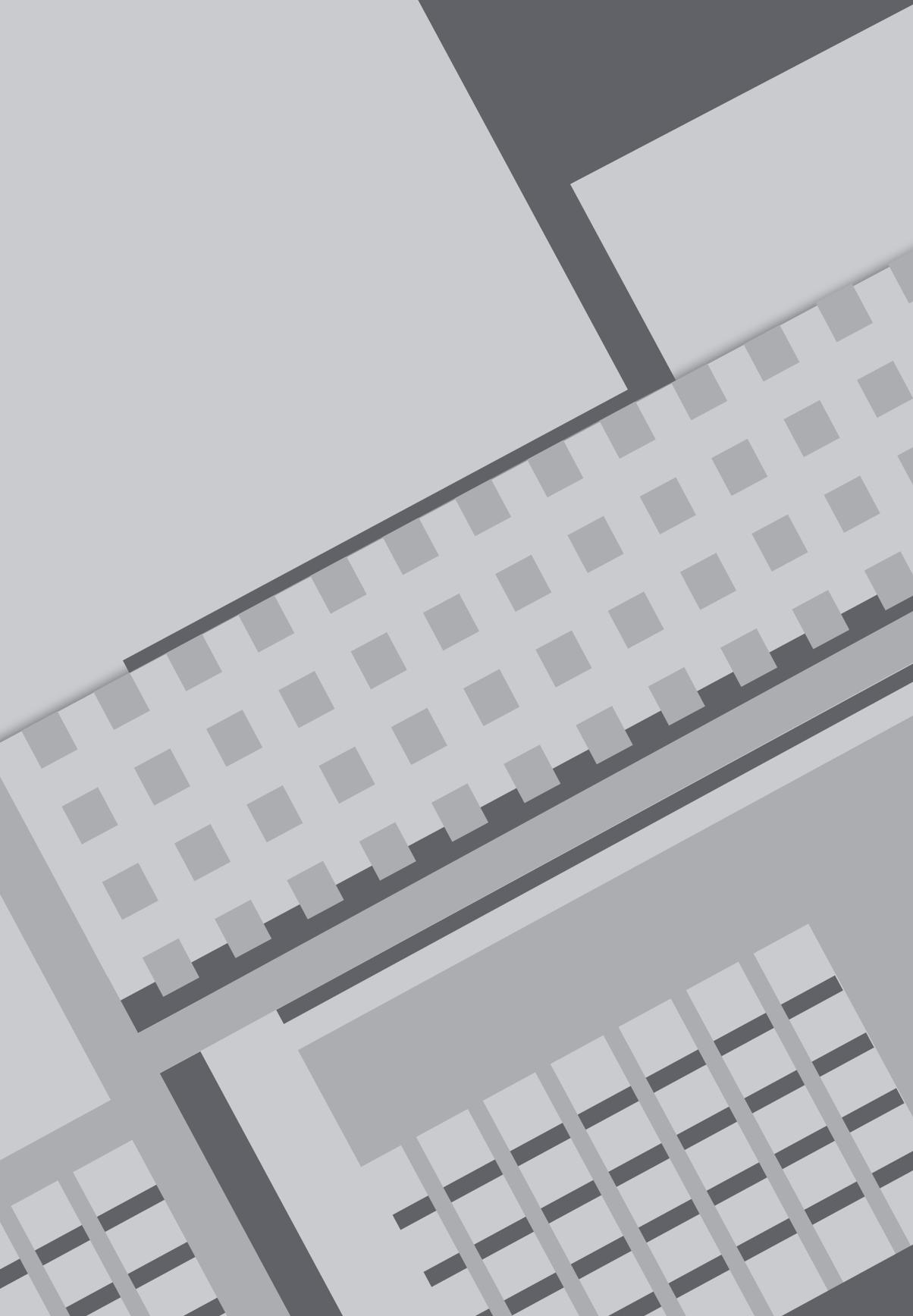
A partir desta breve análise, a qual não buscou encerrar o assunto, mas estimular a sua pesquisa, podemos concluir que alguns livros didáticos atuais buscam trabalhar/ refletir, nos exercícios, as concepções de gramáticas que elencam, até porque, como prescrevem os documentos nacionais da educação (BRASIL, 1998; PARANÁ, 2008), deve-se trabalhar com os quatro conceitos de gramática (internalizada, reflexiva, descritiva e normativa), a fim de se alcançar um aprendizado eficaz e coerente. Porém, muitos materiais ainda dão muita ênfase ao ensino da gramática normativa, sem atingir alguns objetivos inicialmente traçados.

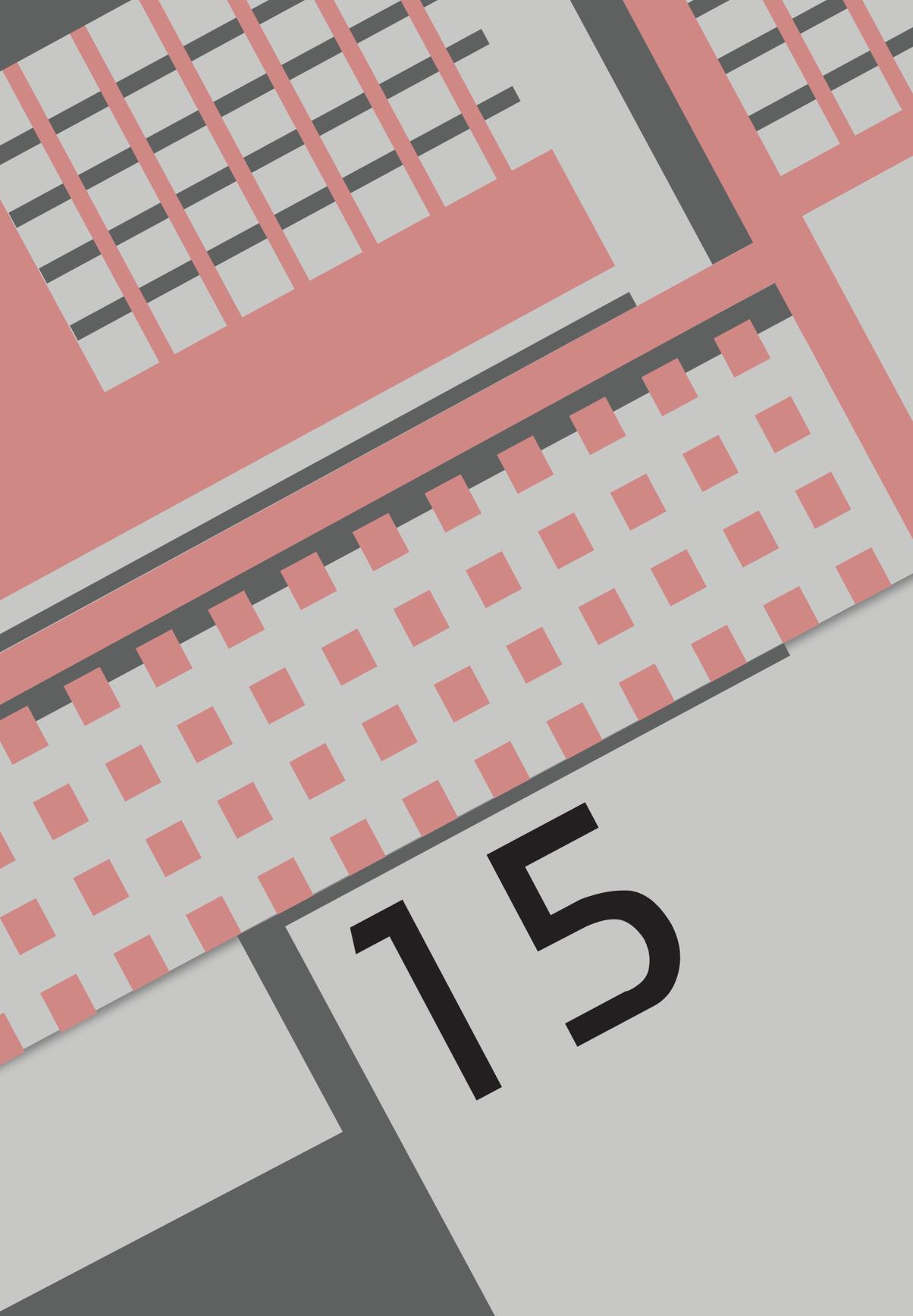
Além disso, observamos outros aspectos relevantes na coleção analisada, a qual: busca, o mais das vezes, introduzir e concluir as atividades com um pequeno texto direcionado aos alunos, o que é muito válido e interessante; reflete, em alguns momentos, o ensino tradicional; não está totalmente pautada no ensino dos gêneros textuais (ou discursivos), mas em aspectos gramaticais, enfatizando a gramática normativa.

Enfim, o professor deve saber adequar o material didático às suas necessidades e às necessidades dos seus alunos, acrescentando outros materiais que julgar necessários e/ou pertinentes.

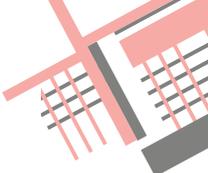
REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Milton José de. Ensinar português? In: GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2002, p.10-16.
- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: abr. 2017.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Ensinar o brasileiro**: respostas a cinquenta perguntas de professores de língua materna. São Paulo: Parábola, 2007.
- GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de português. In: _____ (Org.). **O texto na sala de aula**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2002, p.39-47.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Diretrizes curriculares para a educação básica: língua portuguesa**. Curitiba: SEED, 2008.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: ALB; Mercado das Letras, 1996.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2000.





15



ARTE, CULTURA, POLÍTICA: A CIRCULAÇÃO E O CONSUMO DA MEMÓRIA DA DITATURA MILITAR NO AMPLO PRESENTE BRASILEIRO

DANIELA SILVA DA SILVA¹

ARTE E KATHARSIS: A EXPERIÊNCIA DO CÔMICO E DO TRÁGICO NO AMPLO PRESENTE CONTEMPORÂNEO

Segundo Antoine Compagnon em seu livro *O demônio da teoria*, quando trata da compreensão da literatura e sua função, traz-nos algumas considerações sobre a *Katharsis* aristotélica, identificando-a como a “purgação, purificação das emoções como o temor e a piedade”. Segundo Compagnon, Aristóteles “colocava o prazer de aprender na origem da arte poética” (COMPAGNON, 2001, p. 35).

Tal arte também pode “instruir ou agradar”, bem como, de acordo com Horácio em sua *Arte poética*, ser “útil” ou “deleitar”. Trata, ainda, do conhecimento que só a literatura dá aos seres humanos, chegando, portanto, à *doxa* (COMPAGNON, 2001, p. 35). A literatura emancipa o leitor por meio do estranhamento que nele causa, e do conhecimento que a ele permite construir. Colocando-se, pois, como uma arte poética e política. Sendo assim, a compreensão da literatura também depende da forma com que se apresenta, assim como do conteúdo apresentado, bem como das relações sócio-históricas que mantém.

O mesmo acontece com um texto chargístico, que contém em si uma *poiesis* e pode nos ajudar a pensar o processo histórico de formação de leitores, nesse caso, diferentemente da tragédia, pelo efeito de comicidade que produz em seu interlocutor. Conforme a proposta Semiótica de Charles Pierce², podemos identificar na charge ícones, índices e símbolos que nos ajudam a entender um enunciado chargístico. Como uma forma está vinculada ao conte-

¹ Doutora em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); professora adjunta na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), oribela@gmail.com.
² Ver. CASTRO, Márcio Sampaio de. Introdução aos estudos linguísticos e semióticos. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

údo em sentido de recíproca necessidade de existência, podemos dizer que ambos se complementam, e que historiam uma dada realidade. Há no texto chargeístico, como no literário, visões políticas de mundo, que enunciam um determinado sujeito histórico, nesse caso o produtor da charge em interlocução com seu leitor. Esses textos são testemunhos imagéticos da nossa história recente, bem como da memória que neles pode ser recuperada.

Como é caso da Charge de Luiz Fernando Cazo, que tem uma página no Facebook, intitulada “Humor político. Rir para não chorar”³. Logo no título e subtítulo, é possível perceber a relação entre tragédia e comédia. O efeito de sentido provocado pela semiose dos textos ali propostos é o riso. O alívio das emoções não se dá por lágrimas. No entanto, não significa que o conteúdo da forma revele algo engraçado, uma vez que rir é uma alternativa para enfrentar momentos trágicos, relacionado ao contexto político brasileiro. Independentemente se choro ou riso, a necessidade do ser humano de aliviar suas tensões permanece; se comédia ou tragédia, os sujeitos extravasam seus sentimentos por meio do reconhecimento do si nas formas artísticas, literárias ou não. Um estudo da charge nos permite estudar não apenas a ontologia da forma, mas a filosofia do humano nela presente.

Para discutir tais questões, selecionamos uma charge que atualiza o tema da Ditadura Militar no Brasil.

FIGURA 01 – CHARGE TEMA DA DITADURA MILITAR NO BRASIL



FONTE: CAZO. Disponível em <https://www.facebook.com/humorpolitico.com.br/?fref=ts>.

³ <https://www.facebook.com/humorpolitico.com.br/?fref=ts>.

O contexto referencial dessa imagem⁴ é a polêmica em torno da publicação e circulação de biografias não autorizadas sobre personalidades brasileiras, mais especificamente o caso da biografia escrita pelo Historiador Paulo Cezar de Araújo sobre o cantor Roberto Carlos. Desde 2015, em ato histórico, do Superior Tribunal de Justiça decidiu por unanimidade que um autor não mais necessita pedir autorização ao biografado ou a seus herdeiros para escrever uma história de vida. Em torno desse assunto e a partir dele, especialmente em uma país que viveu a censura militar, circularam proposições em que podemos constatar enunciados que se colocam a favor do retorno desse regime de governo, assim como aqueles que o rechaçam veementemente.

Nesses textos imagéticos, especialmente no que respeita à charge acima, vemos a história recente, bem como a memória que neles é recuperada. Sua circulação, portanto, nos permite pensar como entendemos arte, cultura e política no século XXI, no Brasil, em diálogo com o(s) passado(s). Citado por Hans U. Gumbrecht, no livro *Nosso amplo presente* (2015), Edmund Husserl diz que “o tempo é uma forma de experiência” (p.131). Tomando as charges como uma experiência do tempo, e o tema que elas evocam, pela linguagem: que conceitos de arte, cultura e política são produzidos no “amplo presente” nacional? Tal questionamento também objetiva problematizar a(s) história(s) que a charge narra na nossa contemporaneidade, assim como a linguagem, com seus significantes, significados e efeitos estéticos, utilizada nesse sentido. Para tanto, as bases do trabalho estão amparadas na história cultural, na teoria da literatura, bem como nos estudos sobre linguagem.

UMA LEITURA DA CHARGE: TEXTO E CONTEXTO

Logo de cara, vemos que se trata de uma cena, ou um quadro, em que dois personagens dialogam. Na cena dividida em plano de conteúdo e plano de expressão; verbal e o não verbal, há a representação de um menino, com feições de criança, e a do ícone da Jovem Guarda, Roberto Carlos. Tais afirmações são plausíveis pelo modo como estão caracterizados. Ao olharmos para o plano

⁴ CAZO. Disponível em <https://www.facebook.com/humorpolitico.com.br/?fref=ts>.

não verbal, vemos que a figura da direta representa uma caricatura do cantor. O tradicional terno branco, a camisa azul, o pedestal girafa do microfone, adotado por ele, indiciam a figura de Roberto Carlos, mantendo com ele uma relação direta de semelhança, a qual se evidencia de forma mais completa, quando ele se autodenomina “Rei”, como comumente é chamado.

Na pergunta do personagem menino, percebemos que ele não entende alguma coisa. Há três silogismos incompletos, construídos por meio de processos de comparação entre o que acontece no Brasil e em outras partes do mundo. No primeiro deles, o menino apresenta como Premissa Maior (PM) a seguinte proposição: “Todas as grandes DEMOCRACIAS do mundo permitem a publicação de BIOGRAFIAS sem CENSURA prévia”. “Faz parte da LIBERDADE de expressão” é a segunda PM. Na terceira, temos: “figuras públicas fazem parte da HISTÓRIA e todo CIDADÃO deve ter o DIREITO de revisar a história”. As premissas maiores são diferentes. Assim como essas, em função da derivação que mantêm entre si, as Premissas Menores (Pm) também são. No entanto, essas últimas não estão ditas, mas elípticas, isto é, encontram-se indicadas, por pressuposição, e derivam das maiores. Apesar de terem conteúdos diferentes, todas as Pm denotam conteúdos de negação da PM a que se referem.

Na lógica da pergunta e da resposta, em comparação com o Brasil, o menino não entende por que nas grandes democracias há permissão, liberdade e direito, assim como não entende a censura prévia às biografias, conseqüentemente, nem o fato de um cidadão não ter o direito de revisar a (sua) história. Na pergunta, portanto, está a conclusão de que no Brasil é diferente. Sendo assim, a estrutura ou o modo de se expressar do menino indiciam um silogismo, o qual é quebrado em plano de conteúdo.

Por essa razão, a conclusão não é somente do garoto, mas do leitor. Se “todas” as democracias “permitem” e no Brasil é diferente, logo, o leitor é encaminhado a concluir que ou “o Brasil não é uma Democracia” ou “é uma pequena Democracia, porque não é grande como as demais”. O advérbio de intensidade “todas”, vinculado à ação pressuposta no verbo “permitir”, diz-nos, ainda,

que, no Brasil, em virtude da não permissividade, há censura. E censura, por sua vez, recupera uma memória histórica, a da Ditadura Militar. Diante disso, uma outra conclusão poderia ser verificada: “temos censura no Brasil”, e o caso das biografias é um índice disso.

Tal afirmação complementa-se e sustenta-se na segunda PM: o verbo permitir, por sua vez, está vinculado à “LIBERDADE de expressão”. A fala do menino sugere haver uma relação de implicabilidade direta entre Democracia e Liberdade de Expressão. Como no Brasil havia até 2015 censura prévia às biografias, pode-se concluir que o ato abalava a liberdade de expressão e que, por conseguinte, por isso, o país não seria democrático. Em virtude de a Democracia ser uma das características de um Estado de Direito, o acesso aos bens públicos, como é o caso da História, deveria ser garantido a todos, sem hierarquias. Indiretamente, diz que as biografias de figuras públicas, como acontecem nas grandes democracias, deveriam ser de acesso a todos, para que possam revisar sua História, o que para ele é uma garantia de um cidadão ser caracterizado como tal, e nesse caso, cidadania e democracia são, pois, interdependentes.

O não entendimento do menino indicia que no Brasil não há uma democracia propriamente dita ou plena. E o sentido de tal indiciamento se completa na resposta do personagem representante de Roberto Carlos: “PORQUE aqui EU SOU O REI, BICHO”. A resposta corrobora uma tendência autoritária da personagem, que encerra a dúvida de forma arbitrária. Como uma criança que pede ao pai alguma coisa e recebe uma negativa do tipo “porque não”, o menino fica sem chance de argumentar. Além disso, ao se intitular “REI”, a figura criada pelo autor da charge, atualiza outra memória histórica: a de um regime de governo absolutista, em que o poder político encontra-se na figura do Rei, que mantém com seus súditos uma relação de suserania e vassalagem.

É possível notar, no entanto, que o menino não se curva, pois quem o faz é o personagem de Roberto Carlos. Hipoteticamente, isso poderia se dar pela postura assumida no palco pelo ícone do cantor, em relação ao pedestal do microfone, mas, também,

porque o menino possui uma estatura mais baixa que a de Roberto Carlos personagem, ou, ainda, porque quem interroga, em ato de indisciplina, não aceita curvar-se. A disposição do garoto, na cena, descreve sua atitude política. E, nesse caso, poderíamos afirmar que, ainda que não tenhamos uma Democracia plena, conforme a charge, ainda assim temos uma Democracia, e aqui não há lugar para reinados nem censura, o que o STF deixou bem claro, quando em sua fala, a Relatora, Ministra Carmem Lúcia, sustenta que “Censura é uma forma de calar a boca. Pior, de calar a Constituição”⁵.

Por meio de sua pergunta, o menino pratica um ato democrático, constitucional; está exercendo sua cidadania, em um Estado de Direito, que lhe garante o ato de se expressar livremente. E a resposta ainda que não desenvolva a pergunta, não a invalida. Os olhos e as mãos do garoto também apontam para outro ato democrático: a indignação. Sendo assim, pode-se concluir que não basta indignar-se. É necessário praticar a cidadania. E para tanto, precisa-se perguntar. A pergunta é uma forma de entender. O conhecimento de mundo é mimetizado também como uma forma manutenção da Democracia. A decisão do STF, relacionando a charge com o seu contexto de produção, demonstra a inviabilidade de um argumento de proibição de um discurso de circular. Outro exemplo dessa relação hierárquica de prevaletimentos é possível de ser interpretada pelo advérbio de lugar “aqui”, o qual expressa uma relação de inferioridade entre o eu e o lugar a que se refere, no caso o Brasil; a democracia diferente em relação às grandes. O país se renderia aos mandos do Rei - não fosse a supremacia do Estado de Direito.

Por essa razão, uma charge está vinculada à conjuntura histórica em que está inscrita. No caso deste texto chargístico, há índices que visam questionar a postura do ídolo da Jovem Guarda, cuja imagem se fecha por meio do tradicional dito “bicho”, o que também recupera um falar característico do movimento musical de que fez parte. É importante ressaltar que o texto por ser lido

5 Conforme: FALCÃO, Márcio. Por 9 a 0, STF decide pela liberação de biografias não autorizadas. In: Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/06/1640353-por-maioria-stf-decide-pela-liberacao-de-biografias-nao-autorizadas.shtml>. Acessado em: 15 de jul. 2016.

por meio das palavras grafadas em caixa alta, isoladas das palavras em letra cursiva, sem perder o sentido. O contrário não é verdadeiro. Podemos lembrar, nesse movimento sugerido pelo produtor da charge, aqueles exercícios de completar a frase. A frase em letra cursiva é completada pelo garoto com características da Democracia, e assim o autor incumbe o personagem de preencher uma conjuntura, analiticamente.

Além disso, a diferenciação na grafia das palavras mimetiza a mesma relação de superioridade e inferioridade percebida na estatura dos personagens, bem como nos ditos de ambos. A charge, portanto, apela para a sobrevivência de relações de hierarquia existente no país, as quais podem vir a ser antidemocráticas, bem como descendentes dos regimes de governo, especialmente os tiranos, como no caso da Ditadura Militar de 64, e que ainda estão cristalizadas na estrutura da sociedade e na mentalidade nacional. O ato de conhecer e revisar a história, pois, seria uma forma de desestabilizar tais práticas ainda resistentes.

O RISO E O TRÁGICO: OS GÊNEROS E AS RELAÇÕES ENTRE CONSUMO, ARTE, CULTURA E POLÍTICA

Um texto mantém com seu contexto uma relação dialógica. Os sentidos demandam, por sua vez, da interação entre o texto e um leitor, bem como da presentificação das memórias que são atualizadas não apenas por quem lê o dito, mas por quem o produz. O entendimento depende do compartilhamento mútuo de entendimentos de memórias. A leitura se faz, portanto, por meio da decodificação dos elementos linguísticos instrutivos e encaminhadores de sentidos, e se realiza, de acordo com Ingedore Villaça Koch e Vanda Maria Elias, em *Ler e compreender os sentidos do texto*, “nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes” (KOCH; ELIAS; 2013, p. 57). Para elas o texto se concretiza na interação entre “sujeitos-texto”, assim como para o crítico de Literatura, Antonio Candido, a comunicação entre texto e leitor dá-se na obra literária. O contexto, portanto, é importante, mas como estrutura poética verossímil.

No caso do gênero textual charge, importa, pois, sua relação dêitica, ou seja, a época de publicação, o meio em que está sendo veiculada e o que tematiza. A leitura de um texto, nesse sentido, reativa “outros conhecimentos armazenados na memória. São esses conhecimentos que nos possibilitarão, por exemplo, situar o protagonista da história nos tempos atuais e desvelar, na “inocente historinha”, uma crítica” (KOCH; ELIAS; 2013, p. 57), no caso da charge de Cazo, à censura previa à publicação de biografias não autorizadas, bem como à postura do personagem de Roberto Carlos nesse polêmico episódio da vida brasileira. Nessa interação sociocomunicativa, permitida pelo texto chargístico, o leitor consome o conhecimento da memória histórica, atualizando-a, bem como estabelecendo relações de semelhança e diferença entre épocas, aprendendo sobre o passado no amplo presente.

Apesar de o menino indiciar que o Brasil é uma pequena Democracia, dando como o exemplo o caso da censura prévia às biografias, o contexto referencial do texto, especialmente a decisão do STF e a fala da Ministra Carmem Lúcia, desconstrói não apenas a tentativa de alguns atos antidemocráticos, mas os atos em si de desestabilizar a Democracia. O contexto, pois, nega o texto, e tal negação fica a cargo da dinâmica do processo histórico, o que mostra que uma charge é temporal, e que temporalmente pode contar também contar uma história da transição das fases e do andamento do processo que começou em 2006 e terminou em 2015. Tal gênero textual é, assim, um importante recurso para estudo da história e da memória nacional.

O dinamismo do processo histórico, pois, desconstrói alguns contextos, como o de 2013, em que havia censura prévia, o que mostra que uma charge é temporal, e que temporalmente pode contar uma história da transição das fases e do andamento do processo que começou em 2006 e terminou em 2015. Como fonte à interpretação história, a entrevista é outro recurso, cujo registro pode marcar essa transitoriedade. Como exemplo dessa transitoriedade, descreve-se, aqui, parte da entrevista feita com o escritor brasileiro, Domingos Pelegrini, também autor de biografias, sobre o caso em pauta.

Na entrevista, realizada por email, em junho de 2003, foi perguntado ao autor sobre o andamento do caso e a futura então atual decisão do Senado, ao que ele respondeu: “Ninguém pode prever o ritmo do Senado, que é bem tartaruga, a não ser quando é de interesse dos senadores, como aumento de salários, cuja aprovação é em sessões noturnas, super-rápidas... O caso está para receber julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, já agendado para breve”. Pellegrini também se posiciona em relação a sermos ou não um país “chapa-branca”:

Com proibição de biografias livres, sem necessidade de autorização, ficamos à mercê da visão chapa-branca, quando a biografia é montada apenas sobre as virtudes e bondades e méritos do entrevistado... Exceção é Nei Mato Grosso, que custeou biografia e, quando o jornalista para isso contratado perguntou o que faria com os depoimentos de detratores, Nei mandou colocar tudo no final do livro - e só foi ler depois de impresso. Esse é Homem com H!

O entendimento que se tinha de biografia autorizada antes da decisão do STF, em 2015, era o de que para circular livremente na sociedade o texto, supostamente, teria de ser elogioso e/ou concordar com a visão que o biografado teria de si mesmo ou com o que a família autorizasse que fosse publicado. A discordância é um ato legítimo. O leitor-biografado não necessariamente deve concordar com o dito. A proibição, por outro lado, em virtude de divergências de opinião, vai na contramão das conquistas de liberdade de imprensa e de expressão.

A terceira das nove perguntas feitas a Pellegrini tem o seguinte teor: “3ª. Biografias ou autobiografias são ficcionais? Podemos usar a expressão “verdade” quando tratamos de biografias? A escrita biográfica é ficcional?”. Para o autor:

A escrita biográfica, como a própria palavra indica, não é ficcional, mas pode usar recursos literários, como faz o Novo Jornalismo Ou pode mesmo criar fatos ficcionais, coerentes com a personalidade ou a vida do biografado, como diz em Minhas Lembranças de Leminski, dando-lhe voz e visão sobre fatos e idéias, mas advertindo disso o leitor (infelizmente, ocorreu uma

gralha: a editora coloca os trechos de Leminski falando, na primeira pessoa, em itálico, como devia ser, mas apenas no primeiro parágrafo, depois passando para tipo normal... Um erro que ficaram de corrigir numa segunda edição).

O gênero biográfico é híbrido em sua estrutura. Um biógrafo utiliza-se dos recursos literários na composição de sua obra. No entanto, o recurso ficcional está à serviço da coerência, como diz Pellegrini, com “a personalidade ou a vida do biografado”. O estímulo da escrita é a vida do biografado. Uma história de vida biografada, portanto, é um encontro de pontos de vista, não definitivos; é um diálogo na linguagem. Uma vez que toda linguagem é fecundada no ato de ler e por isso produz outras, a leitura de uma biografia e a reunião dos fatos para que uma biografia seja produzida não dá de papel passado a vida de um a outrem, mas a possibilidade de muitos conhecerem uma vida transformada em personagem de uma história possível; verossímil.

Além da discussão sobre o gênero biográfico, o autor se posicionou a respeito de estarmos ou não preparados para a democracia: “Ninguém está preparado para a democracia porque ela está sempre em preparação, em desenvolvimento. Vide os Estados Unidos, país símbolo da democracia e das liberdades, que tinha lei amparando escuta telefônica de todo mundo sem autorização, visando combate ao terrorismo e, agora, diante de abusos disso, volta a permitir escuta só com autorização judicial.” E complementa, afirmando: “- Claro que temos liberdade de expressão, com exceção do caso das biografias, o que deve ser corrigido”, e que finalmente foi em 10 de junho de 2015. Pellegrini aponta, ainda, que “A liberdade de expressão, aqui como no mundo, sempre foi conquista da imprensa, que dela vive, apoiada por políticos e pelos eleitores”, e que “O jornal é um meio de debate e promoção do literário e de aproximação com o leitor”.

Domingos Pellegrini se coloca como um “- Um sujeito que lê só o que gosta, principalmente História, Antropologia, Psicologia e até literatura...”. Para a pergunta se concordaria com a publicação de sua biografia não autorizada, dá a seguinte resposta: “- Por mim, podem escrever quantas biografias minhas não autorizadas

quiserem. Se eu gostar da pessoa e de seu projeto,, colaborarei como puder - e só lerei o livro depois de impresso.”

Na fala do autor, vemos que a liberdade de expressão no Brasil pode estar e esteve passando por duros ataques, sendo, pois, uma conquista diária, como de fato, historicamente, sabemos que é, em diferentes países, especialmente os que já passaram por uma ditadura. O jornalismo esteve atento à essas investidas antidemocrática e ao longo dos anos empenha-se para mantê-la. Nas palavras do autor, em função dos questionamentos feitos, pretendeu-se construir a conjuntura, polêmica, por sua vez, em torno do caso. A tentativa de proibir a produção, a publicação e a circulação dos livros pôs em convergência de debate diferentes áreas do conhecimento, bem como a sociedade de uma maneira geral. A entrevista foi feita no dia 6 de junho. Quatro dias depois, saiu a decisão do STF, “Por 9 a 0, STF decide pela liberação de biografias não autorizadas”⁶. A democracia venceu.

Ao pensarmos a charge juntamente com a entrevista com Domingos Pellegrini, vemos que as materialidades textuais permitem que se narre e reconstrua uma conjuntura sobre o caso que pode construir sentidos e subjetividades. A reflexão desenvolvida neste trabalho é parte de uma pesquisa em torno das biografias, ou seja, 1. sobre como esse evento da proibição se transformou numa pedra n’água, criando ondas de reflexão, em diferentes direções e formas textuais; 2. A respeito de como se dá os diferentes processos de recepção desse caso, o qual, como pesquisadora da área de literatura, torna-se especialmente interessante porque se trata de uma tentativa de censura à circulação de um livro. Para o sistema literário, ficção ou não, a leitura, o leitor, o livro, sua circulação são materiais de pesquisa. Além disso, a oportunidade de estudar diferentes gêneros textuais, como é o caso da charge, que se propõe semioticamente sincrético, e da entrevista, o que elimina fronteiras entre áreas e produções, retirando o pesquisador da zona de conforto, colocando-o em plena zona da interdisciplinaridade, para pensar o cômico e o trágico da questão em torno

6 FALCÃO, Márcio. Por 9 a 0, STF decide pela liberação de biografias não autorizadas. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/06/1640353-por-maioria-stf-decide-pela-liberacao-de-biografias-nao-autorizadas.shtml>. Acessado em: 08 de ago. 2016.

dos gêneros biográficos, cuja problematização polêmica pode nos ajudar a pensar a História do Brasil, de forma sistêmica e social.

Em virtude de trazer em si elementos trágicos e cômicos, hibridizados por meio de sua semiose verbal e não verbal, o texto chargístico permite, ainda, pensarmos uma história dos gêneros literários, discutidos inicialmente por Aristóteles, e a arte poética, conforme os estudos de Horácio. Da interação entre texto e leitor, tem-se o cômico como efeito de sentido. A estrutura da charge, em relação com seu contexto, por outro lado, permite atualizarmos o trágico presente no tema abordado. O menino chama a atenção para a Liberdade de Expressão, bem como para a Privacidade. Ainda que sejam esses direitos não hierarquizáveis, um cidadão tem garantido pela Constituição Federal a liberdade de pensamento, máxima realização de sua humanidade. O trágico na situação seria a invalidação do ato democrático de um indivíduo expressar suas ideias. O que para o menino é ilógico, e por isso seu silogismo é indiciado de forma incompleta e irregular.

No capítulo V da Poética, Aristóteles faz a seguinte ponderação:

a **comédia**, como dissemos, é imitação de **pessoas inferiores**; não, porém, com relação a todo vício, mas sim por ser o **cômico** uma espécie de **feio**”, explicando que: “a **comicidade**, com efeito, é um **defeito** e uma **feiura** sem dor nem destruição; um exemplo óbvio é a máscara cômica, feia e contorcida, mas **sem expressão de dor** (ARISTÓTELES, 2005, p. 23-24).

A comédia dos erros ou a divina comédia humana presente na charge chamam atenção para um efeito de sentido em que o extravasamento das emoções, o alívio catártico, dá-se pelo riso, em função da “feiura”, do dito. O feio aqui não significa a invalidação da beleza que se dá quando os sentidos se realizam na interação cognitiva, permita pelo ato de ler. O feio, nesse caso, está no plano de conteúdo, ora respaldado, ora contrariado pela dinamicidade dos contextos históricos, consumidos no ato de ler. São as indeterminações pressupostas nos elementos linguísticos e nas suas funções sintáticas que permitem o preenchimento das lacunas da história por um leitor, em diálogo com o produtor do texto, que, por sua vez, é um leitor da história.

Há, portanto, também no plano do discurso, na relação entre alocutários, na alocução, uma troca de informações e uma atualização da memória, bem como, fundamentalmente, uma ponderação crítica sobre o presente. A entrevista, como fonte, permite também um dialogismo que é, por sua vez, intrínseco a charge, e o estudo histórico de ambos constrói uma dialética entre materialidades, que nos servem ao alargamento, por meio dessas simultaneidades, do entendimento de determinados eventos.

Tal criticidade ativada pela charge é um ato político, feito com humor, como indica o subtítulo do site, no Facebook e na web: “humor político”. Trata-se da comicidade dos atos políticos na atualidade. Sobre a política, fala-nos Aristóteles, no livro VIII: “a realeza possui, portanto, como afirmamos, as mesmas bases aristocráticas; pois ela se baseia no merecimento, na virtude pessoal, no nascimento, nas benfeitorias ou em todos esses dons reunidos à força” (ARISTÓTELES, 2005, p. 255).

Ao usar no texto o título de Rei para a personagem de Roberto Carlos, como comumente é conhecimento o cantor, vinculado ao não entendimento do garoto sobre o porquê da censura às biografias, o produtor da charge descobriu a figura do Rei como algo positivo, recuperando nela a simbolização do paternalismo. É possível pensar, portanto, que uma Democracia pode reunir em si os vícios da tirania, nesse caso, vícios ditatoriais, conhecidos dos brasileiros. A personagem que representaria, ainda, a figura do Pai, da Lei, em substituição, não apenas em um contexto psiquiátrico, mas principalmente político, a função do Estado de Direito, cuja manutenção, como já dito, prevalece pelos eventos históricos que instituíram a não necessidade de autorização prévia para a publicação de biografias no Brasil, em 2015.

No amplo presente contemporâneo, de acordo com Hans U. Gumbrecht, “enquanto realidade física que tem forma, ou seja, enquanto linguagem rítmica, a linguagem preencherá uma série de funções específicas” (GUMBRECHT, 2015). A linguagem nos toca o corpo com sua sonoridade; é uma presença, nas palavras de Niklas Luhmann, citado por Gumbrecht, capaz de desencadear uma experiência estética. O conhecimento, portanto, a *doxa*, está na linguagem e é ativado por ela. Na poética da charge o contex-

to sócio histórico presentifica no leitor uma memória histórica. Assim, o leitor experiencia a linguagem do outro, consumindo-a como sua, repensando-se a si mesmo, bem como a própria história de que faz parte; ouve os signos e os sente fisicamente.

A linguagem, por sua vez, é corpo e forma, tatuadas no leitor e vice-versa. Na relação com os gêneros literários clássicos, a charge é, pois, uma linguagem ou um gênero que na sua corporeificação híbrida nos permite pensar a cultura brasileira do humor-trágico, pendendo para riso debochado; o cômico indignado, mimetizado nas mãos e nos olhos do menino que não entende, e por isso pergunta. Aqui a música da indignação pela linguagem do riso. E o riso é um ato político, e assim pode-se também ler a história e construir memória cultural, assim como ver aspectos do literário edificando outros gêneros do discurso. As fontes históricas postas em diálogo refirmam, pois, que a leitura/recepção dos eventos no presente desperta memórias que devem ser (re)pensadas à luz de molduras críticas híbridas, problematizadoras do *status quo*.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A poética clássica**. Aristóteles, Horácio, Longino. São Paulo: Cultrix, 2005. 114p.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2005. 272p.

CASTRO, Márcio Sampaio de. **Introdução aos estudos linguísticos e semióticos**. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 132p.

CAZO, Luis Fernando. **Biografias. Humor Político**. Rir para não chorar. Disponível em: <<https://www.facebook.com/humorpolitico.com.br/?fref=ts>>. Acesso 2016.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**. Literatura e senso comum. Belo Horizonte: 2001, UFMG. 302p.

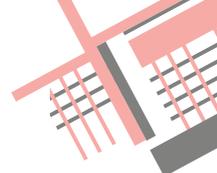
FALCÃO, Márcio. Por 9 a 0, STF decide pela liberação de biografias não autorizadas. In: **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2015/06/1640353-por-maioria-stf-decide-pela-liberacao-de-biografias-nao-autorizadas.shtml>>. Acessado em: 15 de jul. 2016.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente**. O tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: Unesp, 2015. 153p.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2013. 216p.

An abstract geometric composition featuring a grid of red squares on a light grey background. The grid is partially obscured by a large, solid red rectangular shape. Above this red shape, there are several parallel red lines, some of which are thicker than others. The entire composition is set against a light grey background with dark grey geometric shapes and lines. The word "Autores" is written in a bold, black, sans-serif font, slanted downwards from left to right, positioned in the lower right quadrant of the image.

Autores



ORGANIZADORES

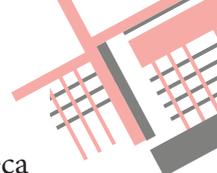
HERTZ WENDEL DE CAMARGO é professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFPR, da linha de Comunicação e Formações Socioculturais. Doutor em Estudos da Linguagem, UEL (2011); mestre em Educação, Conhecimento, Linguagem e Arte, UNICAMP (2006); graduações em Jornalismo e Publicidade & Propaganda (1995). Atua no ensino superior desde 2002. Professor adjunto e vice-coordenador do Curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Paraná (UFPR), ministrante das disciplinas de Psicologia do Consumidor, Criação Publicitária e Antropologia, Comunicação e Cultura. Autor do livro *Mito e filme publicitário: estruturas de significação* (Eduel, 2013) - finalista na categoria Comunicação do Prêmio Jabuti 2014. Pesquisador das áreas relacionadas a Imagem, Imaginário, Antropologia e Consumo. Líder do grupo de pesquisa ECCOS - Estudos em Comunicação, Consumo e Sociedade, da UFPR. Coordenador do curso (*lato sensu*) de Gestão Estratégica da Comunicação (UFPR, gestão 2017-2018). Editor da revista científica Ação Midiática do PPGCOM-UFPR. Coordenador do projeto de extensão SINAPSE – Laboratório de Estudos de Mídia, Consumo e Cultura Paranaense.

RENATA MARCELLE LARA é professora do Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) na Área de Estudos Linguísticos e Linha de Pesquisa Estudos do Texto e do Discurso. Vinculada ao Departamento de Fundamentos da Educação, Área de Metodologia e Técnica de Pesquisa, atua na Graduação no Curso de Artes Visuais. Doutora em Linguística (Unicamp), Mestre em Educação (Unimep), Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo (UEPG) e Licenciada em Letras (UEM). Líder do GPDISCMÍDIA/CNPq-UEM (Grupo de Pesquisa em Discursividades, Cultura, Mídia e Arte) e membro do Gepomi/CNPq-UEM (Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos) e do Grupo de Pesquisa O Discurso nas Fronteiras do Social: Diferentes Materialidades Significantes (CNPq/Unicamp). Suas

pesquisas têm como principal referencial teórico-metodológico a Análise de Discurso de vertente materialista francesa, perspectiva do filósofo francês Michel Pêcheux, transitando também por estudos da comunicação, cultura e arte. Entre suas publicações mais recentes, destacam-se: “O irrealizado do (colunismo) social na cidade espetáculo”, capítulo publicado no livro *Comunicação na Sociedade do Espetáculo* (INTERCOM, 2016); “O corpo-performático como acontecimento artístico-discursivo”, capítulo do livro *Análise do Discurso e sua História: Avanços e Perspectivas* (PONTES, 2016); “A configuração de objetos de pesquisa discursivos em material midiático”, artigo publicação na Revista *Entre-meios – Revista de Estudos do Discurso* (UNIVÁS, 2016), e “O sujeito na/da arte contemporânea nos entremeios dos discursos da/sobre arte”, na Revista *Signum: Estudos da Linguagem* (UEL, 2016). Atualmente, faz parte do Conselho Editorial dos seguintes periódicos: *Cadernos de Estudos Linguísticos* (Unicamp); *Entremeios* (UNIVÁS); *Revista Internacional de Folkcomunicação* (UEPG); *Revista Espaço Acadêmico* (UEM).

AUTORES

ANDRÉA ZÍNGARA MIRANDA leciona língua francesa na Rede Estadual de Ensino de Maringá-PR, pelo Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM) desde 2009, e é colaboradora no Departamento de Línguas Modernas da Universidade Estadual de Maringá, lecionando língua francesa (2011-2017). Doutorou-se em Letras na linha de estudos de textos e de discursos por essa instituição, em 2016. Desde 2010, participa do Grupo de Estudos Foucaultianos da UEM (GEF), no interior do qual se discutem, sob liderança do Professor Dr. Pedro Navarro, as obras do filósofo Michel Foucault com intuito de compreender seu pensamento quando de suas análises dos regimes de verdade que, em diferentes épocas, produzem os sujeitos/objetos dos discursos. Dentre as temáticas abarcadas no GEF, desenvolveu, em sua dissertação de Mestrado, uma pesquisa concernente às representações que um



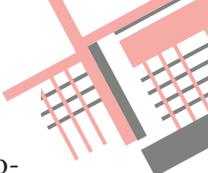
aprendiz de língua francesa faz da cultura com a qual ele começa a ter contato. Pautada no conceito foucaultiano de “heterotopia”, o qual tem o papel de criar um espaço de ilusão que denuncia qualquer espaço real, todos os posicionamentos no interior dos quais a vida humana é compartimentalizada, compreendeu-se que as representações são produzidas e/ou replicadas não só nos materiais didáticos ou nos discursos dos docentes, com os quais o aprendiz tem contato, mas em outras espessuras materiais, como nos discursos da mídia, por exemplo. Atualmente seu enfoque recai sobre a relação entre discurso, sentido e mídia para, a partir dessa relação, entender o funcionamento da produção discursiva de identidades para o homem e para a mulher, isto é, discursos que constroem “verdades” sobre o sexo e a sexualidade desses sujeitos, ora docilizando ora virilizando o “corpo” social na contemporaneidade.

CESAR AGENOR FERNANDES DA SILVA é formado em História pela Universidade Estadual Paulista, campus de Franca, tendo sido aluno bolsista do Programa Especial de Treinamento (PET) e participou de pesquisas de Iniciação Científica com bolsa FAPESP investigando as recepções do livro *Casa-Grande & Senzala* e da figura pública de seu autor Gilberto Freyre nos círculos intelectuais paulistas ao longo do século XX. Em 2004, iniciou os estudos do mestrado em História na mesma instituição de ensino superior, com pesquisa também financiada pela FAPESP, entretanto, voltou seus estudos para a vulgarização da ciência na imprensa oitocentista a partir do jornal *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, redigido por Hipólito José da Costa entre 1808 e 1822. A conclusão do mestrado ocorreu no ano de 2006, mesmo ano no qual iniciou seus estudos de doutorado, com apoio financeiro da CAPES, no qual ampliou seus estudos sobre as relações entre imprensa, ciência e sociedade na corte fluminense oitocentista, defendendo sua tese em 2010. Atua como docente do ensino superior, desde 2004, em instituições públicas e privadas e, desde 2010, é docente, orientador de Iniciação Científica e Pesquisador na Universidade Católica de Santos, na qual também é membro

do Comitê Institucional de Iniciação Científica, coordenando o Programa de Iniciação Científica para o Ensino Médio e foi coordenador do subprojeto de História do PIBID e professor pesquisador da Plataforma Freire (Parfor). A partir de agosto de 2016, passou a atuar também como docente na modalidade de Ensino à Distância no curso de História da Universidade Metropolitana de Santos.

CLÁUDIA MARIS TULLIO é doutora em Estudos da Linguagem (UEL), Especialista em Metodologia do Ensino (UEPG), possui graduação em Bacharelado em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1994) e graduação em Licenciatura em Letras - Habilitação Português pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2000). Os trabalhos são voltados para os estudos da Linguagem (Linguística, Língua Portuguesa, Metodologia do Ensino da Língua, Análise do Discurso e Linguística Aplicada) e para os estudos do Direito. Dentre os principais temas, podem-se citar o gênero textual, a Análise Crítica do Discurso, a Construção da Identidade, o Ensino de Línguas, a Metodologia do Ensino da Língua e da Literatura, a intertextualidade, a linguagem e a redação jurídica. Atualmente, atua como Docente Adjunta da UNICENTRO.

DANIELA POLLA é graduada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo (2010), pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Concluiu, em 2013, o Mestrado em Letras, pelo Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Estadual de Maringá-PR (UEM). Iniciou, em 2014, o doutorado em Letras, também pelo Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Estadual de Maringá-PR. É professora do Departamento de Fundamentos da Educação/UEM. Interessa-se e orienta trabalhos que empreguem os ferramentais teóricos e metodológicos da análise de discurso desenvolvida no Brasil com base nas contribuições de Michel Foucault. O foco dos últimos trabalhos recai, particularmente, sobre as temáticas que envolvam os sujeitos idosos na atualidade. O trabalho final de doutoramento, a ser defendido



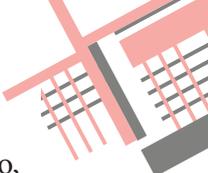
em 2017, versa sobre os vários dispositivos que objetivam os idosos na atualidade e as possíveis distinções entre esses discursos e as práticas cotidianas de existência desses sujeitos, na contemporaneidade, na cidade de Maringá-PR. Além disso, em 2016, orientou trabalhos de conclusão do curso de Pedagogia da UEM que utilizaram o trabalho foucaultiano para pensar as objetivações de alunos especiais na atualidade em Maringá, bem como lançar o olhar para como são organizados os processos de formação de professores de apoio e os processos de diagnóstico e acompanhamento dos alunos especiais no referido município. Trabalhando com obras de Foucault desde 2011, procura contribuir no sentido de mobilizar as suas ferramentas para analisar diversas temáticas contemporâneas sobre as quais o foco do autor não recaiu, mas que podem ser mais profundamente pensadas a partir das reflexões foucaultianas.

DANIELA SILVA DA SILVA possui graduação em LETRAS pela Universidade Federal do Rio Grande, FURG, (2004), mestrado (2006) e doutorado (2010) em Lingüística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS. Foi bolsista de iniciação científica e de doutorado, pelo CNPq, e de mestrado pela CAPES. Fez estágio com Bolsa Sanduíche - PDEE também pela CAPES, na qualidade de Visiting Scholar na Universidade de STANFORD dos EUA (2008). Tem experiência na área de Letras com ênfase em Literatura Brasileira, História da Literatura e Teoria Literária, Crítica Biográfica.

FERNANDA SILVA DIAS DE AQUINO é doutoranda em Interdisciplinar de Linguística Aplicada na UFRJ, com projeto intitulado “O diário de D. Pedro II e as questões indígenas no projeto civilizatório do Brasil: uma análise discursiva”. Possui Mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016), e sua dissertação de mestrado, intitulada “Ciência, colecionismo e poder à luz dos documentos de Johann Natterer”, possibilitou que investigasse de que maneira ciência e poder/coleccionismo e poder se relacionavam na primeira metade do sécu-

lo XIX. Para tanto, sob a égide da Linguística Aplicada e autores como Norman Fairclough e Michel Foucault, buscou compreender os discursos do naturalista Johann Natterer que, atravessados por outros discursos, mostravam como as questões acima eram importantes para o pensamento da época. Nesse sentido, a interdisciplinaridade foi um dos elementos principais para a elaboração da dissertação, que resultou em um capítulo do presente livro. Possui graduação em Licenciatura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007) e graduação em Letras (português/francês) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). Também é graduanda em Português/Alemão na Faculdade de Letras da UFRJ e participa dos Projetos: Construções discursivas do Rio de Janeiro em relatos de viajantes e imigrantes alemães nos séc. XVIII e XIX e A Expedição Científica Austríaca no Brasil (1817-1835). Amante das línguas, trabalha como professora (português, francês, inglês, espanhol e alemão) e como tradutora.

GILSON APARECIDO BOSCHIERO natural de Santa Bárbara D'Oeste, interior de São Paulo. Formou-se em jornalismo pela Unimep – Universidade Metodista de Piracicaba em 1996. É mestre em Geografia Política pela Unicentro – Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. O jornalista sempre atuou na mídia televisiva regional, estadual e nacional, como repórter, editor e apresentador. Atuou por mais de 20 anos em diversas emissoras de TV, em Americana, Campinas, São Paulo – capital, Manaus e Guarapuava, interior do Paraná. Foi editor nacional no canal BandNews no ano de lançamento pela TV Bandeirantes em São Paulo. Foi repórter do SBT na capital, além de prestar serviço com reportagens especiais na TV Assembleia/SP, CNT na capital e TV Gazeta. Durante os cinco anos em que viveu na capital do Amazonas, foi editor-chefe e apresentador do Bom dia Amazônia, com cobertura dos estados do Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Acre e com sucursal em Brasília. Ainda nesta afiliada da Rede Globo, foi editor e apresentador do AMTV 1 Edição e JAM 2ª Edição, além de produzir reportagens para o Jornal Hoje, Globo Esporte Nacional, Fantástico e Jornal Nacional. Permaneceu até ju-



no de 2015 como editor e apresentador do Paraná TV 2ª Edição, onde também fez reportagem para o Jornal da Globo. Desde 2012 Gilson Boschiero também dedica-se a investigação de grupos de poder a partir de conceitos da geografia, como poder, território, segregação e desenvolvimento socioeconômico. Com grande experiência em telejornalismo, atualmente é professor colaborador do Departamento de Comunicação da Unicentro, cargo que ocupa desde janeiro de 2015.

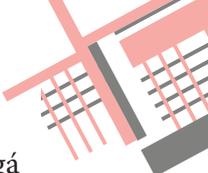
IVANIA SKURA é doutoranda em Comunicação e Linguagens - PPGCom/UTP (Linha de pesquisa: Processos midiáticos e práticas comunicacionais), Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba/PR. Mestre pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento - PPGSeD/UNESPAR (Linha de pesquisa: Formação humana, processos socioculturais e instituições), Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão/PR. Bacharela em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário Cesumar, Maringá/PR. Integrante dos Grupos de Pesquisa Interações Comunicacionais, Imagens e Culturas Digitais - INCOM (UTP), Cultura e Relações de Poder (UNESPAR) e Comunicação no Ambiente Digital - COMAMDI (UNICESUMAR).

LETÍCIA JOVELINA STORTO é doutora e mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Língua Portuguesa e graduada em Letras Vernáculas e Clássicas pela mesma instituição. Graduada em Letras Português/Espanhol pela Universidade Paulista (Unip). Professora da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), campus de Cornélio Procópio. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEN) e do Mestrado Profissional em Letras (ProFLetras), ambos da UENP. Realiza pesquisas a respeito da língua falada, da argumentação, de gêneros discursivos, ensino e do discurso religioso. Também se interessa por temas relativos aos gêneros da esfera religiosa e jornalística, à inclusão escolar, à educação de jovens e adultos, às novas tecnologias da informação e da co-

municação.

LIGIA TEREZINHA LOPES SIMONIAN é Ph. D. em Antropologia e com pós-doutorado (City University of New York); fotógrafa; é Professora Titular e pesquisadora junto ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)/Universidade Federal do Pará (UFPA), onde faz pesquisa, ensina e orienta nos cursos de mestrado e de doutorado acadêmicos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido (PPGDSTU) e no mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Desenvolvimento (PPGGPD); tem publicações no país e no exterior. Participa em eventos nacionais e internacionais e com apresentação de trabalhos científicos e fotográficos. Dirige interinamente o Museu do Açaí (MAÇAÍ), em fase de implantação. Integra o conselho editorial de duas revistas, uma nacional e outra internacional. Dentre outros tópicos de pesquisa e sobre os quais publica estão: cultura, políticas públicas, gestão, governança, desenvolvimento sustentável, unidades de conservação, áreas protegidas e fotografia; ainda, faz trabalhos autorais em fotografia. Coordena um projeto de extensão na Reserva Extrativista Mãe Grande (Curuçá, Pará). Publicações recentes e em coautoria com o Dr. Marcio D. Macedo da Silva, o artigo “How advertising and sustainability dialog in Pan-Amazonia: the perspective of advertising professionals in Peru and Brazil” (*JCOM*, v. 15, n 5, A01, p. 1-16, 2016); com a Dra. Mônica M. N. Araújo, o artigo “Governança ambiental e turismo: a participação de atores no Parque Nacional Tortuguero, Costa Rica” (*Revista Pasos (El Sauzal)*, v. 14, p. 319-334, 2016; e coorganizou com a Dra. Estér R. Baptista a coletânea “*Formação socioambiental da Amazônia*” (Belém: Editora do NAEA, 2015. 804 p., il.).

LUCIMARA CRISTINA DE CASTRO é professora nos cursos de Letras (Português/Inglês) e Pedagogia das Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE). Professora de Língua Portuguesa e Educação Especial pela Secretaria de Estado da Educação (SEED/PR). Doutoranda pelo Programa de Pós-



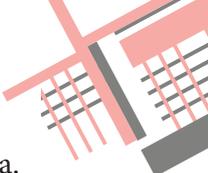
Graduação em Letras (PLE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), na área de Estudos Linguísticos/Linha de Pesquisa “Estudos do Texto e do Discurso”. Mestre em Letras, interface entre Língua e Literatura, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Linha de Pesquisa “Texto, Memória e Cultura”. Especialista em Educação Especial: atendimento às necessidades especiais e em Língua Portuguesa e Literatura, pelo Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação (ESAP). Licenciada em Letras (Português/Inglês) pelas Faculdades Integradas do Vale do Ivaí (UNIVALE). Membro do GPDISCMÍDIA-CNPq/UEM – Grupo de Pesquisa em Discursividades, Cultura, Mídia e Arte. As pesquisas acadêmicas estão norteadas, principalmente, pelo referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso de linha francesa (Michel Pêcheux), envolvendo as seguintes temáticas: mídias digitais, discursos no/do digital, sujeito, sentido e ideologia.

MARCELO DE SOUZA SILVA é formado em História pela Universidade Estadual Paulista, campus de Franca, tendo participado de pesquisas de Iniciação Científica com bolsa do CNPq pesquisando a prática de jogos de azar no início do período republicano. Em 2002 iniciou os estudos do mestrado em História, com pesquisa também financiada pelo CNPq, tendo obtido o título em 2004 com um trabalho sobre a história social do crime e da criminalidade na região do Triângulo Mineiro, no século XIX. No mesmo ano, ingressou no doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, concluído com a defesa de trabalho sobre os crimes de homicídio também na região do oeste mineiro mineira estudada no mestrado. A partir de então exerceu funções docentes em universidades particulares, tendo ocupado o cargo de chefe do setor de pesquisa do campus Uberaba da Universidade Presidente Antônio Carlos em 2008-2009. Foi professor da rede particular de ensino em São Paulo, ministrando aulas no ensino médio entre 2009 e 2012. Entre 2012 e 2015 exerceu o cargo de professor adjunto na Universidade Estadual do Centro-Oeste em Guarapuava, Paraná, na qual foi líder do grupo de pesquisas “Poder, política

e instituições”. Entre 2013 e 2015 foi chefe do departamento de História naquela universidade. Também exerceu o cargo de gestão no PIBID da instituição, além de ser coordenador colaborador no subprojeto interdisciplinar que atuava com o tema da educação ambiental juntamente com os alunos da geografia, biologia e letras. Atuou em projetos de extensão sobre cinema, jogos de RPG aplicados ao ensino, orientou monografias e iniciações científicas na área de sua especialidade.

MARIA ISABEL BRAGA SOUZA é mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade do Vale do Sapucaí (Univás), com pesquisas ancoradas na Análise de Discurso de linha francesa. Possui interesse em temas relacionados ao discurso empresarial, discurso jornalístico e discurso publicitário. Participa como pesquisadora do Projeto *Arte, escrita e sujeito: arquivos, práticas e tecnologias de linguagem na sociedade contemporânea*, coordenado pela professora Telma Domingues da Silva na UNIVÁS. É Especialista em Comunicação Organizacional pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo, pelo Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino de São João da Boa Vista (UNIFAE), onde é professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda, ministrando aulas sobre Jornalismo televisivo, Jornalismo de rádio, Jornalismo impresso, Jornalismo on-line; Produção jornalística e publicitária em redes sociais; Análise de Discurso; Mídias Convergentes e Marketing. Possui experiência de mercado em Telejornalismo, com passagens pela TV Poços (afiliada Rede Minas), EPTV Central e EPTV Sul de Minas (afiliadas Rede Globo). Foi responsável pelo núcleo de Assessoria de Imprensa da Cervantes Propaganda e Marketing, atuando no planejamento de Comunicação Integrada para clientes em Poços de Caldas e Sul de Minas Gerais.

MARISTELA CARNEIRO é doutora em História, pela Universidade Federal de Goiás, tendo realizado período sanduíche na *Universita degli Studi di Napoli Federico II*, na Itália. Mestre em



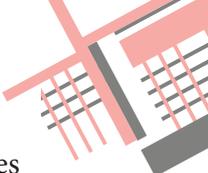
Ciências Sociais Aplicadas, Licenciada em História e em Filosofia. Docente da disciplina de Filosofia na Educação Básica (SEED-PR) e autora de livros e materiais didáticos (IESDE BRASIL). Dentre seus interesses, destacam-se: História da Arte, Teoria e Filosofia da História, História da Morte, Arte Moderna, Cemitérios, Escultura e Masculinidades.

PAULA ALMEIDA DE CASTRO possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2003). Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2006). Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011). Professora Doutora, de Formação de Professores da Educação Básica da Universidade Estadual da Paraíba-Centro de Educação. Orientadora de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores. Coordenadora Institucional do PIBID/UEPB. Líder do Grupo de Pesquisa Observatório de Pesquisas e Estudos Multidisciplinares (OPEM) e Pesquisadora associada do Núcleo de Etnografia em Educação (NETEDU/ UERJ). Estudos desenvolvidos na área de Psicologia e Educação utilizando a pesquisa etnográfica com ênfase nos processos de tornar-se aluno, formação de professores, identidade, pertencimento, resiliência.

PEDRO NAVARRO leciona no curso de Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, desde 1996, e no programa de Pós-Graduação em Letras da UEM. Doutorou-se em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP de Araraquara, SP, em 2004. Entre os anos de 2010 e 2011 realizou estágio de pós-doutoramento no Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, SP. Desde 1992, vem realizando pesquisas voltadas à produção de discursos determinados por sentidos advindos de lugares institucionais constituídos pelo pedagógico, pelo religioso e pelo midiático. Adota como dispositivo teórico-metodológico as noções e os conceitos erigidos pela Análise do Discurso francesa, a partir de uma perspectiva que considera o diálogo entre esse campo, a Filosofia e a História, representados, respectivamente,

por Michel Pêcheux, Michel Foucault e Michel de Certeau. Seus temas de pesquisa abarcam (1) a relação entre discurso, sentido e mídia, com a finalidade de analisar práticas discursivas de produção de identidade do feminino e do masculino em textos verbais e imagéticos que circulam na mídia brasileira contemporânea; (2) o estudo dos processos discursivos de subjetivação do idoso, do executivo e dos sujeitos da educação, em textos e imagens da mídia impressa, televisiva e online; (3) a relação entre discurso, sexualidade e subjetividade, com foco para as discussões sobre gênero na sociedade contemporânea. É líder de GEF - Grupo de Estudos Foucaultianos da UEM e pesquisador do CNPq.

RENATA APARECIDA IANESKO é doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) na linha de pesquisa em Estudos Linguísticos com bolsa de doutorado pela Fundação de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e a Pesquisa (FAPERO). Mestre em Letras pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) em 2013, com bolsa de mestrado pela CAPES. Especialista em Língua Inglesa pela Unipan (Uniban) no ano de 2008. Graduada em Letras Português e Inglês pela Universidade Paranaense (UNIPAR) em 2007. Atualmente é professora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), ministrando aulas de Língua Inglesa. É integrante do Grupo de Estudos Linguísticos, Literários e Socioculturais (GELLSO) e do Grupo Sul-Mato-Grossense de Estudos da Linguagem, Discurso e identidade de crianças/adolescentes e adultos em situações de exclusão – Rede Latinoamericana (REDLAD). Atua nas seguintes linhas de pesquisa: Ensino de Língua Inglesa, Português como Língua Estrangeira ou Adicional e Análise do Discurso. Lecionou as disciplinas de Língua Inglesa, Linguística Aplicada à Língua Inglesa e Estágio Curricular no ano de 2009 na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Foi professora e coordenadora do Centro de Idiomas da Universidade de Cuiabá (UNIC) de 2009 a 2011. Lecionou Inglês Técnico para o curso de Gerenciamento de Redes e Língua Portuguesa para o curso de Ciências Contábeis em 2010 também pela UNIC. Lecionou Língua Portuguesa como



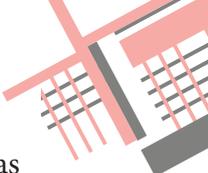
Língua Adicional em 2011 na Washington Academy of Languages (WAL) de Seattle. Tem publicações (artigos e capítulo de livro) nas áreas de Português como Língua Estrangeira ou Adicional, Linguística Aplicada e Análise de Discurso.

RICARDO DESIDÉRIO DA SILVA é doutor em Educação Escolar na linha de pesquisa em “Sexualidade, Cultura e Educação Sexual” pela UNESP/Araraquara. Pedagogo e também Licenciado em Ciências e Matemática. Mestre em Educação para a Ciência pela Universidade Estadual de Maringá-PR. Pesquisador no Círculo de Pesquisa em Educação Sexual e Sexualidade - CiPESS (UEL) e no Grupo de Pesquisa SexualidadeVida/USP-CNPq; consultor de matérias para o site UOL/Mulher/Comportamento e revista VIP/Editora Abril; além de prestar consultoria semanal no Programa VerMais da RICTV Record, tirando dúvidas sobre sexualidade. Foi professor na Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná no período de 1998 a 2015. Atualmente é Professor do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR, Campus de Apucarana) e também Coordenador do Núcleo de Educação para Relações de Gênero (NERG) do mesmo Campus. Docente no Programa de Pós-graduação em Educação Sexual, nível de mestrado da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Araraquara, SP. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Formação de Professores. Atuando principalmente nos seguintes temas: “Sexualidade e Educação Sexual”, “Sexualidade, Educação e Mídias”, “Didática e Formação de Professores”. Autor do livro “Quando a conversa sobre sexo chega à escola” (E-papers/2010) e organizador dos livros “Mídia, Educação e Sexualidade” (Syntagma Editores/2011) e “Sexualidade, educação e mídias: novos olhares, novas práticas” (EDUEL/2016), além de vários capítulos publicados.

SÍLVIO CÊSAR LOPES DA SILVA possui graduação em Letras – Habitação em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual da Paraíba e graduação em Licenciatura Plena em Filosofia pelo Cen-

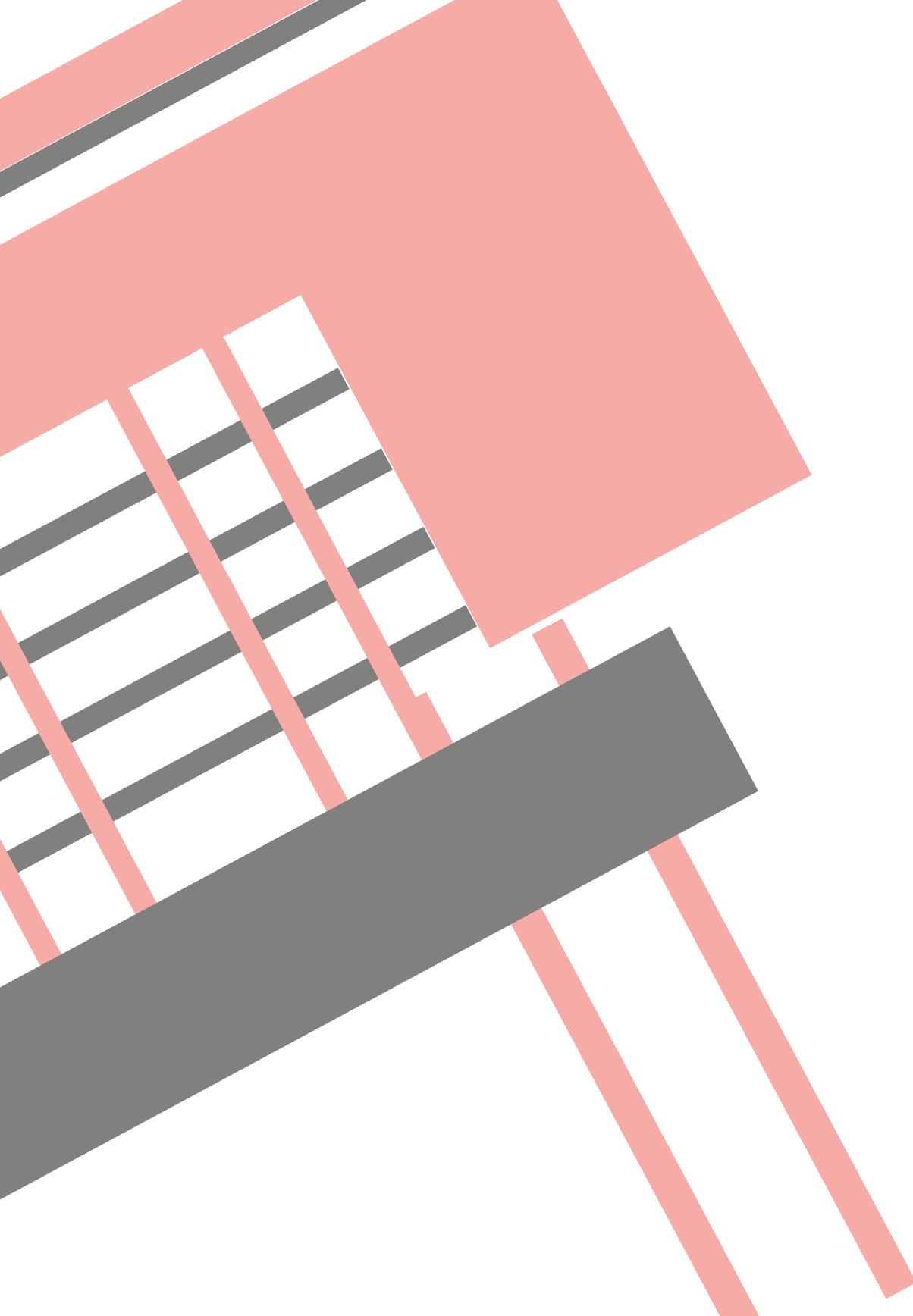
tro Universitário Assunção. Mestrado Profissional em Formação de Professores pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Especialista em Educação e em Linguística Aplicada. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, tecnologias, estudos etnográficos e redes sociais. Atua nas Linhas de pesquisas: Educação, linguagem, mídia, tecnologia e sociedade. Participa dos grupos de estudos: Estudos etnográficos e formação docente (OPEM - Observatório de Pesquisas e Estudos Multidisciplinares - Pesquisador); e Processos Socioculturais e de Significação (GEMINI - Grupo de Estudos de Mídia - Análises e Pesquisas em Cultura, Processos e Produtos Midiáticos - estudante). Atualmente está vinculado como doutorando ao PPGED - Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN- Universidade Federal do Rio Grande do Norte é bolsista CAPES. Tem experiências com educação à distância, onde atuou com tutor à distância na disciplina introdução a filosofia. Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos e ensino regular na educação básica. Vem atuado nos cursos de formação de professores em faculdades particulares, na graduação e em pós graduação *latu sensu* nas quais ministra aulas de Metodologia Científica, Introdução à Filosofia, Letramento e linguagem, Avaliação da Aprendizagem. Tem orientado trabalhos com temáticas que envolvem família, escola, inclusão e tecnologias. Desenvolveu trabalhos em Rede, na garantia de direitos e fortalecimento de vínculos junto ao CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social, desempenhando a função de Educador Social. Atualmente é Professor da Rede Estadual de Ensino do Estado da Paraíba, atuando junto ao ensino médio.

TELMA DOMINGUES DA SILVA Possui graduação em Língua e Literatura Portuguesas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC/SP (1984), mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. É Professora adjunta da Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem PPGCL/ UNIVÁS. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria Linguística, atuando principal-



mente na área da Análise de Discurso, desenvolvendo pesquisas sobre discurso jornalístico e discurso ambiental. É líder do grupo de pesquisa *Discurso, ciência e historicidade* e coordena atualmente o Projeto *Arte, escrita e sujeito: arquivos, práticas e tecnologias de linguagem na sociedade contemporânea*.





Os capítulos que representam o universo da pesquisa, tais quais uma bricolagem, onde cada peça tem seu papel, sua importância para compreender o que nos conecta uns aos outros, à realidade, ao imaginário, à nossa condição humana. Neste livro você encontra temas diversos que partem dos suábios de Guarapuava à construção identitária dos haitianos. Das narrativas sexistas homofóbicas aos dispositivos da sexualidade na mídia. Da relação entre colecionismo, ciência e poder aos estudos dos acervos

museológicos do interior pan-amazônico. Artigos que partem da objetivação do sujeito idoso à crítica do envelhecimento feminino na mídia; ou da identidade do professor em sala de aula na perspectiva do aluno, passando pelas concepções de gramática nos livros didáticos chegando às relações entre tecnologia e trabalho. De chaves de leitura de Didi-Huberman à divulgação científica da pesquisa em história por meio de podcasts. E, por fim, dos estudos dos memes e a imagem do sujeito religioso à circulação e consumo da memória da ditadura militar.

Os Organizadores